

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLITICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

GEORGE GOMES COUTINHO

UM CIENTISTA POLÍTICO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO:
Ciência Política, o PCB e Pensamento Político Brasileiro em Gildo Marçal
Brandão

NITERÓI, RJ

2018

GEORGE GOMES COUTINHO

**UM CIENTISTA POLÍTICO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO:
Ciência Política, o PCB e Pensamento Político Brasileiro em Gildo Marçal
Brandão**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Política

Orientador:

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra

NITERÓI, RJ

2018

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG
Gerada com informações fornecidas pelo autor

C871c Coutinho, George Gomes
Um cientista político na periferia do capitalismo :
Ciência Política, O PCB e Pensamento Político Brasileiro em
Gildo Marçal Brandão / George Gomes Coutinho ; Carlos
Henrique Aguiar Serra, orientador. Niterói, 2018.
206 f.

Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói,
2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGCP.2018.d.08146505708>

1. Gildo Marçal Brandão. 2. Pensamento Político
Brasileiro. 3. História da Ciência Política no Brasil. 4.
Partido Comunista Brasileiro. 5. Produção intelectual. I.
Serra, Carlos Henrique Aguiar, orientador. II. Universidade
Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e
Filosofia. III. Título.

CDD -

GEORGE GOMES COUTINHO

**UM CIENTISTA POLÍTICO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO:
Ciência Política, o PCB e Pensamento Político Brasileiro em Gildo Marçal
Brandão**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Política

Aprovada em 31 de agosto de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Henrique Aguiar Serra - UFF

Orientador

Prof. Dr. Carlos Sávio Gomes Teixeira – UFF

Prof. Dr. Cláudio de Farias Augusto – UFF

Prof. Dr. Bernardo Ricúpero – USP

Prof. Dr. Ivo José de Aquino Coser - UFRJ

NITERÓI, RJ

2018

Para Silvia, Isaias e Livia.

Minha mãe, meu pai e minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Eis um dos momentos mais íntimos deste trabalho. Os “agradecimentos” obrigam ao exercício de lembrar a quem trabalhou solitariamente por meses consecutivos que nem este que vos escreve e tampouco esta tese jamais foram obra e graça de mônada alguma. Trata-se de rememorar o princípio coletivista mertoniano da comunidade científica, lugar onde se pratica o ceticismo organizado. Só que um trabalho desses vai além da circunscrição de Merton. Se é com e contra a minha comunidade científica que esta tese foi elaborada, também é com e contra a minha comunidade de afetos que os dilemas e apoios fundamentais foram se sucedendo nestes pouco mais de quatro anos. Vou unir as duas esferas e irei me ater ao período de doutoramento para evitar escrever aqui algo da extensão da lista telefônica da cidade de São Paulo.

Primeiramente gostaria de agradecer aos colegas do meu Departamento de Ciências Sociais da UFF de Campos. A todos e todas colegas. Contudo, gostaria de colocar em destaque alguns nomes. Márcio Malta que de alguma maneira acabou inspirando o pontapé para esta pesquisa com seu próprio trabalho. Aos diferentes chefes: Rogério Azize, José Colaço, Paulo Gajanigo e Rodrigo Monteiro. Todos foram absolutamente excepcionais e viabilizaram minha licença para fazer o doutorado. Para Carlos Abraão, pela amizade de quase duas décadas. Gratidão!

José Luis Vianna, que se interessou por este percurso de doutoramento e foi meu primeiro orientador na guardação e Adelia Miglievich, minha orientadora de mestrado, ao manifestar a mesma atenção e carinho desde o início. Curioso que eu me veja hoje como uma síntese de ambos. Muito obrigado.

Para Kenya, Paulo Sérgio, os Trippers (Charlie, Bruno e respectivas), Fábio Carvalho e Sanne, Angellyne e família, Marquinho e Gisa, Dalva, minha galera do Wushu Sanda... nossa! Vocês foram simplesmente maravilhosos em diferentes momentos da elaboração deste trabalho. De maneiras diversas fizeram a manutenção de minha sanidade. Em outras ocasiões me levaram para o caminho oposto. Porém, tenho clareza que este trabalho jamais teria a atual configuração sem vocês.

Ao trio Coutinho Mansur, Emil, Lu e Ana, grato, muito grato! Afinal, afeto não se compra nos shoppings da vida não é verdade?

Retomando o círculo profissional desta pesquisa, o apoio integral e o incentivo de meu orientador foi absolutamente vital. Caíque, este trabalho também é seu. Assim como levo a dívida que adquiri junto aos professores Carlos Sávio Teixeira e Cláudio Farias Augusto que estiveram em minhas bancas de projeto de tese, qualificação de tese e da defesa propriamente. Ambos conseguiram unir duas virtudes fundamentais e infelizmente nada banais na Universidade: o tratamento pessoal absolutamente respeitoso e a disposição colaborativa nas leituras críticas e minuciosas que fizeram de meu trabalho.

In memoriam fica o agradecimento ao meu colega Patreck Burglin que infelizmente não pode cumprir o rito de tese partindo antes do que deveria. Patrick, que foi o primeiro a me apresentar o *Kindle*, generosamente compareceu em minha defesa de projeto de tese. Sempre foi um colega gentil e interessado. Fez e faz falta.

Ao bravo Manoel Pereira, secretário do PPGCP, agradeço muitíssimo pelo apoio solícito logístico e profissional.

Aos professores Ivo Coser e Bernardo Ricúpero, o primeiro teve que vencer a ponte Rio-Niterói e o último a ponte aérea Rio-São Paulo. Obrigado por ambos terem participado de minha banca de defesa de tese e pela leitura atenta e crítica de meu trabalho. Espero revê-los novamente e em breve!

Para a querida Fabrina Magalhães Pinto, por ter segurado o ônibus aqui em Campos no Shopping Estrada enquanto eu trocava a minha passagem para ir em Niterói defender a tese. Igualmente agradeço ao motorista do ônibus por ter me aguardado. Graças a ambos cheguei no horário previsto.

Aos meus pais, Silvia e Isaias, e minha querida irmã, Lívia. Eu sou como sou por vocês serem como são. Agradeço por todo o apoio e torcida integral na minha vida.

Por último para Nathynha. Por tudo, nada mais e nada menos. Essa tese também é sua. Obrigado simplesmente por você existir.

“Com a morte prematura, aos 61, do cientista político Gildo Marçal Brandão, a boa esquerda brasileira perde um de seus melhores pensadores. Como se Tostão não tivesse jogado a Copa de 70. Uma lástima!”

Juca Kfoury, jornal Folha de São Paulo, 18 de fevereiro de 2010

RESUMO

O presente trabalho dedica-se a um estilo de Ciência Política crítica contemporânea elaborada na periferia do capitalismo pelo cientista político, filósofo e jornalista brasileiro Gildo Marçal Brandão (1949-2010). A produção intelectual profissional de Brandão, desde sua juventude até a maturidade, é discutida de forma sistemática utilizando como princípio teórico e metodológico a restauração teórica e é dividida, para fins de análise e exposição, em três eixos diferenciados que se complementam: 1) o posicionamento do autor diante do debate “teóricos e empíricos” realizado na Ciência Política brasileira no final da década de 1990 e início do século XXI; 2) a tensão existente entre Partido Comunista Brasileiro, a “questão intelectual” e o sistema político; 3) a proposição do autor de reorganizar, em bases originais, o Pensamento Político Brasileiro. Não obstante os três diferentes momentos identificáveis em sua obra, este trabalho defenderá que há um fio condutor único, proporcionado por uma recepção heterodoxa e singular da tradição marxista, onde o fenômeno do poder se apresenta ancorado por uma perspectiva histórica e totalizante da sociedade.

Palavras-Chave: Gildo Marçal Brandão; Ciência Política Crítica; Partido Comunista Brasileiro; Pensamento Político Brasileiro

ABSTRACT

This work is dedicated to a contemporary style of Critical Political Science elaborated on the periphery of capitalism by the political scientist, philosopher and Brazilian journalist Gildo Marçal Brandão (1949-2010). The professional and intellectual work developed by Brandão, from his youth to maturity, is systematically discussed here using theoretical and methodological principles as the theoretical restoration and is divided, for purposes of analysis and exhibition, in three distinct axes that complement each other: 1) the author's position in the "theoretical and empirical" debate occurred in Brazilian Political Science in the end of the 1990's and in the beginning of this century; 2) the tension between the Brazilian Communist Party, the "intellectual problem" and the political system; 3) the proposition of the author to reorganize the Brazilian Political Thought in an original approach,. Not disregarding the three different identifiable moments in his work, this thesis will argue that there is a unique guiding line, provided by a heterodox and singular reception of the Marxist tradition, where the phenomenon of power is anchored by a historical and totalizing perspective of society.

Keywords: Gildo Marçal Brandão; Critical Political Science; Brazilian Communist Party; Brazilian Political Thought

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I – CIÊNCIA POLÍTICA TRADICIONAL E CIÊNCIA POLÍTICA CRÍTICA: A IMAGINAÇÃO CRÍTICA DE GILDO MARÇAL BRANDÃO - TEORIA E POLÍTICA.....	19
1 - Três caminhos de autocompreensão na Ciência Política brasileira.....	20
1.1 – Balanços da produção brasileira pós-1966 e a Ciência Política por Subtração.....	21
1.2 - A Ciência Política brasileira em uma abordagem histórica institucional/epistemológica.....	27
1.3 - A produção individual dos cientistas políticos brasileiros: trilhas a serem abertas e uma opção não ortodoxa.....	32
2 - A Ciência Política Crítica de Gildo Marçal Brandão.....	34
2.1 - Um cientista político na periferia do capitalismo.....	36
2.2 – Brandão e Lukács: teoria política e a crítica da Ciência Política Tradicional.....	40
CAPÍTULO II – DA MILITÂNCIA AO OBJETO DE ANÁLISE: O PCB E GILDO MARÇAL BRANDÃO.....	49
1 - Observações preliminares: sintetizando o ex-militante no analista do PCB e a polêmica biográfica.....	50
2 - A militância intelectual comunista de Gildo Marçal Brandão.....	54
2.1 – O comunismo <i>de</i> Marçal Brandão.....	57
2.2 – O comunismo <i>em</i> Gildo Marçal Brandão: o trabalho analítico.....	73
3 – Gildo Marçal Brandão e o Comunismo Brasileiro.....	76
3.1 – Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1988).....	76
3.2 - O PC às vésperas da cisão marighellista (1989).....	86

3.3 – Partido Ilegal e o Sistema Partidário (1992).....	92
3.4 – O Partido Comunista como “Esquerda Positiva” (1995).....	98
3.5 – A esquerda positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964 (1997) – uma síntese.....	104
CAPÍTULO III – O PROJETO D´AS LINHAGENS: AS IDÉIAS NÃO ESTÃO FORA DO LUGAR.....	109
1– Introdução.....	110
2- A urgência de pensar o pensamento ou a demanda de Brandão ante o projeto das <i>Linhagens</i>.....	112
3- O projeto das Linhagens – o lugar das idéias.....	117
3.1 – As famílias intelectuais.....	127
3.1.1 - Observações sobre as afinidades eletivas e as famílias intelectuais.....	129
3.1.2 – Idealistas Orgânicos.....	133
3.1.3 – Idealistas Constitucionais.....	136
3.1.4 – A família anti-aristocrática.....	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147
ANEXO.....	163

Introdução

Hannah Arendt em seu *Homens em tempos sombrios*¹ segue um caminho analítico transgressor em vários aspectos. O livro, composto de onze curtas biografias, utiliza uma seleção de personagens que, segundo a própria autora, provavelmente jamais sequer sentariam juntos em qualquer ocasião. Não obstante esse conjunto eclético de trajetórias eivado de disparidades entre si, Arendt envereda pelo terreno pouco pacífico na teoria social onde é discutida a relação entre indivíduo e sociedade, ou, se assim quisermos, agência e estrutura². Em outros termos, as pequenas biografias, e eis a conexão comum que confere sentido ao livro, atendem a uma ambição de esclarecimento por contraste entre indivíduo, *Zeitgeist* e sociedade. Cada um(a) dos(a) biografados(a)³ não funcionaria enquanto indivíduos exemplares ou típicos de seu tempo. Pelo contrário. Seriam os “espíritos livres”⁴ de Nietzsche (2005). Justamente estes em plano micro são a *negação*, não desconsiderando os limites objetivos, das tendências, práticas e valores dominantes de sua sociedade temporalmente delimitada. Se são os tempos sombrios os agentes em destaque se apresentam enquanto um facho de luz em meio às trevas iluminando em sua não tipicidade o contexto histórico em que viveram.

Sobre este estofo reflexivo filosófico, onde percursos individuais são utilizados como mecanismos que propiciam tanto o exercício de *esclarecimento* de uma época e/ou contexto histórico quanto do legado político e/ou intelectual em si de um(a) determinado(a) agente, que localizamos este trabalho de tese. Para esta análise de via

¹ A primeira edição intitulada *Men in Dark Times* se tornou conhecida para o público no ano de 1968 pela editora nova-iorquina Harcourt, Brace and New World. Aqui utilizo a edição brasileira lançada em 2008 pela Companhia das Letras no selo Companhia de Bolso.

² Seria humanamente impossível esgotar a temática agência/estrutura com um número restrito de indicações neste momento e por fugir do escopo desta introdução. Porém, por ora, cabe recomendar a consulta a José Maurício Dominges (2001) para uma perspectiva resumida dos dilemas das escolas sociológicas no século XX neste tocante e Jeffrey Alexander (1986) em seu obrigatório “O novo movimento teórico” para um panorama introdutório e eficiente dos contorcionismos ante indivíduo e sociedade desde a década de 1970 na teoria social. Contudo, cabe advertir que mais adiante, no desenvolvimento deste trabalho, estas questões basilares serão retomadas sempre que for necessário.

³ Dentre as onze biografias curiosamente há apenas uma mulher: Rosa Luxemburgo.

⁴ Trecho do aforismo 225 de *Humano, demasiado humano*: “É chamado de espírito livre aquele que pensa de modo diverso do que se esperaria com base em sua procedência, seu meio, sua posição e função, ou com base nas opiniões que predominam em seu tempo. Ele é a exceção, os espíritos cativos são a regra (...)” (Nietzsche, 2005).

dupla o cientista político alagoano Gildo Marçal Brandão, nosso personagem central, nos oferece um amplo escopo de possibilidades.

Nascido em 17 de fevereiro de 1949 no município de Mata Grande, Alto Sertão alagoano, Brandão vivenciou até o final de sua vida um conjunto de experiências que o singularizam neste pouco mais de meio século de institucionalização da Ciência Política no Brasil⁵. Graduado em filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco⁶ (doravante UFPE) atuou ostensivamente como editor⁷, jornalista⁸, quadro do Partido Comunista Brasileiro e professor até obter sua formação propriamente de cientista político no final dos anos 1980 e início da década de 1990⁹ motivado por uma decisão pragmática: “(...) *visando (...) alcançar colegas de geração cuja carreira acadêmica não sofrera solução de continuidade, criar condições materiais para a dedicação exclusiva à pesquisa e à docência (...), obter o doutorado no tempo mais curto possível.*” (Brandão, 2010a: 59).

Brandão faleceu em 15 de fevereiro de 2010. Sua morte se deu em circunstâncias profissionais tão singulares quanto sua própria trajetória. Em meio ao processo que lhe conferiria o título de professor titular de Ciência Política na USP, durante a elaboração de uma das últimas peças do rito do concurso, justamente a conferência que lhe conferiria a titularidade, Brandão não pode ministrá-la em virtude da fragilidade de seu aparato cardíaco. Retirou-se em uma praia do litoral paulista para

⁵ Estamos utilizando para fins de simplificação o marco da criação do primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais no ano de 1966. Todavia, é consensual que o processo de estabelecimento tanto da pós-graduação quanto da profissionalização dos cientistas políticos brasileiros em um sentido delimitado em termos disciplinares transcorre, de forma mais ou menos contínua, desde o início da década de 1960 (Avritzer et. all, 2015).

⁶ Brandão foi estudante da UFPE entre os anos de 1968 e 1971 (Cf. Brandão, 2010a).

⁷ Foi editor ou membro do conselho editorial das seguintes revistas e/ou periódicos acadêmicos: Escrita/Ensaio editada em parceria com Marco Aurélio Nogueira na década de 1970 onde cuidam dos quatro primeiros números; Revista Temas de Ciências Humanas entre 1977 e 1981 também em parceria com Marco Aurélio Nogueira; membro do conselho editorial da Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB) nos anos de 1995 e 1996; na Revista Brasileira de Ciências Sociais atuou primeiramente como membro da Comissão Editorial nos anos de 2001 e 2002 e posteriormente como editor entre 2005 e 2008; membro do conselho editorial da revista Lua Nova de 1988 até sua morte em 2010 (Cf 2010a; 2010b).

⁸ Atuou como jornalista na Folha de São Paulo, Diário do Grande ABC, Gazeta Mercantil, Diário da Manhã em Goiânia e na Voz da Unidade, jornal do PCB, onde também foi editor entre 1980 e 1981. Na revista Isto É fez participações como *free lancer* (Cf. Brandão, 2010a; 2010b).

⁹ Brandão foi orientando de Francisco Weffort entre 1987 e 1992 no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (doravante USP). O título obtido foi o de doutor em Ciência Política. Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/8561300101174924> (acesso em 31 de março de 2015).

trabalhar na conferência¹⁰, passou mal e, traído por seu coração, faleceu¹¹. Conforme Brasília Sallum Jr., utilizando-se de uma sentença creditada a Gabriel Cohn, “*A morte colheu Gildo Marçal Brandão em pleno voo*” (Sallum Jr., 2010: 17) ou, como apontaria com pesar outro interlocutor do cientista político alagoano, Brandão teria encontrado desafortunadamente “(...) *uma moira insensível.*” (Barboza Filho, 2010: 38). De todo modo, o resultado deste concurso foi a obtenção da titularidade póstuma enquanto demonstração de reconhecimento de sua instituição, no caso, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)¹².

Em outras frentes e espaços, na academia, no jornalismo ou nos partidos políticos, homenagens diversas foram cunhadas como um tributo pela vida e obra de Gildo Marçal. Seja pelo jornalista e cientista social de formação Juca Kfourri, que lamentou “*a morte de um amigo querido*”¹³, seja em uma Sessão Especial da ANPOCS na noite de 26 de outubro de 2010, perpassando a própria USP, a UFPE, uma nota de pesar no site oficial do PPS¹⁴ (Partido Popular Socialista) e homenagens individuais de intelectuais de lugares teóricos/políticos distintos¹⁵.

Decerto este conjunto de homenagens realizadas por um grupo eclético de personagens não são acidentais e tampouco derivadas exclusivamente do caráter trágico da morte de Brandão: um enfarte ocorrido às vésperas do momento em que alcançaria a consagração formal na carreira, atingindo o ápice da titularidade em uma das mais tradicionais instituições de ensino superior e pesquisa do país. As homenagens recebidas são ressonâncias dos diferentes círculos sociais frequentados por Gildo Marçal Brandão em seu percurso não linear até a academia, além de refletirem também o próprio conjunto de opções profissionais, teóricas e políticas que estruturaram o que

¹⁰ Publicada postumamente em Coelho, 2010.

¹¹ In: Folha de São Paulo, *Cientista político Gildo Marçal Brandão morre aos 61 em SP*. disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1702201008.htm>, acesso em 15 de janeiro de 2015.

¹² Agência Fapesp, nota de imprensa disponível em http://agencia.fapesp.br/usp_homenageia_gildo_marcal_brandao/11939/, acesso em 15 de janeiro de 2015.

¹³ Disponível em blog do Juca: <http://blogdojuca.uol.com.br/2010/02/gildo-marcal-brandao-1949-2010/>, acesso em 23 de outubro de 2014.

¹⁴ Disponível em <http://tv.pps.org.br/portal/showData/169453>, acesso em 15 de janeiro de 2015.

¹⁵ Luiz Eduardo Soares (2010), Luiz Carlos Bresser-Pereira (2010), Elide Rugai Bastos (2010), Marcelo Ridenti (2009), Marco Aurélio Nogueira (2009), Brasília Sallum Jr (2009; 2010) dentre outros(as) em diversas ocasiões e publicações, produziram notas póstumas homenageando a produção intelectual de Gildo Marçal Brandão ou trazendo memórias do contato pessoal e/ou profissional com o cientista político alagoano.

Marco Aurélio Nogueira chamou de um *intelectual à moda antiga*, “(...) porque, *enciclopédico, avesso a especializações unilaterais*” (Nogueira, 2009: 25).

Prosseguindo, mesmo que tenha reassumido a vida universitária após uma movimentada trajetória profissional em outras frentes, Brandão manteve uma produção intelectual instigante e original. Os temas abordados, tanto na produção acadêmica como não acadêmica, são de origem diversa. Nos trabalhos estritamente acadêmicos apresentam-se reflexões sobre a teoria política e a ciência na periferia do capitalismo, diálogos com a filosofia política ou a teoria social em sentido amplo, análises sobre a relação de um ator em particular, o Partido Comunista Brasileiro, com o sistema político de sua sociedade e, por fim, uma profícua e inacabada produção atrelada a uma contribuição inconfundível sobre como interpretar o pensamento político e social brasileiro em textos analíticos/programáticos notadamente dotados de caráter metodológico ou propriamente teóricos. Igualmente na sua produção “não acadêmica” o *menu* ofertado é diverso. Além de contemplar os eixos apresentados (teoria social e política em sentido amplo, a relação do PCB com a política brasileira e os intelectuais e o pensamento político e social brasileiro), comparecem intervenções sobre temas candentes da conjuntura onde se apresenta a vocação de Brandão como intelectual público, não restrito ao diálogo intra-acadêmico. Porém, advertimos que iremos nos concentrar em praticamente todo este trabalho na produção estritamente acadêmica do autor, excetuando um momento em uma das partes onde consideramos que a atividade do militante, mais do que o jornalista, auxilia a explicar o teórico da política.

Jürgen Habermas (1990) formulou, diante da tarefa de interpretar de forma criativa nada menos que a larga tradição de pensamento do materialismo histórico, as possíveis posturas analíticas que denominou de *restauração*, *renascimento* e *reconstrução*. Estas sugerem, antes de simplesmente classificar o trabalho intelectual na análise de produções teóricas, três diferentes maneiras do pesquisador se relacionar com uma dada teoria social. Embora, conforme já dito, a proposta de Habermas tenha se centrado no marxismo, a mesma pode ser útil diante de outras tradições e será importante no desenvolvimento dos argumentos que seguirão:

Restauração significaria o retorno a um ponto de partida que, nesse meio tempo, ter-se-ia corroído: mas meu interesse por Marx e Engels não é

dogmático e nem mesmo histórico-filológico. Renascimento significaria a renovação de uma tradição que, nesse meio tempo, teria estado sepultada: o marxismo não precisa disso. Reconstrução significa, em nosso contexto, que uma teoria é desmontada e recomposta de um modo novo, a fim de melhor atingir a meta que ela própria se fixou: esse é um modo normal (quero dizer, normal também para os marxistas) de se comportar diante de uma teoria que, sob diversos aspectos, carece de revisão, mas cujo potencial de estímulo não chegou ainda a se esgotar. (Habermas, Ibid: 11 - parênteses do autor)

Dentre os três caminhos acima descritos, a *restauração*, o *renascimento* e a *reconstrução*, mobilizaremos um destes neste trabalho. Iremos nos propor a realizar a tarefa da *restauração* que se traduz na reconstituição de uma teoria como via para interpretá-la. Ou seja, adaptando a proposição habermasiana, nosso interesse não é dogmático ou filológico, neste momento é histórico, metodológico e teórico diante de uma obra intelectual singular. A questão metodológica aqui é tanto explicitar um determinado estilo de pesquisa da ciência política nacional quanto reconstituir, restaurar o caminho adotado para a proposição de um dado *corpus* teórico.

No âmbito da *restauração teórica*, iremos investigar o desenvolvimento teórico da produção de Gildo Marçal Brandão a partir de seu *Totalidade e determinação econômica* publicado em 1977 onde se nota suas primeiras opções de análise da sociedade prosseguindo, em um *continuum*, em sua produção final¹⁶ que se encerra prematuramente no término da primeira década do século XXI. Contudo, ressaltamos que desde a publicação de seu primeiro artigo de fôlego na década de 70 do século passado, Brandão irá apresentar três características que irão perpassar toda sua obra: a opção pelo materialismo histórico como tradição intelectual a ser abraçada à sua maneira, a persistência da História como ingrediente de análise inescapável no esforço de compreensão do fenômeno político e uma perspectiva obrigatoriamente totalizante dos fenômenos.

Assim sendo, o desenvolvimento deste trabalho de restauração teórica será dividido em três capítulos, embora, conforme já dissemos, seja possível identificar a obra de Gildo Marçal Brandão dotada de um fio condutor único, a divisão que ora

¹⁶ Elide Rugai Bastos (2010), em uma das homenagens póstumas à vida e obra de Gildo Marçal Brandão, detecta esta continuidade entre o artigo de 1977 e os trabalhos posteriores de nosso autor.

propomos se dá para fins didáticos de exposição e se distribuirá em três grandes temas passíveis de serem detectados durante a trajetória acadêmica do autor: 1) a ciência da política tal qual proposta por Brandão em seus meandros teóricos, epistemológicos e metodológicos em contraste com a ciência política tradicional; 2) a análise do Partido Comunista Brasileiro, onde são aplicados princípios discutidos na parte anterior; 3) a conclusão da produção de nosso autor sintetizada no projeto das Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. Mesmo sendo três partes essas não devem ser compreendidas enquanto elementos estanques. Veremos que há uma fina continuidade do modo de pensar de Brandão nos três grandes temas que delimitamos gerando, enfim, a pretensão da totalidade, uma das categorias mais caras para o autor.

Finalizando esta introdução, sustentamos que o que anima este trabalho é a convicção de que a análise sobre uma produção intelectual na periferia é, igualmente, uma reflexão sobre a própria condição periférica. Não se trata de uma novidade, vide os estudos hoje clássicos sobre Machado Assis elaborados por Roberto Schwarz (1998; 2000), onde a condição periférica não se apresenta como um rochedo intransponível para a produção reflexiva de qualidade e, quando muito, denuncia tanto obstáculos quanto o enquadramento concreto desta produção. Em verdade, de forma incidental e não como objeto de dissecação sistemática, a produção, reprodução e condições para este movimento de circulação de idéias estará presente neste trabalho em suas partes e seções. Por pressuposto, a relação entre produção espiritual de uma dada realidade e suas relações concretas, questão longeva das reflexões das Ciências Sociais que nos remete a um vasto *quantum* de clássicos e contemporâneos, se impõe como elemento fundamental. Afinal, embora os raciocínios estritamente hipotéticos não sejam materialmente verificáveis (Santos, 1998), dificilmente poderíamos conceber a produção intelectual de Gildo Marçal Brandão longe da realidade brasileira, o que deriva em assinalarmos desafios, possibilidades e relações concretas existentes desta realidade com sua produção intelectual. Ou, como apontaria uma de suas reflexões: “(...) *o que nos interessa é ver como a sociedade, os diversos grupos sociais produziram os intelectuais de que necessitam (...) ou como a produção intelectual (...) refletiu e elaborou processos sociais mais amplos (...).*” (Brandão, 2010b: p.304).

**CAPÍTULO I – CIÊNCIA POLÍTICA TRADICIONAL E CIÊNCIA
POLÍTICA CRÍTICA: A IMAGINAÇÃO CRÍTICA DE GILDO
MARÇAL BRANDÃO - TEORIA E POLÍTICA**

Capítulo I – Ciência Política Tradicional e Ciência Política Crítica: A imaginação Crítica de Gildo Marçal Brandão - Teoria e política

1 – Três caminhos de autocompreensão na Ciência Política brasileira

A recente celebração do jubileu de criação do primeiro programa de pós-graduação em Ciência Política no Brasil, datado de 1966 na Universidade Federal de Minas Gerais (doravante UFMG), nos inspira a fazermos um retrospecto sobre os discursos e caminhos de autocompreensão/autorreflexão adotados pelos próprios cientistas políticos nas últimas décadas sobre a área. Estes discursos constituídos sobre o campo de conhecimento, como nos alerta Lessa (2011a; 2011b), são também elementos constituintes, estruturantes do próprio campo ao trazer a tona suas narrativas de validação, critérios de legitimação internos, perfil de identidade profissional, hábitos institucionais, uma linguagem compartilhada, enfim, todos os elementos que constituem uma “comunidade epistêmica” particular (Lessa, 2011b: 29). Portanto, é um exercício que está para além da mera e supostamente ingênua reconstituição de fatos ou mesmo classificação de dados.

Dentre estes caminhos de autocompreensão/autorreflexão produzidos pelo próprio campo detectamos três que sumarizamos a seguir: I) abordagens onde é categorizado e apresentado sob a forma de dados e estatísticas um censo construído a partir da produção acadêmica formal dos cientistas políticos brasileiros (teses, dissertações, artigos em periódicos). Neste tipo de esforço, também por vezes são apresentados dados sobre a expansão da pós-graduação brasileira na área objetivando estabelecer um mapeamento da profissionalização da Ciência Política local; II) estudos onde se apresentam narrativas sobre a história do campo da Ciência Política brasileira, por vezes privilegiando o que se chama de “história curta” ou local (Lessa: *Ibid*), como no caso de Forjaz (1997), seus personagens, fontes de financiamento e construção dos programas de pós-graduação. Esta vertente em Lamounier (1982) envolve também considerar, para além dos elementos destacados por Forjaz (*Ibid*), o estoque de “longa duração” do pensamento político nacional desde o século XIX. Em Lessa (*Ibidem*), que participa desta perspectiva, há o trabalho intelectual de entrecruzar tanto uma história curta quanto uma “história longa”, onde o campo de conhecimento em particular é tangenciado também pela história de outro campo epistêmico análogo em uma

perspectiva de longa duração, no caso, a Ciência Política norte-americana; III) análises que privilegiam a produção individual dos cientistas políticos brasileiros a partir do marco histórico de 1966. Este tipo de autocompreensão é residual como reconhece um dos cientistas políticos brasileiros que enveredam por este caminho¹⁷ (Moreira, 2014). Porém, este será o *leitmotiv* de nossa proposta, dado que construir leituras sistemáticas sobre os cientistas políticos “recentes” pode nos trazer elementos importantes e complementares não contemplados pelos caminhos I e II aqui descritos¹⁸.

1.1 - Balanços da produção brasileira pós-1966 e a Ciência Política por Subtração

Como primeiro caminho de autocompreensão/autorreflexão apresentaremos o do mapeamento da institucionalização universitária do campo e da produção acadêmica na área. Os cientistas políticos brasileiros concentraram-se na análise da produção bibliográfica disponível em periódicos e no processo de rotinização e expansão dos programas de pós-graduação no Brasil (Soares: 2005; Leite: 2010; Leite e Codato: 2013; Oliveira e Nicolau, 2014; Marengo: 2014; Leite: 2015). Destes estudos, dotados da forte aplicação de descrição quantitativa, podemos sumarizar os seguintes diagnósticos positivos consensuais:

a) a área de Ciência Política brasileira detém faticamente diversidade temática em sua produção de teses, dissertações e artigos (Soares, Ibid.; Leite e Codato, Ibid.; Oliveira e Nicolau, Ibid.; Marengo: Ibid.; Leite: Ibid.);

b) o período recente após a implementação do programa REUNI¹⁹ implicou um aumento significativo dos programas de pós-graduação em

¹⁷ “Como parece ser próprio do pensamento político brasileiro, subárea acadêmica das Ciências Sociais no país, estudos sobre os intelectuais mais recentes são a exceção, não a regra.” (Moreira, 2014: 293).

¹⁸ Estes três caminhos aqui passam pelo necessário “esforço de redução de complexidade” que é próprio da construção de tipos ideais. Porém, a despeito de enquadrarmos os estudos sobre a área da ciência política em qualquer dos três caminhos pela preferência de análise adotada (censo da produção acadêmica/ pós-graduação; história institucional e epistemológica do campo; análise individual da produção de um(a) cientista político(a) pós-1966), todos os(as) autores transitam dentre os elementos descritos. Todavia, é perceptível a variação da *ênfase* em um determinado *locus* de análise o que nos permite a presente categorização.

¹⁹ O REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), foi criado pelo decreto presidencial n. 6.096 de 2007 e envolve a aplicação de recursos visando expandir o quantitativo de vagas nos cursos de graduação das universidades federais brasileiras. Maiores detalhes

Ciência Política no Brasil, não desconsiderando a persistência das desigualdades regionais na formação deste tipo de profissional onde os programas ainda, sobretudo os de criação mais recente, não ofertam a diversidade temática encontrada da área no treinamento de seus pós-graduandos (Marenco, *Op. Cit.*);

c) no tocante à produção de artigos publicados em periódicos de ponta, sejam estes periódicos disciplinares ou que abrangem o universo das Ciências Sociais em sentido mais amplo, há também o crescimento significativo de publicações²⁰ expresso em pluralidade temática²¹ (Leite e Codato: 2013; Oliveira e Nicolau: 2014; Marenco: 2014; Leite: 2015);

d) A gravitação temática dos temas privilegiados de pesquisa na Ciência Política acompanha questões candentes presentes no espaço público brasileiro, com pesquisas e estudos enfocando matérias de interesse conjunturais e/ou estruturais, o que indica uma vocação natural e positiva da área em fornecer análises e respostas para perguntas cruciais do conjunto da sociedade (Oliveira e Nicolau: *Ibid.*; Marenco, *Ibid.*).

O conjunto de elementos supracitados nos leva a compartilhar a percepção de que há um amadurecimento importante do campo do conhecimento disciplinar da Ciência Política no Brasil nos últimos 50 anos. Mas, afora estes avanços concretos e consensuais, se produz tanto uma percepção do que chamarei de *Ciência Política por subtração* quanto também um outro problema: a homogeneização/pasteurização expressa na forma de categorização dos dados da produção atrelada ao reforço de um certo *solipsismo* que pode ocultar elementos importantes no esforço de construção esclarecedora de uma *história* concreta da área profissional e disciplinar.

Primeiramente não é rara a crítica sobre a Ciência Política praticada no Brasil impetrada pelos próprios profissionais do campo. A esta postura autocompreensiva chamamos de *Ciência Política por subtração*. O termo, que tomamos aqui de

podem ser consultados aqui: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=1085>, acesso em 29 de maio de 2015.

²⁰ Todas as análises citadas se concentraram na aplicação de instrumentos bibliométricos aos periódicos classificados no sistema Qualis-Capes entre A1, A2 e, por vezes, B1.

²¹ Porém é importante destacar que, tal como os periódicos forâneos (Soares, 2005), os periódicos brasileiros mantêm preferências bem demarcadas sobre qual tipo de temática publicar (Marenco, 2014; Leite e Codato, 2013; Leite, 2015). Esta “preferência” incide diretamente na seleção dos artigos publicados e, evidentemente, a sumária exclusão dos “indesejáveis” a partir de elementos que contemplam a linha editorial do periódico, corpo de editores, etc..

empréstimo do brilhante ensaio de Roberto Schwarz (1997) intitulado “*Nacional por subtração*”, refere-se a uma postura presente não só no Brasil mas, também detectada em outros países latino-americanos em seus intelectuais, onde constrói-se um discurso poderosamente ácido e autodepreciativo sobre a própria realidade nacional, suas particularidades de formação e sua população. Schwarz de alguma maneira associa esta auto-interpretação de tônica notadamente *negativa* à herança simbólica deixada como legado em países que viveram a condição de colônia, sendo privilegiada a perspectiva comparativa, muitas vezes idealizada e ficcional, onde se utilizam parâmetros dualistas expressos na divisão entre “nós” e “eles”, “atraso” e “progresso”, “barbárie” e “civilização”. Ou seja, o *forâneo* fornece parâmetros de meta a ser alcançada em diversas áreas, mesmo que um olhar mais próximo e menos ingênuo possa desmistificar qualquer Eldorado civilizatório mítico. De forma análoga parte das análises geradas pelos cientistas políticos sobre o campo e sua produção no Brasil aparentemente compartilha deste tom ácido, crítico e negativo.

Prosseguindo, agora conferindo materialidade argumentativa a esta *Ciência Política por subtração*, dentre as críticas apresenta-se o que se chama de “déficit metodológico”, onde os cientistas políticos brasileiros apresentariam um uso pouco sofisticado dos instrumentos de pesquisa, sejam quantitativos ou qualitativos, isto quando utilizariam qualquer instrumento (Reis, Reis & Velho, 1997; Soares, 2005; Marengo, 2014; Oliveira & Nicolau, 2014). O parâmetro comparativo aqui é fornecido seja pela Ciência Política norte-americana ou pela nórdica (Soares, *Op. Cit.*), onde estes aplicariam de forma mais sistemática e rotineira os instrumentos desejados. Porém, o próprio Soares (Ibidem: 31) reconhece, apoiado pelas análises publicizadas em periódicos estrangeiros, que mesmo a Ciência Política britânica, dentre outras, ainda faz pouco uso de instrumentos quantitativos, o que nos faz questionar se haveria um único padrão de se fazer ciência, tal como uma “ciência normal” kuhniana, a ser seguida. Ainda, um reflexo da baixa adesão da aplicação dos instrumentos metodológicos seria a prática do *ensaio* (Soares, Idem; Reis, Reis e Velho, 1997; Oliveira e Nicolau, *Op. Cit.*) tratado aqui enquanto sinônimo de vício, defeito e até mesmo diletantismo (Marengo, *Op. Cit.*).

Um outro ponto de crítica que leva água ao moinho de uma Ciência Política por subtração é a dificuldade de internacionalização da área brasileira expressa ainda no *quantum* modesto de publicações fora do país. Aqui teríamos a língua materna enquanto

pecado original que é mobilizada para explicar este déficit: o português como uma barreira a ser transposta (Soares, *Op. Cit.*; Marengo, *Ibid*).

Em anexo a esta “barreira natural”, sofreríamos de um provincianismo local onde a Ciência Política brasileira privilegia temas nacionais (Marengo, 2014) e faz pouco uso de análises comparadas, um ponto importante que sendo superado aumentaria as oportunidades de publicação fora das nossas fronteiras. Ainda, na seara do provincianismo, Soares (*Op. Cit*) indica certa subserviência intelectual aos “modismos” da produção teórica dos países centrais, em detrimento do conhecimento mais íntimo da produção das Ciências Sociais entre os nossos vizinhos latinos (*Ibid*: 38). Em outra crítica ao provincianismo da Ciência Política brasileira, Fábio Wanderley Reis (Reis, Reis & Velho, *Op. Cit.*) segue um caminho oposto ao de Soares: indica que a negação “liminar” de teorias e modelos entre nós, a despeito da origem da produção ser periférica ou central, se dá por uma questão de pressuposto. O Brasil seria demasiado “peculiar”, “singular”, dentre outros adjetivos, para ser explicado pela produção estrangeira, a despeito da qualidade desta e da necessidade de diálogo que deveria demarcar o amadurecimento do campo. Podemos afirmar que Fabio Wanderley Reis e Glaucio Soares embora se emparelhem no diagnóstico de uma Ciência Política provinciana, por outro lado seguem o caminho do dissenso na formulação de seus argumentos neste tópico.

Ainda, permanecendo especificamente na crítica à baixa internacionalização da Ciência Política atrelada ao diagnóstico da dominância de um certo provincianismo local, me parece que a crítica deve ser devidamente calibrada. Se por um lado é desejável e necessária a maior internacionalização da produção científica nacional, a crítica soa “desencarnada”, desprovida de materialidade até mesmo geopolítica e estrutural, pois desconsidera a condição periférica tanto do país quanto do próprio sistema científico em face ao sistema internacional. Para além desta questão estrutural, há ainda um fato importante: os próprios periódicos da área nos países centrais igualmente padecem de uma prática provinciana. Segundo dados apresentados tanto por Soares (*Op. Cit.*) quanto por Marengo (*Op. Cit.*) periódicos como o *American Political Science Review* (doravante APSR), usualmente abrem espaço para autores atuantes nos Estados Unidos em grande porcentagem: “(...) representam 95%, 94% e 97% do total, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 (...)” (Soares, *Ibid*: 36). Ou seja, a despeito das críticas acerca da qualidade da produção brasileira, nos parece que há opções

claramente definidas para além das fronteiras nacionais que obstaculizam sobremaneira projetos de internacionalização. Afinal, se o provincianismo local deve ser devidamente refletido, o raio de ação de qualquer antídoto torna-se relativamente inócuo quando se apresenta o provincianismo alheio. Por fim, no tocante à excessiva preocupação da área com questões nacionais, o que produziria um *nacionalismo metodológico*²² supostamente *sui generis*, esta preferência não é um privilégio da Ciência Política brasileira. Sigelman (2006) observa que dentre os artigos publicados na APSR, sua maioria se concentra justamente na política americana. Outras realidades nacionais comparecem em porcentagem minoritária e se concentram em estudos de caso da Europa Ocidental (Sigelman, *Ibid*: 470) sendo o restante do mundo usualmente ignorado.

Concluindo este primeiro balanço dos diagnósticos que produzem a interpretação de uma *Ciência Política por Subtração*, há o foco na institucionalização da *Associação Brasileira de Ciência Política* (doravante ABCP) adjetivada de “tardia” (Marenco, 2014). Embora a formação da Associação de área no Brasil seja tardia se utilizarmos como parâmetro as co-irmãs das Ciências Sociais no Brasil²³, a formação de outras Associações de Ciência Política no mundo não obedece qualquer preceito temporal rígido, seja de proximidade em termos de criação ou de precedência/antecedência diante de outras associações científicas nas Ciências Sociais, excetuando o caso norte-americano que é um ponto fora da curva em termos de precocidade²⁴. Tendo por parâmetro uma realidade próxima na América do Sul, a *Sociedad Argentina de Análisis Político* é criada em 1982, sendo que a *Sociedad Argentina de Antropología* se estabelece em 1936 e a associação correlata da área de Sociologia neste país somente se apresenta em 2009 (Marenco, *Ibid*). Igualmente o caso francês não segue receituários rígidos: a *Association Française de Science Politique* é de 1949 e a *Société Française de Sociologie* de 1962 (*Ibidem*).

²² Termo utilizado pelo sociólogo alemão Ulrich Beck que implica o reconhecimento da forma pela qual os atores sociais e as ciências humanas em sentido amplo interpretam preferencialmente a *sociedade* enquanto sinônimo exato de *Estados-Nacionais* territorialmente delimitados. Como alternativa ao nacionalismo metodológico o autor advoga em defesa de uma postura interpretativa alternativa denominada *cosmopolitismo metodológico* (Beck, 2011).

²³ A SBS, Sociedade Brasileira de Sociologia, foi fundada em 1948, vindo a realizar o seu primeiro congresso em 1954. A ABA, Associação Brasileira de Antropologia, é fundada em 1955. A ABCP é fundada em 1986, realizando seu primeiro congresso em 1996 (Marenco, 2014).

²⁴ A Associação Americana de Antropologia é criada em 1902; a Associação Americana de Ciência Política é fundada em 1903 e, por fim, a Associação Americana de Sociologia é estabelecida em 1905 (Marenco, *Ibid*).

Embora a datação histórica da criação das Associações Científicas de uma determinada área de conhecimento seja um dos parâmetros para compreender o processo de autonomização da própria área (Leite e Codato, 2013; Marengo, Idem; Leite, 2015) e inserir este elemento nos auxílios de forma complementar a compreender a história nacional de uma dada disciplina, quando a interpretação vislumbra outras experiências forâneas, observa-se que há *singularidades* em cada Ciência Política nacional, seja a argentina, norte-americana, francesa e, evidentemente, a brasileira. Não obstante este dado, seja de precedência ou antecedência da criação de uma dada Associação, este elemento ainda nos revela pouco sobre a Ciência Política concreta praticada naquela realidade nacional. Afinal, a produção de uma dada área deve ser pensada sobretudo a partir de seus elementos publicizados em periódicos, livros, grupos de pesquisa e etc, ou seja, nos documentos concretos onde se materializam intenções e resultados de pesquisa, predileção por objetos a serem investigados e, por fim e não menos importante, pelas opções interpretativas de caráter teórico que fornecem os pressupostos analíticos. Este esforço já vem sendo realizado pelos pesquisadores da área na forma de balanços descritivos bibliométricos, conforme já apresentamos, seja tendo por base de dados os periódicos disciplinares ou a produção dos trabalhos monográficos da pós-graduação na área (Soares, 2005; Leite e Codato, 2013; Oliveira e Nicolau, 2014; Marengo, 2014; Leite, 2015).

Dentre estes balanços bibliométricos, onde a produção da Ciência Política brasileira é analisada e classificada por *temas* de pesquisa privilegiados pelos profissionais da área, obtemos uma importante fotografia da área certamente. O que se produz, quanto se produz e onde se publiciza são perguntas dotadas de forte caráter explicativo (Soares, Ibid; Leite e Codato, Ibid; Oliveira e Nicolau, Ibid; Marengo, Ibid; Leite, Ibid.). Porém, apontamos que há o limite da pasteurização da própria produção e a ocultação das discrepâncias e diversidade das opções da análise, algo já detectado por Leite (2015) neste tipo de levantamento. O risco deste tipo de abordagem é o de homogeneizar em demasia a produção dos cientistas políticos brasileiros, visto que justamente as análises da história da Ciência Política nativa não são dotadas de um ponto pacífico até mesmo sobre os pressupostos interpretativos. Há disputas no campo refletidas em sua própria constituição histórica e daqui iremos enveredar no debate do caminho II de análise: a perspectiva histórica institucional/epistemológica.

1.2 – A Ciência Política brasileira em uma abordagem histórica institucional/epistemológica

A relação entre a autorreflexão/autocompreensão dos cientistas políticos brasileiros com a história da Ciência Política no Brasil é, conforme ilustram as ainda raras produções na área que se concentram nesta temática, um esforço tão necessário quanto carente de maior atenção (Avritizer, Milani & Meneguello: 2015). De fato, não obstante o primeiro e seminal balanço elaborado por Bolívar Lamounier (1982) ainda no início da década de 1980, os trabalhos posteriores foram espaçados temporalmente, vide o importante artigo de Maria Cecília Forjaz (1997) para a *Revista Brasileira de Ciências Sociais* no final da década de 1990 e os de Renato Lessa (2011a; 2011b) datando do início da década em que vivemos no presente.

Forjaz (1997) nos fornece um caminho histórico de análise a partir de uma ótica institucionalizada: a história do campo profissional da Ciência Política é a história da constituição dos primeiros cursos de pós-graduação disciplinares fundados em 1966 na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em 1969 no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (doravante IUPERJ). Este caminho, o da fundação institucional como esturante e organizadora do campo, é seguido também em trabalhos da história da sociologia brasileira²⁵ e implica a construção de uma narrativa onde se defende um “marco fundador” para uma dada área de conhecimento disciplinar. O trabalho de Forjaz (Ibid.) torna-se estruturante e influente de outras análises construídas posteriormente (Marenco, *Op. Cit.*, Leite e Codato, *Op. Cit.*; Avritizer, Milani & Meneguello: 2015; Leite, 2015) e nos trás a perspectiva da formação da Ciência Política brasileira tal como conhecemos como um empreendimento do eixo Rio de Janeiro/Belo Horizonte a partir da segunda metade da década de 1960 e deste grupo são apresentados critérios de cientificidade, legitimidade no campo e rotinização de pesquisa.

O grande problema desta interpretação é abrir margem para uma leitura demasiado unilinear e até evolucionista/positivista, embora esta opção não deixe de

²⁵ Um exemplo quase prototípico deste tipo de opção metodológica pode ser encontrado em Bastos (2002) onde se apresenta uma profunda análise da chamada Escola Sociológica Paulista.

fornecer um parâmetro seguro para demarcar uma datação precisa do início da profissionalização da Ciência Política brasileira, consoante à própria data de fundação dos pioneiros cursos de pós-graduação. Certamente não é a armadilha que Forjaz cai, visto que sua leitura mantém um diálogo crítico com este processo de institucionalização, algo que não é seguido necessariamente pelos outros continuadores da leitura “institucional”. Este risco, o de engendrar uma redução de complexidade dotada de pouco alcance heurístico, é criticado pelo próprio Wanderley Guilherme dos Santos (2002) em outro momento e foi dirigida a Florestan Fernandes e à “Escola Sociológica Paulista”, sendo Santos ironicamente um dos mais importantes representantes da escola “carioca” de Ciência Política segundo a própria Forjaz (*Op.Cit.*).

O teor da crítica de Santos a Florestan Fernandes, que é passível de aplicação de forma análoga ao “institucionalismo” dos interpretes posteriores da formação da Ciência Política brasileira, é justamente o de anular, a partir da ótica da institucionalização acadêmica disciplinar, o “estoque” anterior de conhecimento produzido em determinado campo. Ainda, este critério, utilizado por Fernandes para legitimar os esforços da construção da Escola Sociológica Paulista no cenário científico nacional, divide a produção bibliográfica entre pré-científica e científica (Fernandes, 1958) onde a aplicação de instrumentos metodológicos e a rotinização institucional acadêmica das Ciências Sociais na São Paulo dos anos 1930 funcionam como critérios de qualidade irrefutável. Para toda a produção do que Santos chama de “imaginação político-social brasileira”, inventariada pelo próprio autor a partir do século XIX (Santos, *Op. Cit.*), caberia o limbo ou mesmo a franca inutilidade.

Retornando ao que estamos chamando de “paradigma da institucionalidade” apresentado por Forjaz (*Op. Cit.*) e seguido na produção recente da Ciência Política brasileira, a crítica de Florestan da produção intelectual anterior à institucionalização da Sociologia paulista, é de alguma maneira reeditada até mesmo por Marengo (*Op. Cit.*) em sua crítica ao “diletantismo” pertinente à prática do ensaio, onde a ausência de aplicação de instrumentos metodológicos rigorosos seria o demarcador obrigatório de cientificidade. Porém, não só Marengo incorre na reprodução da leitura de Florestan Fernandes: Fabio Wanderley Reis (Reis, Reis e Velho, 1997), Glaucio Soares (2005), Fernando Leite e Adriano Codato (2013), Jairo Nicolau (Oliveira e Nicolau: 2014) seguem a mesma seara de legitimação e conformação de um critério de cientificidade

onde toda a produção que não siga um determinado receituário está fadada a ser condenada. Ou seja, em outros termos, a concepção de uma ciência rigorosa estaria atrelada ao uso de um determinado rol de instrumentos metodológicos na pesquisa, existindo por vezes relativa “má aceitação” seja de esforços teóricos, da produção de ensaios e construção de elementos de esclarecimento (*Aufklärung*) onde a aplicação de instrumentos metodológicos seja menos evidente mas, que não implica em reflexões desleixadas ou diletantes.

Porém, além de constatar estas possíveis distorções geradas pela ótica unilinear, evolucionista e até positivista, a própria Forjaz (*Op. Cit.*) nos apresenta um elemento fundamental e crítico como saída: cabe discutirmos *como* é produzida esta Ciência Política no eixo Rio de Janeiro/Belo Horizonte. A primeira pista, que depois será nomeada de “impostação ontológica” por Lessa (2011a;2011b), é acerca da “autonomia da política” enquanto pressuposto cognitivo (Lessa, 2011a). Forjaz (*Ibid*), reconhece como grande influência na formação dos cientistas políticos brasileiros no contexto pós-1966 primeiramente a Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais (doravante FLACSO) em curso de pós-graduação *lato sensu*. Este é interpretado como o primeiro passo na formação destes profissionais dentro dos cânones das Ciências Sociais norte-americanas²⁶. Posteriormente virão os cursos *stricto sensu* realizados nos EUA, onde a “primeira geração” seguirá sua formação²⁷ acadêmica.

Esta internacionalização, ocorrida no contexto da ditadura militar brasileira, derivou no fortalecimento de uma “política aplicada”, onde os fenômenos políticos são retirados de outros contextos cognitivos de análise, produzindo a dissociação com a longa tradição de diálogo com a História, a Economia, a Sociologia, a Filosofia e a cultura em um sentido amplo (Forjaz, *Ibidem*). Autonomia, ainda, significa por em relevo o descolamento analítico das “meras formas institucionais” (*Ibidem*) em paralelo à aparente fragilidade da produção sociológica sobre o tema na Escola Paulista, para além da crítica veemente ao marxismo então praticado que atribuía à esfera política o

²⁶ Em entrevista concedida a Forjaz (1997) em virtude da realização de sua pesquisa, Antonio Otávio Cintra apresenta um depoimento elucidativo sobre as predileções teóricas encontradas no curso da FLACSO: “Muita sociologia norte-americana. Então, nós voltamos realmente muito imbuídos daquilo tudo. Sociologia, teorias de alcance médio, muito neopositivismo.”. Antonio Cintra, junto de Fabio Wanderley Reis, Julio Barbosa e Simon Schwartzman, fez parte do grupo de cientistas sociais mineiros que ingressaram na pós-graduação da FLACSO no início da década de 1960.

²⁷ Fabio Wanderley Reis e Vilmar Faria doutoraram-se em Harvard, Wanderley Guilherme dos Santos em Stanford, Antonio Otávio Cintra no MIT, Bolívar Lamounier na Universidade da Califórnia e Simon Schwartzman em Berkeley (Forjaz, *Ibid.*).

status de epifenômeno das relações materiais de existência. Forjaz finaliza alertando que esta postura termina por redundar em um “politicismo extremado” e não só pode como deve ser compreendida como um caminho de legitimação em um cenário de disputa quase fratricida por recursos escassos de fomento no sistema nacional de pesquisa.

Lessa (2011a; 2011b) retoma parte dos argumentos de Forjaz indo em direção do que chama de “história filosófica” (Ibidem) da Ciência Política brasileira. Neste sentido, para além dos marcos institucionais já debatidos por Forjaz, Lessa realiza a rememoração necessária dos caminhos adotados pela Ciência Política norte-americana no contexto pós-Segunda Grande Guerra. Dotado de análise atenta e rigorosa em prol de uma arqueologia da Ciência Política contemporânea, Lessa reforça com um argumento epistemológico a opção pelo solipsismo do conhecimento político desde então: a) retira-se o diálogo que permitiria detectar “externalidades” da explicação do fenômeno político e opera-se um afastamento progressivo do programa de trabalho das humanidades; b) se produz uma ciência tecnicada, descritiva das instituições e suas regras do jogo; c) desconstrói-se a barreira entre *hard sciences* e Ciências Sociais²⁸. Este programa, dotado de forte caráter vinculante na década de 1950, é acompanhado da chamada “revolução behaviorista” em um primeiro momento, para ser calibrado e epistemologicamente remoldado no neoinstitucionalismo da década de 1980.

Renato Lessa, ao descortinar este passado não suficientemente tematizado da Ciência Política norte-americana, não quer nos fazer crer que ocorre a mera transposição *ipsis litteris* do conjunto de princípios normativos/valorativos na Ciência Política brasileira. A ambição é descrever o contexto cognitivo onde parte dos cientistas políticos brasileiros se forma e, para além disso, objetiva destacar continuidades e diferenças epistemológicas. Embora exista o abandono do conceito de Estado em prol do de “governo”, sendo o primeiro conceito demasiado contaminado sociologicamente (Lessa, Ibid.), o nosso contexto histórico apresentou os seus desafios peculiares. Primeiramente, embora todos estejamos falando de um mesmo mundo onde vigorava a Guerra Fria, o compromisso valorativo da Ciência Política norte-americana com a democracia e o estudo de suas instituições, o que poderia redundar na apologia de uma democracia de “baixa intensidade”²⁹ (Santos e Avritzer, 2002), faz pouco ou nenhum

²⁸ Algo defendido ardorosamente por Fábio Wanderley Reis (Reis, Reis e Velho, 1997).

²⁹ Por democracia de “baixa intensidade” Santos e Avritzer (2002) compreendem as sociedades diretamente vinculadas ao modelo da democracia representativa liberal, em oposição à democracias de

sentido no contexto brasileiro entre 1964 e 1988. Simplesmente o período foi demarcado por uma longa ditadura civil-militar (Dreifuss, 1981) e dentre nós urgia teoricamente pensar sobre a “ausência” da democracia (Lessa, 2011a; 2011b).

Um outro ponto a ser destacado é que embora o programa da Ciência Política norte-americana tenha se pautado por uma forte concepção unilateral de se fazer ciência, onde esta deve ser isolada de outras contribuições das humanidades, entre nós a forma de tratamento do “político” atende a profundos, duradouros e arraigados “hábitos de pensar” (Lessa, 2011b). Ora, concordando com a existência de uma longa tradição de pensamento político no Brasil, algo que é mobilizado por Lamounier (1982) como um fator explicativo do bem sucedido projeto de implantação da Ciência Política pós-institucionalização dos primeiros cursos de pós-graduação na área, este “pensamento” ou “imaginação”, mesmo que praticado por pensadores isolados e sem o apoio de um aparato científico acadêmico nacional, justamente seguiu um caminho não solipsista. As reflexões encontradas entre nossos clássicos, a partir do século XIX e contemporâneos do nosso processo de *nation state building*, invariavelmente dialogavam com o direito, a economia, a história, com as humanidades enfim. A questão reconhecida por Lessa é que este “hábito de pensar” não se desintegra. Pelo contrário, de forma ou de outra é revisitada, seja no espaço da Ciência Política nacional ou forânea.

Na produção estrangeira, após a falência da revolução behaviorista e a entrada do neoinstitucionalismo onde, em um primeiro momento, se aposta na fé ontológica do *homo choicer* (Lessa, 2011b) e na explicação dos fenômenos políticos em uma ótica estritamente institucionalizada e pautada pelo individualismo metodológico, ocorre desde muito críticas aos limites deste arcabouço explicativo. Hall e Taylor (2003) nos apresentam o neoinstitucionalismo com um caráter multifacetado: sociológico, histórico e de “escolha racional”. Portanto, nem mesmo o “neoinstitucionalismo” se revela como uma via de mão única em termos analíticos, onde outros estudiosos apropriam-se de variáveis exógenas às instituições para estudá-las. No caso da vertente histórica, destaco o trabalho de Thomas Ertman (1997) que envereda no debate sobre a formação dos Estados-Nacionais em uma perspectiva de “longa duração” e remonta à falência da Idade Média como contexto explicativo para compreender a constituição dos Estados

“alta intensidade” dotadas de experimentalismo institucional, como as práticas que levam água ao moinho da “democracia participativa”, maior ativismo cívico e o enfrentamento da dissociação entre sociedade civil e instituições formais/oficiais.

modernos. Se de fato esta empreitada nos remete imediatamente aos clássicos da teoria social, a abordagem de Ertman inscreve-se no neoinstitucionalismo ao focar-se nas instituições como parâmetro normativo e cognitivo da ação dos agentes políticos de maneira sistemática. Portanto, a história também importa, inclusive para compreender as instituições. Da mesma maneira o chamado “neoinstitucionalismo” sociológico considera as instituições como arranjos simbólicos e a “cultura” igualmente sendo relevante no entendimento da trajetória das mesmas (Hall e Taylor, *Op. Cit.*).

Voltando agora para a forma pela qual a Ciência Política nacional dialoga com a tradição norte-americana, Lessa (2011a;2011b) detecta que para além das auto-evidentes diferenças de contexto histórico e estrutural que separam Brasil e EUA, parte de nossos cientistas políticos não praticaram uma adesão cognitiva sem alguma rebeldia ou originalidade. Lessa nota que a área jamais dispensou totalmente entre nós a História, a Filosofia ou a Sociologia (Lessa, 2011b: 28). Inclusive, por mais que tenham se apresentado reivindicações de uma prática supostamente atrelada a um maior rigor metodológico e, também do constante esforço de isolar o componente “político” em suas instituições formais e conteúdos oficialmente normativos, basta um olhar atento sobre a produção individual de nossos cientistas políticos para percebermos que em termos epistemológicos a adesão aos princípios da Ciência Política norte-americana não é tão “disciplinada”. Caminhando para o encerramento desta longa seção, iremos falar brevemente sobre a terceira vertente de autocompreensão/autorreflexão da área: a análise individual da produção de um(a) cientista político(a) pós-1966.

1.3 – A produção individual dos cientistas políticos brasileiros: trilhas a serem abertas e uma opção não ortodoxa

Esta área de estudos, usualmente vinculada ao subcampo multifacetado do “pensamento político-social brasileiro”, ainda é mais restrito que o da história da Ciência Política pós-institucionalização (Moreira, 2014). Contam-se raras análises sistemáticas sobre a trajetória concreta individual de um determinado cientista político e até o presente momento este tipo de pesquisa monográfica concentra no nome de

Wanderley Guilherme dos Santos os trabalhos identificados (Moreira, *Op. Cit*; Dulci, 2013).

O caminho de análise destaca a apreensão original do autor em tela no diálogo com a teoria política contemporânea (Moreira, *Ibid*), o que nos sugere desde já que não há mimetismo teórico e nem mera reprodução das teorias forâneas na Ciência Política nacional em uma adesão acrítica. Também ressalta-se a contribuição para um debate epistemológico/filosófico original (Araujo, 2013) em face da teoria social em um sentido amplo e, por outro foco, a fundação do subcampo “pensamento político-social brasileiro” na obra pregressa de Wanderley Guilherme dos Santos (Lynch, 2013a). Porém, só de maneira muito sutil o trabalho de Santos é colocado enquanto um momento, certamente, do processo de construção constante do campo da Ciência Política brasileira, embora se reconheça sua importância estruturante para área. Tal como Wanderley Guilherme dos Santos, outros autores podem ser mobilizados para uma análise que propicie o entendimento tanto da sua produção individual, em termos teóricos e conceituais, quanto como via para esclarecer a própria produção do campo em si, concretamente e de forma não prescritiva, escapando dos efeitos da Ciência Política por subtração e mesmo do inevitável efeito de homogeneização resultante da construção de censos sobre a produção intelectual da área.

Em anexo a esta preocupação, sustentamos que pesquisas voltadas para a análise sistemática de uma determinada trajetória intelectual, tendo por pano de fundo irrevogável o desenvolvimento da área de conhecimento, podem testar algumas das intuições já apresentadas por Lessa (2011a; 2010b). Inclusive o não desaparecimento de temas da Filosofia Política e tampouco, na produção de estudos, análises e pesquisas dotadas de relevância na construção da inteligibilidade da sociedade brasileira, se encontraria em todos(as) os(as) cientistas políticos brasileiros a preocupante reprodução seja de modismos teóricos ou mesmo a adesão acrítica de qualquer receituário. Nestes termos, visando conferir materialidade a estas intuições, daremos prosseguimento em nosso trabalho discutindo a teoria e a concepção de Ciência Política em Gildo Marçal Brandão.

Concluindo estas primeiras seções desta parte do nosso trabalho, poderíamos dizer que nossa opção de análise sistemática, a obra de Gildo Marçal Brandão, destoa em uma série de aspectos relevantes do que seria desejado costumeiramente por parte

das propostas prescritivas mais ortodoxas na Ciência Política brasileira pós-institucionalização dos primeiros cursos de pós-graduação. Inclusive pela opção da erudição e pelo ecletismo que trespassa a produção do cientista político alagoano, algo reconhecido por colabores próximos. Porém, Brandão exemplifica, para além da aposta da impositivação ontológica “do político”, uma forma de lidar com o fenômeno que rememora um “habito de pensar” tradicional, porém não necessariamente conservador, entre nossos analistas políticos, sejam estes intelectuais isolados ou cientistas políticos profissionais. Lessa (2011a) observa que a definição de campos cognitivos/disciplinares envolve, para além da seleção de objetos privilegiados de análise, “formas de falar” sobre os mesmos. Nestas “formas de falar” sobre objetos, onde a opção por um maior solipsismo se apresenta em uma “ciência autônoma” ensimesmada e isolada de outras expressões analíticas sobre o fenômeno, a produção de Brandão é exemplarmente o avesso. Porém, mesmo sendo o avesso, não significa menos profícua em termos de rebatimentos no campo da Ciência Política em particular ou nas Ciências Sociais em geral.

2 – A Ciência Política Crítica de Gildo Marçal Brandão

Ainda no diapasão das auto-reflexões da Ciência Política brasileira destacamos, a partir de agora, a discussão acerca da relevância e do lugar tanto da teoria quanto da metodologia na produção nacional, o que redundou, até muito recentemente, na apresentação/sistematização de diferentes estilos e lógicas de pesquisa e também em sugestões normativas sobre a formação de seus quadros. O que ficou conhecido como o debate “empíricos *versus* teóricos” pautou parte da agenda interna de trabalho da Ciência Política nacional na virada do século XX para o século XXI (Amorim Neto & Santos, 2015; Lynch, 2016).

As interpretações *ex post facto* deste momento reconhecem que parte dos embates apresentados pelos dois grupos era produto dos choques causados por diferenças de estilo de pesquisa (Idem) e figuravam como estratégias discursivas que eram mobilizadas, em última instância, na disputa por hegemonia no campo. Contudo, não obstante a “pacificação” realizada nos últimos anos, o caráter extremado deste

breve período pode auxiliar a elucidar justamente a permanência da pluralidade fática na produção da área atestada nos levantamentos realizados por Marengo (2014) e Oliveira & Nicolau (2014). Consideramos aqui que justamente o tom exacerbado dos discursos encontrados neste debate, por vezes acompanhado da defesa apaixonada de um determinado estilo de pesquisa em detrimento de outro, é um dos caminhos possíveis para compreendermos a estruturação contemporânea do campo e sua diversidade temática.

Feita esta demarcação, focalizaremos nesta seção do trabalho uma síntese sobre o “pensar” e o “fazer” Ciência Política declaradamente *outsider*. Gildo Marçal Brandão, dentre outros³⁰, protagonizou intervenções contundentes no debate supracitado. Suas declarações públicas, que não se restringiam sequer à Ciência Política e abrangiam o sistema científico nacional, criticavam duramente o que avaliava como um processo de *taylorização* do trabalho intelectual transmutando o livre pensador, capaz de realizar mediações criativas entre o geral e o particular, em um tecnocrata (Brandão, 2001). De forma igualmente crítica, ao se posicionar especificamente diante do ofício do cientista político, apresentava indisfarçável desconforto com o que julgava ser a dominância da “metodolatria” (Ibid, 1998a; Idem, 2006), além de considerar que a área de conhecimento estava a ser tomada de assalto por um “partido intelectual” (Ibidem) ou “partido acadêmico” (Ibidem, 2006) e, como se não fosse suficiente, de forma mais contundente julgava que “(...) *a maioria dos meus colegas cientistas políticos são, de fato, engenheiros institucionais.*” (Brandão, 1998b).

Não obstante a natureza polêmica deste conjunto de declarações iremos apresentar nas próximas seções a proposta de configuração do campo defendida no decorrer da produção de Gildo Marçal Brandão, onde a elaboração teórica ocupa posição central. Mesmo que não se encontre uma obra de fôlego na carreira de Brandão que se defronte objetivamente de forma sistemática com o problema da produção da verdade³¹ no campo disciplinar da ciência política, iremos restaurar teoricamente na construção de nosso argumento o *continuum* de reflexões sobre as concepções de teoria

³⁰ Lynch (2016) destaca ainda o cientista político Renato Lessa junto a Gildo Marçal Brandão como um dos que se apresentavam do lado dos “teóricos”. Entre os “empíricos” Glaucio Ary Dillon Soares (IESP/UERJ) é lembrado por sua intervenção tão polêmica quanto paradigmática (Soares, 2005).

³¹Portanto se pretendemos que a ciência se situa para além e superando a ideologia, no sentido de falsa consciência (Habermas, 1994), envolve interpretarmos que a mesma, em uma perspectiva moderna, necessita, enquanto fenômeno também linguístico, elementos procedurais e ou procedimentais de validação onde metodologia, epistemologia e teoria são encarados enquanto recursos discursivos mobilizados em um esforço dialógico e livre de convencimento muito (Habermas, 2004a; 2004b).

e Ciência Política de nosso autor que partem especificamente do artigo *A teoria política é possível?*, de 1998, até chegarmos ao momento maturado do projeto d'as *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. Defenderemos que o bem sucedido programa de pesquisa d'As Linhagens constitui parte de um todo e dialoga, de forma coerente, com a trajetória intelectual de Brandão.

2.1 - Um cientista político na periferia do capitalismo

O Estado-Nação em seus contornos estruturais, conjunturais e eventos se apresenta como uma externalidade concreta que, de forma direta ou indireta, deve ser considerada no entendimento da configuração tanto de uma biografia intelectual quanto na construção de um dado campo de conhecimento. Embora tenhamos o cuidado de evitar qualquer determinismo que encarcere a agência humana, aqui no caso o determinismo nacionalista, compreendemos que o Estado-Nação factualmente se impõe como um *filtro* de agendas de pesquisa não desprezível e apresenta as condições concretas com as quais as áreas disciplinares e muitos intelectuais, dado que não são agentes desencarnados, lidam em sua trajetória.

Sejam os campos de conhecimento disciplinares interpretados como uma maneira particular de organizar a cognição, como sugere a abordagem construtivista proposta por Lessa (2011a; 2011b), ou como um espaço agonista por excelência (Bourdieu, 2004), é curioso que muitas análises sobre a relação entre idéias, intelectuais e sociedade desconsiderem os desafios impostos a projetos de ciência ou às carreiras individuais pelo contexto concreto e particular fornecido pela Nação³². Para além desta variável ignorada, ainda o Estado-Nação como cenário não deveria prescindir do contexto maior em que se insere: as relações centro e periferia. Nesta constelação

³² Gildo Marçal Brandão era sensível a esta questão, porém, não houve tempo suficiente para enfrentá-la em todas suas conseqüências. Em sua aula de titularidade, publicada postumamente, Brandão assinala a necessidade de se pensar a produção acadêmica e pré-acadêmica concreta, o que envolve o mercado de produção, reprodução e circulação de idéias como elemento auxiliar de um projeto maior de entendimento da relação entre idéias e sociedade. Objetivamente delineia como relações concretas a serem contempladas a “(...) *mudança nas condições de produção da vida intelectual, formação de um público leitor, financiamento da atividade intelectual, estabelecimento de um mercado de ideias, sedimentação de uma tradição* (...)” (Brandão, 2010b: 304).

histórica o agente concretamente atua nos limites apresentados, ora os superando, ora os reproduzindo.

Estabelecendo uma definição instrumental e formal do que compreendemos ser a periferia, esta apresenta sua face endógena, o que evidentemente caracteriza seu funcionamento interno, e a exógena onde o Estado-Nação é confrontado com o contexto maior do sistema internacional onde se insere. Endogenamente o Estado-Nação periférico se apresenta como espaço de relações pouco poroso a práticas inclusivas econômicas e sociais, gerando super-cidadãos e sub-cidadãos no esquema teórico proposto por Marcelo Neves (1994). Adentramos aqui no problema da “modernização negativa”³³ (Neves, 2006) que caracteriza processos de modernização diferenciados, se tivermos por parâmetro as realidades centrais, e com entraves na geração de processos inclusivos, o que faz com que Neves (*Op. Cit.*) adjective de “negativa” a realidade periférica. Este enfoque, onde sistemicamente Neves apresenta o par dicotômico exclusão/inclusão dos agentes explicita que a formação de instituições e das construções normativas nessa parte do mundo necessita se defrontar com um déficit estrutural de cidadania.

Em termos exógenos, um Estado-Nação é periférico ao se inserir no sistema sócio-econômico internacional em posição subalternizada (Arrighi, 1997), o que envolve também a posição marginal da produção de conhecimento destes países no sistema internacional. Ambas as perspectivas, a endógena e a exógena, não abandonam o caráter relacional contido na proposta binomial centro/periferia originalmente elaborada pela CEPAL desde a década de 1950 (Rodriguez, 2009). Ainda, retomando a perspectiva do cientista político alagoano, na ótica de Brandão a periferia se apresenta como cenário de contradições bem demarcadas:

“(...) implica sociabilidades que associam os dilemas da hipermodernidade com heranças coloniais, a fragmentação cultural contemporânea com a dissolução dos valores pré-modernos, o experimentalismo democrático com

³³ “(...) não se deve desconsiderar que, em determinadas regiões estatalmente delimitadas (‘países periféricos’), não houve de maneira alguma a efetivação suficiente da autonomia sistêmica de acordo com o princípio de diferenciação funcional, tampouco a construção de uma esfera pública pluralista fundada na generalização institucional da cidadania, que constituem supostamente características sociais de outras regiões estatalmente organizadas (‘países centrais’). Neste sentido, defino a modernidade periférica como modernidade negativa” (Neves, 2006: 237, os parênteses são do autor).

a ausência de direitos civis básicos, o potencial do internacionalismo, progresso e participação com a insegurança, incerteza, mesquinhez, desesperança e brutalidade da vida cotidiana.” (Brandão, 2007:167)

Tendo por pressuposto esta teia de mediações complexas, nosso autor é interpretado por nós como um intelectual situado na periferia do capitalismo. Os dilemas e a historicidade da periferia do sistema mundial e do contexto nacional demarcam de forma tanto incidental quanto direta a narrativa descritiva de sua própria biografia no Memorial. Em segundo ponto, a periferia se apresenta como *objeto de reflexão* privilegiado e espaço de ação, sendo o Estado-Nação, expressão concreta e particularizada da periferia, contextualizado em meio a relações que o transcendem e co-determinam, dado que “(...) *não é possível pensar o Brasil sem situá-lo no mundo*” (Brandão, 2001: 28). Isto exposto, enquadrando Brandão como um *cientista político na periferia do capitalismo*, estamos afirmando que tanto a trajetória individual deste intelectual é entrecortada por eventos, conjunturas e estruturas de uma nação periférica em um dado momento histórico quanto, por outro lado, a periferia *per se* é apropriada como conceito inescapável com o qual a produção intelectual deve conscientemente lidar. Nesta seção iremos nos concentrar na biografia de Brandão já que a periferia como *lugar teoricamente demarcado* será abordada na próxima seção.

Em sua inserção intelectual profissional, a primeira formação foi em filosofia na UFPE, no período compreendido entre os anos de 1968 e 1971. Após o término da graduação, foi necessária uma segunda imigração em virtude de sua condição de militante político³⁴: a vinda para São Paulo objetivou, em um primeiro momento, evitar as agruras da perseguição política da ditadura civil-militar (Dreifuss, 1981) em sua região natal e, também, tendo por meta a continuidade dos estudos em filosofia³⁵. Estes estudos jamais foram concluídos na área justamente por ter se visto constrangido a fazer

³⁴ Brandão militou por diversas correntes da esquerda brasileira: a JEC (Juventude Estudantil Católica) na adolescência, o POLOP (Organização Revolucionária Marxista – Política Operária) entre 1969 e 1970 e o PCB, Partido Comunista Brasileiro, em parte de sua juventude e vida adulta (Brandão, 2010b).

³⁵ “Aportara em São Paulo como um retirante em mais de um sentido: cumprindo a sina de rebelde de classe média que recusa assumir a representação da classe dominante que lhe estava reservado como filho-família, fugindo da seca acadêmica e da polícia política que tornaram as atmosferas do Recife e de Maceió irrespiráveis.” (Brandão, 2010b: 46).

um sério tratamento de saúde no Hospital das Clínicas de São Paulo por dois anos. Este período de tratamento impediu a conclusão do mestrado acadêmico³⁶.

Resumidamente, a vida profissional de Brandão foi marcada por idas e vindas diversas, movimentada politicamente e profissionalmente, além de corporificar uma intuição sugerida em Lessa (2011b): a conexão entre as primeiras gerações de cientistas políticos profissionais e a militância política³⁷. Cabe notar ainda que a própria inserção de Brandão na Ciência Política enquanto profissional se deu de forma relativamente acidental mas, antes de tudo, enquanto uma opção pragmática:

“(...) precisava recuperar terreno, alcançar colegas de geração cuja carreira acadêmica não sofrera solução de continuidade, criar condições materiais para a dedicação exclusiva à pesquisa e à docência (a saída da Eletropaulo para a universidade representou uma perda substancial de renda, embora o acumulado tivesse permitido financiar dois anos de redação da tese), obter o doutorado no tempo mais curto possível.” (Brandão, 2010a: 58-59 – os parênteses são do autor)

No âmbito da *restauração teórica*³⁸, iremos investigar o desenvolvimento teórico da produção de Gildo Marçal Brandão a partir de seu *Totalidade e determinação econômica* publicado em 1977 onde se nota suas primeiras opções de análise da sociedade prosseguindo, em um *continuum* até sua produção final. Também nesta produção Brandão irá apresentar três características que irão perpassar toda sua obra: a opção pelo materialismo histórico como tradição intelectual a ser abraçada, a persistência da História como ingrediente de análise inescapável no esforço de compreensão do fenômeno político e uma perspectiva obrigatoriamente totalizante dos fenômenos (Brandão, 1977).

³⁶ Brandão foi aprovado na pós-graduação em Filosofia da USP sob orientação de Paulo Arantes no ano de 1973 (Ibid: 45) Como ele mesmo avalia: “*Graves problemas de saúde, que me imobilizaram durante os anos de 1974 e 1975 no Hospital das Clínicas, impediram a conclusão desse projeto.*” (Brandão, 2010b: 51)..

³⁷ “*Parte não desprezível dessa pluralidade (do campo da Ciência Política brasileira) pode ser debitada ao envolvimento de parte significativa dos praticantes do campo com questões de natureza política, na qualidade de cidadãos e militantes.*” (Lessa, 2011b: 46, os parênteses são nossos).

³⁸ Cf. Habermas, 1990.

2.2 – Brandão e Lukács: teoria política e a crítica da Ciência Política tradicional

Neste nosso esforço de *restauração*, se impõe a retomada de parte da ambiência intelectual vivida entre parcela da esquerda comunista da década de 1970. Brandão declarava-se “*inoculado para sempre do vírus hegeliano*” (Ibid, 2010b: 36), o que se traduz, em acordo com a tendência do período, tanto na leitura e análise da obra de Georg W. Hegel³⁹ quanto, também, da recepção da obra de Georg Lukács que manteve grande influência na época entre parte da juventude vinculada ao Partido Comunista Brasileiro.

Georg Lukács, intelectual húngaro marxista, obteve uma recepção singular e incomum no Brasil. Utilizado como uma leitura de “apoio” nos seminários d’O Capital no ano de 1958 (Schwarz, 2006), especialmente com a obra clássica *História e Consciência de Classe*, dotada de uma perspectiva hegel-marxista. Lukács foi traduzido no Brasil por sua filosofia da literatura ainda na década de 1960, angariando a simpatia de marxistas como Carlos Nelson Coutinho, José Chasin, Leandro Konder e José Paulo Netto⁴⁰. Situado entre os que recepcionam de forma pioneira a obra de Lukács, o próprio Gildo Marçal Brandão cita sua influência, tanto em sua obra individual quanto na menção dos livros que conheceu em seu memorial publicado postumamente em 2010, tendo ele mesmo participado do esforço de divulgação de textos do filósofo húngaro traduzindo-os para o português do Brasil⁴¹.

Não desconsiderando diversas menções *ad hoc* à obra de Lukács em diversos momentos na sua produção bibliográfica em toda sua carreira, é em “*Totalidade e determinação econômica*”, texto originalmente publicado na revista *Temas de Ciências Humanas* no ano de 1977, que Brandão mantém o diálogo mais franco com o filósofo

³⁹Brandão posteriormente foi o responsável pelo capítulo “Hegel” no sucesso editorial capitaneado por Francisco Weffort, “Clássicos da Política”, lançado pela editora paulistana Ática no início da década de 1990.

⁴⁰ Maiores detalhes sobre a recepção de Lukács no Brasil podem ser consultados em Nieri, 2007 e Barbosa, 2011.

⁴¹ Brandão foi o tradutor dos anexos da tese de Michael Löwy publicada pela primeira vez no Brasil em 1976 pela Livraria e Editora Ciências Humanas com o título “Para uma sociologia dos intelectuais revolucionários” e reeditada pela editora Cortez em 1998 apresentando um novo título: “A evolução política de Lukács: 1909-1929”. Nos anexos encontram-se uma entrevista do próprio Michael Löwy feita com Ernest Bloch e os textos “Idealismo conservador e idealismo progressista”, “O bolchevismo como problema moral” e “Prefácio à greve de massas de Rosa Luxemburg” de Lukács.

húngaro e se insere na seara da *causa sui*, ou, do fundamento último da realidade social. Cabe notar que naquele momento no Brasil as teses de Louis Althusser se apresentavam com frescor de novidade e pautavam uma questão especialmente incômoda entre os analistas marxistas: sobre a determinação ou não da esfera econômica (ou das relações materiais) ante as relações sociais.

Recapitulando a leitura de *Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado*⁴² Althusser apresenta a esfera superestrutural da sociedade dotada de relativa primazia sobre a infraestrutura, onde a reprodução das relações sociais necessita de uma profunda opacidade para ser efetivada, daí o efeito ideológico capilarizado em seu sentido original: a premissa da falsa consciência estrangulando a reflexividade dos agentes no modo produção capitalista onde os *aparelhos*, instâncias de produção simbólica voltadas para este fim, ocupam protagonismo na interpretação althusseriana do fenômeno político e do próprio Estado. Deste modo, a esfera política, na proposição do autor francês, seria esfera *omniabarcadora* das relações sociais em virtude de sua transversalidade intrínseca.

Brandão (1977), inspirado por e citando literalmente tanto Hegel quanto a interpretação lukacsiana de *História e Consciência de Classe*⁴³, sustenta em seu artigo *o primado da necessidade* em todo trabalho interpretativo sobre as relações sociais, inclusive sobre o Brasil dado que a polêmica althusseriana em solo nacional visava arejar frentes analíticas que permitissem o entendimento dos nossos dilemas sob novos ângulos. Não abandonando a “ótica da totalidade”, mesmo que a análise seja pautada com lente de aumento sobre uma das esferas da sociedade, especialmente a esfera política aqui neste artigo do final da década de 1970, Brandão defende, na construção da análise sobre a sociedade, uma dialética fina entre todo e partes. Esta dialética desautoriza uma perspectiva fragmentária de pesquisa e a desvinculação de agentes e instituições do *moto contínuo* de uma dada constelação histórica. Este traço, o do olhar totalizante mesmo sobre fenômenos particulares, é percebido também por Sallum Jr

⁴² Vide Althusser, 1980.

⁴³ O texto de Lukács foi publicado originariamente em 1923. Outros textos do filósofo húngaro são citados por Brandão neste artigo de 1977 onde se faz presente a *Estética I* e a longa entrevista do autor húngaro publicada em livro no Brasil no final dos anos 1960 intitulada *Conversando com Lukács*. Todavia, *História e consciência de classe* fornece o núcleo dos argumentos de nosso autor. Cabe destacar o caráter heterodoxo da utilização do cientista político alagoano do legado lukacsiano. *História e Consciência de classe*, ainda situada na juventude de Lukács e dotada de um caráter hegeliano-marxiano, é uma obra de transição não obstante seu caráter seminal e influente. A obra, que mereceu reprimenda pública do próprio Lênin e reconsiderações do filósofo, é um *interregno* entre a fase neokantiana do autor e a opção dotada de radicalidade marxiana posterior, onde se insere a *Estética* supracitada.

(2010: 19) como marcante no trabalho do autor.

Retomando nosso argumento, este artigo de 1977 do Brandão filósofo, construído aos 28 anos de idade pelo autor em resposta a uma dada conjuntura da produção intelectual da esquerda e seus dilemas, nos permite identificarmos, para além do traço supracitado da perspectiva totalizante, outros elementos importantes que serão revisitados e/ou dotados de maior rigor na produção vindoura do acadêmico maduro dedicado à Ciência Política. Um dos primeiros, nesta demarcação da leitura totalizante, é o da dificuldade até mesmo das Ciências Sociais, em seu sentido lato, conseguirem elaborar qualquer interpretação convincente sobre as relações de causalidade na realidade brasileira sem considerar a relação todo/partes. A constelação histórica, ou o *Zeitgeist* de uma dada realidade, só pode ser apreendida se considerarmos tanto as suas *relações necessárias*, portanto, as inelutáveis, quanto a articulação entre suas “estruturas”, “níveis” ou “instâncias”. A seleção arbitrária que autonomiza artificialmente uma dada esfera (Brandão, 1977: 155) deriva no risco da superficialidade do juízo empírico. Porém, seguindo a lógica hegeliana, Brandão assevera que é justamente nas partes que o *todo* torna-se passível de ser compreendido, onde “*a atividade de separar é o trabalho de entendimento*” (Brandão, Ibid: 159), sendo um caminho para viabilizar o trabalho *racional* de construção de sentido e das teias de significação da sociedade.

Neste escopo, Brandão defende a explicitação da abordagem teórica/epistemológica enquanto uma necessidade formal que permita a articulação da prática analítica. Aqui, a demarcação propriamente teórica do agente que produz a narrativa onde se apresentam relações de causalidade, aparece como momento privilegiado da realização do trabalho intelectual destituído de qualquer pretensão naturalista. Ainda estabelece na produção analítica a conexão entre *conteúdo* e *forma*, ou seja, onde torna-se patente a premissa da honestidade intelectual que não recusa de dizer o “em si”, ou “o que é” a realidade, nem tampouco as considerações valorativas e normativas inerentes a toda teoria social que se apresente enquanto tal (Brandão, Ibidem). Portanto, a construção analítica que não reconhece o caráter *ontológico* pertinente à interpretação racional do mundo social, não compreende sequer a aplicação das estratégias *metodológicas* que subjazem a rotina de pesquisa. Esta questão, a da lacuna formal, que produz a ocultação das opções epistemológicas do trabalho de análise da realidade, será duramente atacada por Brandão em análises posteriores sobre a Ciência Política em particular e também nas Ciências Sociais em geral.

Esclarecendo o uso do termo *lacuna formal*: sendo o mundo *em-si* desprovido de sentido, o intelectual para realizar o momento *para-si* de construção de significação deste mesmo mundo, só pode fazê-lo articulando as conjecturas ontológicas que, em um segundo momento e diante de um dado objeto, permitem as opções metodológicas pertinentes. Nestes termos, Brandão sustenta, toda posição teórica e metodológica é *necessariamente e em última instância*, um posicionamento dotado de caráter político, o que retira o caráter estritamente formalista do debate epistemológico (Brandão, *Ibidem*: 154).

Inclusive na seara da perspectiva totalizante, a análise posterior do autor de um fenômeno tipicamente político, a interpretação da trajetória de um partido político moderno, não se contenta com o “isolamento institucional”. Partido e sociedade são elementos intercambiáveis de análise onde um torna-se obrigatoriamente o fator explicativo para o outro. Por esta razão Brandão declara que em um ambiente hostil, inclusive, mas não exclusivamente, pela própria configuração do sistema eleitoral da época, a “ilegalidade mata” (Brandão, 1997a). É o PCB como cadáver insepulto em termos eleitorais que explica o trabalho dos intelectuais do partido, certamente a um só tempo influente e acanhado, nas franjas da sociedade. De todo modo, a revelação de uma atuação política relevante *na margem das instituições* nos permite compreender a resistência de Brandão em elaborar análises do fenômeno político restritas às “meras formas institucionais”.

Os posicionamentos teóricos que sumarizamos nesta seção acerca do artigo de 1977 de Brandão foram retomados sob nova roupagem em 24 de outubro de 1997 em mesa redonda capitaneada por Renato Lessa nomeada *Por que rir da filosofia política*⁴⁴ no encontro da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) daquele ano. A intervenção de Brandão intitulada *A teoria política é possível?*, foi publicada posteriormente na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* no ano seguinte⁴⁵.

Entre os textos de 1977 e 1998 há o hiato de 21 anos. Neste ínterim ocorre o doutoramento em Ciência Política de nosso autor entre 1987 e 1992 na USP orientado por Francisco Weffort, o que já torna Brandão formalmente identificado como cientista

⁴⁴ Desta mesa participaram Renato Janine Ribeiro, Luiz Eduardo Soares e, evidentemente, Brandão e Lessa.

⁴⁵ As quatro intervenções foram publicadas no ano seguinte na edição de fevereiro da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 36, vol. 13.

político e não mais como o jovem bacharel em Filosofia. Nesta passagem do jovem filósofo para o cientista político, é possível identificar uma adesão direcionada de suas reflexões para a política enquanto área de conhecimento. No entanto, não obstante a profissionalização como cientista político, há continuidades detectadas entre as duas reflexões e as posteriores, de onde o movimento reflexivo adquire novos elementos. Iremos tomar como ponto da partida as proximidades e adiante apontaremos as “novidades” que não devem ser tratadas como rupturas. Em verdade, dentre os novos elementos que são apresentados nos trabalhos a partir de 1998, estes mais agregam do que negam o artigo *Totalidade e determinação econômica*, trazendo por vezes teorias, tradições e autores mais afins com a especialização de Brandão na Ciência Política.

Na intervenção na mesa redonda em 1997 plasmada em artigo em 1998, o *leitmotiv* é a indisposição de Brandão com o que considera ser a configuração da Ciência Política praticada no Brasil contemporâneo. Revisitando o debate *empíricos versus teóricos* (Amorin Neto & Santos: 2015; Lynch: 2016), a inspiração norte-americana de como “fazer” e “pensar” a Ciência Política pós revolução behaviorista, onde há continuidades com a adesão ao aparato teórico, conceitual e metodológico da *rational choice* e do neoinstitucionalismo (Lessa, 2011a;2011b), se redonda em uma área de conhecimento ainda mais robusta em seu movimento de autonomização, por outro lado, traria uma fragilidade fundamental: uma Ciência Política ensimesmada, pouco porosa ao diálogo com as outras co-irmãs da grande área de humanidades. Decerto esta fragilidade foi enfrentada pelo próprio neoinstitucionalismo em suas sínteses dialógicas com outros campos de conhecimento, porém a crítica de Brandão, e neste ponto encontram-se o jovem filósofo e o cientista político maduro, se dá por uma demarcação epistemológica e ontológica.

Reeditando parte dos argumentos de 1977 em 1998, a crítica de nosso autor à Ciência Política decorre da insistência de tornar o real “ontologicamente divisível”, tal como na aposta dos estudos das instituições *per se* com estas mantendo eventualmente relações meramente formais com outras variáveis explicativas. Em outros termos, sendo a sociedade uma totalidade historicamente concreta, inclusive o universal passível de ser encontrado em suas partes, o isolamento a um só tempo analítico e ontológico das instituições políticas como objeto é um erro de apreensão do sujeito ante o objeto. Este argumento guarda profundas afinidades com a crítica de Lukács (2003) à especialização dos conhecimentos disciplinares.

As instituições políticas para Brandão são, portanto, expressões da totalidade da sociedade, ou particularidades do movimento histórico e universal, onde variáveis empíricas externas a essas, o que inclui a forma como as mesmas foram imaginadas, podem e devem ser mobilizadas como parte do movimento analítico. Neste sentido, o que identificou como “metodolatria” (Brandão, 1998), é apenas uma expressão da fragilidade formal das concepções mais ajustadas à postura norte-americana de se compreender o fenômeno político pós-1950. Esta *ortodoxia* tanto naturaliza a opção que efetua o recorte pelo estudo das instituições *per se*, o que implicaria desconhecimento epistemológico, quanto inviabiliza as relações analíticas do movimento universal-particular-universal. Portanto, o discurso de cientificidade com ênfase sobre o método seria apenas uma cortina de fumaça que obscurece fragilidades mais graves.

Prosseguindo na articulação do conceito de totalidade para o debate da Ciência Política como campo de conhecimento disciplinar, em 1998 detectamos a transmutação do conhecido conceito hegel-marxiano de *mediação* em *linkages*. As mediações são, dentre outras aplicações na tradição do materialismo histórico, elaborações do sujeito do conhecimento onde são estabelecidas as relações entre mediato/imediato (Bottomore, 2012) em uma dada constelação histórica. Aqui a totalidade é reconstruída cognitivamente e Brandão (2006: 415) se vale da categoria *linkages* na busca por compreender como “ações, instituições, idéias e processos se determinam reciprocamente”. O caminho das *linkages* proposto por Brandão é a via pela qual ele recusa a armadilha do que Lessa (2011a; 2011b) considerou como *impostação ontológica* centrada no agente político do neoinstitucionalismo de escolha racional, sendo o agente ontologicamente o *homo choicer* minimizador de custos e maximizador de benefícios. Este axioma opera uma redução sociológica forçosa por ignorar outros mecanismos⁴⁶ deflagradores da ação para além do auto-interesse egoisticamente motivado.

Num caminho ainda mais contundente dando prosseguimento em outro momento a esta perspectiva totalizante defendida por nosso autor: “(...) a dificuldade analítica verdadeira consiste não no isolamento, mas na reconstrução dos elos essenciais da cadeia e do modo como interagem ou se pode atuar sobre eles” (Brandão,

⁴⁶ Os mecanismos deflagradores da ação são pormenorizados por Elster, 1994. Dentre estes mecanismos, o auto-interesse egoisticamente motivado é relevante, porém, não é o único. Elster ainda cita a ação “racional e não egoísta e irracional” (Ibidem: 22), além de obviamente considerar as emoções como relevantes na análise causal da ação.

2006: 215). Nesta proposição, a Ciência Política como abordagem de médio alcance⁴⁷ perderia em riqueza analítica, substituindo a apreensão das mediações, ou das *linkagens* conforme o artigo de 1998, em prol de uma concepção de ciência tecnicada, desprovida de historicidade e indiferente às estruturas onde a teoria é utilizada de forma pontual e/ou ornamental. Desta crítica Brandão (1998; 2003; 2006) reforça a necessidade de dialogar com outros campos de conhecimento na busca por constituir uma compreensão mais robusta sobre o fenômeno do poder, capaz de conferir inteligibilidade até mesmo aos processos de mudança social, algo que uma perspectiva solipsista de análise política não forneceria (Brandão, 2003: 377). Como aponta em um de seus últimos textos da série em que discute a teoria e a Ciência Política na periferia:

“Ora, assumir tais hipóteses e um programa de pesquisa desse tipo implica reconhecer que as instituições contam, os estados nacionais pesam, as especificidades culturais não são irrelevantes, as trajetórias históricas e políticas fazem diferença (...).” (Brandão, 2007a: 16).

A crítica da Ciência Política que abandona a reflexão teórica, em um primeiro momento exige o retorno do diálogo com a filosofia (Brandão, 1998), especialmente com a filosofia política. A maior aproximação com a filosofia, que não deveria ser interpretada como saber pré-científico, apresentaria a possibilidade de enfrentamento do “*analfabetismo ilustrado*” (Brandão, 2006: 411) presente na hipostasia acrítica do método. Mas, Brandão sugere ir além. Sendo a política efetivamente um momento privilegiado da coletividade onde são buscadas soluções para as questões societárias em dado momento histórico, a abordagem sobre o fenômeno não deveria ser “autárquica”. A autonomia do campo disciplinar ganha musculatura quando a compreensão do objeto, no caso o poder, permite uma *abordagem* interdisciplinar (Brandão, Ibid) e este é o modo pelo qual a reflexão teórica deve se inserir⁴⁸. Portanto, o projeto da teoria política como subárea da Ciência Política, dotada de relativa autonomia para determinar seus

⁴⁷ As teorias de médio alcance, como propostas por Merton (2007), envolvem a premissa de uma teoria voltada para esclarecer um determinado tipo específico de fenômeno empírico onde os embaraços “demasiado remotos” (Ibid: 448) das grandes teorias são frontalmente evitados.

⁴⁸ “*De qualquer maneira, quem nas ciências humanas fala em teoria está condenado a enfrentar os problemas da relação entre a ciência e a filosofia, de um lado, e da relação entre teoria e pesquisa empírica e historiográfica, de outro, posto que ambas constituem o campo nevrálgico da discussão.*” (Brandão, 2006: 410).

rumos e apresentando análises que corroborem com o fortalecimento do campo de conhecimento como um todo, necessita do movimento de ruptura com o que Forjaz (1997) denominou de “autonomia do político”, onde a política é isolada de outros contextos cognitivos de análise.

Esta re-habilitação da produção teórica se desenvolve com outras conseqüências na ótica de nosso autor. A periferia, lugar do sistema mundial em que nos situamos, é articulada na proposição de Brandão com a urgência da produção teórica de qualidade e na maneira como as teorias dos países centrais podem ser recepcionadas entre nós. Para Brandão, a periferia é um espaço de contradições particular dentro do sistema mundial. Justamente rememorando o processo de estabelecimento das humanidades entre nós, mesmo as teorias clássicas poderiam aqui adquirir interpretações criativas e inovadoras⁴⁹, de onde é possível derivar, na imaginação teórica de nosso autor, reverberações geopolíticas. Nestes termos a relação entre teoria política e filosofia política jamais seria inútil e/ou estéril. A noção de soberania intelectual, visando a inserção autônoma da periferia no processo de globalização vigente (Brandão, 1998; 2003; 2006), representa um posicionamento político-estratégico para elaboração teórica e deve ser buscada conscientemente. A periferia, portanto, é espaço de contradições particulares do sistema e por esta razão *imane*ntemente guarda o potencial de inovação do pensamento, onde o intelectual periférico abandonaria a condição de *consumidor*, uma posição subalterna, para a posição de *produtor de teorias* capazes de responder aos desafios históricos apresentados.

Brandão compreendia que este projeto seria o mais adequado ante o enfrentamento das questões estruturais que desafiam tanto a democracia quanto o desenvolvimento (2007b), o que inclui pensar as resistências e estímulos à mudança social, elementos estes que devem ser conjugados por serem complementares diante das singularidades da realidade semi-periférica. A história do pensamento político, sendo o próprio pensamento político uma das *linkages* para compreender a ação política concreta e as instituições nacionais, é apresentada como recurso interpretativo para o caso particular brasileiro, o que não implica que o mesmo caminho teórico/metodológico não poderia ser utilizado para outras realidades nacionais

⁴⁹ “(...) indagado por una cultura distante de la propia, y que lo evoca a fin de establecer cimientos intelectuales propios, cada autor clásico en cierto modo nace otra vez, pudiendo incluso experimentar desarrollos ignorados en su contexto de origen” (Brandão, 2003).

periféricas. A América Latina como um todo especialmente sendo um *global trader* (Brandão, 2003) poderia igualmente mobilizar este recurso heurístico como forma de obter vantagens comparativas provenientes do exercício de autocompreensão. Não por acaso, Brandão defendia (Ibid; 2006) a cooperação transnacional entre universidades desta região do mundo como caminho para compartilhamento de conhecimentos que tornasse possível identificar similitudes e diferenças de processos de formação⁵⁰ onde, assim podemos depreender, o projeto das *Linhagens* pode ser interpretado como um estudo de caso e parte de um projeto inconcluso ainda mais ambicioso.

⁵⁰ “*Todos sabemos que como proyecto colectivo todavía estamos gateando, pero no por eso debemos hacer opción preferencial por la pobreza teórica. Al contrario, aquí como en cualquier otro lugar, es posible convertir el atraso en ventaja, la periferia em centro, siempre y cuando seamos capaces de enfrentarnos con los demonios de nuestro tiempo.*” (Brandão, 2003: 381).

CAPÍTULO II
DA MILITÂNCIA AO OBJETO DE ANÁLISE: O PCB E GILDO
MARÇAL BRANDÃO

Capítulo II - Da militância ao objeto de análise: o PCB e Gildo Marçal

1 – Observações preliminares: sintetizando o ex-militante no analista do PCB e a polêmica biográfica

A relação de Gildo Marçal Brandão com o Partido Comunista Brasileiro⁵¹ transcorreu em duas perspectivas que acabaram se retro-alimentado como vasos comunicantes, juízo este que só possível de ser construído *ex post facto*⁵². A primeira destas vias de relação com o PCB é estritamente biográfica e política: Brandão foi quadro orgânico do Partido Comunista Brasileiro durante parte de sua vida⁵³. Sua colaboração foi entremeada pelo ativismo de caráter notadamente intelectual, especialmente durante a ditadura civil-militar, tendo atingido seu apogeu durante o período em que foi o primeiro editor-chefe do jornal A Voz da Unidade no período da redemocratização.

O segundo ponto de interseção entre Brandão e o PC foi pautado pelo interesse analítico circunscrito pela formação e divisão disciplinar contemporânea das Ciências Sociais. Diversos trabalhos foram elaborados, o que incluiu sua tese de doutorado em Ciência Política, onde o PC foi objeto de estudo em sua história, trajetória e dilemas. Estas reflexões redundaram, em última instância, em avaliações e apontamentos diversos sobre os caminhos e descaminhos de parte da esquerda brasileira no século XX. Iremos notar que especialmente nos trabalhos de análise, os mesmos se apresentam como um mosaico multifacetado de personagens, fatos e interpretações de onde é possível traçar uma imagem em movimento do Partidão em suas contradições. Todavia,

⁵¹ O PCB fundado em 1922, também alcunhado de “Partidão” por militantes, simpatizantes, adversários e afins, foi o único partido da vertente comunista analisado por Brandão em toda a sua carreira, embora não seja o único partido de esquerda mencionado em suas análises. Já o *PC do B*, Partido Comunista do Brasil, fundado originalmente em 1962 enquanto uma das fraturas do PCB, não é objeto de análise de nosso autor. Todavia, dada a importância desta vertente comunista brasileira recomendamos Sales, 2017, para um eficiente balanço bibliográfico crítico acerca da produção acadêmica e militante sobre o PC do B.

⁵² Justamente pelo fato de que uma vida, uma trajetória individual ou uma fase específica *in totum* de uma carreira prolífica fornecer mais recursos para serem analisadas em sua maior riqueza de detalhes e inteireza ao término (ou em um momento próximo a isso).

⁵³ Brandão teria militado no PCB a partir da década de 1970, embora não precise a data exatamente e prosseguido no Partido até meados da década seguinte (Brandão, 2010d).

conforme veremos, algumas das preocupações e questões do militante migram de forma contundente para as análises do Partido em tela.

Iremos apresentar nesta parte do trabalho as duas faces de Brandão ante o PC: o quadro partidário, dispondo de entrevistas e outros recursos bibliográficos, vide o memorial publicado postumamente, e a progressão das análises propriamente do Partido enquanto objeto de estudo sistemático. Ao final poderemos ter um quadro sintético dos posicionamentos teórico-críticos de Brandão sobre o PC onde, em nossa perspectiva, se estabelece de forma cabal o esboço da relação entre idéias, história e poder como instrumentos de análise política que depois irão desembocar na última frente de trabalho de nosso autor: as *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*.

Contudo, antes de iniciarmos propriamente o inventário de elementos apresentados pelo próprio autor que nos permitem identificar Brandão como um militante vinculado ao braço intelectual do Partido Comunista durante o período de falência da ditadura civil-militar brasileira em parte das décadas de 1970 e 1980, é fundamental fazemos algumas advertências. Afinal, o cientista político alagoano demonstrou um posicionamento ambíguo em torno da capacidade heurística que miudezas biográficas e a *petite politique* podem fornecer enquanto recursos a serem utilizados no debate sobre a construção e a reconstrução de idéias e trajetórias políticas. Tanto estes elementos biográficos seriam relativamente irrelevantes (Brandão, 2000; 2005⁵⁴) ou óbices (2010a), quanto constituem informação assessória relevante no esforço de reelaboração do trabalho intelectual de determinada linhagem do pensamento político ou de uma intelectualidade isolada (Brandão, 2010b).

No prefácio elaborado para *Caio Prado Jr.* de Bernardo Ricúpero⁵⁵ encontramos o seguinte posicionamento: “*Não se trata, (...), de reduzir idéias às estratégias micropolíticas das coterias as quais confere eventualmente identidade institucional (...).*” (Brandão, 2000, p.15). De fato, não há conexão *necessária* e/ou *irrefutável* entre pensamentos, idéias, teorias e as opções biográficas e institucionais micro, posição

⁵⁴ No próprio artigo que inaugura o programa d’as Linhagens, Brandão afirma que não tem a pretensão de fazer biografias psicológicas ou literárias. Esta questão, tal como outras sobre a relação do autor com o pensamento político brasileiro, será retomada na última parte deste trabalho.

⁵⁵ *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil* de Bernardo Ricúpero foi apresentada primeiramente como dissertação de mestrado elaborada entre 1994 e 1997 no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo. Informações disponíveis em [CV: http://lattes.cnpq.br/3261147009457296](http://lattes.cnpq.br/3261147009457296), acesso em 26 jun. 2017. No nosso trabalho estamos utilizando a versão da dissertação lançada em livro no ano 2000 pela Editora 34 que conta com o prefácio do orientador, aqui no caso o próprio Brandão.

retomada pelo autor posteriormente no texto que inaugura o programa d'as *Linhagens*: “(...) *fica claro que o caminho escolhido não poderia ser o da biografia, fosse ela escrita em chave psicológica ou em intelectual (...)*” (Brandão, 2005: 242). No mesmo tom, Javier Torres Nafarrate, um dos mais destacados especialistas no neosistemismo contemporâneo alemão, observa que o sociólogo Niklas Luhmann (1927-1998) era igualmente pouco afeito a fazer conexões entre vida e construção intelectual. Segundo Nafarrate “(...) *Luhmann advertiu que se alguém necessitasse da interpretação biográfica para compreender o que ele escreveu, isso significaria que o que ele fez, fez mal.*” (In: Luhmann, 2009, p.25).

Retomando Brandão (2010c)⁵⁶, no momento em que ele especificamente se aproxima do *prestismo* enquanto fenômeno da política brasileira, a presença da questão biográfica apresentaria conseqüências ainda mais graves. Dado o gigantismo da sombra de Luiz Carlos Prestes (1898-1990), tanto sobre o PCB quanto até mesmo sobre boa parte da esquerda no Brasil do século XX, os elementos biográficos prejudicam, inclusive pelas controvérsias com as quais o personagem lidou, onde questionamentos morais e demais observações *ad hominem*, até mesmo replicadas pela memória hagiográfica ou ressentida de militantes, constituem o panorama. A perspectiva da *petit politique* neste caso em particular, na avaliação de Brandão, obscurece a apreensão da relação entre idéias, conquanto elaboração intelectual sobre a realidade, e a ação política propriamente. Ainda, o tom por vezes exagerado e até mitológico onde Prestes é visto enquanto *demiurgo* da própria esquerda nacional igualmente distorce a análise na justa medida.

Prosseguindo nas advertências utilizando outro caminho teórico e problematizando a mesma questão, Pierre Bourdieu (1930-2002), em contexto e momento diverso, evidenciou outros problemas metodológicos e epistemológicos que são absolutamente dotados de relevância sobre o uso das biografias em pesquisa. Em *A ilusão biográfica* Bourdieu questiona até mesmo se uma trajetória individual teria coerência em si, se a vida é expressão unitária de uma consciência dirigida⁵⁷ ou se a

⁵⁶ O texto *O significado do prestismo na política brasileira* originalmente foi publicado na revista História Viva, da Duetto Editorial, em número especial sobre as esquerdas no ano de 2006. Contudo, optamos por utilizar aqui a republicação do mesmo texto na coletânea póstuma em homenagem ao nosso autor organizada por Simone de Castro Tavares Coelho.

⁵⁷ Há inegável semelhança com a sentença freudiana onde adverte que “(...) o ego não é senhor da sua própria casa”. Ou seja, em termos metodológicos, os relatos de vida seriam suficientemente confiáveis dadas as artimanhas, deslizes e congêneres do inconsciente? O juízo freudiano, originalmente de 1917, é

narrativa retrospectiva não seria, em última instância, algo ficcional, uma “(...) *construção artificial de sentido*” (Bourdieu, 2006, p.185) onde o biografado atua como “(...) *ideólogo de sua própria vida*” (Idem, p. 185). Em virtude disso, não deixa de nos causar desconforto a afirmação de um gigante como Georg Lukács sobre seu próprio caminho em autobiografia apresentada no final de sua vida: “*Minha vida forma uma seqüência lógica. Acho que no meu desenvolvimento não há elementos inorgânicos.*” (Lukács, 1999, p.15).

De forma diversa da de Lukács (Idem), onde a coerência em uma trajetória individual, se há realmente alguma e se é possível avaliar que há de forma inequívoca, em Bourdieu a lógica só poderia ser fornecida *ex post facto* e construída pelo próprio auto-analista. Portanto, a coerência não estaria na “vida em si” e sim na narrativa de reconstrução *a posteriori*. Em virtude disso, Bourdieu é mais pedestre em suas ambições no uso do recurso biográfico. Não desconsiderando as próprias advertências, o sociólogo francês mais adiante não deixou de registrar sua auto-análise redimindo a questão biográfica tanto como exercício de esclarecimento quanto como experimento narrativo coerente com sua própria teoria⁵⁸. Todavia, não sem deixar de apresentar a seguinte avaliação cética e ao mesmo tempo trazer um objetivo produtivo, assim considerado pelo autor, ao esforço de uma auto-análise:

“Não pretendo me sacrificar ao gênero autobiográfico, sobre o qual já falei um bocado como sendo, ao mesmo tempo, convencional e ilusório. Queria apenas tentar reunir e revelar alguns elementos para uma auto-análise. Não escondo minhas apreensões, que vão muito além do temor habitual de ser mal compreendido. Sobretudo por conta da amplitude de meu percurso no espaço social e da incompatibilidade prática entre os mundos sociais que tal percurso conecta sem de fato reconciliá-los, tenho o sentimento de que não

encontrado no texto “Uma dificuldade no caminho da psicanálise” presente na coletânea “Uma neurose infantil e outros trabalhos”, o volume XVII das obras completas do psicanalista austríaco em versão brasileira publicada pela editora Imago, 1996.

⁵⁸ Refiro-me ao *Esboço de auto-análise*, onde Bourdieu apresenta a seguinte avaliação: “*Compreender é primeiro compreender o campo com o qual e contra o qual cada um se fez.*” (BOURDIEU, 2005: 40). Portanto, a auto-análise é um exercício de esclarecimento, neste caso, entre o *eu* e o *campo*. Não por acaso, justamente pela conexão entre trajetória que produz a *auto-construção* e o objetivo de *esclarecimento*, o gênero memorialístico produz reflexões instigantes vide, por exemplo, a introdução de Berman (2001) para seu “*Aventuras no marxismo*”, Leandro Konder nas suas memórias publicadas em 2008 ou mesmo os “*Tempos interessantes*” de Hobsbawm (2002). Todos, incluindo Bourdieu, trazem esta trinca de incorporação teórica, escolhas de vida e auto-construção intelectual ante um determinado campo profissional.

posso garantir (...) que o leitor saberá aplicar o olhar adequado, como eu o enxergo, nas experiências aqui evocadas.” (Bourdieu, 2005:37).

Ou seja, embora reitere as críticas ao “gênero autobiográfico” e aponte suas fragilidades intrínsecas, há uma tentativa, sobre a qual não há garantias de sucesso, de construir a partir de “alguns elementos” esclarecimentos que redundem em um “olhar adequado” sobre a trajetória individual em tela. Retomando Brandão contra Brandão, especificamente na aula de titularidade publicada postumamente, este “olhar adequado” pode se traduzir na retomada profícua de elementos biográficos no trabalho de análise sobre uma dada linhagem de pensamento, tradição teórica ou produção intelectual individual. Se para Bourdieu o foco era sociológico, aqui o interesse é explicitamente voltado para a Ciência Política ou, para ser mais preciso, para o subcampo do pensamento político brasileiro. Enquanto observação dotada de ênfase metodológica no trabalho de genealogia das idéias políticas, dentre os possíveis passos a ser adotados, nosso autor reforça o seguinte: “(...) *fazer um levantamento empírico da origem social, trajetória de vida, carreira política, carreira intelectual, instituições às quais pertencem e idéias que esposam dos principais intelectuais do período.*” (Brandão, 2010, p.305).

Em outros termos, a questão biográfica em um dos últimos trabalhos de Brandão *importa* no trabalho analítico e genealógico das idéias políticas. No nosso caso aqui nesta parte deste trabalho iremos notar três *persistências* de posicionamento e de interpretação teórica sobre o PC, na conexão entre o militante e o analista, nos seguintes pontos: 1) acerca da relevância da reflexão intelectual de alto nível como ferramenta que consubstancie a ação política; 2) a premência do realismo (ou o que o autor irá chamar de “vitória do realismo”), da imanência; 3) a opção pela esquerda democrática, da batalha institucional, em detrimento da ação insurrecional. Feitas estas delimitações e após apontar as *três permanências* que irei destacar, na próxima seção iremos nos dedicar a reconstituir o período de militância intelectual comunista de Brandão.

2 - A militância intelectual comunista de Gildo Marçal Brandão

Em Sessão Especial ocorrida durante o 34º Encontro Anual da ANPOCS, na noite de 26 de outubro de 2010, Gildo Marçal Brandão foi mais uma vez homenageado postumamente. Compondo a mesa se apresentaram Cícero Araujo, Elide Rugai Bastos, Gabriel Cohn, Teresa Sales e Luiz Werneck Vianna. Especialmente Vianna⁵⁹ apresentou em sua exposição reflexões que interessam para os propósitos desta seção.

O sociólogo e cientista político carioca Werneck Vianna, ex-militante do PCB⁶⁰, reconheceu na ocasião supracitada que o grupo do qual fez parte não aderiu em primeira hora ao que poderíamos chamar de um *ethos* acadêmico em um sentido tradicional e/ou idealizado. Dentre as particularidades deste grupo Vianna frisa a trajetória errática, em “zigue-zague” profissional e por vezes até dotada de uma desconfiança anti-acadêmica, que acaba por caminhos não ortodoxos ingressando na carreira universitária quase que por acidente. Falamos aqui do grupo de acadêmicos profissionais oriundos da militância comunista. Neste tocante, Lessa (2011) apresenta a seguinte síntese sobre os cientistas políticos brasileiros e a pluralidade factual, tanto de perfis individuais quanto de temas de pesquisa, na área:

“Parte não desprezível dessa pluralidade pode ser debitada ao envolvimento de parte significativa dos praticantes do campo com questões de natureza política, na qualidade de cidadãos e militantes. Até meados da década de 1980, o envolvimento dos politólogos – e dos cientistas sociais em geral – com questões de natureza pública não era infrequente.” (Idem, p.46)

Retomando Vianna na homenagem póstuma a Brandão, em determinado ponto de sua fala ele apresenta a seguinte constatação e demanda: “*Você não escreve sobre a sua geração. Eu não tenho paciência, não tenho vontade. Mas, é preciso que alguém escreva.*”. Embora transcenda os objetivos deste seção, é útil formularmos brevemente neste momento o que podemos compreender enquanto geração na ótica sociológica, na

⁵⁹ A apresentação de Luiz Werneck Vianna e dos seus outros colegas de mesa citados encontra-se disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=TaME1_LQvZ0, Acesso em 15 de janeiro de 2015.

⁶⁰ Para breves apontamentos biográficos onde se apresentam continuidades e possíveis dissonâncias entre militância comunista e trajetória intelectual do autor ver Vianna, 2006.

medida em que consideramos Brandão como partícipe de uma junto a outros indivíduos, o que inclui o próprio Werneck Vianna.

Mannheim (1982) compreende que a geração, assim como as classes e as organizações, implica uma *situação social* compartilhada onde a delimitação biológica, afinal falamos de seres vivos, permite concretamente a vivência comum em determinado momento histórico durante um período limitado. Contudo, Mannheim alerta, partilhar de uma mesma geração é muito mais do que meramente nascer em um mesmo ano. Muito provavelmente se Pécaut (1990) tivesse levado a recomendação mannheimiana para seu trabalho não teria se deparado com o problema factual da heterogeneidade por vezes pouco heurística que encontrou em sua história intelectual no Brasil⁶¹ do século XX. Concordando com o sociólogo húngaro, partilhar de uma geração necessita de algo mais do que estar meramente vivo junto a outros em uma determinada época.

Portanto, utilizando a inspiração conceitual de Mannheim (*Op. Cit.*) para começar a atender parcialmente a demanda de Werneck Vianna, podemos delimitar a geração que aqui nos interessa a partir de um período histórico comum específico, no caso parte da década de 1970 e o período de democratização no esfacelamento da ditadura civil-militar. Além disso, estamos falando de um determinado grupo geracional de intelectuais, ainda em processo de formação e profissionalização intelectual, que não eram apenas participantes da *sociedade civil comunista*⁶². Tratava-se de um grupo organicamente vinculado ao PCB que auxiliou, ou tentou auxiliar, na pluralização da indústria cultural⁶³ brasileira (Ridenti, 2010) a partir da disponibilização para o público de uma produção artística, cultural e teórica dotada de caráter crítico naquele período.

⁶¹ Daniel Pécaut dividiu seu trabalho analítico a partir de duas gerações de intelectuais que considera fundamentais no Brasil: primeiramente a que atuou entre 1925 e 1940 e, posteriormente, os intelectuais que atuaram entre 1954 e 1964. Não obstante a justificativa para estes recortes, o processo de formação do Estado-Nação no primeiro período e o corte institucional da ditadura civil-militar no segundo, Pécaut acaba por chegar a um resultado profundamente heterogêneo na construção dos perfis das gerações. Afinal, por exemplo, em uma das gerações aparecem ao mesmo tempo personagens díspares como Jorge Amado, Plínio Salgado e Carlos Lacerda. O recorte temporal em si não poderia permitir outro resultado.

⁶² Termo proposto por Nogueira (1983) para designar grupos de intelectuais e artistas simpatizantes do Partidão que, no entanto, não eram membros orgânicos da rotina do PCB. Conforme avalia Pécaut (1990), esta constelação de intelectuais conseguiu ser dotada até de maior impacto na opinião pública brasileira do que propriamente o PC.

⁶³ Embora o conceito de indústria cultural na proposta de Adorno e Horkheimer (1985) seja eminentemente dotado de sentido negativo pelo caráter alienante da produção cultural na sociedade de massas, acreditamos que a perspectiva de Benjamin (1994) funcione como o contra-ponto dialético utilizado por todos aqueles que vislumbram um potencial emancipatório na produção simbólica em larga escala nas sociedades modernas. Portanto, nos parece que a chave benjaminiana de leitura seja a mais adequada com as finalidades da apropriação de Ridenti (2010).

Isso sem deixar de ser uma militância intelectual que, ao mesmo tempo, tentava reorganizar nacionalmente o Partido. Com tudo isso, ainda havia a centralização da opção política que pode ser sintetizada na proposta de Coutinho (1979) da democracia enquanto valor universal⁶⁴, o que redundou, para este grupo, na defesa de uma prática *politicista* da ação política em detrimento da via insurrecional (Brandão, 1988; 1989; 1997a). Portanto, empreendimentos comuns, valores compartilhados e um *zeitgeist* específico constituem aqui uma *situação social* particular como queria Mannheim que nos permitem diferenciar esta unidade geracional de outros grupos contemporâneos até mesmo na esquerda.

Nestes termos Gildo Marçal Brandão, o personagem central de nosso trabalho, vivenciou individualmente todos os elementos acima em ações, vinculações, espaços e valores dos intelectuais comunistas com quem conviveu e partilhou a mesma época. Inclusive, sua opção por uma militância intelectual derivou em virtude de uma condição singular: “*Renovei a minha recusa de mergulhar na clandestinidade – o que teria um cardíaco a fazer em tal condição?*” (Brandão, 2010a: p.46). Nas próximas seções iremos apresentar subsídios que auxiliam em nossa argumentação onde apresentamos Brandão enquanto membro individual do grupo geracional em tela.

2.1 – O comunismo de Marçal Brandão

“(...) a razão pelo qual o comunismo atraiu tantos dos melhores homens e mulheres de minha geração e o que significava para nós ser comunista são sem dúvida temas centrais na história do século XX. Isso porque nada é mais característico desse século do que aquilo que meu amigo Antonio Polito chama de ‘um dos grandes demônios do século XX: a paixão política’. A expressão quintessencial disso era o comunismo.” (Hobsbawm, 2002, p.148)

A epígrafe desta seção pinçada da autobiografia do historiador Eric Hobsbawm, embora ele mesmo tenha pertencido à outra geração e tenha vivenciado sua militância e suas experiências profissionais com as particularidades históricas dos espaços que

⁶⁴ Para um mergulho em profundidade da relação entre intelectuais comunistas deste período e a defesa intransigente da democracia ver Ramos, 2013 e Lucca-Silveira, 2017.

vivenciou concretamente, resume a opção da adesão a um determinado movimento político de profundo impacto no século passado. O movimento comunista, tal como a sua filosofia vinculada, o marxismo em suas derivações, decerto se espraiou pelo mundo com particularidades⁶⁵. Contudo, dentre os traços que se repetem, em determinados militantes/adeptos há justamente a persistência do sentimento da paixão, por vezes devoção, destacado por Hobsbawm. Thomas Mann por exemplo e não por acaso, em seu romance “A Montanha Mágica”⁶⁶ inspirou-se livremente em Georg Lukács para compor o personagem Leo Naphta, um comunista e, eis uma opção não acidental: frei jesuíta⁶⁷.

Gildo Marçal Brandão em longa entrevista concedida a Ricardo Carvalho⁶⁸ (2010d) cinco dias antes de seu falecimento, apresentou analogia similar a de Mann sobre a relação entre ser comunista e o sacerdócio:

“Era uma opção de vida. Era opção de vida. Isso é igual a você ser padre. Isso é igual a você ser padre. É uma opção. Tudo! Tudo fica subordinado a isso! Tua vida é isso! Não é que você milita num partido e tem a tua vida. Não! É tudo! Toda tua vida, toda tua vida e todas tuas relações.” (Brandão, 2010d)

Mais adiante a metáfora de cunho religioso é apresentada novamente:

“O mundo velho comunista é um mundo, o Partido Comunista era uma religião e é uma espécie de catedral. O que é uma catedral? Você entra em

⁶⁵ Vide no Brasil, dentre outras possibilidades, o processo de “nacionalização do marxismo” no bem sucedido trabalho de Caio Prado Jr. analisado em pormenores por Ricúpero, *Op. Cit.* Ou em Motta, 2013, que discutiu diretamente o que chamou de “cultura comunista brasileira” onde: “O argumento é que embora integrassem movimento internacional, com padrão de valores, normas e práticas semelhantes em todos os lugares, os comunistas eram também influenciados pela cultura política do país” (Ibid: 30).

⁶⁶ No original *Der Zauberberg*, lançado em 1924 no mercado literário alemão.

⁶⁷ Para análises desta associação, só aparentemente inusitada, é recomendável tanto Löwy, 1998 quanto Felipe, 2015.

⁶⁸ A entrevista foi realizada em 10 de fevereiro de 2010 e foi concedida ao jornalista Ricardo Carvalho. O material foi editado e lançado em DVD em convênio entre Fapesp, Cedec e Instituto Vladimir Herzog no ano de 2010 acompanhando a coletânea organizada por Simone Coelho, 2010. A mesma entrevista encontra-se integralmente disponível na internet como parte do projeto “Resistir é preciso” do Instituto Vladimir Herzog: <https://www.youtube.com/watch?v=EF1qw8GpgRM>. Acesso em 19 de outubro de 2015. A transcrição que realizamos desta entrevista segue em anexo neste trabalho.

uma catedral e você tem o altar, você tem as estações, os santos (...) quer dizer, você conta a historinha, você tem regra pra tudo, você pecar você tem isso, tem aquilo (...) você faz assim, confissão, tem sacramento, tudo isso o mundo comunista tinha (...).” (Ibid.)

A entrevista, cujos objetivos envolviam recordar a trajetória de Brandão como militante intelectual do PC, o que incluía permitir ao cientista político alagoano abordar sua experiência de editorialista na imprensa comunista e fora dela, no momento em que nosso autor apresentou as metáforas religiosas acima este foi provocado pelo entrevistador para tentar explicar, afinal, o que significava ser vinculado ao Partido Comunista para as “novas gerações” deste século XXI. Inclusive, corroborando Motta, 2013, este caráter de religião secular não deve ser desconsiderado na elaboração dos elementos que constituem a cultura política comunista⁶⁹. Contudo, embora Brandão tenha tentado ilustrar “o que era ser comunista”, até mesmo no que seria o significado compartilhado com as gerações anteriores da sua, ele se considerava pertencente a um grupo diferente:

“(...) mesmo nós que éramos uma geração de gente que lidava e sabia o seguinte: o mundo imaginário do velho comunismo não tem mais futuro, nós sabíamos disso. (...) Mas, nós éramos de uma geração, os companheiros, quer dizer, não sei se eu estou extrapolando, racionalista. Tínhamos um lado racional do marxismo e não tínhamos, tínhamos uma vinculação maquiavélica com a política, isto é, realista, nós éramos políticos, ou queríamos ser, políticos realistas. E sabendo que o objetivo máximo que a gente tinha era democracia. Nós éramos todos galvanizados pela idéia da democracia né? Então, isso era o que nos movia. Não era tanto a revolução. Claro que idealmente você, eu me lembro quando eu li a história da revolução russa do Trotsky, li garoto, li adolescente, fantástico aquilo né? Era um romance. Você gostaria de fazer uma coisa daquela? Claro que gostaria! Certo? Mas, o que a gente queria mesmo era ser político realista. Analista das coisas, não se enganar, não se iludir, fazer o que (pausa). Porque, também nós éramos calibrados por uma avaliação de porque nós tínhamos sido derrotados em 64.” (Ibidem).

⁶⁹ “Contradizendo suas convicções materialistas, os comunistas deram origem a um tipo de religião política que atraía ‘devotos’ e apelava à fé de seus aderentes, operando de maneira semelhante à tão criticada religiosidade tradicional” (Motta, 2013: 23).

Nota-se aqui neste último trecho, na análise retrospectiva de Brandão, a ruptura parcial de perspectiva com a geração anterior de militantes, sem abdicar da paixão paradoxalmente abraçada com a razão, e também o posicionamento de rechaço diante de parte dos seus contemporâneos tomados por um “(...) *radicalismo abstrato e politicamente suicida* (...)” (Brandão, 2010a, p. 43). Tratava-se de um conjunto de novas interpretações e avaliações políticas e teóricas, formuladas enquanto respostas, impactadas por duas grandes inflexões históricas, uma internacional e outra nacional. Abordando o primeiro destes traumas, Hobsbawm (2002) assinala o impacto simbólico e político causado pela abertura dos arquivos do comunismo realmente existente que deflagraram profundas crises de identidade em toda a esquerda ocidental⁷⁰. Particularmente as *Gulags*, os expurgos, perseguições e congêneres na sua cruel realidade inspiraram muitos intelectuais ocidentais ou a abandonarem o Partido ou a buscarem linhas alternativas de análise e atuação no cenário pós-stalinismo.

Já no âmbito nacional o trauma ocasionado pela longa noite da ditadura civil-militar e seus antecedentes igualmente produziu modificações profundas no grupo geracional de militantes comunistas que estamos privilegiando. Trata-se aqui de um diagnóstico *negativo* da atuação da facção insurrecional do PCB, e também de parte das esquerdas brasileiras que aderiram tanto à radicalização política no governo João Goulart (1961-1964) quanto, posteriormente, ao *ethos* da luta armada na ditadura civil-militar propriamente. Como afirma o próprio Brandão:

“E nossa derrota em 64 não era porque nós não távamos preparados pra resistir, pra pegar em armas, pra guerra civil, isso tudo era bobagem! A gente sabia que nós tínhamos sido, nossa contribuição para a derrota de 64 tinha a ver com o infantilismo da política. Tinha a ver com o momento, o primeiro grande momento de avanço democrático no país e de repente as pessoas acham que vão fazer a revolução no dia seguinte e aí radicalizam. Aí rompem, reforma agrária na lei ou na marra! Isto é, dão pretexto pra que todo mundo se junte contra você.” (Brandão: 2010d)

⁷⁰ Trata-se do XX Congresso do Partido Comunista Soviético, presidido por Nikita Kruchev em fevereiro de 1956 onde houve o reconhecimento dos assassinatos em massa sob comando de Stalin, morto em 1953. Depois de Kruchev, como aponta Hobsbawm, 2002, p. 239 “*Nenhum comunista pensante poderia deixar de fazer a si mesmo, ou a si mesma, algumas graves perguntas.*”.

Em outros termos, embora Brandão evidentemente não atribua o ocaso democrático de abril 1964 estritamente aos equívocos em geral da esquerda brasileira, e particularmente aos comunistas, nota-se na avaliação em retrospectiva a atribuição de *parcela de responsabilidade histórica* ao setor que atuava neste espectro político naquele momento. Utilizando um jargão de origem belicista muito empregado pela esquerda, que remonta a uma apropriação de Lenin do trabalho de Clausewitz⁷¹ e posteriormente largamente aplicada por Coutinho (1979), podemos dizer que a crítica de Brandão é de caráter *tático*⁷². Em sua leitura, não obstante os mais nobres objetivos estratégicos da esquerda brasileira na época, a opção tática pela radicalização trouxe mais ônus que bônus e contribuiu com o processo explosivo de endurecimento da repressão ante os comunistas e aos demais setores não alinhados com o regime militar. A opção radical no contexto de Guerra Fria levou água ao moinho da justificativa no imaginário político e social de que havia um *inimigo interno* a ser abatido. Remontando ao período supracitado em seu *Memorial* nosso autor é ainda mais enfático: “*Naquele tempo, a maioria da esquerda ainda defendia a luta armada, o voto nulo e o boicote às ‘instituições burguesas’, mesmo com todas as evidências do fracasso dessa política.*” (Brandão, 2010a, p. 49).

A opção pelo que definiu como tática *politicista* (Brandão, 1988;1989, 1997a) de ação se apresentou como uma possibilidade racionalmente orientada diante da perspectiva construída e compartilhada sobre a conjuntura onde nosso autor e seu grupo⁷³ se encontravam em contraposição ao *fracasso* de outras alternativas. Porém, cabe uma importante ressalva: trata-se aqui de uma recepção *positiva* do termo “politicista”. José Chasin (1937-1998), filósofo atuante na mesma conjuntura e também participante ativo de um dos empreendimentos editoriais que iremos citar adiante, teria

⁷¹ Segundo Tony Cliff (1975), militante trotskysta, Lenin é o primeiro a “importar” a distinção conceitual entre estratégia (objetivo final) e tática (medidas operacionais de curto ou médio prazo) para a análise política concreta no marxismo/comunismo. Posteriormente Stálin segue o traçado leninista em suas conferências de 1924 reunidas com o título “Sobre os fundamentos do Leninismo” dedicando um capítulo ao mesmo par conceitual (Stálin, 1954).

⁷² Brandão utiliza este recurso analítico em uma das suas análises sobre o Partido conforme veremos adiante.

⁷³ “*A partir de 1976 por aí a gente começa a reorganizar o Partido Comunista em São Paulo e no país. Quem eram, quem começava? Uma geração nova, jovem, e alguns velhos comunistas. Mas, em geral, era uma geração muito jovem, na época na faixa dos seus 25/30 anos e que começa a reorganizar o Partido num clima já de luta, num momento em que a ditadura começa a fazer água. O projeto de abertura, etc.. E isso tem um crescimento grande, sobre tudo em São Paulo.*” (Brandão, 2010d).

proposto pela primeira vez uma sistematização da “politicização” e uma crítica ácida ao *politicismo* (Rago & Vaisman, 2008). Cabe contextualizar.

Chasin ingressou no PCB ainda na década de 1960 e foi um dos grandes responsáveis pela recepção brasileira da obra de Georg Lukács⁷⁴, tal como Brandão e outros militantes intelectuais do Partido (Rago & Vaisman, *Ibid*; Nieri, 2007; Barbosa, 2011). Contudo, a adesão orgânica ao PC ou mesmo compartilhar dos mesmos espaços acadêmicos ou de militância não implicou em posicionamentos idênticos do próprio Chasin ou de seu grupo (Rago e Vaisman, *Op. Cit.*). No caso em particular, embora não considerassem a luta institucional democrática irrelevante, o artigo de Chasin publicado em 1976, três anos antes de “A democracia como valor universal” de Carlos Nelson Coutinho, abriu a possibilidade da crítica posterior ao “democratismo”, em sentido pejorativo, (*Ibid*) que iria supostamente acometer parte do grupo geracional de comunistas que estamos destacando. Chasin em seu “*A ‘politização’ da totalidade: oposição e discurso econômico*”, colocava a prioridade da luta política, seguindo as premissas lukacsianas ontológicas da centralidade do mundo do trabalho, justamente tendo por foco a base econômica, algo que irá aproximá-los, ele e seu grupo, dos comitês de greve e sindicatos (Rago & Vaisman, *Ibidem*). A perspectiva institucional/politicista era uma outra agenda por se concentrar mais, na ótica de Chasin, na democracia política e menos na democracia social. A opção de Brandão e seu grupo seria uma perspectiva, seguindo Chasin (1976), ontologicamente equivocada e falseadora ante o real. Veremos um pouco mais adiante que as discordâncias entre o grupo de Chasin e o grupo ao qual Brandão tomou parte, os portadores do “italianismo” (Rago & Vaisman, *Idem*), não ficaram restritas ao debate teórico ou às táticas políticas.

Retomando Brandão e seu grupo geracional, a opção politicista, o que envolve atuação política dentro das instituições, foi a grande tática e diretriz adotada na militância intelectual que irá se plasmar inclusive em projetos editoriais: as revistas *Escrita/Ensaio e Temas de Ciências Humanas* e o trabalho como primeiro editor chefe do jornal *Voz da Unidade*.

A revista *Escrita/Ensaio* manteve uma periodicidade descontínua e existiu entre 1977 e 1983. Conforme Valdati (1998), a revista *Escrita/Ensaio* era uma derivação da

⁷⁴ A recepção de Lukács no Brasil foi questão bastante discutida entre nós. Para bons levantamentos utilizando enfoques por vezes discordantes e diferenciados ver Pinassi e Lessa, 2002, Nieri, 2007 e Barbosa, 2011.

revista *Escrita*, criada em 1975 por Wladyr Nader, a qual seguia o espírito de tentativa de diversificação da indústria cultural brasileira (Ridenti, 2010) e enveredava pelo caminho da imprensa alternativa: “*Escrita nasce como uma alternativa para os descontentes com a enxurrada de informações, nem sempre corretas ou bem depuradas, que chegam através dos outros meios de comunicação*” (Nader Apud Valdati, 1998: 30). A revista *Escrita* se propôs a divulgar primeiramente novos escritores para o mercado editorial brasileiro. Em 1977 (Valdati, *Ibid.*) a revista original derivou em mais dois projetos distintos: a *Escrita/Livros* e a já citada *Escrita/Ensaio*. A *Escrita/Livros* durou apenas dois números. Já a *Escrita/Ensaio* foi finalizada em 12 números. Brandão em seu *Memorial* (2010a) afirma que criou a *Escrita/Ensaio* junto a Marco Aurélio Nogueira tendo por objetivo a divulgação da produção da grande área de humanidades visando “suprir o vazio” deixado por outras publicações enfocando a realidade brasileira “(...) com dossiês sobre cultura e nação, economia e política, movimento sindical” (Ibid: p. 53). Na *Escrita/Ensaio* Brandão, *Op. Cit.*, colaborou em quatro números.

Após a experiência da *Escrita/Ensaio* a realização da *Temas – Revista de Ciências Humanas*, trabalho editorial que vigorou entre os anos de 1977 e 1981 contando com dez números (Brandão, 2010a), redundou na aproximação mais sistemática com as propostas dos comunistas politicistas daquele período. Embora tenha frisado que se tratava de uma publicação com interesse acadêmico *ma non troppo*, Brandão, que participou do trabalho de edição da *Temas* até o número 08 (Brandão, 2010d), observa que “*Todo mundo sabia que era do pessoal comunista*” embora não fosse vinculada ao Partido e tampouco deveria ser pautada exclusivamente por este e seus interesses. De alguma maneira, portanto, podemos considerar a *Escrita/Ensaio* uma revista que contou com comunistas da vertente politicista voltada para a *sociedade civil comunista* e demais setores progressistas brasileiros. Cabe ressaltar que após o golpe de Estado que implementou a ditadura civil-militar de 1964 a *Temas* seria, como afirma Brandão, a primeira revista no Brasil a reunir efetivamente intelectuais comunistas (Brandão, *Op. Cit.*).

Tanto no *Memorial* quanto na entrevista para Ricardo Carvalho, a paternidade da revista é corporificada na dupla Brandão e Marco Aurélio Nogueira. Na entrevista com Antônio Rago e Ester Vaisman, oriundos do grupo de José Chasin, há acréscimos:

“*O grupo que coordenava a revista era composto por Chasin, Werneck Sodré, que estava no Rio, Marco Aurélio Nogueira e Gildo Marçal Brandão,*

que foram professores da Escola de Sociologia e Política. Mais tarde esses dois últimos demonstraram um comportamento altamente reprovável. Mas o que importa nesse momento é que, quando a Revista Temas é criada, Chasin se propõe a chamar para dentro dela os lukacsianos que estavam no exílio em vários países: Leandro Konder estava na Alemanha, Carlos Nelson Coutinho na Itália, e José Paulo Netto em Portugal.” (Rago e Vaisman, 2008: 249)

Brandão seguiu uma linha um pouco diversa para explicar o surgimento da *Temas*:

“Nós éramos mais marxistas do que comunistas e nós, pra ter uma idéia, nós convidamos pra fazer parte do comitê editorial da revista, duas figuras modelares na época. Uma era o Nelson Werneck Sodré, que era mais distante da gente, e outra era Caio Prado Júnior. Nós convidamos os dois pra balizar ‘eis de onde nós somos, de onde nós viemos’. Era pra dizer, sem dizer, nós éramos dessa tradição. O que tinha na época era o que? O CEBRAP, CEDEC... O Caio Prado não aceita. O Nelson Werneck aceita. Então, a revista foi feita por mim, pelo Marco, que foi quase que um secretário editorial, o Raul⁷⁵ que era o dono da editora e fazia parte também, embora não aparecia o nome, mas, era o dono da editora.” (Brandão, 2010d, os trechos em negrito são nossos)

Na longa entrevista de uma hora e quarenta e quatro minutos concedida por Brandão a Ricardo Carvalho o nome de José Chasin é citado uma única vez. Embora a citação tenha ocorrido no contexto em que a *Temas* é lembrada, Brandão coloca Chasin junto a Marco Aurélio Nogueira, incluindo-se evidentemente, enquanto parte daqueles que irão propor uma recepção mais rigorosa do marxismo, sem deixar de serem comunistas: “(...) nós tínhamos uma enorme resistência, nós queríamos uma coisa do marxismo, do comunismo, teoricamente consistente, analista e coisa (...). E o comunismo tinha um enorme desprezo pelos intelectuais, era ativista, era conservador, era, era velho!” (Ibidem). Desta maneira era uma revista com disposição acadêmica *ma non troppo* no seguinte aspecto: a defesa por estudos marxistas sistemáticos convivia com um traço relativamente anti-acadêmico, ou ao menos contra o *establishment*

⁷⁵ Brandão refere-se a Raul Mateos Castell. Espanhol de nascimento, criou a Livraria e Editora Ciências Humanas em 1976. Sobre a empreitada de Raul Castell como livreiro e editor durante a ditadura civil-militar, ver Maués, 2004 e 2014.

acadêmico brasileiro também naquele período. A rebeldia de Brandão não se concentrava exclusivamente contra os “velhos” comunistas. Relembrando o depoimento de Werneck Vianna na homenagem póstuma ao nosso autor em 2010 na ANPOCS⁷⁶, o sociólogo carioca trouxe enquanto memória o convite inusitado de Brandão, acompanhado de David Capistrano da Costa⁷⁷, para participar de uma revista “contra a USP”. A revista em questão era a *Temas* onde se apresentou a proposta da crítica da “(...) *visão acadêmica, que adora ficar doutrinando sobre os ‘erros’ historicamente cometidos pelos ‘práticos’.*” (Brandão & Nogueira, 2010: 209). Os “práticos” em questão seriam os envolvidos na política partidária.

Portanto, nos projetos editoriais, o traço da *militância intelectual* do grupo geracional é destacada mais vez. Porém, nem na entrevista e tampouco no memorial, Chasin é citado de forma explícita junto à *Temas*. Rago e Vaisman tem uma memória diversa da criação da revista: “*Toda a concepção inicial da revista foi de responsabilidade de Chasin, ou seja, não apenas a concepção da capa da Temas, mudando de cor a cada número, mas a própria concepção inicial da revista, tanto em termos teóricos quanto ideológicos.*” (Ibid: 270).

O momento da criação da *Temas* lidava com o retorno progressivo dos exilados, voluntários ou não, da ditadura civil-militar. Neste ponto há consenso entre Brandão e o grupo de Chasin. A *Temas* também funcionou, portanto, como forma de recepcionar os que estavam voltando para o Brasil. Porém, não voltaram ao país somente as pessoas. Com elas veio também o que ficou conhecido por *eurocomunismo*.

“O discurso do Berlinguer é uma análise do Chile, quando Berlinguer lança a tese do compromisso histórico né? Nós éramos partidários do compromisso histórico e isso se refletia no Brasil porque nós olhávamos a ditadura e sabíamos que não derrotaríamos a ditadura com luta armada. Era impossível derrotar o regime militar. Nós poderíamos, nós não usávamos inclusive o termo ‘derrubar a ditadura’. Nós usávamos o termo ‘derrotar a ditadura’. Porque a ideia era o que você faria luta de massa e luta de massa, à base de frente democrática, significava o seguinte: você tentar dividir o

⁷⁶ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=TaME1_LQvZ0, Acesso em 15 de janeiro de 2015.

⁷⁷ David Capistrano da Costa Filho (1948-2000), foi membro do PCB e do PT em sua militância. Médico de formação, ex-prefeito de Santos (SP) é lembrado diversas vezes por Brandão no decorrer de sua produção e recebeu o obituário escrito por nosso autor intitulado “*Meu amigo David Capistrano*”. O texto de homenagem póstuma foi republicado na coletânea organizada por Simone Coelho.

regime, atrair o máximo possível de gente.. claro que você só conseguiria aumentando força do lado de cá, dividir o regime pra derrotá-lo, pra acuá-lo tá certo? Então nós atuávamos o tempo todo, o que significava que nós tínhamos que disputar em todas as instituições, onde tivesse nós tínhamos que estar presente e não com essa bobageira que a esquerda tinha de 'não, isso aqui é burguês, isso é coisa da burguesia'” (Brandão, 2010d)

Brandão cita Enrico Berlinguer e seu discurso de 1977 em Moscou nas comemorações dos sessenta anos da Revolução Russa. Berlinguer, que também foi citado por Coutinho (1979), foi dirigente do Partido Comunista Italiano e defendeu a indissociabilidade da democracia junto ao socialismo. Em verdade, não haveria socialismo de fato desconsiderando a questão democrática⁷⁸, algo que terá profundas reverberações no interior do comunismo brasileiro, especialmente no grupo geracional que estamos apresentando: “(...) esse grupo de intelectuais buscou reavivar e explicitar, buscando uma conciliação (a nosso ver, inovadora) entre prática democrática e teoria política marxista, no interior do comunismo brasileiro.” (Lucca-Silveira, 2017: 84, os parênteses são do autor).

Cabe notar que inclusive o PCI, para além da influência intelectual de Berlinguer, figurava enquanto *modelo a ser seguido* para Brandão:

“Qual era o modelo? O PCI, o Partido Comunista Italiano. Não porque nós fôssemos homens do Partido Comunista Italiano, mas porque era o único Partido no ocidente que tinha base de massa, uma vida intelectual com um fervor enorme, ultra rica, com dirigentes cultos, que era outra coisa que nos fascinava. Dirigentes que eram intelectuais pô! Você pegava um Togliatti, Berlinguer, Amendola (...) essa gente não só, aliás, a comparação com o Brasil é uma tristeza, eu sei porque eu escrevi livro pra dirigente comunista assinar tá certo? Quantos dirigentes comunistas escreveram algum livro? Se pega os italianos é um.(pausa).. aliás, nem os franceses chegam aos pés. Soviéticos nem se fala né? Chineses, soviéticos, tudo isso, cubanos, tudo umas bobagens né? O que nos interessava era a Itália, era um pouco o eurocomunismo...” (Brandão, 2010d).

⁷⁸ Sobre o longo e ainda insolúvel debate acerca da tensa relação entre democracia e socialismo recomendamos a consulta de Guimarães, 1998, Texier, 2005 e Lukács, 2008. Aproveitando o ensejo agradecemos ao prof. Claudio de Farias Augusto pela generosidade das indicações em banca de qualificação deste trabalho.

O posicionamento do grupo de Chasin, voltando para a *Temas*, era absolutamente crítico ao que denominavam pejorativamente de *italianismo*:

“No caso da Temas, por exemplo, nós tentamos impedir o Sr. Raul e Marco Aurélio Nogueira de italianizarem a Temas, ou seja, de abraçarem o eurocomunismo, impedir que a Temas se transformasse em uma espécie de moeda de troca de interesse pessoal... Chasin, eu tenho toda essa correspondência, enviou inúmeras cartas para Raul, para Gildo [Marçal Brandão], para Nelson Werneck Sodré... ‘Por favor, não deixem que a Temas vire moeda de troca para o italianismo...’. Porque, o pessoal que voltava voltava sob influência do eurocomunismo. (...) Criticamos, assim, a noção de democracia como valor universal. Foi uma briga muito violenta, mas, contraditoriamente, ironicamente, assumindo o Partido; quando nós devíamos ser uma tendência dentro do Partido, brigando contra o Partido, nós o assumimos, caímos no ardo do partido.” (Rago e Vaisman, 2008: 268, colchetes e itálicos dos entrevistadores).

Foge dos nossos objetivos apresentar neste trabalho uma solução definitiva, muito menos pacífica, para a controvérsia entre o grupo de Chasin e o de Brandão nos arredores da *Temas*, o que envolve sua concepção e diretrizes. Esta seria outra pesquisa, enfocada na história da disputa política e simbólica da memória do legado em questão. Contudo, utilizamos a *Temas* e o diálogo que reconstruímos entre agentes geracionais parcialmente antagônicos, afinal todos eram comunistas do Partido salvo as diferenças contundentes aqui explicitadas, enquanto um *background* para ilustrarmos como se processa a militância intelectual de Brandão e suas opções políticas na conjuntura que irão atingir seu ponto culminante no trabalho de nosso autor como editor-chefe da *Voz da Unidade*. A experiência editorial da *Escrita/Ensaio* e da *Temas* explicaria justamente, inclusive para o próprio Brandão, o convite para se tornar o primeiro editor-chefe do primeiro jornal comunista brasileiro vinculado oficialmente ao Partido no contexto histórico da redemocratização:

“Então, eu era jornalista, trabalhava já na Folha desde 76/77, já tinha um certo nome e eu tinha editado a Revista Temas de Ciências Humanas, que foi uma revista acadêmica importante na época, com muita influência numa geração jovem. Tinha feito, editado livros, tinha uma experiência editorial. Editei uma revista chamada Escrita/Ensaio, eu e Marco Aurélio, e a gente tinha uma certa presença, uma certa liderança. Acontece, e ainda era dirigente dos jornalistas, dirigente dos jornalistas comunistas, da organização.” (Brandão, 2010d)

Não obstante o caráter irônico e bem humorado com que lidava com suas limitações de saúde, inclusive reputando a elas sua motivação existencial⁷⁹ para aceitar o convite para ser editor-chefe da *Voz*, ainda haviam outras motivações que não incluem apenas suas credenciais profissionais e experiência pregressa na bagagem para arcar com o projeto do jornal semanal do PCB. Brandão reconhece que *“Os jornalistas comunistas de nome não podiam ou não queriam assumir o risco (...)”* (Brandão, *Ibid.*). Retomando o contexto do período de redemocratização, o PCB prosseguia ilegal. O jornal foi criado em 1980 e embora houvesse a reorganização da esquerda comunista institucionalista (ou politicista) no MDB⁸⁰, os membros do Partido fora do Comitê Central não assumiam publicamente naquele momento sua condição de comunistas⁸¹. Conforme o próprio Brandão avalia, as sanções eram previsíveis e duras:

⁷⁹ *“Cardíaco.. já vinha de operação em operação.. 79 eu tinha tido uma embolia pulmonar, sobrevivi por acaso. Então, eu olhei pra mim e digo: ‘Eu to com trinta anos, nada na biografia, não fiz nada! O que que eu tenho a perder? Eu não sobrevivo mais de dois anos’. Então, me meti na aventura. Que foi uma aventura né? Aliás, uma maravilhosa aventura. Aos poucos você vai percebendo que você não morreu.... e continua (risos). Não é? Então, eu me meti, do ponto de vista individual, foi isso (...)”* (Brandão, 2010d).

⁸⁰ Cabe frisar que não somente os comunistas politicistas se agruparam no MDB. Parte da centro-esquerda do período, o que incluía os intelectuais profissionais que fundaram o CEBRAP, também prestavam assessoria e atuavam intimamente junto ao Movimento Democrático Brasileiro. Os outros grupos de esquerda optaram pelo Partido dos Trabalhadores e o CEDEC. Os grupos mais no extremo deste lado do espectro político ainda insistiam na luta armada (Lahuerta, 2001).

⁸¹ Durante a entrevista para Ricardo Carvalho, Brandão cita, dentre outros jornalistas renomados na época, Juca Kfoury como um dos colaboradores do semanário. Contudo, Kfoury assinava suas matérias utilizando o pseudônimo de “Marcos Claudio”. Evidentemente a utilização deste tipo de expediente em colaborações na imprensa ou no mundo artístico, o pseudônimo, era uma das muitas estratégias utilizadas pelos opositores do regime para atuarem no espaço público nacional sob repressão. Contudo, é notável que mesmo no início da década 1980, período em que o jornal do PCB ganha as ruas, os participantes da empreitada ainda necessitassem deste artifício para evitar problemas com a justiça, a polícia ou seus patrões.

“(...) eu fui o primeiro, primeiro cara do país que não era do Comitê Central de PC nenhum a assumir a condição de comunista. Aparece nacionalmente na condição de comunista. Cê lembra que na Folha⁸² foi um escândalo, as pessoas não sabiam, não é? Eu fui demitido na época. Tinha que ser demitido. (...)” (Brandão, Idem).

Em outros termos, a experiência profissional individual de Brandão e a perseguição política do apagar das luzes da ditadura civil-militar, que ainda causava constrangimentos na década de 1980 e afastou jornalistas mais experimentados, produziu a brecha para nosso autor, com trinta e um anos de idade não desconsiderando seus méritos, ser o primeiro editor-chefe d´A Voz entre março de 1980 e junho/julho de 1981. O jornal continuaria existindo até 1991, momento em que o mundo comunista realmente existente se liquefaz após os tremores desencadeados pela *Perestroika* e pela *Glasnost* na antiga URSS.

N´A Voz há a migração de algumas das premissas valorativas e políticas que já apareciam no momento da *Temas*. Em entrevista sobre a *Temas*, concedida por Marco Aurélio Nogueira e Brandão⁸³, ambos são enfáticos ao reconhecerem o projeto editorial da revista vinculado ao (...) *fortalecimento da nossa sociedade civil e da democratização do país*” (Brandão & Nogueira, 2010: 201) Em outro momento na mesma entrevista, Brandão é ainda mais explícito:

“(...) entendamos que ela expressa, em nível intelectual, os objetivos universais do agrupamento sócio-histórico estrutural e estrategicamente mais identificado com a democracia, e finalmente, que ela assume como ponto fundamental a luta pela unidade da mais ampla frente democrática” (Ibidem: p.207).

No momento do *frentismo democrático*, opção por um amplo leque de alianças em prol da redemocratização do país onde os comunistas politicistas se concentraram

⁸² Nosso autor foi demitido por Boris Casoy na Folha de São Paulo em 1980, logo após assumir a condição de editor-chefe da Voz da Unidade.

⁸³ Utilizamos aqui a versão da entrevista, que ocorreu na década de 1980, publicada na coletânea organizada por Simone Coelho em 2010.

(Ramos, 2013; Lucca-Silveira, 2017), a *Temas*, como vimos e dentro de suas características, de alguma forma antecipa o trabalho de Brandão como editor-chefe no jornal. Sobre a direção política d´a *Voz*:

“Primeiro: nós lutamos a favor de uma frente democrática. Quer dizer, nós recusamos qualquer, qualquer tentativa de luta armada, qualquer coisa desse tipo, condenamos na esquerda qualquer coisa..Assumimos luta eleitoral, assumimos luta de massa, somos favoráveis a participar de todas as instituições, somos favoráveis a participar do MDB, a oposição real é essa. Nós lutamos dentro do processo de abertura, nós disputamos dentro do processo de abertura porque a esquerda não queria, dizia que aquilo era burguês, que tinha que fazer a revolução. Nós não vamos fazer revolução nenhuma, nós vamos lutar por uma aliança com os liberais pra derrotar o regime militar. Essa é nossa política. E essa política é fundamental. E dentro disso você luta pela ampla liberdade de associação e de pensamento. Então, incluindo a legalidade do Partido Comunista. Ele sim, poder disputar eleição com seu nome próprio, lutar abertamente.” (Brandão, 2010d).

Para Brandão a experiência d´a *Voz* implicava a primeira tentativa robusta de reorganizar o PC nacionalmente nos estertores de 1964. Tratava-se, conforme vimos, de um esboço, uma preparação para o PC reassumir a condição de legalidade e uma via de aglutinação dos militantes para o período democrático vindouro e em consonância com a própria democracia que, segundo Coutinho (1979), deveria ser encarada como um valor em si mesmo, universal e condição *necessária* para qualquer projeto socialista que se considere enquanto tal. Revisitando mais uma vez a relação entre democracia, socialismo e a resposta da esquerda na eclosão da ditadura civil-militar:

“(...) o tema da democracia é um tema forte porque nós tínhamos consciência de que no período pré 64 quando, é, nós deixamos que a bandeira da democracia fosse pega pela direita, foi ali que nós nos liquidamos. Quando a direita vira dona da democracia e a esquerda aparece como anti-democrática, golpista, a esquerda é derrotada. A esquerda tem que ser campeã da democracia! Tem que ser a mais radical defensora da democracia! E democracia significa pluralismo, abertura, respeito pelo

outro, evitar tratar o outro como inimigo. É adversário, tá bom, mas não é inimigo. A nossa política naquele período, a nossa, dessa geração, desse grupo de comunistas ‘paulistas’ é (...) É a preocupação de colocar a democracia não apenas como um caminho pro socialismo mas, a democracia levada às últimas conseqüências é socialismo. Se você leva a democracia às últimas conseqüências, democracia política, tô falando, democracia política, não to tergiversando com negócio de democracia social, econômica que é bom, que tem que haver, tudo bem... Mas, ou você é favorável à democracia política ou você não é democrata. E aí nós temos a consciência da avaliação do presente do golpe de 64, a avaliação da experiência do comunismo no século XX, quer dizer, o desastre que foi o stalinismo, o destempero que acabou sendo os países socialistas, a ditadura dos países socialistas, que era o que a gente não queria! Quer dizer, nós éramos todos nessa, o grupo que fez a Voz da Unidade, em 1981, era a favor da Tchecoslováquia (...)” (Brandão, 2010d).

Para realizar o projeto d’A Voz consoante com os objetivos do grupo de jovens intelectuais comunistas vinculados ao projeto da *democracia como valor universal*, Brandão assume com “mãos de ferro” a condição de editor-chefe do jornal:

“(...) casando técnicas jornalísticas modernas e empenho pela democracia política. Se não o fizesse, percebi, seria submergido pelo português ritualístico e professoral que costuma ser o das publicações de esquerda, ou tornaria o jornal mera reprodução da confusão mental, sectarismo político e arcaísmo ideológico que a ausência de discussão e ação coletivas disseminara naquela força política.” (Brandão, 2010a: 55)

Junto a este trabalho “autocrata” enquanto editor-chefe d’A Voz, mais uma vez o Partido Comunista Italiano se apresenta enquanto uma influência a ser seguida, desta vez estética:

“Peguei o jornal Rinascita⁸⁴, jornal dos italianos, jornal cultural do Partido Comunista italiano. ‘Gaspar, precisamos montar um boneco que seja o mais

⁸⁴ *Rinascita* foi uma revista político-cultural do Partido Comunista Italiano fundada em 1944 por Palmiro Togliatti: “(...) foi pensada como peça decisiva na estratégia cultural do PCI (...). Afinal, os comunistas

próximo possível disso'. Mais próximo.. o Rinascita era papel bíblia, papel acetinado, era uma maravilha, uma riqueza! Evidentemente não era isso... Mas, eu sabia que tinha que ser isso. Então eu fiz o cultural, montei toda a diagramação (...).” (Brandão, 2010d)

Sem dúvida, se desde a *Temas* o grupo de Chasin considerava Brandão e seus colegas, “(...) o grupo que era partidário da democracia como valor universal” (Brandão, *Ibid.*), enquanto portadores do *italianismo*, n´A *Voz* essa opção política se consolida conforme vimos. Seja na opção estética do novo jornal do PC, seja no modelo de Partido a ser seguido, o PCI. Porém, dos ecos de Berlinguer recepcionados de forma mais apaixonada por Coutinho (1979), a possibilidade de superação da *via prussiana* brasileira pela via democrática, onde no texto do filósofo baiano há um movimento de adensamento contínuo que parte da defesa das liberdades político-formais tipicamente liberais até atingir a justiça social, foi a aposta mais contundente abraçada por Brandão no seu projeto d´a *Voz*. O resultado imediato desta empreitada, para além de atritos com o Comitê Central do PC e boicotes, foi um *interregno* profissional melancólico onde Brandão, a partir de junho/julho de 1981, não é mais editor-chefe do jornal e amarga 10 meses de desemprego:

“E eu fiquei dez meses, é um caso raro esse ô Ricardo.. Eu fiquei dez meses desempregado, nenhum editor de imprensa alternativa ficou dez meses desempregado.. Ninguém fez isso com comunista. (...) nenhum cara de imprensa alternativa, tenho absoluta certeza, que foi discriminado como eu fui. (...) Não era pessoal, não era o Gildo. Nesses 10 meses eu não tinha casa, eu dormia cada dia na casa de outro.. A gente já chegou a morar (...)Não tinha dinheiro, não tinha como. (...)” (Brandão, 2010d).

Dentre as motivações para sair da condição de editor-chefe, Brandão reputa justamente a tudo que tentou plasmar no jornal, desde a direção política que abraçou até o estilo de vida “boêmio” que escandalizava os setores de outras gerações. Ainda, a

deviam, depois de quase vinte anos de marginalização política, apresentar-se aos homens de cultura como organizadores de um veículo capaz de conter as mais veementes polêmicas. É claro que a estratégia tinha por finalidade atrair os intelectuais e os artistas para a formação dos intelectuais orgânicos e, dessa maneira, renovar o pensamento marxista.” (Rego, 2002: 52)

proposta de Coutinho (*Op. Cit.*) era demasiado heterodoxa para ser considerada, *ipsis litteris*, uma via comunista de atuação, muitíssimo influenciada pelo *eurocomunismo* e dotada até mesmo de um aparato conceitual inovador (Lucca-Silveira, 2017). Após esta experiência, Gildo Marçal Brandão se desliga do Partido oficialmente em 1985 para retomá-lo enquanto objeto de reflexão, e não mais como militante, somente no ano de 1987 quando ingressa no doutorado em Ciência Política da Universidade de São Paulo. Este será o debate das próximas seções que constituem esta parte do trabalho, onde saímos aqui do PC *de* Gildo Brandão, o PC que nosso autor vivenciou e militou, para o PC *em* Gildo Brandão, uma experiência de análise sistemática do Partido enquanto fenômeno circunscrito por uma ótica disciplinar das Ciências Sociais contemporâneas. Contudo, ressaltamos de ante-mão que não obstante o rigor da análise de Brandão expresso na evolução dos trabalhos, há a transmigração de posturas e valores do militante para o analista e, podemos arriscar que há até mesmo um acerto de contas do jovem militante no analista conforme veremos.

2.2 – O comunismo *em* Gildo Marçal Brandão: o trabalho analítico

Ao optar definitivamente pela universidade enquanto opção de carreira, até mesmo por sugestão médica⁸⁵, Brandão ingressa em 1987 no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo⁸⁶ onde iniciou e concluiu seu doutoramento sob orientação de Francisco Weffort. A tese intitulada *Partido Comunista, capitalismo e democracia – um estudo sobre a gênese e o papel político da esquerda brasileira: 1920-1964* foi aprovada em maio de 1992 diante de banca constituída por Paul Singer, Carlos Nelson Coutinho, Boris Fausto, Leôncio Martins e presidida por Weffort (Brandão, 2010a). O trabalho tornou-se livro em 1997 lançado pela editora Hucitec⁸⁷. Contudo, antes mesmo da conclusão da tese que iria se tornar livro há um *continuum* de reflexão iniciado em 1988 tendo o PC como ator central a ser analisado e a política brasileira do século XX enquanto o *entorno* do objeto principal.

⁸⁵ “(...) meu médico me disse que se eu continuasse vivendo do jeito que eu continuo, eu não sobreviveria (...) eu tinha que mudar de vida. Aí eu decido, aí coincide com o fim da minha relação com o PC, já não agüento mais aquilo.... é... tem uma mudança geral.... e eu decido voltar pra Universidade.”(Brandão, 2010d).

⁸⁶ Informações disponíveis em: <http://lattes.cnpq.br/8561300101174924>, acesso em 31 de março de 2016.

⁸⁷ Iremos utilizar esta versão da tese disponível no mercado editorial neste trabalho.

Este trabalho cumulativo, tendo o PC enquanto mote, irá persistir até o ano de 2008 em prefácio para o livro de Geraldo Majella sobre o PCB em Alagoas⁸⁸. Portanto, o trabalho de Brandão enquanto intelectual profissional e analista metódico do PCB somou mais ou menos duas décadas e é esta produção que iremos destacar aqui⁸⁹.

Em quatro artigos⁹⁰, dois *papers*⁹¹, um prefácio⁹² e uma tese tornada livro⁹³ Brandão seguiu a opção da interpretação *totalizante* que nos remete a um de seus primeiros artigos teóricos e que foi apresentada na primeira parte deste trabalho (Brandão, 1977). Em última instância, conforme vimos na Parte I, a ótica totalizante implica uma abordagem teórica e metodológica onde a opção pela análise de um fenômeno, neste caso um fenômeno político, não deve ser dissociada do diálogo com o contexto. O particular não deve ser apartado do geral, confirmando a perspectiva dialética e respeitando sua *lógica imanente*, ou seja, daquilo que Brandão já reafirmou como *primado da realidade* onde cabe frisar mais *o que é* do que *o que poderia ser*. Em

⁸⁸ MAJELLA, Geraldo de (org.). *O PCB em Alagoas: documentos*, vol. 1. Maceió: Edufal, 2008.

⁸⁹ Evidentemente há outras produções anteriores ao período mencionado elaboradas por Brandão sobre o PCB de caráter jornalístico, afinal nosso autor foi editor-chefe d'a *Voz da Unidade* como vimos. O cientista político alagoano também trabalhou como *ghostwriter*, junto de David Capistrano e Luiz Werneck Vianna, no livro *Partidão – a luta por um partido de massas (1922-1974)*, lançado em 1982 pela Hucitec e atribuído oficialmente ao dirigente comunista Moisés Vinhas. Sobre este trabalho nosso autor justifica da seguinte maneira: “(...) o livro devia servir de plataforma para a recondução do dirigente ao Comitê Central, em um período em que a luta interna no PC, que vivia entre seus estertores, tornava praticamente impossível a ‘direita’ partidária da democracia como valor universal e o conservadorismo dos velhos dirigentes vinculados espiritualmente à União Soviética e pouco dispostos a passar o que julgavam criatura sua para as mãos dos que lhe poderiam insuflar alguma sobrevida.” (Brandão, 2010a:64). Contudo, não desconsiderando a importância desta produção, nosso objetivo aqui nesta seção é trazer o conjunto de análises do autor já enquanto intelectual profissional delimitado pela divisão disciplinar contemporânea das ciências sociais. Nos interessa aqui é o Gildo Marçal Brandão *cientista político* e é esta produção que será privilegiada.

⁹⁰ Em ordem cronológica: 1) BRANDÃO, Gildo Marçal. Sobre a fisionomia intelectual do partido comunista. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n.3, vol. 4, jul/set., 1988, p.133-149; 2) BRANDÃO, Gildo Marçal. O partido comunista como “esquerda positiva”. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n. 35, 1995, p.183-201; 3) BRANDÃO, Gildo Marçal. A ilegalidade mata: o partido comunista e o sistema partidário (1945/64). In: *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo: vol. 12, n. 33, 1997.; 4) BRANDÃO, Gildo Marçal. O significado do prestígio na vida política brasileira. In: *História Viva*. São Paulo: Vol. Especial. 2006, p.45-50. Deste último artigo irei utilizar a reedição no livro organizado por Simone Coelho em 2010.

⁹¹ 1) BRANDÃO, Gildo Marçal. O PC às vésperas da cisão marighellista: o poder local como tática de acumulação de forças. Paper apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS, Grupo de Trabalho “Partidos e Movimentos de Esquerda”, Caxambu, MG. 1989, 30 pp.; 2) BRANDÃO, Gildo. Partido ilegal e o sistema partidário: o PC entre 1945 e 1964. Paper apresentado no XVI Encontro anual da ANPOCS, Grupo de Trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda, Caxambu, MG,1992, 18 pp..

⁹² BRANDÃO, Gildo Marçal. Para uma história estadual de um partido nacional. In: MAJELLA, Geraldo de (org.). *O PCB em Alagoas: documentos*, vol. 1. Maceió: Edufal, 2008. Irei utilizar neste trabalho a reedição do texto publicada no livro organizado por Simone Coelho, *Op. Cit.*.

⁹³ Brandão, 1997a, *Op. Cit.*.

suma, trata-se de uma abordagem sobre o PC onde sentimentos como o *wishful thinking* estão plenamente desautorizados na proposta do autor. Isto não implica no desaparecimento pleno do confractual na análise de Brandão. Conforme veremos, os elementos contrafactuais, quando são mobilizados, visam justamente mais problematizar o real do que negá-lo (Adorno, 2009).

Prosseguindo, aqui a perspectiva totalizante na análise de um fenômeno tipicamente político, na interpretação da trajetória de um partido político moderno, igualmente não se restringe ao isolamento institucional. Partido e sociedade são elementos intercambiáveis de análise onde um torna-se obrigatoriamente o fator explicativo para o outro. Por esta razão Brandão declara que em um ambiente hostil, inclusive pela própria configuração do sistema eleitoral brasileiro durante parte do século XX, a “ilegalidade mata” (Brandão, 1997b). É o PCB como cadáver insepulto em termos eleitorais que explicaria o trabalho dos intelectuais do partido, certamente a um só tempo influente e acanhado, nas franjas da sociedade. De todo modo, a revelação de uma atuação política relevante *na margem das instituições* nos permite compreender a resistência de Brandão em elaborar análises do fenômeno político restritas às meras formas institucionais.

Feitas estas advertências introdutórias e lembranças, iremos seguir no trabalho de *restauração teórica* (Habermas, 1990) a sugestão analítica do próprio Brandão sobre seu caminho com o PCB: iremos nos engajar no primado do objeto que “(..) mandava perseguir suas determinações em variados contextos, de modo a tentar reproduzir sua vida, seu movimento (...)” (Brandão, 2010a: 63). Nas próximas seções desta Parte do trabalho iremos seguir o percurso adotado pelo autor no seu trabalho de *reconstrução* (Habermas, *Op. Cit.*) do PC. Para tal iremos pontuar observações em cada trabalho elaborado pelo cientista político alagoano tendo o PC por objeto central respeitando uma ordem cronológica⁹⁴ da apresentação ao público dos artigos e papers e, ao final, discutiremos a *magnum opus*, a tese/livro “*A esquerda positiva*” que representa questões, problemas, fatos e análises já presentes em produções anteriores. Trata-se de um esforço que justamente tenta reeditar um caminho respeitando o encadeamento do objeto construído pelo autor.

⁹⁴ Estratégia similar é adotada por Lynch (2013) em seu trabalho de análise da produção de Wanderley Guilherme dos Santos sobre o pensamento político brasileiro. A este texto devo a inspiração para o que me proponho nesta e nas próximas seções desta Parte do trabalho.

3 – Gildo Marçal Brandão e o Comunismo Brasileiro

3.1 – Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1988)

O primeiro trabalho de Brandão enquanto intelectual profissional da Universidade abordando o PCB é elaborado quando o autor ainda assinava enquanto jornalista e professor do Departamento de Política da PUC-SP. Neste artigo de 1988, que é um ensaio dotado de uma abordagem transdisciplinar utilizando documentos históricos, historiografia, teoria social, Sociologia e Ciência Política, apresentam-se hipóteses e questões de pesquisa, algumas não plenamente respondidas, que irão reverberar tanto em análises posteriores sobre o PC quanto no projeto inacabado d'as *Linhagens* que será analisado na última parte deste trabalho. Portanto, trata-se de um artigo seminal para compreendermos os caminhos e opções do trabalho analítico do autor já reinserido nas fileiras formais da universidade sobre um fenômeno político concreto.

Uma questão a se destacar, revisitando o militante, é a ausência de uma abordagem hagiográfica e/ou apologética do objeto. Se havia algo devocional e análogo à adesão religiosa apaixonada em parte dos militantes comunistas, aqui atua um crítico bastante severo da atuação do PC na política brasileira, não obstante o reconhecimento de inovações a um só tempo importantes e limitadas proporcionadas pelo Partido e por seus adeptos. Ainda na seara do comunismo vivido por Brandão, permanências irão transparecer neste artigo e em toda sua produção intelectual sobre o Partido: 1) o olhar que privilegia a perspectiva *politicista* em sua acepção positiva; 2) a crítica à construção intelectual interna, contraditoriamente frágil e relevante, elaborada pelo PC e seus quadros no século passado.

Uma influência teórica se tornará onipresente a partir deste momento: a teoria do partido político do marxista e ex-membro do Partido Comunista Italiano, Umberto Cerroni. A proposta de Cerroni guarda afinidades com o conteúdo normativo contido no texto já mencionado de Coutinho (1979) e pode ser interpretado como uma abordagem

que se assemelha em termos programáticos e teóricos com a vertente *politicista* além de ser possivelmente uma influência do filósofo político baiano. O trabalho de Cerroni encontra-se em um momento histórico que antecede imediatamente o célebre discurso de Enrico Berlinguer, secretário geral do PCI, por ocasião das comemorações dos 60 anos da revolução soviética quando anunciou a proposta da democracia como valor universal. As conferências de Cerroni, que ocorreram na cidade de Todi, Itália, transcorreram no ano de 1975 e depois de serem compiladas derivaram na obra onde há a defesa da luta institucional tendo por *background* o processo histórico evolutivo da esquerda italiana. Para Cerroni, influenciado pela teoria gramsciana, as mudanças concretas da sociedade e do Estado na Itália tornam obrigatórias as modificações da *práxis* partidária, especialmente nos grupos situados no flanco esquerdo do espectro político.

Cabe frisar que o trabalho de Cerroni centra-se nos partidos da esquerda italiana para realizar sua *aufhebung*. No autor a proposta teórica tradicional liberal, onde os partidos são definidos a partir de uma ótica estritamente instrumental sendo atores competidores por votos em um mercado eleitoral⁹⁵, é útil e insuficiente para abarcar os partidos de orientação socialista. Sob a notória influência de Gramsci⁹⁶, Cerroni argumenta que os partidos socialistas têm sua origem relacionada a um ideário, o que pode tornar a competição eleitoral necessária no contexto institucional⁹⁷, mas, não redundando em sua finalidade última. Os partidos socialistas arrogam-se a representação do interesse universal, vide reivindicarem a posição de porta-vozes deste agente histórico complexo que é o proletariado na teoria marxista. Em virtude da exigência imposta pela tarefa histórica, a necessidade da conexão entre máquina partidária⁹⁸ e programa se torna compulsória e faria dos partidos socialistas e correlatos modelos exemplares de partidos modernos:

⁹⁵ Vide, dentre outros, Schumpeter, 1968.

⁹⁶ Gramsci, 1978.

⁹⁷ Evidentemente, seguindo a lógica dual das *duas almas* do PC proposta por Brandão, 1997, a luta institucional politicista dentro das *regras do jogo* (Bobbio, 1986) jamais foi a única opção histórica de atuação política do Partido. Há a via insurrecional, fundamental para compreendermos o Partido no século XX.

⁹⁸ O que envolve o aparato burocrático, dirigentes e militantes orgânicos tal como discutido por Michels, 2001.

“(…) o partido se apresenta como um organismo no qual máquina organizativa e programa ideológico se determinam reciprocamente. A máquina constitui um agregado disciplinado e regulado segundo critérios jurídicos-coativos (está prevista inclusive a expulsão), enquanto o momento do consenso é tão presente que o partido se funda em adesões voluntárias e elabora uma plataforma programática.” (Cerroni, 1982: p.26, os parênteses são do autor).

Esta definição de partido moderno, decerto dotada de caráter normativo e incapaz de explicar faticamente a totalidade das experiências partidárias de esquerda ao redor do mundo, será a utilizada por Brandão (1988) para abordar o PC. Contudo, é uma apropriação conceitual que é *tipo ideal* (Weber, 1999; 2000), ou seja, um recurso heurístico. A experiência concreta do PCB analisada por Brandão *desautoriza* a mera transmigração de experiências e conceitos *ipsis litteris* para a nossa realidade periférica. Nestes termos, a definição de Cerroni, que prossegue na via aberta por Gramsci (1978) acerca do partido em termos ideais, será apropriada para pensar o PCB por *contraste*.

Assim, para Brandão o PC brasileiro é o primeiro partido moderno brasileiro na concepção de Cerroni: amalgamam-se máquina e programa, mesmo que essa junção não seja claramente identificável em toda sua história. Por essa razão os comunistas brasileiros seriam vanguardistas *per se* em uma realidade onde os dois elementos constitutivos, máquina e programa, nem sempre se encontraram na história partidária brasileira. Tratar-se-ia, no tempo em que se apresenta, de uma experiência demarcada pelo ineditismo. Abordando a origem social e o vanguardismo Brandão vai mais além:

“(…) o PC é um dos raros partidos nacionais, especificamente urbano num país de predominância agrária, o único que sobreviveu tanto tempo minimamente organizado, agência que conseguiu dar alguma fundamentação teórica ao vasto movimento nacionalista e democrático que toma corpo a partir dos anos 50.” (Brandão, Ibid.: 133).

Na citação acima aparecem três pontos que singularizam a experiência do PC brasileiro na interpretação de Brandão: 1) o caráter originariamente urbano do Partido;

2) a organização perene, não obstante os longos períodos na ilegalidade ou semi-legalidade; 3) a inovação de uma experiência partidária onde, não desconsiderando suas fragilidades, havia um verniz teórico a adensar sua trajetória. Mesmo que fosse centrado mais em Lenin e Stálin do que em Marx, o que chamaremos daqui por diante neste trabalho simplesmente de “marxismo-leninismo”⁹⁹. Sobre este último ponto o autor irá pautar parte significativa de suas reflexões neste trabalho, afinal, o título do artigo explicita o interesse em evidenciar uma “fisionomia intelectual” do PC a quem reputa parte da explicação para o insucesso desta experiência partidária no Brasil.

Retomando parte da tradição discursiva política brasileira, especialmente no século XIX, Carvalho (2000) nota que a retórica, em sua “má fama”, se apresenta como estilo predileto de atuação em nosso espaço público. Seria uma retórica em sentido empobrecido, herdeira do bacharelismo e da tradição portuguesa pouco afeita ao diálogo com as outras tradições europeias mais centradas em uma postura *positiva* e/ou científica. O discurso adornado derivaria de uma perspectiva barroca que não é só estética. O barroco aqui é também um modo de se situar no mundo, uma cosmovisão¹⁰⁰. Se sem dúvida este elemento genealógico não impediu o nascimento de um pensamento político brasileiro sistemático, tema que será abordado na última parte deste trabalho, Carvalho evidencia que a política *cotidiana* e prática na verdade seguiu uma outra opção em tudo distante de uma postura reflexiva sendo profundamente centrada na

⁹⁹ Não obstante os eventuais problemas ao utilizarmos definições fornecidas por dicionários e sabendo que mesmo os mais robustos, aí incluso os de teoria social ou política, operarem com simplificações, assumo os riscos propondo uma definição de marxismo-leninismo sintética que seja, para os objetivos deste trabalho, eficiente e operacional. Para tal irei lançar mão de uma fusão entre a proposta de Outhwaite e Bottomore (1996) e Bobbio *et. all.* (1998). Primeiramente em Bobbio *et. all.* ao abordar o eurocomunismo, há a lembrança de que “*Por sua gênese histórica, todos os partidos comunistas são leninistas, no sentido de que todos tiveram de aceitar as vinte e uma teses de Lenin para poder fazer parte da Terceira Internacional*” (Ibid: 451). Nestes termos, a recepção mais refratária ou enviesada da produção propriamente de Karl Marx faz sentido em termos de contexto histórico e político ao falarmos de um partido, conforme indicado, partícipe da III Internacional. Em minha perspectiva Outhwaite e Bottomore complementam a contextualização de Bobbio ao caracterizarem esta vertente da esquerda da seguinte maneira, a um só tempo teórica, política e histórica: “*Como setor organizado do socialismo internacional (o pensamento de Lenin) muitas vezes se enrijeceu na forma de uma doutrina sectária inflexível e de uma prática rígida. Isto tem acontecido especialmente onde ele se junta ao seu ‘ismo’ paterno, na dupla ‘marxismo-leninismo’ - significando geralmente uma continuidade que remonta a Lenin através do stalinismo. Mas, isso também tem sido válido, por vezes, para grupos politicamente opostos ao stalinismo*” (Ibid: 418, os parênteses são meus). Portanto, marxismo-leninismo neste trabalho implica a adesão, e em determinados casos a oposição, a um conjunto de normas, valores, práticas vinculadas ao movimento que ficou conhecido como III Internacional, o que implica em reconhecer suas limitações e propostas vinculadas a esta opção.

¹⁰⁰ Para uma leitura prospectiva acerca da influência do barroco no processo de *nation state building* brasileiro, ao menos enquanto estilo, é altamente recomendável o trabalho de Barboza, 2010.

elaboração de argumentos *ad personam*, até mesmo pelo fato de que no século retrasado muitos jornalistas eram políticos e muitos políticos eram jornalistas.

Brandão lida com este contexto da história política brasileira inserindo o PC pautado pelo signo do *ineditismo* portanto. Afinal, desde a I Internacional a junção *teoria, programa e ação* se coloca enquanto tarefa na esquerda do espectro político. Porém, há ressalvas no solo brasileiro. Embora o Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, já se apresente desde seu nascimento como pertencente a uma tradição, a relação entre teoria e programa jamais foi das mais produtivas. Nosso autor se queixa de que quase nenhum dirigente comunista tenha jamais publicado uma obra de fôlego sobre a realidade a qual pretendia transformar. Somente Jacob Gorender, Heitor Ferreira Lima e Leôncio Basbaum assumiram essa tarefa já quando não ocupavam o Comitê Central do Partido. Ainda, na produção interna oficial do PC:

“(...) não podem ser considerados tais aqueles informes e outros documentos do PCB, cada um dos quais refuta o anterior e são, de per si, nulos por si mesmos, dada a pobreza do seu conteúdo, para não falar da monotonia sem fim de sua forma, servilmente imitada dos relatórios soviéticos.” (Brandão, 1988: 141).

Nas seções anteriores desta parte do trabalho enquadrámos Brandão enquanto um militante intelectual do Partido, portanto a impaciência com a qualidade da reflexão elaborada pelos comunistas brasileiros em boa parte do século XX, até em termos biográficos e das opções políticas de nosso autor, é amplamente passível de ser contextualizada e justificada. Porém, há uma importante contradição factual reconhecida pelo autor. Se a formação dos quadros orgânicos do PC era miseravelmente débil em termos teóricos, a influência dos comunistas brasileiros jamais poderia ser minimizada. O Partido desconsiderou o jargão leninista de que não haveria prática avançada sem teoria avançada portanto. Mas, mesmo assim Brandão compartilha com Schwarz (1978) o diagnóstico de que haveria nos setores culturais de vanguarda uma influência do pensamento de esquerda. Como afirmou o próprio Schwarz: *“Nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom.”* (*Op. Cit.*: 62). E não obstante a esquerda brasileira ser fragmentária em seu percurso no século XX, o PC seria o

“núcleo mais estável” (Brandão, 1988: 133), não desconsiderando seu déficit teórico-intelectual.

Se não houve maior investimento na produção de ideais originais e diagnósticos dentro do próprio Partido, o que auxiliaria a explicar as dificuldades práticas, insistências analíticas e escolhas conjunturais do PC, ainda assim produziu um fenômeno de oxigenação teórica:

“Muito da investigação mais original e consistente dos próprios intelectuais marxistas de matriz comunista será feita em precária convivência com a visão oficial e majoritária. Apesar disso, esta terá sido capaz de suscitar importante elaboração, onde o imputado viés apologético convive com o enfrentamento sistemático das grandes questões postas ao país.” (Brandão, 1988: 141).

É importante frisar que este diagnóstico sobre o PCB ou sobre o marxismo enquanto escola teórica fundamental no século XX não é exatamente novo. Particularmente sobre o marxismo, em sua relação com a história, Hobsbawm nota que é “(...) a escola teórica que teve a maior influência prática (...) na história do mundo moderno (...)” (1983:12). Por esta inspiração, decerto o trabalho analítico sobre a recepção do marxismo, comunista ou não, importa por si enquanto problema a ser enfrentado no processo de construção de nossa história intelectual¹⁰¹. Porém, Brandão se vale menos aqui do historiador inglês e mais de um antropólogo de Montes Claros:

“Mesmo utilizada de forma inepta - argumenta Darcy Ribeiro -, a teoria marxista revelou uma capacidade de diagnóstico dos problemas do subdesenvolvimento e de formulação de soluções que superou e desmascarou as elaborações conservadoras e também as novas doutrinas justificatórias

¹⁰¹ Nesta seara, se Hobsbawm e outros produziram os 12 volumes da *História do Marxismo*, no Brasil é fundamental fazer menção ao esforço análogo em território nacional: a apresentação ao público dos 6 volumes da *História do Marxismo no Brasil*, cujo primeiro volume foi lançado em 1991 pela editora Paz e Terra, organizado por Daniel Aarão Reis e João Quartins de Moraes, e o último em 2007 pela editora da Unicamp. O volume seis da coleção foi compilado por Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis.

do status quo de inspiração 'positivista' ou 'sociológica'." (Brandão, *Op. Cit.*: 145)¹⁰²

É este um ponto fundamental. Dialogando com Darcy Ribeiro e também com Guido Mantega¹⁰³ e Fernando Pedreira¹⁰⁴, sendo que os três citados compartilham o mesmo diagnóstico sobre o PC, Brandão irá ressaltar a *influência prática* do Partido mais no âmbito do processo de sofisticação do ambiente analítico-intelectual brasileiro, trazendo o marxismo precário em seu bojo, do que propriamente enquanto força política atuante no sistema. O Partido tornou-se faticamente e historicamente um partido *na margem do sistema*, seja por mérito próprio ou pelas influências internas e externas provenientes do contexto de Guerra Fria. Portanto, em contraposição ao sistema político legal, o PC foi uma alternativa histórica suprimida em boa parte do século XX. Contudo, isto não teria redundado em sua nulidade no processo de *nation state building*, uma das questões apresentadas por Brandão e não claramente respondidas por ele no artigo ao qual estamos nos dedicando nesta seção. Há indícios na argumentação do autor que reforçam a contribuição do PC de forma indireta, mesmo que o autor não afirme de forma categórica. Vejamos.

Brandão apresenta como questões de pesquisa justamente utilizar o Partido enquanto veículo para discutir: 1) o processo de industrialização brasileira; 2) a formação (ou os entraves) para a configuração de uma consciência operária. Trata-se de se embrenhar em processos de mudança da morfologia social do país tendo por foco o fenômeno político. O Partido seria corrente de transmissão neste exercício de esclarecimento. Mas, a realidade fática, jamais negada pelo autor, apresentou óbices inegáveis para que o PC obtivesse impacto e influência direta nas questões supracitadas. Primeiramente há a questão da ilegalidade e semi-legalidade vivenciadas pelo Partido, quando o PC sequer poderia figurar enquanto alternativa de representação de classe na competição eleitoral. Excetua-se aqui o breve período, chamado pelo autor de “idade de ouro”, notadamente o pós-Segunda Grande Guerra, onde o PC experimentou a legalidade. De outro modo, quando os militantes do PC atuavam na competição

¹⁰² Esta formulação estaria em *O Dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*, cuja primeira edição foi lançada em 1970 por Darcy Ribeiro na editora Vozes.

¹⁰³ Brandão aborda o “Economia Política Brasileira” de Guido Mantega, lançado em 1984 pela editora Vozes.

¹⁰⁴ Fernando Pedreira é lembrado aqui por seu *31 de março – civis e militares no processo da crise brasileira*, lançado pela editora José Olympio em 1964.

eleitoral, participavam entrando em partidos “possíveis” os nomes menos conhecidos em virtude da perseguição política, vide por exemplo o PTB como “partido abrigo” no contexto do pós-Guerra. Cabe notar que esta condição de ilegalidade/ semi-legalidade produziu um outro efeito persistente dentre parte dos quadros do PC: o flerte com o apoliticismo, que se traduziu em uma postura jacobina de recusa ante a “democracia burguesa”, o que redundou em encaminhamentos golpistas ou campanhas pró-voto nulo quando era o caso.

Retomando, a ênfase na possibilidade eleitoral suprimida dá forma para a crítica às teses sobre a problemática relação existente entre a formação de consciência de classe e via “populista” tal qual propugnada por Weffort (2003) e antecipa, mesmo que em esboço neste artigo de 1988 e em outros termos, um caminho adotado por Jessé Souza (2000; 2015; 2017) em sua leitura igualmente crítica da escola sociológica paulista. Na perspectiva de Weffort, um dos elementos problemáticos da formação brasileira do século XX foi o fenômeno que chamou de populismo e sua via, tutelar e inorgânica, para a entrada das massas no sistema político (Ibid). Para Weffort haveria um “pecado original” neste processo: o Estado como ente omniabarcador a pavimentar o caminho das classes trabalhadoras, o corporativismo sindical, etc.. Não por acaso parte dos intelectuais envolvidos na chave interpretativa fornecida pelo populismo, que é em última instância um termo teórico que tenta sintetizar uma plêiade de outras variáveis de enorme complexidade¹⁰⁵, aderiram com entusiasmo em primeira hora na década de 1970 aos movimentos sindicais e os oriundos da “sociedade civil” (Lahuerta, 2001).

A crítica de Souza (Ibidem) se concentra em ressaltar o anti-estatismo deste tipo de proposta analítica. Portanto, a crítica do sociólogo potiguar é ao que tange a sociologia paulistana em geral e em consequência ao populismo enquanto ideologia no sentido de falsa consciência¹⁰⁶ (Zizek, 1996; Eagleton, 1997; Marx e Engels, 2007; Silva, 2013). Já a crítica de Brandão se situa no núcleo do sistema político. Ora, ao nulificar o PC enquanto parte constituinte da competição eleitoral brasileiro, teríamos o cenário de impossibilidade do que Paulo Krischke (2002) definiu enquanto *aprendizado*

¹⁰⁵ Para Jorge Ferreira (2010), ao elevar o tom crítico, o populismo seria antes de tudo uma narrativa, uma criação pouco precisa que oculta mais do que explica o que pretende abordar.

¹⁰⁶ Embora haja controvérsia sobre a categoria “ideologia” e, conforme Silva, 2013, mesmo em Marx há tanto a significação de “falsa consciência” como “consciência prática de agir”, sendo este significado também o escolhido por Mészáros (2004; 2009), estamos utilizando aqui no caso o termo “falsa consciência” no sentido de “oclusão semiótica” (Eagleton, 1997).

político onde normas, valores e objetivos são apresentados e vivenciados pelos agentes partícipes do sistema (políticos, eleitores, grupos sociais, etc..). O longo caminho das instituições, negado internamente por parte dos quadros do próprio partido e externamente pelo sistema, seria um elemento a ser considerado acerca do debate sobre a formação da consciência da classe operária brasileira. Contudo, é notório que esta proposição é em muito contra-factual e praticamente não demonstrável: não é possível inserir o PC por mero exercício de imaginação política e/ou sociológica na história realmente existente. Há apenas o potencial, o lampejo fornecido residualmente pelo caminho vivenciado pelo Partido pós-1945 onde a legalidade é vivenciada por curto período e até 1964, em movimento de zigue-zague, os ventos que ecoam do XX Congresso do PCUS de 1956 se apresentam na declaração do PCB de 1958 onde a democracia se coloca como possibilidade tática. Aqui surge a via “civilista”, em contraposição à vertente jacobina, que vê no “longo caminho das instituições” a possibilidade de realizar intervenções de caráter estrutural na sociedade brasileira.

Porém, evidentemente podemos dizer que a contribuição do PC não aconteceu neste âmbito. E não tanto por sua formação de classe (branca, masculina, de classe média) pouco operária e distanciada das “bases”, outra questão apresentada por Weffort onde a consciência de classe em um cenário corporativista seria postíça. A questão para Brandão pensar o insucesso do PC na sua conexão com o operariado centra-se nas dificuldades causadas pela marginalidade legal. Neste sentido, tomando a primeira questão que mencionei parágrafos acima, o impacto do Partido no processo de industrialização, não é igualmente demonstrável de forma direta. O PC enquanto ator, se foi aliado de participar do processo de elaboração da formação da consciência operária local, igualmente não poderia ser *policy maker*. Mas, retomando a interpretação da influência indireta e sub-reptícia e não desconsiderando as fragilidades intrínsecas do Partido enquanto escola de formação de intelectuais, as reverberações comunistas se apresentam no aspecto teórico/interpretativo e indiretamente influenciando *policy makers* progressistas.

Brandão (1988), portanto, só poderia apresentar a comprovação de sua hipótese mediante inferência indireta. Situando o PC na “Era de Ouro” citada anteriormente, o autor busca indícios da influência do PC. Ao observar a *Econômica Brasileira*,

periódico que vigorou entre 1955 e 1962¹⁰⁷, nota que há influências de formulações teóricas e ou questões programáticas que só poderiam vir de militantes ou simpatizantes do PC. Mais uma vez ressalta o caráter de influência intelectual transversal e errática do PC na imaginação política brasileira para além dos muros do próprio Partido. Ao citar a *Econômica Brasileira* Gildo pretende demonstrar que a influência do Partidão foi além das humanidades, da arte ou das letras. Pelo fato do *staff* da *Econômica* ser composto por membros do corpo técnico do Estado situados no espectro político pela esquerda, ressalta que a influência, como diz, “difusa”, atingiu outros setores da sociedade que não só os pequenos burgueses de vanguarda na produção da cultura. Porém, não apresenta um estudo sistemático sobre a *Econômica* que indique a influência efetiva dos intelectuais de matriz comunista de forma inequívoca.

Resumidamente, dado que o artigo “*Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista*” visava apresentar hipóteses de pesquisa, o texto se concentra em duas perspectivas para refletir sobre a experiência comunista brasileira até 1964. Uma delas é *internalista*. Neste caso, não desconsiderando as influências intelectuais e culturais do Partido sobre a sociedade brasileira enquanto um meio para “nacionalizar o marxismo”, embora em última instância tenha sido factualmente uma referência e mais um divulgador da tradição teórica citada do que propriamente um *intérprete* profícuo e original, este intento não foi bem sucedido em si. A condição subalterna da produção teórica e mesmo a relação de relativa indiferença dos dirigentes com os intelectuais de matriz comunista, onde Caio Prado Jr. se apresenta em lugar de inegável destaque, teria auxiliado, na perspectiva do analista profissional Brandão que corrobora com as críticas anteriores do militante Brandão, com uma leitura insuficiente sobre a realidade brasileira, o que ajudaria a explicar os posicionamentos do PC durante o século XX. E, evidentemente, também funcionaria como variável explicativa no entendimento do PC enquanto “alternativa histórica suprimida”.

A ótica “externalista” visa apresentar o PC enquanto possibilidade negada pelo próprio sistema político-eleitoral. Deste fato, onde o PC não poderia em determinados momentos existir ou participar do processo de concorrência no mercado eleitoral,

¹⁰⁷ A revista foi iniciativa do Clube de Economistas, sendo este último construção também de Celso Furtado em 1954. A *Econômica Brasileira* seria uma resposta de economistas vinculados ao nacional-desenvolvimentismo ante a *Revista Brasileira de Economia*, esta vinculada à FGV-RJ e dotada de viés mais liberal. Maiores detalhes sobre a *Econômica* podem ser consultados em Andrada, Boianovsky e Cabello, 2015.

decorreriam tanto o apoliticismo e/ou o jacobinismo como elemento constitutivo da cultura comunista nativa quanto à ausência da possibilidade de dotar o próprio sistema político brasileiro de maior diversidade. Enfim, lembrando a proposta de Dahl (2012a; 2012b) onde as democracias contemporâneas enquanto poliarquias necessitam da *pluralidade* enquanto elemento constitutivo, digamos que a leitura de Brandão externalista denuncia que esta diversidade política foi artificialmente suprimida em boa parte do século XX.

Conforme veremos nas próximas subseções, a partir deste primeiro trabalho, as perspectivas internalista e externalista sobre o PC na ótica de Brandão irão se reapresentar em outras análises até chegarmos ao livro/tese “A esquerda positiva” enquanto “produto final”, que sintetizará as questões aqui discutidas acrescidas de outras.

3.2 - O PC às vésperas da cisão marighellista (1989)

“*O PC às vésperas da cisão marighellista: o poder local como tática de acumulação de forças*” segue as reflexões acadêmicas de Brandão em paper apresentado no 13º Encontro da ANPOCS no ano de 1989 acerca do Partido Comunista Brasileiro e apresenta continuidades e descontinuidades com o texto imediatamente anterior, o “*Fisionomia intelectual*”. Contudo, para além disso, o texto é demarcado pela grande inquietação do militante: qual seria a relevância da atuação política institucional para os comunistas do século XX?

Como vimos em seções anteriores, Brandão e seu grupo de contemporâneos foram identificados com o que o círculo de Chasin considerou “italianismo” em um sentido pejorativo (Rago e Vaisman, 2008). Nestes termos, Brandão, Marco Aurélio Nogueira, dentre outros, mantinham a defesa da atuação democrática e pelas instituições em contraposição a uma atuação de enfrentamento político não institucional (vide a guerrilha por exemplo). Neste sentido, retomando o conceito de Chasin de “politicismo” (1976), onde no autor original há um significado negativo e em Brandão há uma recepção favorável do conceito, o que houve de politicismo no PC antes do período de redemocratização pós 1964?

O caminho adotado para responder essa pergunta é indutivo. Brandão se lança em uma das não raras publicações extintas do PC, a *Revista Tema*, que circulou clandestinamente entre 1965 e 1966. Em quatro números da *Tema* caberia identificar os posicionamentos dos dirigentes do Partido sobre a luta institucional, ou seja, a maneira pela qual os próprios agentes se colocaram diante de questão fundamental da política nacional: o problema do poder local. Brandão contextualiza a emergência da questão local, o que engloba estados e municípios, diante de dois marcos históricos diferenciados, onde nota uma aproximação crescente, mesmo que insuficiente, dos comunistas brasileiros com tarefas da política cotidiana em uma perspectiva que classifica como “não jacobina” ou, em outros termos, a que seria vinculada aos resquícios dos tenentistas de esquerda que ainda apostavam na tomada revolucionária do poder central. O primeiro destes marcos históricos, que prepara o terreno gradualmente para a aproximação deste setor da esquerda com a temática democrática, é ainda o XX Congresso do Partido Comunista Soviético, onde, em 1956, são apresentadas as auto-críticas da experiência stalinista.

Brandão nota que a partir das reflexões acerca do stalinismo “realmente existente”, o PC brasileiro fará sua primeira reformulação de orientação política na “Carta de Março de 1958”, publicada em 22 de março de 1958 no jornal *Voz Operária*. Não desconsiderando as ambigüidades da carta, onde reconhecia a um só tempo que o Brasil não era feudal e sim capitalista ao mesmo tempo em que lidava com “forças reacionárias” e reafirmava a vocação “anti-feudal” do Partido, de fato ali se apresentava a demanda por uma nova forma de interpretar e atuar na política. Inclusive, junto da luta contra o imperialismo norte-americano, uma das grandes bandeiras do PCB no pós-Segunda Grande Guerra, a democracia existente e as eleições adquirem importância e se apresentam na declaração de 1958:

“A experiência política do país vem demonstrando que o povo já alcançou importantes vitórias dentro do Parlamento e dos órgãos legislativos nos Estados e municípios. Esta experiência também já demonstrou que é possível eleger nacionalistas e democratas para os postos executivos. As eleições constituem, portanto, um acontecimento de excepcional importância em nossa vida política.” (Carone, 1982: 193).

Esta re-significação do rito das eleições em 1958 se conecta depois com outros fatos. Para Brandão, embora já reconhecesse esse movimento gradativo para a apresentação mais consistente da vertente “civilista” e não militarista do PC no texto “*A Fisionomia*” de um ano anterior e apontasse Nelson Werneck Sodré como um dos intelectuais pioneiros a endossar a opção “não golpista” de ação, o paper aqui analisado se preocupa em realizar o trabalho de genealogia que apontaria para fins práticos de militantes orgânicos do PC ante a problemática democrática inserindo a novidade que é assumir a relevância das disputas no poder local¹⁰⁸ e a luta eleitoral como dotada de importância com uma contundência inédita na história do Partido até então.

Prosseguindo na reconstrução histórica elaborada pelo cientista político alagoano, um outro indício da aproximação da organização dos civilistas enquanto coletividade politicamente relevante será a geração de dirigentes comunistas de São Paulo em 1959. Este grupo, proveniente da atuação sindical e atuante nas associações de bairro, apresentou divergência com o Comitê Central especialmente na disputa eleitoral na cidade de São Paulo:

“Do ponto de vista político, a principal iniciativa dessa nova direção (...) foi a articulação de um bloco supra-partidário em torno de solução de ‘alto nível’ para a Prefeitura de São Paulo após a devastação que significou a gestão de Adhemar de Barros. As forças políticas comprometidas com essa articulação acabam se fixando no nome do engenheiro Prestes Maia fechando uma chapa que terá como vice o vereador Rio Branco Paranhos, representante comunista eleito pela legenda do Partido Trabalhista Brasileiro. Dois meses antes das eleições com a campanha nas ruas o Comitê Central do PC impõe aos seus correligionários paulistas o apoio a

¹⁰⁸ José Murilo de Carvalho em prefácio para a sétima edição de “Coronelismo, enxada e voto” de Victor Nunes Leal, observa que o trabalho prefaciado, a tese de Leal apresentada como parte do rito para pleitear a cadeira de política da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil em 1948, obedeceu a pelo menos um critério não usual. O autor da tese teria alegado, segundo narra Carvalho, que optou por um tema pouco discutido nos estudos políticos brasileiros até mesmo para evitar maiores dissabores com a banca de avaliação: “Ao assistir às defesas, confessou ele, testemunhou o espetáculo de trucidamento dos candidatos pelas bancas examinadoras. Notou que a tática preferida dos examinadores para destruir os candidatos era recorrer a generalidades, nas quais, em geral, eram ‘especialistas’. Imaginou evitar esse tipo de ataque escolhendo um tema restrito que, em sua expressão, lhe permitisse enveredar pelos estreitos e sinuosos igarapés, longe do mar alto e fora do alcance dos couraçados dos examinadores.” (Carvalho, 2012). Não obstante a “tática de defesa” adotada por Leal que obviamente não explica integralmente a opção do autor pelo tema, nota-se que o poder local, e especialmente aqui o poder municipal, nem sempre atraiu o entusiasmo até mesmo dos pesquisadores brasileiros em parte do século XX.

Candido Sampaio, retomando a velha e intermitente aliança com Adhemar de Barros e forçando a separação da chapa. Dupla derrota: Prestes Maia é eleito com um novo vice e Rio Branco Paranhos, que havia mantido a sua candidatura por absoluta impossibilidade de recuo, fica em segundo lugar (na época o eleitor podia votar em prefeito e vice de chapas diferentes).” (Brandão, 1989: 04, os parênteses são do autor).

Para Brandão a experiência dos paulistas de 1959, constrangida pela opção do Comitê Central do PC, será determinante para expor as novas dinâmicas do capitalismo nacional em âmbito local e, evidentemente, apontar novas possibilidades de aliança e rearranjos políticos diante da conjuntura. Posteriormente, a declaração do V Congresso do PCB de 1960, outro documento relevante para este processo de aproximação com a “longa luta nas instituições” segundo nosso autor, reafirmava autocríticas e mudanças na direção política do Partido. Vejamos um dos trechos da declaração do V Congresso:

*“A maneira chamada dogmática de raciocinar foi característica durante muito tempo dos comunistas brasileiros. O seu erro consistia em partir abstratamente de teses universalmente conhecidas, delas pretendendo deduzir, por via lógico-formal, as idéias particulares da revolução brasileira, sem submeter tais idéias à mediação indispensável da realidade concreta do país. Formaram-se, assim, as idéias da revolução a curto prazo, da impossibilidade de uma política de soluções positivas no atual regime do país, **da absolutização do caminho da luta armada, do golpe principal dirigido contra a burguesia nacional-reformista, da conquista de um poder revolucionário sob a direção do proletariado sem a necessidade da luta por formas políticas de aproximação.**”* (Carone, 1982: 228, os termos em negrito são meus).

Brandão nota, acertadamente, uma maior influência do que chama de “direita” comunista no contexto do final da década de 1950 ainda sob a influência positiva e democrática da Constituição de 1946. Contudo, há a emergência do golpe civil-militar (Dreifuss, 1987) de 1964 e o “novo regime” produz modificações na ascensão do grupo que apostava em uma solução político-institucional sem a modificação brusca das estruturas sociais. Seria a maneira pela qual a “direita”, o “setor civilista”, ou mesmo os

adeptos de teses “politicistas” de ação lidariam com o enfrentamento do que julgavam o “atraso” nacional e proporcionariam o caminho para “a revolução brasileira”. É fundamental inclusive frisar que a perspectiva de Brandão sobre o PC enquanto fenômeno político seja caracterizada por uma dualidade constitutiva. Opondo-se à direita há a “esquerda”, os “militaristas”, os “jacobinos” ou mesmo os “sociologistas” conforme afirma no trecho a seguir:

*“No limite, a primeira concepção é estritamente ‘politicista’, tem uma visão **positiva** da política, do Estado e do poder, aceita a centralidade da democracia representativa e se dispõe a fortalecer as instituições (as ‘organizações de massa’). A segunda é ‘sociologista’, tem uma visão **negativa** do poder, do Estado e dos partidos, dos quais desconfia como instrumentos de ‘dominação’ ou dos ‘donos do poder’, sendo mais próxima da democracia direta e do conselhismo” (Brandão, 1989: p. 15 – os parênteses e negritos são do autor)*

Não obstante assumir que a dualidade constitutiva da esquerda do espectro político brasileiro seja algo que transcenda até mesmo o PC no trabalho “*A Fisionomia*”, é no “*O PC às vésperas da cisão marighellista*” que as definições dos dois lados em disputa ganharão maior exatidão, vide a síntese imediatamente anterior citada. É um esboço daquilo que o autor chamará no livro/tese de “as duas almas” em conflito no Partido. Contudo, no paper que estamos analisando nesta seção, há um terceiro grupo o qual não ganha o mesmo adensamento: o que chama de “centro” prestista, ou adeptos do “prestismo”. Sendo evidente a alusão ao ex-tenentista de esquerda e ex-líder comunista Luiz Carlos Prestes e embora não considere o “Cavaleiro da Esperança” personagem irrelevante, até mesmo pela popularização derivada do carisma e do culto à personalidade nos arredores do homem concreto, Brandão avalia que em termos de elaboração político-teórica o vulto ficou aquém¹⁰⁹, apresentando posicionamentos políticos contraditórios em sua trajetória e sendo o “centro” do PC apenas em determinadas ocasiões. Aqui mesmo na conjuntura avaliada no *paper*, Prestes seria a contraposição a Moacir Longo, um dos defensores da tese do “poder

¹⁰⁹ : “(...) do ponto de vista intelectual, o ‘prestismo’ não ganhou existência, não chegou a constituir um corpo de idéias e propostas minimamente autônomo e independente das vicissitudes e variações táticas do partido e do movimento internacional ao que ligou sua trajetória e destino.” (Brandão, 2010c: 165).

local” e membro da “direita” do partido. Mas, é importante ressaltar que para Brandão o PC não se resume a Prestes sendo esta análise replicada por parte da literatura um erro grosseiro em sua visão (Brandão, 2010c).

Retomando agora o material presente na *Revista Tema*, Brandão avalia que há baixa sistematicidade nas análises e produções, queixa que apresentará em outros momentos acerca da produção intelectual do Partido. Sobre o que encontrou na revista, para além de frisar que há precariedade formal e analítica, nosso autor é particularmente incisivo na sua avaliação da forma e do conteúdo do que é encontrado na revista:

“(...) a intenção de conhecer está subordinada à vontade de transformar, o argumento analítico se acopla quase sem mediações com a formulação de uma nova práxis, nem sempre sendo possível distinguir o que é um de outra, e onde intuições e generalizações cuja fundamentação científica demandaria extensa e circunstanciada argumentação são despachadas em três ou quatro linhas.” (Brandão, 1989: 03)

Nesse panorama, caberia ao cientista político alagoano, além da análise, “emprestar uma sistematicidade” que os artigos originais da *Revista Tema* não detinham. Trata-se, no paper, de um trabalho de *reconstrução teórica* (Cf. Habermas, 1990) impetrado por nosso autor que deriva em uma síntese da produção do PC cujos resultados implicam a derrota do projeto politicista, onde a perspectiva seria, no entender de Brandão, *positiva* de atuação, em prol da vitória da esquerda do PC na opção pela luta armada no contexto do regime civil-militar da década de 1960. Essa guinada, chamada pelo autor de “cisão marighellista”, implicou o adiamento da relação de maior proximidade entre comunistas e política democrática. Mas, antes, cabe assinalarmos uma questão fundamental: a disputa entre direita e esquerda no PC seria, antes de mais nada, *tática* e não *estratégica*.

Brandão reforça que ambos os grupos em disputa almejavam lidar com o golpe de Estado de 1964 por caminhos diferentes, embora ambicionassem um mesmo fim último. A discordância estava em *como*, naquela conjuntura específica, seria possível a destituição dos militares do poder. Neste sentido a novidade do poder local se apresentou enquanto reverberação do breve e conturbado interregno democrático do

pós-Segunda Grande Guerra até 1964. Para a direita do PC ali se apresentou um aprendizado político que tornava a democracia representativa *instrumentalmente atraente* na disputa pelo poder. A ascensão de membros da classe política “nacionalistas” ou oriundos da classe trabalhadora indicava um sinal para os grupos politicistas que fugiam da perspectiva *absenteísta eleitoral* defendida pela esquerda do Partido. Ou, em outros termos, significavam *positivamente* a política cotidiana e fugiam do juízo de que no âmbito legislativo figuraria um *cretinismo parlamentar*.

Nosso autor, a partir de Clausewitz (1984) e da apropriação deste por Lenin e Stálin, reforça que a tese do *poder local* se apresenta enquanto opção *tática* (conjuntural, no curto prazo) onde não se abdica, em última instância, do grande objetivo estratégico de tomada do poder. Contudo, a conquista do *poder local* não se apresenta meramente como possibilidade estritamente pragmática embora exista uma apropriação instrumental da democracia representativa, onde esta não é um fim em si mesmo, tal como defendido por parte dos comunistas na década seguinte (Coutinho, 1979). Brandão constata que na *Revista Temas* os que defendiam a possibilidade da disputa pelo poder local inscreviam esta esfera no cenário maior de “luta de massas” ou “política de massas” no Brasil. Aqui, no contexto do regime civil-militar, tratar-se-ia de utilizar da organização racional e legal dos meios e métodos disponíveis para alcançar o poder. Ou, em outros termos, mediante a conquista do poder local enquanto tática adotada o poder central se veria circundado, mesmo que paulatinamente, por uma alternativa democrática e nacionalista.

Concluindo esta seção, o final da análise elaborada pelo autor é melancólico e faz conexões com a postura do militante do Partido que defende o politicismo enquanto opção legítima de ação política. Brandão observa que haveria certo “expectativismo” dos militantes pela esquerda do Partido que apostavam, de forma desmesurada, em uma solução socialista de curto prazo, algo que não permitia a aliança com outros agentes que não afiançavam esta “solução final”. Contudo, olhando para além do PC, o endurecimento do regime e a publicação do Ato Institucional n. 2 levaram água ao moinho do caminho da luta armada. Nesse ínterim a questão eleitoral, mirando diretamente sobre os próprios militantes do PC, se tornou uma questão abortada internamente que só será retomada novamente no final da década seguinte.

3.3 – Partido Ilegal e o Sistema Partidário (1992)

O *paper* “Partido Ilegal e Sistema Partidário”, apresentado no Grupo de Trabalho “Partidos e movimentos de esquerda” durante o XVI Encontro Anual da Anpocs representa mais um momento na reflexão de Brandão sobre o Partido Comunista e parte da política brasileira no século XX. Com sua tese de doutoramento defendida em maio de 1992 no Departamento de Ciência Política na Universidade de São Paulo¹¹⁰ o *paper* apresenta explícita ênfase no sistema político eleitoral no período compreendido entre 1945 e 1964¹¹¹. Para o autor, toda e qualquer análise que desconsidere o “problema eleitoral”, ou seja, a inviabilidade do PC participar livremente do mercado eleitoral, é uma análise insuficiente e incompleta.

Nestes termos o *paper*, que é também uma primeira síntese pública de sua tese, dialoga indiretamente e em seus próprios termos com uma questão cara que se encontra presente no institucionalismo clássico, no neoinstitucionalismo e no neocontratualismo, tradições influentes da Ciência Política contemporânea: como as regras configuram o sistema político? Contudo, se em Olson (2001), um dos inspiradores do neoinstitucionalismo da escolha racional¹¹², as regras e demais princípios normativos ambicionam reduzir os chamados “custos de transação” visando tornar possíveis interações complexas em diversos ramos funcionais que seriam simplesmente insuportáveis em cenários anárquicos, o que implica uma significação positiva das mesmas, em Brandão as regras adquirem um sentido *neutro* e posteriormente *negativo* no momento histórico supracitado. As “regras do jogo”, utilizando aqui o conhecido jargão de Bobbio (1986) acerca da democracia, inserem e excluem em diferentes momentos o PCB durante o período da República Liberal enquanto agente histórico dotado de maior relevância e implicam, tal como em momentos anteriores já discutidos nesta parte do trabalho, no empobrecimento do próprio sistema partidário e auxiliaram o PC a abandonar a via politicista de ação.

No *paper* Brandão, mais uma vez se valendo da formulação de Cerroni (1982), reafirma o PC como o único partido moderno atuante durante o período da República

¹¹⁰ Brandão, 1997, p.13.

¹¹¹ Destacamos que boa parte dos argumentos que aparecerão no artigo “A ilegalidade mata”, publicado em 1997, estão presentes neste *paper* que analisamos nesta seção.

¹¹² Hall e Taylor, 2003.

Liberal, aquele que detinha um programa, este ancorado em alguma formulação teórica mesmo que débil na luta democrática e desenvolvimentista, e sua máquina, o que inclui quadros que de alguma maneira tentam influir no processo de *policy making* mesmo que de forma indireta e a despeito da condição de ilegalidade atuam nas franjas do Estado enquanto quadros de carreira pública ou por indicação política. Neste sentido, embora os quadros do PC tenham se vistos alijados em boa parte de sua história da disputa eleitoral até o momento em que a Nova República inicia seus primeiros passos, Brandão considera que a relevância do partido tenha se dado se considerarmos o sistema político brasileiro em sentido mais “amplo”, portanto, para além do sistema partidário gerando o que considera ser uma “contra-elite dotada de consciência estatal”, talvez um dos maiores méritos do PC identificados pelo autor. Contudo, até chegar a esse saldo positivo, Brandão utiliza mais um raciocínio contra-factual: decerto não há garantias de que um sistema partidário inclusivo provocaria uma ação “bem sucedida” do PC enquanto partido em solo brasileiro. Porém, o argumento de Brandão é de que a exclusão dos comunistas do jogo eleitoral certamente provocou perdas, fracassos e limitações de seu campo de ação. Para tornar mais robusto seu diagnóstico o autor arrisca um balanço das conseqüências do alijamento causado pela impossibilidade do Partido participar da competição eleitoral mirando especialmente no problema da constituição da consciência da classe operária.

Não há fórmulas ou garantias para a formação da chamada “consciência de classe”, questão esta controversa e complexa mesmo se revisitarmos o clássico trabalho de Georg Lukács sobre o tema, reconhecendo inclusive que este detém uma perspectiva escatológica em sentido filosófico. Afinal, como, aponta Lukács, o desfecho para a constituição da consciência de classe envolve o seguinte panorama:

“O proletariado se realiza somente ao negar a si mesmo, ao criar a sociedade sem classes levando até o fim da luta de classes. A luta por essa sociedade, em que a ditadura do proletariado não passa de uma fase, não é um luta somente contra o inimigo exterior, a burguesia; é também, ao mesmo tempo, a luta do proletariado consigo mesmo: contra os efeitos devastadores e aviltantes do sistema capitalista sobre sua consciência de classe. O proletariado somente alcançará a vitória quando superar em si mesmo esses efeitos.” (Lukács, 2003: 191, itálicos do autor).

Para além de apontar para esta “solução final” do sistema, da condição da classe operária e das próprias crises do capitalismo, o jovem Lukács, neste texto originalmente de 1920, problematiza ainda os níveis de consciência, a estratificação da mesma na sociedade moderna, a diferenciação entre interesse, consciência psicológica e consciência histórica, a conexão entre objetividade, totalidade e percepção de mundo, os limites do conhecimento burguês formal, etc.. Trata-se portanto de pauta extensa a qual Brandão irá pinçar no *paper* somente uma idéia se assim quisermos em um exercício de imaginação teórica dado que o filósofo húngaro e seu esforço nos arredores da temática em tela não é citado no trabalho do cientista político que estamos nos concentrando nesta seção: a do partido comunista como “forma organizacional” da consciência de classe operária (Lukács, 2003:183). Cabe ressaltar que esta questão, a da relação orgânica entre comunistas e classe operária, é em si, uma proposta reiterada dentro do marxismo desde Marx e Engels vide, dentre outros momentos, o Manifesto de 1848¹¹³.

O caminho para discutir a relação entre consciência de classe e movimento operário no Brasil neste trabalho de Brandão segue caminhos menos ortodoxos em termos marxistas: o diálogo se desenvolve optando por uma saída “particular” em detrimento de um debate “geral” e se aproxima da perspectiva de Francisco Weffort, ora re-afirmando as premissas do autor, ora negando-as. Partindo do ponto consensual, ambos, Weffort e Brandão, concordam que sequer o sistema político que se apresenta após a Constituição de 1946 poderia ter se considerado suficientemente testado dados os momentos de legalidade, semi-legalidade e, enfim, ilegalidade do PC. A ausência do PC no livre jogo eleitoral é colocada como variável que auxilia a explicar a migração dos votos da classe trabalhadora para alternativas partidárias não classistas, inautênticas e inorgânicas. Porém, o consenso entre ambos para por aí.

Entre os dissensos, explicitamente apresentados no *paper*, está uma questão que os distancia sobre elementos constitutivos do processo político, aqui no caso atores e instituições. Particularmente sobre o Estado, grande vetor dos teóricos do “populismo” que vêem no mesmo o inviabilizador histórico de uma sociedade civil articulada,

¹¹³ Sobre a relação entre a luta de classes, um fenômeno inerente para os autores, e os comunistas: “*Na prática, os comunistas constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente tem sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, do curso e dos fins gerais do movimento operário.*” (Marx e Engels, 1998: 51)

diversa e combativa durante boa parte do século XX. Para Brandão o Estado, na sociedade concreta brasileira, foi o “Estado possível” em uma sociedade periférica dotada de particularidades. Nestes termos, a questão jurídico-legal, no argumento de Brandão, deve ganhar maior centralidade: é neste campo que estão estabelecidas as regras do jogo. Portanto, a perspectiva do cientista político alagoano envolve reconhecer que as regras do jogo não são jamais epifenômeno e, em um gesto de ousadia, podem e devem ser mobilizadas para explicar o nosso processo de *nation state building*. As condições de ilegalidade e semilegalidade do PC produziram a inexistência de dois tipos de aprendizados. Primeiramente o aprendizado interno, o que afetou sobremaneira a práxis dos militantes. Por outro lado, o aprendizado externo, da relação do Partido com seus possíveis eleitores.

Brandão enfatiza que a atuação do PC em particular, e da esquerda brasileira em geral por boa parte do século XX, é pautada pela *descontinuidade*. O autor aborda a construção da memória da representação operária no Brasil onde, descontinuada nos momentos de ilegalidade, teríamos um cenário sem morfologia definida em termos partidários. Nesse sentido não há memória, não há experiência acumulada, há algo de “começar do zero”, o que sugere imprevisto. A memória é necessária, mediante um organismo especializado de representação, dado o caráter relativamente fragmentário e por vezes volátil da atuação da classe em si. Portanto, um Partido Operário seria “funcional” para a classe que pretende representar. Em diálogo com Jean-Paul Sartre¹¹⁴ o Partido seria a mediação entre o passado e o presente da classe. A memória aqui exerce uma função política no sentido de fornecer referências, simbólicas e reflexivas, para classe em questão.

Prosseguindo, dada a inviabilidade de formação da memória e da própria representação, Brandão considera que não haveria outra saída para a própria classe operária que não fosse ceder aos imperativos do “varguismo”. E sendo o PCB uma alternativa descartada em termos eleitorais, não haveria outro caminho para o voto da classe operária que não fosse migrar para alternativas como o PTB, por exemplo, no período onde havia a recepção seletiva das demandas e o cumprimento em termos legislativos e de políticas públicas “ao seu modo”. É este o ponto. Em uma leitura em que podemos chamar de “institucionalista”, Brandão reforça em sua análise o caminho

¹¹⁴ O texto em questão do filósofo francês citado por Brandão é “Resposta a Claude Lefort”, Situações VII, problemas do Marxismo 2, 1976

das instituições formais como variável explicativa e não mais leva água ao moinho da condição periférica (opção de Weffort), o que inclui um processo de industrialização tardio, como panorama trágico e incontornável que tornou a atuação das classes trabalhadoras pautada pela condição de subalternidade:

“(...) a raiz da fraqueza política e ideológica do proletariado brasileiro não reside essencialmente no retardo da industrialização, na heterogeneidade estrutural da classe operária ou na singularidade do capitalismo brasileiro (sobretudo quando estes são tomados como "condições externas" ao sujeito que faz política), nem tampouco 'numa orientação persistente por parte de seus pretensos dirigentes em apoiar-se neste 'atraso' para as suas próprias manobras políticas', na irada avaliação de Francisco Weffort.” (Brandão, 1992: 12-13, as aspas e parênteses são do autor).

Falamos no parágrafo anterior de uma conseqüência externa da questão da ilegalidade e da semi legalidade no que tange a relação do partido com os seus eleitores potenciais. Agora abordaremos o impacto interno sobre os próprios quadros do partido comunista. Embora Brandão reconheça que foi gerada nessas circunstâncias uma contra-elite dotada de consciência estatal, o que é indubitavelmente uma contribuição positiva, por outro lado vemos a interpretação negativa de seus próprios quadros sobre as instituições e a luta democrática formal. A apartação do PC da disputa eleitoral fez com que a política ordinária se tornasse uma questão dotada de baixa importância até mesmo pela inviabilidade do partido disputar eleições. Dotada de marginalidade, a questão político-eleitoral reforçou o PC como um “partido de notáveis”, elitista, impossibilitado de se tornar um “partido de massas”. Nestes termos, o ingrediente jurídico-eleitoral foi relevante para configurar a *fisionomia* do Partido.

Dialogando com Przeworski (1989), Brandão lembra que a prática eleitoral é também parte das experiências de mobilização operária nos séculos XIX e XX, gerando oportunidades de aprendizado político relevantes, tanto na configuração do Partido quanto para a classe representada. Inclusive molda, de forma significativa, a própria cultura política daquele setor específico ou daquela realidade particular: *“(...) sua participação legítima a própria ordem e força os seus adversários e aliados a se ideologizarem para competir, como também porque, através dele, vêm para a luta*

política setores que, na sua ausência, tenderiam a optar por métodos de ação direta e insurrecionais.” (Brandão, Op. Cit. p.15).

Finalizando esta seção, Brandão reconhece que a proibição de partidos operários legais em boa parte do século XX se apresenta enquanto “trauma” político e produziu impactos na cultura política da esquerda como um todo, onde a tradição insurrecional ou golpista seria uma alternativa sempre posta à mesa. Mas, Brandão é otimista ao transferir a sua análise para a contemporaneidade:

“Mais do que isso, o fato de que o segundo (o partido legal) respire o ar poluído das grandes cidades industriais e não o abafado das catacumbas, permite que amadureça, por assim dizer, com maior rapidez e se torne, provavelmente, capaz de retificar a própria conduta com menos traumas, sobretudo quando o crescimento eleitoral e partidário acomoda as tensões internas e abre espaço ‘para todos.’” (Ibid: 15, os parênteses são meus e as aspas do autor).

3.4 – O Partido Comunista como “Esquerda Positiva” (1995)

O artigo “O Partido Comunista como ‘esquerda positiva’” foi publicado no ano de 1995 na revista Lua Nova apresentando uma síntese da tese de Gildo Marçal Brandão defendida três anos antes. Assim como em outros momentos durante a trajetória do cientista político alagoano em suas pesquisas e reflexões tendo o PC enquanto objeto vemos o reaparecimento de determinados posicionamentos e também novidades em termos de abordagem. Neste trabalho Brandão relembra uma formulação que atribui a San Tiago Dantas utilizada ainda nos momentos finais do governo João Goulart: não obstante as gradações e disputas na esquerda do espectro político naquela conjuntura, haveria sinteticamente uma “esquerda negativa” em posição de antagonismo ante uma “esquerda positiva”¹¹⁵. Esta esquerda “positiva” seria formada por grupos que

¹¹⁵ “A primeira seria composta pelos núcleos do PTB radical e de outros agrupamentos de esquerda, como o PCdoB e as Ligas Camponesas, tendo como principal instrumento política, a Frente de Mobilização Popular, e liderança, o deputado Leonel Brizola. Essa esquerda estaria interessada nas reformas a todo custo, não interessando as conseqüências políticas. Daí, pretenderem as reformas, como dizia Brizola sobre a reforma agrária, ‘na lei ou na marra’. A radicalização dessa esquerda, para San Tiago Dantas, enfraquecia Jango, pois além de fomentarem agitações que desrespeitavam as vias democráticas, também

pretendiam formar uma frente ampla, dentro das regras democráticas, que ambicionava evitar a derrocada do governo Jango na ótica de Dantas. Justamente Brandão irá se concentrar nos setores não insurrecionais do PC no período que fizeram parte desta Frente Ampla legalista, tendo por objetivo destacar as características, valores e opções deste grupo, o que não irá eximir o autor de apresentar críticas severas quanto aos posicionamentos que julga embebidos pelo “colapso da razão” que redundaram, no outro lado da moeda, na opção da luta armada na década de 1960. Mais uma vez aqui nesse artigo notamos, tal como em outros momentos, a continuidade entre o jovem militante que aderiu a uma tática politicista de ação e o pesquisador maduro.

O caminho para pensar o legado concreto do Partido Comunista será desenvolvido na tentativa de responder uma pergunta fundamental para Brandão: como o PC influenciou a construção da ordem burguesa no Brasil? Fiel ao que considera ser uma abordagem realista, se contrapõe a perspectivas que considera “normativistas” ou “futurólogas” na análise sobre a revolução não cumprida. O objetivo é inserir o ator em destaque, pensando seus efeitos, movimentos, contradições e contribuições no cenário político realmente existente. Para ele a maior contribuição é teórica. O PC trouxe a tradição realizando o movimento de “importação de idéias”, mesmo que por vias tortas e doutrinárias, o que implicou um salto para frente nos debates intelectuais sobre o que é, afinal de contas, o Brasil. Seria uma “agência ideologizadora”, mesmo com pouca musculatura no sistema eleitoral.

Embora Gildo Marçal mesmo neste artigo permaneça crítico à qualidade do trabalho intelectual e do direcionamento neste âmbito pelos membros do PC ele reconhece, em diálogo com Darcy Ribeiro¹¹⁶, Caio Prado Júnior¹¹⁷ e Fernando Pedreira¹¹⁸, que a movimentação dos militantes comunistas na direção mencionada auxilia a pavimentação da transformação do mero *intelectual tradicional* em *intelligentsia* no Brasil. Trata-se, portanto, de identificar uma contradição constitutiva

contribuíam para o recrudescimento das conspirações golpistas. Por isso, era necessário fortalecer a chamada esquerda ‘positiva’ para apoiar o governo e evitar qualquer tipo de golpe de Estado, seja de direita ou de esquerda. É nesse sentido que San Tiago decide formar a Frente Progressista, buscando reagrupar os setores de centro-esquerda, do PTB moderado ao PCB, passando pelo PSD, em torno de um programa comum de reformas.” (Onofre, 2010: 06).

¹¹⁶ Particularmente Darcy Ribeiro em “O dilema da América Latina” na edição de 1979 lançada pela editora Vozes.

¹¹⁷ No texto “A Revolução Brasileira” publicado pela Brasiliense em 1966.

¹¹⁸ Brandão refere-se a “Março 31 - Cívicos e Militares no Processo da Crise Brasileira” publicado pela Editora José Álvaro em 1964.

na trajetória do partido no que tange a elaboração de ferramentas de diagnóstico que tentassem responder afinal o que era o desenvolvimento do capitalismo brasileiro em seus próprios termos, algo que antecede, dada a trajetória histórica mais antiga do Partido, até mesmo a construção de agências voltadas para este fim, como o ISEB ou a CEPAL, que só se apresentam a partir do final dos anos 1940.

Reiterando a inquietação do jovem militante justamente a queixa ou demanda apresentada é de que não obstante a tentativa de construção de análises pautadas por certo tônus intelectual, estes trabalhadores do campo das idéias se viram constantemente apartados da classe dirigente do partido. Ou seja, embora houvesse vanguardismo dentre os membros do PC estes posicionamentos não decantaram suficientemente de maneira que influenciassem de maneira decisiva a ação prática do partido. O PC teria produzido uma leitura abrangente da sociedade, para além da superficialidade fornecida pelas elites da época, mesmo que a sua produção interna não tenha sido levada às últimas conseqüências em termos analíticos. Por esta ousadia no campo da imaginação política e teórica, ou talvez junto a isso, atraiu muitos intelectuais e “gerou poucos grandes”. Nestes termos o PC é um ator que trouxe inovações políticas e intelectuais. Contudo a cisão promovida na divisão do trabalho entre os que agem, os que pensam e os que dirigem se apresentou como obstáculo intransponível.

Contudo, o esforço de elaboração reflexiva funciona como legado na argumentação de Brandão visto que, de forma indireta, influenciou a construção de políticas de Estado e a produção de interpretações na própria sociedade, uma das grandes contribuições, no entender do autor, na construção de nosso capitalismo periférico. Ao mesmo tempo, e eis aqui o traço marcante da contradição constitutiva que mencionamos parágrafos atrás, nem sempre este conjunto de idéias angaria adeptos dentro do próprio Partido produzindo intervenções políticas muitas vezes demarcadas pelo voluntarismo ou pelo salvacionismo, no caso dos grupos que não abandonaram a agenda insurrecional enquanto programa de ação no curso prazo, ou por pragmatismo instrumental entre os participantes da “esquerda positiva”.

Ao delinear o que seria a sua “esquerda positiva” (e até mesmo circunscrevendo em menor grau a “negativa”), Brandão tenta identificar as nuances que desautorizam qualquer perspectiva que interprete o fenômeno de maneira monista: *“Composição social inusitada, abrangência geracional da experiência prestista, enraizamento histórico tenentista, fisionomia intelectual tributária do stalinismo – nada disso é*

suficiente para elucidar o modo de ser e a trajetória do Partido Comunista.” (Brandão, 1995: 184). Justamente um dos objetivos do esforço do autor é romper com os maniqueísmos proporcionados pela sociologia política da década de 1970 que acusa o PC de mero “colaboracionismo de classe” e, por outro lado, igualmente recusa a “historiografia oficialista” produzida por militantes e simpatizantes que redundam em uma postura apologética. O Partido, em suas nuances e contradições, torna-se caleidoscópico, dotado de complexidade, na interpretação de Brandão.

Retomando a caracterização da “esquerda positiva” do PC, Brandão observa que há um movimento de associação desta fração da esquerda com os liberais e a defesa da luta constitucional contra a institucionalidade golpista que viria a depor Jango e, posteriormente, contra a institucionalidade militar. Esta esquerda teria forjado uma elite “realista” no PC dotada de abrangência e ambições nacionais propondo uma “educação política não negativa”, a que odeia os tiranos. Ao mesmo tempo seria uma educação positiva, mesmo que se utilize de tiranos, para atingir determinados objetivos (ou fins propriamente no estilo de Maquiavel). Esta gravitação se dá enquanto *processo* imposta pelas mudanças de percepção em relação aos movimentos imanentes da realidade brasileira:

“(…) deve-se dizer que, se o marxismo de matriz comunista apenas esboçou essa segunda alma – realista e desencantada - seu compromisso ainda que tático com a democracia, sua resistência à redução da política à guerra, sua percepção confusa, mas real, de que o país estava condenado ao capitalismo, enfim, seu esforço fracassado para manter no horizonte a idéia de uma esquerda positiva, evitarão o salvacionismo que o restante da esquerda atualiza.” (Brandão, *Op. Cit.*: 199, os itálicos são do autor).

Prosseguindo em sua busca por delinear os contornos do que chamou de “esquerda positiva”, Gildo Marçal Brandão irá buscar as raízes interpretativas que justifiquem a opção institucionalista de ação deste grupo. Uma dessas razões se encontra na constatação de que, não obstante a recepção pcbista das teses leninistas¹¹⁹ onde o imperialismo em si enquanto fase superior do capitalismo seria óbice para o

¹¹⁹ Vide Lenin, 2011.

processo de desenvolvimento periférico¹²⁰ (ou até mesmo da instalação de uma economia capitalista nestas regiões), o Brasil em questão espantosamente é interpretado, especialmente a partir de 1958¹²¹, como um país dotado de um processo de industrialização, participação no mercado internacional e teria uma classe trabalhadora, não só campesina, inegável, não desconsiderando a permanência de sua subalternidade. Esta imposição do real produziu a necessária reconsideração por parte dos membros da “esquerda positiva”, o que os fez atuar tanto em uma postura nacionalista, o que deu prosseguimento no período República Liberal ao posicionamento anti-imperialista no que tange os EUA, quanto transformou esse grupo em “(...) *tropa de choque da débil, porém dinâmica, burguesia industrial*” (Ibidem: 194). Temos aí, na “esquerda positiva”, portanto, um agrupamento que, por força das circunstâncias, adere tanto ao nacionalismo quanto ao desenvolvimentismo. É nesse sentido que Brandão considera injustas ou insuficientes as acusações de mero colaboracionismo de classe por parte da sociologia política da década de 1970. Todavia, mesmo a esquerda positiva receberá as ressalvas do autor.

Se a esquerda “negativa” sofrendo do que Brandão definiu como “colapso da razão” não abandonou a agenda insurrecional durante o período em que a “esquerda positiva” se apresenta no cenário político nacional, a “alma” que adere à opção institucional também não o faz sem cometer seus próprios pecados. O autor observa que em anexo a uma atuação francamente elitista, de pouco diálogo com as bases e operando uma “política pelo alto” (Ibidem: 187), onde os outros atores são obsessivamente instrumentalizados (o que inclui intelectuais, a própria burguesia industrial, sindicatos e etc), também resulta um pragmatismo autocentrado “(...) *alegremente realpolitik*” (Idem, Ibidem) onde mesmo outras formulações não obtinham a possibilidade de influenciar de maneira a oxigenar os quadros ora envolvidos. Isto Brandão irá qualificar como a profunda arrogância intelectual que produziu o cenário de raquitismo analítico que será, na perspectiva do cientista político alagoano, uma das razões para a derrocada dos setores progressistas e da derrota do “amplismo” proposto na ocasião por San Tiago Dantas. Por outro lado, dada a insuficiência de formulação entre os setores industriais e as elites intelectuais fora do radicalismo de classe média,

¹²⁰ Conforme constata Werneck Vianna em entrevista ulterior: “*Todo o diagnóstico anterior era de que a ação combinada entre imperialismo e latifúndio ia obstar o desenvolvimento das forças produtivas do país e obrigá-lo a retroceder. Mas ele continuou se desenvolvendo. Hoje essa é uma questão banal, mas na época não era.*”(Vianna, 2010: 350).

¹²¹ Refiro-me à Declaração de 1958 do PCB. Maiores detalhes na seção 3.1 desta parte do trabalho.

dotadas de uma concepção “jurisdicista”¹²² de mundo, os comunistas “positivos” tornaram-se interlocutores relevantes e dotados de uma ação prática bem quista. Ou, em outros termos, este comunista positivo seria “teoricamente ruim e praticamente bom”¹²³ no contexto em tela.

Esta gravitação, lenta, para uma “prática comunista boa”, ou seja, alinhada com o reconhecimento da defesa das instituições constitucionais da República Liberal e até mesmo derivando no reconhecimento por Prestes em 1960 dos possíveis benefícios das “tradições liberais”, ainda não era, decerto, a defesa da democracia como valor universal como veríamos na década seguinte (Coutinho, 1979). Contudo, indicava um caminho possível da relação mais próxima e amistosa entre democracia representativa e comunistas brasileiros, antecedendo posicionamentos e intervenções, o que inclui a opção pela “Frente Ampla”, nos momentos finais da longa ditadura civil-militar experimentada no Brasil na segunda metade do século XX. Só cabe a ressalva: a democracia no período entre 1958 e 1964 para os comunistas “positivos” e a adesão ao plano de reformas de João Goulart era opção tática ou, nos termos do artigo em análise, “manobra” dotada de objetivos definidos, na medida em que se avaliava que a institucionalidade liberal pós-1946 seria funcional ante um projeto de desenvolvimento industrial do país. Portanto, em última instância uma solução “à 1917” (Brandão, 1995: 190) jamais foi descartada pelo grupo positivo. Apenas foi colocada em segundo plano.

Brandão avalia de maneira melancólica o desfecho da experiência da esquerda positiva do PC pautado por um conjunto de elementos que se interconectam entre si: 1) os ventos da revolução cubana que influenciam e ecoam em parte da militância estudantil e intelectual da década de 1960 (o que sugere radicalismo de ação, embora não seja jamais a única variável explicativa para esta opção); 2) o pragmatismo adotado pelos comunistas que adotaram a solução pelas instituições; 3) a emergência de um marxismo nacional anti-romântico que defendia “(...) a defesa do desenvolvimento das forças produtivas a qualquer preço” (Ibidem: 191). Para além destes três pontos, o reforço da debilidade teórica onde não se constrói, não desconsiderando os avanços de diagnóstico detectáveis no período, uma teoria de Brasil capaz de dar conta da

¹²² Embora o artigo “O Partido Comunista como “esquerda positiva” anteceda em alguns anos o projeto das Linhagens do Pensamento Político, compreendemos a adjetivação “jurisdicista” como passível de ser associada à linhagem do “idealismo constitucional” a qual Brandão associa genealogicamente a Tavares Bastos.

¹²³ Esta formulação onde os comunistas na variante positiva são tipificadas como teoricamente ruins e bons na ação é pinçada da avaliação Hélio Jaguaribe citado por Brandão a partir de entrevista publicada nas páginas amarelas da revista Veja no ano de 1986.

complexidade da interação dos atores na estrutura em movimento, dado que já a partir da década 1950 o PC já não era mais a “grande agência ideologizante” produz a perda de terreno e a adesão inconteste de quadros e outros grupos, até então dotados de afinidades eletivas com o Partido, a outras lideranças, o que inclui os intelectuais profissionais.

3.5 – A esquerda positiva: As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964 (1997) – uma síntese

O livro “A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista” veio a público no ano de 1997 lançado pela Editora Hucitec. Conforme já mencionamos nesta parte do trabalho, trata-se da tese de Gildo Marçal Brandão originalmente intitulada “*Partido Comunista, capitalismo e democracia – um estudo sobre a gênese e o papel político da esquerda brasileira: 1920-1964*” em versão para o mercado editorial. Sobre a recepção do livro/tese, o autor não escondia certo ar de desapontamento:

“Publicado em 1997, o livro resultante dessa tese, (...) teve lenta acolhida - e provavelmente aquém da que merecia, mas sou suspeito no caso. Pesaram contra a aparente perda de atualidade do objeto e a precária distribuição do livro. Não obstante, a edição se vendeu. Sofreu também a má vontade de devotados à luta ideológica retrospectiva, que simplesmente conhecem mas não o citam - mas isso faz parte do jogo. Suponho que seu argumento causou alguma perplexidade, dado que é uma das raras análises que não faz concessões a autoimagem heroicizante da esquerda.” (Brandão, 2010a: 70, parentes e itálicos do autor).

De alguma maneira concordando com Brandão, Bernardes, em resenha sobre o livro, vaticina com bom humor: “*Uma múmia egípcia parece ter mais vida e despertar mais interesse que a trajetória do PCB (...)*” (Bernardes, 2000: 232) dado o contexto pós-Guerra Fria em que a obra se insere. Já outro resenhista da obra avalia que “*(...) parte das questões políticas que focaliza ao estudar o velho Partidão são traduzíveis para o presente e constituem objeto de debate intenso na esquerda atual.*” (Sallum Jr.,

1998)¹²⁴. Ambos os resenhistas, que reconhecem a importância e originalidade da obra, interpretam o trabalho como sintetizando um híbrido de História Política e Ciência Política. Neste sentido, Brasília Sallum Jr. e Denis Bernardes estão corretos. Porém, trata-se de mais do que isso. Fiel aos princípios que desconsideram as fronteiras disciplinares de forma rígida¹²⁵, Brandão envereda em uma análise *totalizante* sobre o fenômeno, aqui no caso o Partido Comunista Brasileiro entre as décadas de 1920 e 1960, e lança mão de recursos da Historiografia, Sociologia, Filosofia e Ciência Política contemporânea. Justamente um dos motes do trabalho não é o de fazer historiografia do Partido e sim apresentar uma reflexão teórica sobre o desenvolvimento (ou inviabilidade) da ação coletiva operária em parte do século XX no Brasil.

O livro em si se em três partes subdivididas em sete capítulos que não são distribuídos de forma equânime: a primeira parte, denominada “Para uma Reavaliação do Partido Comunista”, dotada de enfoque teórico-metodológico contando com um capítulo; a segunda parte, enfocando o PC antes de 1945 centrada em elementos históricos que evidenciam as práticas de ação coletiva operária, o que contempla inclusive os movimentos sociais não comunistas e o ativismo anarquista em três capítulos em uma abordagem histórica; a última e terceira parte, a mais publicizada por Brandão antes da tese tornar-se livro, concentra-se no período que vai de 1945 a 1964, englobando a República Liberal. Justamente em virtude dos argumentos do autor já terem sido apresentados em seções anteriores, e dado que o próprio autor pré-textualmente alerta na obra que parte dos capítulos do livro foram publicados anteriormente em periódicos nacionais, iremos concentrar nossas análises nesta nossa parte do trabalho no exercício de uma síntese teórica do trabalho do cientista político alagoano acerca do Partidão.

Abordando o projeto em reflexão retrospectiva no ano de 2010, o autor apresenta o *background* que o inspirou, no longínquo ano de 1987, sua pesquisa de tese:

¹²⁴ De fato até o momento de elaboração deste trabalho somente foram encontrados as duas resenhas citadas: a de Brasília Sallum Júnior publicada em 1998 no célebre *Jornal de Resenhas* e a de Denis Bernardes do ano 2000 encontrada no periódico francês *Caravelle. Cahiers du monde hispanique et lusobrasilien*. Se compararmos com o projeto d’as Linhagens, que recebeu atenção muito mais generosa do público especializado, “As duas almas” obteve uma atenção que poderíamos classificar no mínimo de morna.

¹²⁵ Maiores detalhes sobre a proposta de Brandão no campo epistemológico e metodológico para a análise do fenômeno político podem ser revisitadas na parte I deste trabalho.

“A inspiração vinha de dois lados. Um, empírico, porque estava testemunhando o êxito que o Partido dos Trabalhadores estava obtendo e que não conseguiria fosse clandestina sua relação ao sistema político. O outro, teórico, tangenciava Política como Vocação, mas usava basicamente a teoria do partido político de Umberto Cerroni: dado que a existência de partidos desse tipo tem sido, na maioria dos países avançados, o principal elemento competitivo interno que forçou os sistemas partidários à diferenciação e à consolidação, a ausência de enfrentamento sistemático com uma organização política vinculada às classes subalternas permitiu a sobrevivência aos partidos de notáveis, isto é, aos agrupamentos políticos compostos basicamente por parlamentares e seus círculos eleitorais, cujo locus de ação é o Congresso.” (Brandão, Ibid. : 66).

Portanto, o autor confessa que tanto o Partido dos Trabalhadores, fundado em fevereiro de 1980 e oficializado pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em dezembro do mesmo ano¹²⁶, partido este que conta com sua fração operária de formação e nasce respirando “(...) o ar poluído das grandes cidades industriais e não o abafado das catacumbas” (Brandão, 1992:15) e a síntese entre Max Weber e Umberto Cerroni, onde a premissa da arregimentação de políticos profissionais e militantes organizados em uma “empresa de interesses”¹²⁷ é legítima nas democracias modernas¹²⁸, derivou em formas de tratar a ação coletiva da classe operária (ou em nome desta) no Brasil de forma pouco usual até então. Seja na abordagem teórica do autor, bastante singular, seja na construção de hipóteses e teses ousadas.

Conforme vimos nas seções anteriores, o esforço reflexivo do autor envolve evidenciar como um ator que foi alijado da participação no mercado político e até mesmo do direito de existir durante boa parte do século XX, o que incluiu evidentemente a ausência de participação formal nos processos eleitorais, poderia demarcar de maneira relevante a política brasileira. Justamente a opção de Brandão por um partido dotado de “visão de mundo internacionalista” (Brandão, 1997a: 26) que nasce explicitamente com uma vocação anti-sistema e sendo que o mesmo somente

¹²⁶ Para maiores detalhes ver Secco, 2011.

¹²⁷ Síntese proposta por Weber, 1996.

¹²⁸ Estamos contrastando a democracia clássica grega ou a das pequenas cidades-Estado europeias pré-modernas da democracia moderna encontrada nos grandes e pequenos Estados-Nacionais contemporâneos tal qual Held, 1987 e Dahl, 2012b assim definem.

participou de forma legal do sistema político entre 1922 e 1985¹²⁹ por apenas três anos e meio, envolveria uma série de dificuldades para além da reconhecida ausência de bibliografia específica: afinal, salvo as poucas análises que contemplaram o voto da classe trabalhadora durante o período da República Liberal, onde o PCB pode respirar brevemente o ar das urnas e não somente o das catacumbas da clandestinidade, não seria viável a confecção de mais análises simplesmente pela ausência de elementos factuais disponíveis. Para além disso, em termos metodológicos, a opção do autor também visava fugir da vitimização ou auto-comiseração (Brandão, 1997a) presente nas narrativas de simpatizantes e militantes, ou mesmo dos raciocínios estritamente contra-factuais sobre a não ocorrência da revolução. O objetivo da tese tornada livro e das produções anteriores era, de forma desconcertante, ser realista e fiel a princípios teóricos, metodológicos e, arriscamos dizer, ético-políticos muito particulares dada a singularidade do objeto: como explicar o impacto de um partido que foi em boa parte de sua vida clandestino no processo de *nation state building* se não fosse por indícios, dado que rastros mais evidentes ou espetaculares do que esses sequer existem? Vejamos.

Recorrendo à síntese brilhante de Max Holleran (2017) sobre o conjunto da obra de Marshall Berman, falamos aqui de um marxismo em “estilo livre” em sentido teórico. Brandão em raros momentos fez uma utilização canônica, sistemática ou ortodoxa da tradição marxista e tampouco assim procedeu nas sínteses teóricas que elaborou no diálogo da tradição citada com outras vertentes da teoria social. A mobilização da teoria obedece, na obra do autor, justamente a um “estilo livre” visando apresentar uma narrativa onde os objetos sejam analisados em uma cadência onde o fenômeno se apresenta em movimento, algo como uma abordagem impressionista¹³⁰, em suas contradições. E é justamente este tipo de relação teoria-objeto que Brandão irá utilizar e explicita em seu livro/tese: “*O leitor perceberá que utilizo o termo ‘método’ segundo a tradição europeia de crítica ao conhecimento e não em sentido norte-americano, que o restringe às técnicas e aos procedimentos de pesquisa.*” (Brandão,

¹²⁹ Compreendido o período de fundação do Partido até a legalização definitiva no período da Nova República. Para maiores detalhes do processo de legalização definitiva em 1985, onde ocorreram diversos impasses internos, ver Moura, 2005.

¹³⁰ Waizbort (2000) relembra, ao discutir em pormenores a obra do sociólogo alemão Simmel, a classificação de “impressionismo sociológico” acerca do produção do autor em tela. Esta abordagem impressionista derivaria em uma sociologia em movimento onde o objetivo seria menos o da obtenção de uma precisão naturalista e mais a apreensão dos contornos do que seria a realidade. Arriscamos dizer que sobre o PC Brandão incorre em um “impressionismo político” na sua maneira de compreender o fenômeno.

1997a: 33, as aspas são do autor). Nestes termos, coerentemente com a sua proposição na juventude (Brandão, 1977), o próprio exercício metodológico não está distanciado nem do sujeito (ético-político) que o aplica e tampouco está cindido artificialmente do objeto.

Embora não circunscreva o que considera “a tradição europeia” metodológica a qual adere, as referências citadas e mobilizadas envolvem a tradição da teoria crítica alemã, que encontra em Hegel e Marx matrizes fundamentais onde Lukács, e a tradição multidisciplinar do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt e sua primeira geração irão edificar suas proposições (Nobre, 2001; 2004; Wiggerhaus, 2002; Freitag, 1994). Ainda no âmbito de uma teoria crítica em sentido amplo¹³¹, a análise social histórica, política, filosófica e sociológica de Antônio Gramsci é incorporada, especialmente no que tangem as mudanças históricas da luta de classes no século XX. Não finalizando por aí, Brandão também irá se ancorar nas premissas do seminal realismo político proposto por Maquiavel¹³² e na sociologia dos intelectuais de Karl Mannheim. Porém, reiterando a ressalva, o uso dos conceitos é *ad hoc* na aplicação sobre o objeto visando desvelá-lo, sugerindo um primado do objeto sobre o sujeito e à própria teoria. Nestes termos categorias e conceitos¹³³ são mobilizados como forma de ilustrar o encadeamento dos fatos, dado que há uma narrativa dotada de coerência cronológica, visando apresentar o que julga consistir no “modo de ser” do sujeito histórico em exposição.

¹³¹ Utilizando a definição funcional e suficientemente elástica, dada a pluralidade do que é factualmente a tradição de uma teoria crítica, lançamos mão desta proposição sintética onde a teoria envolve-se na tarefa de construção de um diagnóstico “(...)baseado em tendências estruturais do modelo de organização social vigente bem como em situações históricas concretas, em que se mostram tanto as oportunidades e potencialidades para emancipação quantos obstáculos reais a ela.” (Nobre, 2004: 11).

¹³² Algo que em si não é contraditório ou herético se considerarmos que Gramsci, 1978, igualmente mobiliza a noção de poder radicalmente secular do autor florentino ou mesmo Marx se veria dotado de “momentos maquiavelianos” “(...) em oposição às sobrevivências teológico-políticas no seu tempo” (Abensour, 1998: 26).

¹³³ Por exemplo: luta de classes, burguesia, hegemonia, proletariado, *intelligensia*, devir, partido, visão de mundo, movimentos sociais, consciência de classe, História, estrutura e superestrutura, Estado, ideologia e etc..

**CAPÍTULO III - O PROJETO D'AS *LINHAGENS*: AS IDÉIAS NÃO
ESTÃO FORA DO LUGAR**

Capítulo III – O projeto d’as *Linhagens*: as idéias não estão fora do lugar

1 - Introdução

A relação que se estabeleceu entre Gildo Marçal Brandão e o Pensamento Político e Social Brasileiro foi construída *pari passu* durante sua trajetória, algo que só podemos afirmar em análise *ex post facto* evidentemente. O projeto festejado¹³⁴ das *Linhagens do Pensamento Político*, sua tese de livre docência¹³⁵ e uma das pedras fundamentais do que contemporaneamente se apresenta como o subcampo “Pensamento Político Brasileiro”¹³⁶, incluído nos cânones da ABCP¹³⁷, é na verdade o ápice, uma síntese, dos incômodos intelectuais e políticos e dos trabalhos elaborados desde sua juventude que incluem pequenas produções enfocando um determinado autor ou figura histórica nacional que Brandão julgasse relevante e ganham prosseguimento na sua maturidade. Concordando com Cepêda, as *Linhagens* correspondem “(...) a uma pesquisa de fôlego e a uma maturação intelectual resultante de longa trajetória acadêmica” (2008: 231). Em última instância o projeto d’as *Linhagens* é uma síntese de uma vida, onde também se apresentam as assimilações teóricas heterodoxas do cientista político alagoano, sua *Weltanschauung*.

¹³⁴ A tese de livre docência, tornada artigo em 2005 onde ganha aparição na revista *Dados*, se re-apresenta em livro no ano de 2007. O livro *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro* recebeu resenhas críticas entusiasmadas vide Cepêda, 2008, Haag, 2008, Soares, 2008, Souza, 2008, Gentile, 2009 e Rodrigues, 2009.

¹³⁵ A tese de livre docência foi defendida por Brandão em dezembro de 2005 no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (Cf. Brandão, 2005; 2007). Aproveitando o ensejo informamos ao leitor que iremos nos referenciar ao texto publicado nas duas edições, a de 2005 e a de 2007. Porém, quando fizermos alguma citação literal, utilizaremos a versão de 2005 publicada na *Dados* utilizando aquela paginação.

¹³⁶ Lynch, 2016, p. 102, acertadamente observa que a refundação da subárea Pensamento Político Brasileiro no século XXI ocorre na USP na década de 2000 onde Gildo Marçal Brandão, junto a Eduardo Kugelmas, ministra o curso Temas do Pensamento Político Brasileiro e consolida esta renovação de interesse pela temática com a publicação do seu *Linhagens*.

¹³⁷ Lynch, 2016, observa que desde o primeiro encontro da ABCP em 1998 o Pensamento Político Brasileiro se fez presente no Área Temática de Teoria Política, vindo a se autonomizar quinze anos depois. Ainda o pesquisador apresenta um diagnóstico contundente do crescimento da subárea Pensamento Político Brasileiro utilizando o parâmetro da produção de teses por década: de 2 (duas) teses de doutorado em 1980 para 12 na década de 1990, 18 em 2000 e com a projeção de mais de 30 nos vindouros 2020.

Desde Glauber Rocha¹³⁸, perpassando Clóvis Bevilacqua, em artigo datado de 1976 publicado no extinto jornal Opinião¹³⁹, incluindo Oliveira Vianna, Roberto Mangabeira Unger, Tavares Bastos, Visconde do Uruguai, Cândido Mendes, Oliveiros Ferreira, Caio Prado Jr., Luis Carlos Prestes, dentre outros, todos foram de alguma forma escrutinados em dado momento por Brandão em período que soma, de forma assistemática, pouco mais de quarenta anos¹⁴⁰. Se os supracitados não estão em sua totalidade no pensamento político *stricto sensu*, de alguma forma levam água ao moinho na perspectiva de análise mais abrangente adotada por Brandão como veremos. De toda forma, os personagens listados foram abordados sim, porém, não da forma tradicional. As interpretações ensaístas e arredias de Brandão, em movimento de *zigue-zague* com seus interlocutores textuais brasileiros por décadas, guarda afinidades com a proposta adorniana e sua defesa do ensaio enquanto forma não-positivista de intervenção pública:

“O ensaio é, ao mesmo tempo, mais aberto e mais fechado do que agradaria ao pensamento tradicional. Mais aberto na medida em que, por sua disposição, ele nega qualquer sistemática, satisfazendo a si mesmo quanto mais rigorosamente sustenta essa negação; os resíduos sistemáticos dos ensaios, como por exemplo a infiltração, nos estudos literários, de filosofemas já acabados e de uso disseminado, que deveriam conferir respeitabilidade ao textos, valem tão pouco quanto as trivialidades psicológicas. Mas o ensaio é também mais fechado, porque trabalha enfaticamente na forma da exposição. A consciência da não-identidade entre o modo de exposição e a coisa impõe à exposição um esforço sem limites.”
(Adorno, 2003: 37)

De início já demarcamos o interesse ensaístico do autor nos personagens do panteão sócio-cultural-político brasileiro, o que inclui evidentemente o pensamento político teórico nacional, envolvendo a preocupação, consciente ou não, com a “forma

¹³⁸ O texto sobre Glauber Rocha foi publicado em 1969 no tradicional Jornal do Commercio de Pernambuco. Consultamos o artigo, uma crítica cinematográfica utilizada como pretexto para discutir dilemas conjunturais da política naquele momento, na coletânea organizada por Simone Coelho, 2010.

¹³⁹ Utilizamos aqui o texto republicado na coletânea organizada por Simone Coelho, 2010.

¹⁴⁰ Estamos considerando desde o primeiro texto sobre Glauber Rocha em 1969 até “Ideias e argumentos para o estudo da história das ideias políticas no Brasil”, artigo que seria utilizado no processo de obtenção da titularidade em Ciência Política por Brandão na Universidade de São Paulo e publicado postumamente na coletânea organizada por Simone Coelho em 2010.

de exposição”¹⁴¹ como gostaria Adorno. Porém, nosso interesse nesta parte do trabalho ao abordarmos as *Linhagens* não envolverá lançar mão das abordagens sobre os personagens individuais propriamente, embora reconheçamos que estas existam e que o exercício de reflexão tenha perpassado e se aproveitado das mesmas. No máximo as abordagens de Brandão dos personagens individuais serão pinçadas quando conveniente em prol do exercício heurístico que nos propomos. Contudo, é importante frisar que é neste ir e vir, entre individualidades históricas e esforço de sistematicidade, onde se processa um inegável processo de amadurecimento com a temática, que podemos situar a produção de Brandão sobre o subcampo de conhecimento específico.

Nossa questão de interesse é a sistematização das *Linhagens* enquanto proposta teórica, metodológica e política. Afinal, a síntese das famílias intelectuais atendia tanto a uma demanda por delinear o caminho trilhado por nosso pensamento político a partir do século XIX quanto tinha a pretensão de analisar, em sentido compreensivo ou de *verstehen*, a ação política nos dias que correm.

2 – A urgência de pensar o pensamento ou a demanda de Brandão ante o projeto das *Linhagens*¹⁴²

Tornou-se lugar comum, inclusive por motivações empíricas, uma *Zeitdiagnose*¹⁴³ (Diagnóstico de época) nas últimas décadas do século XX e em parte do início deste século, que tenta identificar o que Habermas, 2003, sinteticamente chamou de “Era das transições”. Nestes termos a oferta é variada de adjetivos e denominações apresentadas pela teoria social: emergência da sociedade em rede (Castells, 1999); modernização reflexiva (Giddens, Beck e Lash, 1997); sociedade de risco (Beck, 2010); uma sociedade demarcada por uma “condição pós-moderna” (Harvey, 1998); a série

¹⁴¹ Rodrigues, ao abordar o livro d’as *Linhagens* faz a seguinte observação sobre a “forma” estilística de Brandão: “(...) *estilo fluido de escrita, traço coloquial que guarda algo de oralidade, aliado às rédeas com que segura o raciocínio, e que por isso, chama a atenção do leitor.*” (2009: 223). Esta opção estilística, complementando o juízo da resenhista, transparece em toda a obra do autor onde há uma profusão de figuras de linguagem, metáforas, frases de efeito e outros recursos que singularizam a produção do autor em toda sua carreira.

¹⁴² Esta seção dialoga inevitavelmente com parte dos argumentos que apresentamos na Parte I deste trabalho, algo que não poderia ser diferente em virtude das proposições discutidas nesta seção estarem vinculadas organicamente com a proposta de Ciência Política do autor.

¹⁴³ Costa, 2004.

líquida indiscutivelmente popular iniciada por Zygmunt Bauman (1925-2017) e daí por diante.

Nosso autor compartilhou da mesma *Zeitdiagnose* em mais de um momento (Brandão: 1998; 2001; 2006; 2007a; 2007b; 2010a;2010b) . Brandão, 2006, observa que em virtude das mudanças com vocação estrutural haveria a renovação do interesse pela teoria social enquanto via privilegiada de reflexão tanto sobre as Ciências Sociais em si¹⁴⁴ enquanto campo profissional quanto como uma forma de atender a demanda do entendimento das modificações em diversas ordens na sociedade propriamente. Contudo criticou as tentativas de construção de uma “padronização unidimensional” nas apropriações interpretativas das modificações em curso. Conforme insistimos na Parte I deste trabalho, as interpretações do autor são demarcadas por um lugar de reflexão e produção, a periferia, e sob esta lente a “Era das Transições”, como denominou Habermas, deveria ser filtrada:

“Quando vivenciados (os fenômenos emergentes) na periferia da economia mundo, implica sociabilidades que associam os dilemas da hipermodernidade com heranças coloniais, a fragmentação cultural contemporânea com a dissolução dos valores pré-modernos, o experimentalismo democrático com a ausência de direitos civis básicos, o potencial do internacionalismo, progresso e participação com a insegurança, incerteza, mesquinhez, desesperança e brutalidade da vida cotidiana”
(Brandão, 2007b: 162, os parênteses são nossos).

O mundo sob o enquadramento da periferia que se apresentava aos olhos de Brandão em sua produção do final do século XX e no início do século XXI indicava a síntese indesejável entre desigualdades historicamente não corrigidas com as novas questões derivadas do capitalismo *high tech*, o que implica a fusão de novas injustiças e arcaísmo (2007a; 2007b). Em outros termos, em uma reflexão de inspiração hegeliana, o universal se reflete de forma singular na periferia e na semi-periferia do sistema (Brandão, 2007a).

¹⁴⁴ O autor nota que as próprias Ciências Sociais são afetadas diretamente por estes macro-fenômenos até mesmo em sua constituição ofertando disciplinas transdisciplinares, multidisciplinares e interdisciplinares, grupos e núcleos de estudos e pesquisas, dentre outras iniciativas, vinculadas aos “fenômenos de viver em transição” tais como sobre a judicialização da política, violência urbana, gênero, transformações da intimidade, etc.. (Brandão, 2005: 231).

Nesta abordagem que intenta realizar a dialética universal-particular, o cientista político alagoano impetrou na prática uma perspectiva voltada para os dilemas brasileiros, onde justamente sua abordagem universalista evita as vulgaridades provincianas do nacionalismo metodológico denunciadas por Ulrich Beck (2011). Por isso cabe a ressalva: o Brasil é um caso, uma singularidade dos movimentos universais, que expressa, tal como em outras realidades nacionais “(...) a lógica específica do fenômeno social específico, eis a regra hermenêutica.” (Brandão, 2007a:24). Inclusive frisamos que Brandão defendia a necessidade de estudos, a partir do Brasil, dos processos de *nation state building* dos países vizinhos¹⁴⁵, assim como no caso brasileiro específico, incentivava pesquisas acerca do desenvolvimento sócio-histórico das realidades subnacionais (Ibid.), o que redundava na proposição de um programa de pesquisa não ensimesmado em termos de Estado-Nação e tampouco sulista, ou arriscaríamos aqui o desajeitado neologismo “sulistocêntrico”.

Retomando, conforme dissemos, o enfoque de Brandão na sua produção e reflexões correlatas mantém inegável concentração no Brasil enquanto realidade a ser decifrada. Dentre nossas especificidades, o autor ressalta que há no país, especialmente no que tangem as Ciências Sociais, o processo bem sucedido de institucionalização destas¹⁴⁶, o que envolve aparato institucional concreto, a aplicação de metodologias e etc., que possibilitaria objetivos mais arrojados em diálogo com os desafios impostos por nossa realidade (Brandão, 2007b). Ainda, retomando sua análise de *fin de siècle* (Brandão, 1998), nosso autor compreendia de maneira oportunista, no bom uso do termo, que justamente as modificações em curso criavam um interesse renovado sobre o que as Ciências Sociais, inclusive as nacionais, teriam a dizer.

Neste conjunto de elementos programáticos de pesquisa ante as demandas apresentadas do momento, onde se traçam objetivos políticos emancipatórios que lidam com a condição periférica como um dado concreto e não como “obstáculo intransponível” (Brandão, 2007b: 180), o autor destaca a conjunção da universidade

¹⁴⁵ O esforço de diálogo com os países da América Latina em particular, e com o continente americano como um todo, não seria desprovido de interesse geopolítico dado que ambicionava corporificar o Brasil enquanto *global player* na produção e intercâmbio de conhecimento: “Nesse sentido, jogaria muitas fichas em uma aliança estratégica com o mundo universitário do Cone Sul, o que nos obrigaria a multiplicar programas de estudos sobre as três Américas, investir na preparação de especialistas em outros países, mandar pesquisá-los in loco, e facilitar e incrementar deliberadamente a atração de estudantes e professores do continente – estratégia que, salvo engano, reforçaria e não negaria o esforço de se tornar um *global player* também no terreno acadêmico e científico.” (Brandão, 2010a: 78).

¹⁴⁶ Na verdade, indo para além do campo das Ciências Sociais, Brandão reconhece que desde a década de 1990 a universidade brasileira alcança “cidadania plena” (Brandão, 2005;2007).

politicamente engajada (2007a), dos cientistas e dos intelectuais como três atores fundamentais em seu projeto:

“Se este arrazoado é consistente, então qualquer projeto emancipatório não dispensa, mas exige, a intervenção dos cientistas e dos intelectuais. A reavaliação do caminho percorrido e a construção de novo projeto envolvem a articulação do conhecimento científico dos mecanismos de transformação dos capitalismo avançado e periférico, e da morfologia política e social brasileira (e sul americana), com a capacidade de propor soluções positivas para os problemas nacionais e regionais – e nada disso é possível apenas com os políticos profissionais ou com o mundo empresarial ou sindical, sem pesquisa acadêmica, sem a universidade, sem os intelectuais.” (Brandão, 2007b: 169, os parênteses são do autor).

Em nossa realidade, onde convivem democracia representativa liberal e questão social (Brandão, 2007a), compreendendo que a “(...) a ideologia de mercado contemporânea é mais uma arma de combate do que uma descrição realista do processo” (Ibid: 16), o que chamou de “revolução capitalista” (Brandão, 2001: 32), justamente uma das sínteses que se utiliza para lidar com as mudanças contemporâneas contempladas na *Zeitdiagnose* descrita linhas acima, evidenciaria que:

“Tudo se passa como se o esforço de ‘pensar o pensamento’ se acendesse nos momentos em que nossa má formação fica mais clara e a nação e sua intelectualidade se vêem constrangidas a refazer espiritualmente o caminho percorrido antes de embarcar em uma nova aventura – para declinar ou submergir em seguida.” (Brandão, 2005: 235)

É, pois, neste sentido que “pensar o pensamento” e “refazer espiritualmente o caminho” frente ao conjunto de demandas¹⁴⁷ apresentadas pelo *Zeitgeist* que o trabalho

¹⁴⁷ Dentre os pontos a serem iluminados por um projeto robusto que envolve revisitar o estoque de pensamento político brasileiro Brandão destaca os seguintes no momento de transição vivenciado estruturalmente no Brasil: “(...) reformas institucionais que a aliança governamental atual tem implementado (...) mudanças que vêm acontecendo na forma do Estado, em suas relações com as classes sociais, na estrutura patrimonial e no modo de operação dos grupos dominantes, nos estilos das políticas públicas, na diluição da capacidade de intervenção organizada dos grupos subalternos, nas formas de consciência social, etc. Devemos entender sobretudo a naturalização do individualismo possessivo, que pela primeira vez em nossa história enraizou-se de alto a baixo e, em que pese o sentimento anti-

intelectual de retomar o que chamamos de “pensamento brasileiro”, seja este social ou político, se coloca como uma demanda histórica e política e enquadra o projeto d’as *Linhagens*. A necessidade histórica envolve reconhecer a falência do projeto nacional-desenvolvimentista¹⁴⁸ (Brandão, 2005; 2007), onde a anamnese atrelada ao estoque de pensamento político acerca de nossa realidade, envolvendo sua reinterpretação, crítica e reconstrução, visa elucidar padrões e dilemas da sociedade e da política almejando formular novos projetos (Brandão, 2007b). Portanto, o interesse sobre o pensamento político não é passadista, arqueológico, hagiográfico ou desinteressado, visa enfrentar o presente (Brandão, 2005, 2007). Para além disso, “pensar o pensamento” ante o aviso de incêndio¹⁴⁹ das mudanças em curso, envolve o desafio político onde o analista se posiciona diante das novas questões tal como Édipo ante a Esfinge: ou a nova sociedade emergente é decifrada, utilizando aqui na proposta d’as *Linhagens* os padrões fornecidos pelo caminho percorrido por nosso pensamento, ou somos devorados (Brandão, 2001: 32).

Nosso objetivo nesta seção foi reforçar o conteúdo programático que subjaz especificamente ao projeto d’as *Linhagens*, algo identificado igualmente por Cepêda (2008) e Rodrigues (2009). Porém, ressaltamos que a proposta de Brandão, em sua urgência de “pensar o pensamento” se depara com o que o autor vislumbrou, em termos nacionais, com um momento histórico que guardaria similitudes, em termos de dramaticidade, tanto com a Abolição quanto com os anos trinta do século passado. Note-se que nessa interpretação há tanto o caráter de crise quanto de oportunidade histórica onde a “nossa má formação” se evidenciaria e se apresentaria enquanto passível de ser superada. Feita esta última observação, daqui por diante nos

capitalista notavelmente resistente em muitas camadas populares, tornou-se capaz de inspirar a conduta e dirigir a vida cotidiana de grandes grupos sociais; bem como a criação das bases materiais e políticas que separaram a intelectualidade de classe média das classes subalternas tradicionalmente aliadas e permitiram essa fusão entre o mundo industrial e financeiro e a grande intelectualidade.” (Brandão, 2001: 32).

¹⁴⁸ A “(...) exaustão do Estado nacional-desenvolvimentista se manifesta por todos os poros, a especialização exacerba a fragmentação do mundo intelectual, a sociedade se vê diante do imperativo de reformular suas instituições e redefinir seu lugar no mundo; e uma comunidade acadêmica consciente de sua própria força pode, enfim, confessar suas dívidas intelectuais para com os ensaístas.” (Brandão, 2005: 235)

¹⁴⁹ Como aponta Michael Löwy, ao discutir em pormenores a proposta de Walter Benjamin em suas “Teses sobre o conceito de História” de 1940, a asserção teórica benjaminiana como um todo funciona como um “aviso de incêndio”, um “sino que replica” (Löwy, 2005: 32) para chamar a atenção de seus contemporâneos para os perigos e ciladas do momento. Esta figura de linguagem, a do “aviso de incêndio”, nos parece adequada para caracterizar a conjunção entre *Zeitdiagnose* e o projeto de retomada crítica e inventiva do pensamento político em Brandão.

concentraremos no projeto propriamente d'as *Linhagens* em suas questões teóricas e metodológicas, ressaltando que não se trata de uma proposta politicamente asséptica conforme vimos.

3 – O projeto das Linhagens – o lugar das idéias

Conforme apresentamos na Parte I deste trabalho, quando tratamos de situar o lugar e os posicionamentos teóricos e epistemológicos de nosso autor no que tange a Ciência Política no Brasil, onde o “fazer” Ciência Política está vinculado intrinsecamente com uma perspectiva totalizante sobre os fenômenos sociais, a relação de Gildo Marçal Brandão com o pensamento político-social brasileiro igualmente não se desenvolve de forma solipsista. Para além do rol de personagens que foram objeto de sua atenção, o estudo sobre a formação da sociedade e suas instituições necessita da articulação com a produção “espiritual” desta mesma sociedade em uma ótica de longa duração. Deste caminho epistemológico, onde identificamos raízes ainda na década de 1970 com a sua inspiração hegelo-lukacsiana, Brandão inaugura na tese de livre docência uma forma original de lidar com o estoque de pensamento fornecido pelo pensamento político-social brasileiro.

O trabalho, publicado primeiramente na Revista Dados em 2005 e posteriormente em livro pela editora Hucitec em 2007, ganhou o título de “*Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*” e redundou em um grupo de pesquisa, sediado no CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea) contando com a participação de diversos pesquisadores brasileiros de instituições diferentes¹⁵⁰, é a proposta de um intelectual, situado na periferia, que compreende as narrativas normativas e os caminhos interpretativos de auto-compreensão de um Estado-Nacional periférico.

Decerto Wanderley Guilherme dos Santos já havia se dedicado a esta temática, a de estabelecer as bases teóricas possíveis para os estudos sistemáticos do que chamou inicialmente de “imaginação político-social brasileira” (Santos, 2002; Lynch, 2013a). Porém, não obstante este esforço seminal, inclusive reconhecido pelo próprio

¹⁵⁰ O projeto temático “Linhagens do pensamento político-social brasileiro” contou com docentes e discentes da Universidade de São Paulo, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal de São Paulo.

Brandão¹⁵¹, são detectadas diferenças importantes que ressaltam a originalidade teórica de nosso autor ao enveredar por esta empreitada. Inclusive, o trabalho de revisitar as obras que “pensaram o Brasil”, não se constitui enquanto exercício de “pré-história”¹⁵² intelectual, algo que assinalamos na seção anterior. Brandão (2005:233) é enfático ao repisar a direção compreensiva deste tipo de pesquisa, que é o de cotejar formas de compreensão que não estão congeladas na explicação de nosso processo de *nation state building* e se reapresentam na contemporaneidade. Há mais na medida em que os dilemas coletivos desta sociedade são “repostos” no diálogo com este estoque de conhecimento. Trata-se de discutir o próprio “(...) *mercado interno das idéias em suas trocas com o mercado mundial*” (Brandão, Ibid: 233), onde não se deixa de detectar permanências, reaparições de “modos de pensar” há muito construídas e resistentes, não descontando as novidades que se impõem.

Santos (2002) concentrou seus trabalhos fundamentais sobre os caminhos da produção ensaísta histórica brasileira para alicerçar e circunscrever o campo ainda na ditadura militar e no auge do nacional-desenvolvimentismo. Brandão o faz no contexto da falência do nacional-desenvolvimentismo, outro *Zeitgeist* portanto. Inclusive esta mudança de ambiência histórica funciona também como uma justificativa para edificar um campo do pensamento político-social brasileiro *redivivo*, capaz de, tal como no movimento de Penélope¹⁵³ que refaz seu caminho incansavelmente, trazer a tona reflexões que esclareçam mudanças e permanências estruturais da própria sociedade. Brandão (2007a) explica que há uma “conjunção crítica” da mudança entre nacional-desenvolvimentismo e sociedade global. Justamente revisitar a longa tradição do pensamento político-social brasileiro, tal como nosso autor demanda em caráter de urgência, funciona como parte do esforço para compreender as permanências estruturais de uma sociedade periférica em fase de aguda transnacionalização do capital.

¹⁵¹ “É de justiça lembrar que foi Wanderley Guilherme dos Santos quem primeiro e mais energicamente reagiu contra a tentativa de transformar divisão acadêmica do trabalho intelectual em critério de verdade, no exato momento em que tal perspectiva começava a se tornar hegemônica. Por mais reparos que se possa fazer à sua crítica da periodização da história do pensamento político brasileiro pelas etapas de institucionalização da atividade científico-social, sua reação não só criou um nicho para todos que recusavam o cientificismo – que tinha o seu momento de verdade como arma de combate contra o diletantismo intelectual – como contribuiu para legitimar na universidade o trabalho com história das idéias, ao recusar-se a vê-las como variável dependente das instituições.” (Brandão, 2005: 260).

¹⁵² É importante assinalar que Wanderley Guilherme dos Santos propõe igualmente algo além de “pré-história” ao revisitar o pensamento político social pretérito. Para WGS o pensamento político social brasileiro poderia fornecer hipóteses que não foram testadas suficientemente, portanto, poderia inspirar pesquisas contemporâneas.

¹⁵³ Mito apresentado por Homero utilizado também pelo autor (Brandão, 2005;2007).

Contudo ressaltamos: este movimento reflexivo de re-apropriação do estoque do pensamento político produzido entre nós, em um sentido valorizado e enquanto chave explicativa dos fenômenos que se propõe a elucidar, não decorre sem uma inflexão fundamental Brandão *versus* Brandão em um momento determinado de sua produção. Revisitando a Parte II deste trabalho, lembramos que um dos pontos de maior crítica do autor, onde se mescla a especificidade de sua militância intelectual com a análise do Partido Comunista Brasileiro, foi a da relativa irrelevância dos intelectuais e de seus constructos na prática política do Partidão. Este cenário, derivado tanto da pouca porosidade do Comitê Central ao trabalho realizado pelos intelectuais formalmente vinculados ao Partido e da sociedade civil comunista, onde indicava maior subserviência aos imperativos teóricos e práticos da III Internacional em sua vertente soviética, e as fragilidades intelectuais dos próprios membros do Comitê e de parte da militância, funcionaram como vetores que explicariam, em parte para nosso autor, as desventuras do PCB durante o século XX, o que envolveu a crítica visceral de Brandão, onde a amálgama militante intelectual e analista se torna mais evidente, ao caminho da luta armada das décadas de 1960/1970 e a opção tardia pela democracia representativa¹⁵⁴.

O projeto d'as *Linhagens* indica uma reviravolta nesta relação entre idéias, intelectuais e fenômeno político se nos ativermos ao conjunto de reflexões de seu período doutoramento. Porém, para o autor as idéias jamais foram irrelevantes como veremos adiante, embora dotadas de pouco impacto efetivo no PCB no período analisado. Caberia colocá-las em novo patamar analítico de importância para a análise política brasileira. Brandão, nesta direção, colide com a posição que aqui mobilizamos enquanto exemplar de Raymundo Faoro apresentada na década de 1980 onde a política no geral e no Brasil em particular seria o espaço do “*saber informulado*”, dada a política ser atuação humana em última instância prática¹⁵⁵ (Faoro, 1987), onde ação e fins importam mais e a carne no máximo pode se tornar verbo somente nas análises após a conclusão dos eventos.

¹⁵⁴ Embora que, conforme vimos igualmente na Parte II, o Partidão enquanto alternativa histórica suprimida pelo sistema eleitoral seja outro vetor importantíssimo utilizado pelo autor para compreender os insucessos deste grupo político.

¹⁵⁵ Sendo a política uma atividade prática e a filosofia política dotada de algo contemplativo e normativo, ambas seriam coisas de naturezas diferentes. Se fossem idênticas, a História poderia ser contada como “história das idéias” na ótica do autor. Reforçando: “A política se desvincularia da realidade, perdida numa teia de doutrinas e idéias, em simplismo que a tornaria o desvario de cérebros ociosos.” (Faoro, 1987: 10).

Quanto a este posicionamento de Faoro, Brandão em seu esforço de valorização da conexão idéias e política prática, segue caminho oposto. Em uma inspiração proposta por Guerreiro Ramos, nosso autor buscaria a “teoria política implícita”¹⁵⁶ por trás do nosso processo de *nation state building*. Portanto, e é esse o mote do projeto d’as *Linhagens*, as idéias detém força explicativa e influenciariam a ação por tomarem parte da ambiência do fazer política. Retomando entrevista concedida pelo autor ainda no início da década de 1980 esta relação é explícita:

“Tomemos de exemplo a universidade. Apesar de ter sido submetida à dura repressão após 64, esta instituição, em nenhum momento, deixou de ser utilizada pelas classes dominantes para preparar seus quadros, os intelectuais de que necessitava, os quais cobrem ampla faixa, inclusive na ‘esquerda’. Esse processo é mais visível nas áreas técnicas, mas qualquer estudante de Ciências Sociais ou Filosofia sabe do que estou falando. Posso dizer que a influência desses intelectuais é secundária, fica restrita ao ambiente de acadêmico? Que eles no máximo só influenciam seus alunos e outros intelectuais? De forma alguma: o advogado formado pela mais tradicional escola de direito do país serve como assessor jurídico – e, portanto, mentor intelectual e político – de importantes sindicatos do país; estudantes de engenharia, economia, administração virão a ser executivos, técnicos e administradores de empresas; o sociólogo oxfordiano orienta a elaboração de dezenas de teses acadêmicas que vão se apropriar da História do movimento operário e voltá-la contra ele; o economista crítico será o futuro ministro do Planejamento; o professor de filosofia divulga o (anti)marxismo que interessa, direta ou indiretamente, à burguesia; e para amarrar as pontas dessa cadeia existe a grande imprensa e os meios de comunicação de massa que nada mais fazem do que ‘popularizar’, hoje, o que a universidade produziu anteontem e consumiu ontem.” (Brandão e Nogueira, 2010: 211)

Embora a análise acima presente em boa parte do tempo a relação mecânica entre agrupamentos conservadores, produção de idéias e universidade, a mesma é passível de ser contextualizada pois não era exatamente incomum dado o *ethos* da jovem militância do PCB encontrarmos este tipo de juízo¹⁵⁷ naquele momento histórico. Posteriormente, durante o período de doutoramento, o artigo *Sobre a fisionomia*

¹⁵⁶ Brandão, 2010a.

¹⁵⁷ Sobre esta questão, ver a Parte II deste trabalho e as colocações de Werneck Vianna que reconhecia uma postura rebelde e “anti-acadêmica” neste grupo.

intelectual do Partido Comunista, publicado em 1988, reforça a conexão entre idéias e sociedade. Particularmente ao trazer à tona as debilidades de formação do Partidão no que tange a produção teórica, sem desconsiderar sua proibição eleitoral pelo sistema, Brandão reconhece que a atuação do PCB jamais foi irrelevante, ainda mais se considerarmos a inserção de seus intelectuais na sociedade, na indústria cultural e etc.. Este seria um sinal da debilidade da própria elite tradicional em estabelecer o seu domínio espiritual sobre a sociedade e é um indicativo do modo pelo qual o capitalismo dependente se constitui entre nós. A debilidade intelectual do liberalismo em sua versão nacional abre um flanco para a atuação do PC¹⁵⁸, mesmo que nas sombras, o que ajuda a explicar a proeminência da influente sociedade civil comunista.

Destes antecedentes, que nos parecem parte do elo de construção pretérita do projeto das *Linhagens* e denunciam a preocupação do autor com as *formas espirituais*, não tangíveis, das *idéias* como mecanismo de explicação sobre a ação política em si e sobre a imaginação política, retomemos o projeto maduro do autor. Não obstante a publicização do artigo em 2005 na revista *Dados*, acreditamos que o projeto inconcluso pode ser complementado por outras referências, incluso as anteriores e as últimas elaboradas pelo autor em sua última fase, trazendo pontos mais claros acerca da relação idéias, intelectuais, política e sociedade.

Conforme apontamos, quando utilizamos a proposta de Faoro (*Op. Cit.*) como contra-ponto exemplar por ser um clássico do panteão do pensamento político brasileiro, Brandão aposta no projeto das *Linhagens* em direção oposta. No caso do cientista político alagoano, sim, as idéias importam enquanto elemento de explicação da vida política brasileira. As instituições políticas para Brandão são expressões da totalidade da sociedade, ou particularidades do movimento histórico e universal, onde variáveis empíricas externas a essas, o que inclui a forma como as mesmas foram imaginadas, podem e devem ser mobilizadas como parte do movimento analítico. Nesta tarefa, a da valorização da conexão entre mundo das idéias e mundo da ação, o oponente ao qual nosso autor irá se defrontar diretamente é o filósofo João Cruz Costa (1904-1978).

¹⁵⁸ Esta perspectiva guarda afinidades com a proposta de Schwarz, 1978, onde o crítico literário discute a proeminência da esquerda do espectro político no cenário cultural.

Cruz Costa¹⁵⁹, defendeu o célebre argumento de que sim, há uma trajetória das idéias no Brasil. Contudo, desconfiava da qualidade da produção filosófica entre nós dado que “*O brasileiro, diz o autor, tem mais inclinação e talento para a ética do que para o raciocínio abstrato, para a ação do que para a reflexão.*” (Brandão, 2010b: 306), o que mantém afinidades com a posição de Faoro acerca do pensamento político. O cientista político alagoano vê neste tipo de interpretação da história das idéias o risco das idéias e ideologias serem percebidas enquanto não dotadas de penetração na ação e nas instituições por conta de uma fragilidade constitutiva. Embora reconheça que a postura crítica de Cruz Costa funcione como denúncia quanto ao “(...) *lado pomposo e provinciano da direita intelectual brasileira que valoriza cada bobagem de nossos ‘filosofantes’ (...).*” (Idem, Ibid.)¹⁶⁰.

A resposta de Brandão para este posicionamento de Cruz Costa, onde se questiona em termos qualitativos a produção espiritual de nossa sociedade, necessita de um salto crítico onde a inspiração de Antonio Cândido se apresenta enquanto base fundamental. Retomando a clássica síntese de Cândido no prefácio de *Formação da Literatura Brasileira*:

“A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem do jardim das Musas... Os que se nutrem dela são reconhecíveis à primeira vista, mesmo quando eruditos e inteligentes, pelo gosto provinciano e falta do senso da proporções. Estamos fadados, pois, a depender da experiência de outras letras, o que pode levar ao desinteresse e até menoscabo das nossas. Este livro procura apresentá-las, nas fases formativas, de modo a combater semelhante erro, o que importa em limitação essencial da experiência literária. Por isso, embora fiel ao espírito crítico, é cheio de carinho e apreço por elas, procurando despertar o desejo de penetrar nas obras como em algo vivo, indispensável para formar nossa sensibilidade e visão de mundo.” (Cândido, 2000: 9).

¹⁵⁹ Brandão dialoga com *Contribuição à história das idéias no Brasil*, publicado por Cruz Costa em 1956.

¹⁶⁰ O paralelo com a impagável “Teoria do Medalhão” elaborada pela imaginação crítica e irônica de Machado de Assis funciona como uma versão literária da constatação do diletantismo praticado entre nós. Recomenda-se consultar as “*Obras completas*” do Bruxo do Cosme Velho, *volume II*, publicada pela Editora Nova Aguilar em 1994.

Não obstante o caráter afetivo, e até dotado de certa condescendência paternal do crítico literário, nota-se um posicionamento analítico sobre os fenômenos “espirituais” nativos que transcende os argumentos internalistas de Cruz Costa em obra contemporânea¹⁶¹ à sua ou os de Faoro nos anos 1980. A validade da produção literária para Cândido aqui é dada por critérios externalistas ou exteriores ao produto literário em si: se apresenta enquanto parte da formação de “*nossa sensibilidade e visão de mundo*” (Ibid: idem). Este argumento, que confere dignidade para a produção literária nacional, não escapou despercebido por Brandão no que tange nosso pensamento político e social e ganha em complexidade. Em verdade, a singularidade da formação político-social torna indispensável a apropriação da produção política e social em sentido amplo dada a “*intratabilidade de nossa experiência*” (Brandão, 2001: 28). Se apresenta uma conexão dupla de interesse teórico portanto: a realidade em sua aparição particular seria pouco refratária à aplicação *ipsis litteris* de teorias forâneas¹⁶², e a produção simbólica local auxilia a explicar ao mesmo tempo em que dialoga com esta realidade (re)moldando-a. A esta formulação o sociólogo inglês Anthony Giddens chamaria em outro momento de “hermenêutica dupla”, que consideramos útil neste ponto, ao descrever a relação de mútua interferência entre o conhecimento elaborado nas Ciências Sociais e a sociedade propriamente:

“O desenvolvimento do conhecimento sociológico é parasítico dos conceitos dos leigos agentes; por outro lado, noções cunhadas nas metalinguagens das ciências sociais retornam rotineiramente ao universo das ações onde foram inicialmente formuladas para descrevê-lo ou explicá-lo. Mas este conhecimento não leva de maneira direta a um mundo social transparente. *O conhecimento sociológico espirala dentro e fora do universo da vida social, reconstituindo tanto este universo como a si mesmo como uma parte integral deste processo.*” (Giddens, 1991: 24, os itálicos são do autor).

Retomando, a inspiração de Brandão guarda inegável débito com a sociologia crítica da literatura de Antonio Cândido (2000), onde o esforço analítico acerca do

¹⁶¹ É digno de nota que *Contribuição à história das idéias no Brasil* de Cruz Costa tenha sido lançada em 1956 e a *Formação da Literatura Brasileira* de Cândido chegou ao mercado literário apenas três anos depois, em 1959.

¹⁶² Questão esta incansavelmente debatida na crítica de Brandão, vide a parte II deste trabalho, à importação do PCB dos esquemas soviéticos para compreender a nossa realidade.

pensamento político e social brasileiro, no caso de nosso autor alagoano, parte do princípio da singularidade da formação da sociedade intrincada com suas formas *espirituais* e, por isso, se apresenta como uma demanda inescapável dado que “(...) *ninguém pensará por nós (...)*” (Brandão, 2001:28). Estaríamos “*condenados a fazê-lo*” (Ibidem) justamente por Brandão reconhecer este princípio de mútua interferência entre idéias, intelectuais e sociedade onde é perceptível o movimento de “dupla hermenêutica” para além do campo profissional das Ciências Sociais, como descreveu Giddens, envolvendo o pensamento político em geral, seja expresso no ensaísmo brasileiro dos anos 1930 (Brandão, 2005; 2007) ou até mesmo nossa produção romanesca e artística¹⁶³.

No desvendar do que chama de “aventura espiritual” (Brandão, Ibid.) do processo de *nation state building*, os intelectuais enquanto grupo social ocupam obviamente papel fundamental. Contudo, interessa a Brandão o momento a partir do século XIX onde os intelectuais em solo nacional apresentam *papel ativo* em sua perspectiva. Nestes termos, a crítica elaborada por Barboza Filho (2010)¹⁶⁴ ao projeto d’as *Linhagens*, onde Brandão desconsideraria o pensamento anterior ao Império, portanto, as influências neotomistas¹⁶⁵, o barroco e o arcabouço que ancorava a reforma pombalina no pensamento português, nos soa imprópria. Primeiramente, a proposta de Barboza Filho flerta perigosamente com o problema da regressão do seu argumento ao infinito, onde o trabalho de história das idéias simplesmente não encontra um recorte histórico suficientemente seguro. Em segundo lugar, o trabalho de Brandão visa discutir

¹⁶³ Não por acaso Machado de Assis, Euclides da Cunha, Chico Buarque e, como indicamos na primeira seção desta parte de nosso trabalho Glauber Rocha e seu Cinema Novo podem ser mobilizados para compreender nossos dilemas institucionais e políticos da mesma forma, não obstante as diferenças, em comparação com pensamento político ou sociológico formal. Todos os citados nesta nota são mencionados na produção de Brandão quando o autor relaciona idéias e sociedade (Brandão 2001; 2005; 2007; 2010a; 2010b).

¹⁶⁴ Fica o agradecimento ao professor Milton Lahuerta por nos indicar o texto de Rubem Barboza Filho, em encontro da Associação Brasileira de Ciência Política realizado em 2016 na cidade de Belo Horizonte.

¹⁶⁵ Neste ponto, se é possível fazer alguma conexão com a proposição de destacarmos o neotomismo, que sem dúvida teve sua recepção brasileira e não foi a única vertente filosófica de origem cristã a vicejar entre nós, Brandão no máximo mencionava sobre o pensamento católico no século XX enquanto passível de maior atenção (Brandão, 2005; 2007). Porém, cabe a questão de pesquisa a ser colocada: até que ponto a proposição das famílias intelectuais propriamente do pensamento político brasileiro, tal como propostas por Brandão, já não contemplariam, no essencial dado que miram no processo de constituição de instituições, políticas públicas e ação coletiva, a recepção de filosofias e outras influências digamos, dotadas de importância “periférica” ante o objetivo maior encaminhado pelo cientista político alagoano? Por fim, Brandão observa (Ibid) que a partir dos anos 1950, o que envolve a sedimentação da USP e do ISEB e dos intelectuais profissionais e seus espaços dotados de um movimento crescente de legitimidade, o pensamento católico perde força e influência política gradativa, o que tornaria a importância do neotomismo enquanto influência ainda menos relevante em termos de explicação do presente.

a produção dos *nation builders* (Brandão, 2010a: 86) brasileiros no conjunto de premissas normativas que vigoram, em sua leitura, até o presente.

Para Brandão os intelectuais brasileiros a partir do século XIX, em diálogo com a produção moderna européia e americana de pensamento político, seriam instituídos de um “mandato” mesmo que imaginário de propor interpretações e soluções para o país, sendo o espaço simbólico nacional, ao ser dissecado, uma via para compreender os processos e projetos coletivos em conflito (Brandão, 2001). Estes, os intelectuais, seriam os “funcionários do universal” (Brandão, 2010a: 87), o que guarda afinidades com a famosa proposição gramsciana deste grupo social atuando como “organizador da cultura” (Gramsci, 1982). Inclusive é fundamental destacar que a perspectiva gramsciana da política em seu sentido amplo, não restrita às meras formas institucionais, é de fundamental importância para Brandão nesta conexão entre idéias, intelectuais, historicidade e sociedade:

“(...) fenômenos e significações políticas, a assertiva gramsciana a respeito dos processos eleitorais, segundo a qual o que se mede é sempre a ‘eficácia e a capacidade de expansão e de persuasão das opiniões de alguns, das minorias ativas, das elites, das vanguardas, etc. Isto é, a sua racionalidade e historicidade ou funcionalidade concreta’. Posto isso, tanto quanto os resultados eleitorais, as ‘mentalidades’, o ‘senso comum’, a ‘cultura política’, etc., são também manifestações finais ‘de um longo processo em que a maior influência pertence exatamente àqueles que dedicam ao Estado e à nação suas melhores forças’.” (Brandão, 2010a: 83).

Contudo, não obstante o termo “funcionários do universal” correr o risco de ser interpretado até metafisicamente, trata-se aqui de articular a dialética entre produção forânea e a interpretação local, o processo de aclimatação e tradução de idéias em um contexto nacional específico dotado de particularidades, o que influencia o próprio processo de recepção, conferindo originalidade local e aplicações não imaginadas¹⁶⁶. De todo modo, é disto que se trata enquanto *background* do projeto d’as *Linhagens*: a maneira pela qual os intelectuais, incluso os não profissionais, lidaram com nossos

¹⁶⁶ O trabalho de Pressler, 2006, sobre a recepção da obra de Walter Benjamin no Brasil é exemplar neste sentido. Apesar de purismos teóricos a síntese ante o processo de recepção e o leitor crítico e criativo pode extrapolar as perspectivas originais de dado autor ou tradição teórica indicando sobreposição e até mesmo a negação das propostas imaginadas pelo autor.

desafios utilizando dos instrumentos que encontraram disponíveis em dado contexto histórico e social.

Ainda, a retomada retrospectiva aos nossos *nation builders* voltada ante os dilemas do presente indica uma premissa ontológica onde o autor afiança que há permanências não superadas em nossa realidade desde o processo de construção do Estado brasileiro a partir do século XIX:

“A hipótese da investigação é que as mudanças que ocorreram, sem dúvida, profundas, não alteraram ou não esgotaram a estrutura básica da realidade sobre a qual os autores abordados refletem, mas operaram metamorfoses e pseudometamorfoses que exigem a um só tempo a construção de novas categorias e a reavaliação crítica dos clássicos do pensamento político moderno.” (Brandão, 2010a: 88).

Retomando a proposta d’as *Linhagens*, inclusive colocando em destaque, dentre outras asserções a premissa propriamente ontológica sobre a realidade, Brandão (2005;2007) assevera que o tratamento dado ao complexo idéias-intelectuais não envolve tratar de maneira a subestimar a produção espiritual enquanto meras idéias foras do lugar¹⁶⁷:

“O intuito, claro, é demarcar a existência, no plano das idéias e das formas de pensar, de continuidades, linhagens, tradições, o que, convenhamos, não é de pouca monta em um país e em uma historiografia que insistem – a seco, com tristeza, ou ironicamente, o efeito é o mesmo – em dizer que a vida intelectual nunca deixou de ser o passatempo de senhores ociosos, que nunca houve conservadorismo entre nós porque entre eles não há pensamento, o liberalismo foi sempre de fachada, o socialismo não passou de amálgama entre positivismo e estupidez etc.” (Brandão, 2005: 254).

¹⁶⁷ Aqui nos propomos a um debate com Schwarz, 2000.

Neste movimento de revalorização das idéias e do trabalho intelectual enquanto parte do exercício heurístico voltado para compreender as relações de poder no Brasil, o autor ressalta que a “vida ideológica” nacional não seria aleatória¹⁶⁸, haveria uma lógica intrínseca a ser descortinada, o que envolve padrões e regularidades. Neste movimento, em que a produção espiritual brasileira é levada a sério em suas conseqüências não sendo mero “passatempo de senhores ociosos”, que entramos no debate sobre as famílias intelectuais, questão propriamente conceitual e metodológica que discutiremos na próxima seção deste trabalho.

3.1 – As famílias intelectuais

No texto *Idéias e argumentos para o estudo da história das idéias políticas no Brasil*, a estrutura de sua aula de titularidade publicada postumamente¹⁶⁹, Brandão delineia o caminho propriamente metodológico que defende para o projeto d’as *Linhagens*. O texto difere em termos de forma em comparação com outros textos teóricos ou programáticos. É relativamente esquemático ante os fins que se propõe: apresentar como operacionalizar a pesquisa no espírito d’as *Linhagens*.

Neste aspecto difere a produção intelectual em *individualidades* significativas e isoladas, autores solo portanto, e *gerações e grupos de intelectuais*, o que envolve o trabalho coletivo e, muitas vezes, algum tipo de ancoragem institucional, o que inclui os partidos e outras formas de mobilização coletiva. Ambas as possibilidades são admitidas. Para além disso, cabe discutir a gênese, limites e possibilidades das proposições, onde, reafirmamos, neste projeto não caberia simplesmente qualificar “idéias fora do lugar”. Ainda, o caminho metodológico envolveria a pergunta: quais razões fazem com que determinadas idéias tornem-se “campeãs de audiência” adquirindo longevidade entre nós? Isto sem desconsiderar, aí retomando o texto seminal d’as *Linhagens*, caberia igualmente contemplar, embora que obviamente nem tudo ao mesmo tempo, o nosso cenário onde há o índice de “*alta mortalidade*” (Brandão, 2005:

¹⁶⁸ “(...) a vida ideológica brasileira não é aleatória, suas principais correntes não nasceram ontem nem são fenômenos conjunturais e, para além das conhecidas transformações no padrão de trabalho científico geradas pela institucionalização das ciências sociais, há insuspeitas continuidades entre as principais matrizes intelectuais formuladas pelos ‘interpretes do Brasil’ e os resultados obtidos pela investigação acadêmica especializada.” (Brandão, 2010a: 90).

¹⁶⁹ Em Coelho, 2010.

251) das idéias, tornar inteligível o seu declínio, a pouca aderência e as determinações sociais para tal. Portanto, campeões, *losers* e *outsiders* contam.

Prosseguindo neste caminho metodológico, que guarda similitudes em sua forma com manuais de pesquisa, as seguintes tarefas são listadas como parte da empreitada:

“a) produzir um balanço bibliográfico de toda a literatura que possa ser incluída na rubrica de pensamento brasileiro e dos principais modelos interpretativos da natureza desse pensamento;

b) fazer um levantamento empírico da origem social, trajetória de vida, carreira política, carreira intelectual, instituições às quais pertencem e idéias que esposam dos principais intelectuais do período;

c) reconhecer as áreas identitárias dos intelectuais – como eles vêem a si mesmos e como são vistos pelos outros. Algumas perguntas podem ser levantadas: são polígrafos ou começam a se diferenciar? São literatos e políticos ou são apenas literatos? São sociólogos e políticos ou apenas políticos?

d) elaborar uma classificação dos intelectuais enquanto tradicionalistas, conservadores, rebeldes, reformistas e revolucionários, termos que, evidentemente, precisam ser rigorosamente definidos para evitar o senso comum.” (Brandão, 2010b: 305)¹⁷⁰

Parte do texto transparece certo tradicionalismo metodológico e não poderia ser diferente. Contudo, em dado momento ao retomar a proposição das *famílias intelectuais* ao discutir o grupo vinculado ao materialismo histórico Brandão assevera:

“(…) pensadores e políticos como Nabuco, romancistas como Machado de Assis e Lima Barreto, historiadores e políticos como Caio Prado Júnior e Néelson Werneck Sodré, economistas como Celso Furtado e sociólogos como Florestan Fernandes, sendo profundamente distintos entre si, podem ser vistos como expressões de uma mesma família intelectual” (Brandão, *Ibid*: 311).

¹⁷⁰ Confessadamente estas indicações de Brandão foram utilizadas, com ou sem ironia, quase em sua totalidade em todo este trabalho de tese. Dentre os usos imprevisíveis de uma proposição intelectual, provavelmente o cientista político alagoano não poderia prever que suas indicações bibliográficas seriam utilizadas contra e a favor de sua própria obra.

Estas associações, em uma primeira mirada improváveis onde em só uma frase comparecem Machado de Assis, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, poderiam causar desconforto cognitivo no leitor se o trecho estivesse descontextualizado. Contudo, seguindo a lógica imanente identificável no trabalho do cientista político alagoano, há inegável coerência. Brandão se propõe, e aqui rememoramos Habermas (1994), a um trabalho de *reconstrução teórica* do estoque de pensamento político social brasileiro, o que inclui, insistimos, produções e obras que incluem e vão além do pensamento político e sociológico formal, se propondo a abarcar o ensaísmo dos anos 30 do século passado e outras referências que julgue conveniente aos seus propósitos que envolvem, dentre outros, identificar uma *continuidade*¹⁷¹ em nossa “aventura espiritual” no processo de formação de uma nação periférica. Para isto a proposição das *famílias intelectuais* é a solução teórica encontrada pelo autor que permitirá associações não identificáveis para leitores mais dogmáticos e talvez, tampouco para os próprios autores e teorias que Brandão colocou sob sua lente de aumento. Para tal desiderato o conceito de *afinidades eletivas*, onde nos apoiaremos no trabalho genealógico minucioso de Löwy (2011), funciona como elemento fundamental, uma verdadeira “cola” conceitual, que irá conferir solidez ao projeto e neste sentido iremos nos concentrar, antes de apresentarmos uma síntese das *famílias intelectuais* de Brandão, no conceito operacional da sociologia compreensiva dado que o nosso autor se dedicou pouco a este ponto fundamental em sua produção¹⁷².

3.1.1 – Observações sobre as afinidades eletivas e as famílias intelectuais

Goethe (2008) em seu romance *As afinidades eletivas*, originalmente publicado em 1809, discorre sobre as ambigüidades psicológicas da natureza humana e da construção de seus desejos em um cenário idílico, onde os dilemas entre liberdade, normas e ética apresentam a riqueza do admirável mundo novo burguês em seu momento nascente. Para além deste conteúdo humanístico inegável, que certamente não

¹⁷¹ Para Brandão, tal como Wanderley Guilherme dos Santos (2002), é uma impropriedade a prática de se “começar do zero” na academia brasileira: “(...) a fragmentária história brasileira levou a que os pensadores comessem várias vezes do zero, freqüentemente ignorando os que antes deles chegaram a diagnósticos parecidos e soluções similares, descobrissem por conta própria uma série de formulações antecedentes, tivessem precária consciência daqueles que, no passado, adotaram perspectivas “metodológicas” confluentes.” (Brandão: 2005: 256).

¹⁷² O conceito *afinidades eletivas* no texto original das *Linhagens* tem apenas duas aparições, vide Brandão, 2005; 2007.

será objeto de análise neste trabalho, cabe discutirmos particularmente a proposta das afinidades eletivas que suscitam associações e conseqüências para a imaginação na teoria social.

Löwy (2011) descreve que o conceito de afinidades eletivas é ainda anterior à proposta goetheana. Na busca pela genealogia do conceito, as primeiras aparições do termo são atreladas à prática da alquimia do século XVIII e implicariam a busca, o encontro e a união de componentes substancialmente diferentes. Longe da aproximação harmônica entre duas substâncias similares, pautada pela afinidade natural entre as mesmas, a afinidade eletiva detém um caráter exótico, não natural. Löwy argumenta que provavelmente Goethe teve acesso a esta literatura alquímica para então construir sua concepção de relação afetiva na sociedade burguesa nascente, onde os vínculos e a instrumentalidade tradicional, sempre extra individuais e decisivos na seleção dos parceiros amorosos, seria substituída pela livre escolha individualista do par sentimental não mais pautada somente por uma noção abstrata ou concreta de “afinidades naturais”¹⁷³. A afirmação de Goethe de que seres e elementos “(...) *se atraem, se juntam, se destroem, se devoram, se consomem, ressurgindo depois da união mais íntima numa forma revigorada, nova e inesperada*” (Goethe, 2008: 47) é ilustrativa da dinâmica e do resultado destas junções improváveis.

Embora a proposta de afinidade eletiva seja anterior ao romance de Goethe, Löwy avalia que é com o autor que “(...) *o termo ganha o direito de citação na cultura alemã, como a designação de um tipo de ligação particular entre almas*” (Löwy, 2011: 131). Com Max Weber, 2004, se apresenta o terceiro uso do termo, para além da alquimia e do romance literário, e é este o ponto que iremos ressaltar. O uso na teoria social do termo *afinidades eletivas*.

Seguindo a genealogia proposta por Löwy, é na *Ética protestante* de Weber (2004), que iremos encontrar o esforço de detectar afinidades eletivas entre dois fenômenos sociais que seriam, em um primeiro momento, improváveis e desconcertantes: a relação entre a religião (o protestantismo) e a vida material. A utilização do termo aparece em dois momentos na obra citada de Weber: em uma

¹⁷³ Refiro-me aos enlaces de casamento pautados pela obrigatoriedade de compartilhamento de uma mesma posição de classe, casta, religião, de disposição de propriedades, etc.. Luc Ferry (2012) analisa que o movimento desconstrutor e revolucionário da proposição da liberdade de autodeterminação, tanto na esfera estrutural quanto na construção de uma nova economia emocional, apresenta o núcleo de muitas das modificações da vida privada em um movimento incessante desde então.

primeira ocasião, onde a intenção de análise dirige-se para a construção de “ (...) *‘afinidades eletivas’ entre certas formas da fé religiosa e certas formas da ética profissional*” (Weber, *Op. Cit.* p.83). O segundo momento decorre da relação entre a doutrina calvinista e a atividade empresarial burguesa: “*O calvinismo, em comparação, parece ter mais afinidade eletiva com o rígido senso jurídico e ativo do empresário capitalista-burguês*” (Idem: 126).

Deste ponto original se apresentam derivações posteriores do uso do termo afinidades eletivas. Löwy (*Op. Cit.*) argumenta que a proposição, onde se constrói intelectualmente a junção de elementos e/ou fenômenos aparentemente dispares, se torna influente na sociologia alemã praticada ainda na República de Weimar¹⁷⁴. Dentre os que tornam-se influenciados por este primeiro esforço de Weber de transpor um conceito romanesco para a sociologia, é a proposição de Karl Mannheim em sua Sociologia do Conhecimento que nos apresenta uma das variações que mais nos interessa na construção de nosso argumento: “*Na confluência (zusammenfliessen) de duas orientações de pensamento, a tarefa da Sociologia do Conhecimento é localizar os momentos nas duas correntes que, antes mesmo da síntese, revelem uma afinidade interna (innere Verwandtschaft) e, assim, tornem possível a unificação*” (Mannheim *apud* Löwy, 2011: 132, Os parênteses são de Löwy). Desta chave interpretativa, onde torna-se possível a elaboração de uma nova proposição teórica enquanto derivação da articulação intelectual possível pela identificação eletiva de afinidades internas, retomamos o debate das famílias intelectuais propostas por Brandão.

As articulações aparentemente improváveis em um primeiro momento entre os autores e personagens brasileiros listados pelo cientista político alagoano necessitam do conceito de *afinidades eletivas*, algo reconhecido pelo autor (Brandão, 2005;2007). As *famílias intelectuais* são constructos intelectuais elaborados *ex post facto* onde a detecção de continuidade de pensamento a partir no mínimo do século XIX torna-se possível. Por se tratar também de um critério de classificação e organização de nosso estoque de pensamento, já advertia o pensamento antropológico clássico (Durkheim & Mauss, 1981), as arbitrariedades são constitutivas¹⁷⁵. Brandão (2010b) reconhece que há

¹⁷⁴ Período da história alemã compreendido entre 1919 e 1933.

¹⁷⁵ Durkheim e Mauss (1981) observam que as formas de classificação, embora muitas vezes amparadas por uma narrativa racionalizante que venha a lhes conferir, em última instância, legitimidade e eficácia simbólica, são sempre arbitrárias. Classifica-se de maneira A, seguindo determinados critérios, mas, poderia ser de maneira B segundo outros critérios possíveis.

uma tensão¹⁷⁶ existente entre as opções existenciais e a inserção de determinado(a) autor(a) no rol das famílias que propõe. Relembrando mais uma vez Habermas (1994), o trabalho de Brandão é de *reconstrução intelectual*: ou seja, os(as) intelectuais analisados não vivem, existencialmente, as conexões que a análise sugere (Brandão, 2005;2007). Quem as faz, em termos de continuidade da trajetória de um determinado conjunto forte de idéias é o analista vislumbrando *as afinidades eletivas* só passíveis de serem identificadas mediante o núcleo normativo e programático que diferencia as famílias entre si: “(...) é uma relação que tem de ser reconstruída, ela existe para o observador que a analisa, mas não é direta e imediata para o sujeito que a vive. O que quer dizer que a experiência social brasileira não a estabeleceu em sua plenitude: só reconstruída elas podem ser reconhecidas.” (Brandão, 2010b: 307).

Portanto, as *famílias intelectuais* são recurso heurístico, elaborado pelo autor, onde os discursos e proposições são classificados ante elementos programáticos, valorativos, normativos e simbólicos reconstruídos *ex post facto* mediante trabalho de análise onde é feita a mediação teórica entre passado e presente enfocando suas conseqüências sobre o macro-fenômeno do poder. Portanto, o trabalho de *escavação genealógica* (Brandão, 2005;2007; 2010a:91) se impõe em virtude da busca por identificar uma origem dessas famílias, a origem de uma linhagem intelectual onde no caso do *establishment* é funcional: os grupos de poder, justamente para a manutenção da hegemonia, precisam de alguma continuidade “espiritual”, “sutil” das idéias para justificar a permanência no poder, conseqüentemente a continuidade neste caso obedece a princípios de dominação (Brandão, 2010a). Arriscamos dizer que esta continuidade é igualmente funcional também para o processo de legitimação dos grupos que almejam o poder, a despeito da conjectura anterior ter sido vinculada ao espectro conservador das famílias organizadas por Brandão.

Visando tornar o projeto *operacional*, Brandão então nos apresenta suas famílias propriamente, sínteses teóricas pautadas por afinidades eletivas, onde identifica “patriarcas”, indivíduos ou entidades, e seus descendentes. Contudo, não há precisão sobre quantas famílias propriamente seriam constitutivas no projeto d’as *Linhagens*, variando entre três e quatro grandes famílias, algo compreensível dado que o processo

¹⁷⁶ Não sem bom humor, Brandão reconhece “ *Nem todos os ‘pensadores político-sociais’ se enquadram nesta ou naquela linhagem, em vários convivem almas contrapostas e nem sempre a proclamada é a real; e, como ocorre em toda família, por vezes os mais próximos são os mais distantes, e ninguém pode impedir que um Montecchio se apaixone por uma Capuleto.*” (2005: 241).

de elaboração teórico-conceitual foi interrompido por razões auto-evidentes. Cepêda (2008) e Rodrigues (2009) identificam quatro famílias: idealistas orgânicos, idealistas constitucionais, radicais de classe média e marxistas comunistas. Sem dúvida estas se apresentam no trabalho de Brandão (2005; 2007; 2010a; 2010b) e as duas últimas, radicais de classe média e marxistas comunistas, muitas vezes se apresentam realmente como famílias intelectuais distintas em sua obra. Contudo, o leitor poderá observar em uma leitura parcimoniosa acerca dos radicais de classe média e os marxistas comunistas que em diversas ocasiões esses são unidos no trabalho do próprio autor, por vezes sob a alcunha de “materialistas históricos” ou “anti-oligárquicos”, “rebeldes” e “anti-aristocráticos”. Visando apresentar uma síntese redutora de complexidade para fins de pesquisa, iremos optar por simplesmente classificá-los, sem prejuízo ao trabalho do autor, de “família anti-aristocrática” dado que a grande diferença entre “comunistas” e “radicais de classe média” seria o filtro fornecido originalmente pelo Partidão. Assim sendo, finalizamos nossa opção, em três famílias e iremos discuti-las nas próximas seções.

Contudo, cabe uma advertência antes de darmos por encerrada esta seção. O trabalho conceitual propriamente sobre as famílias, onde estas são objeto de atenção, aparece majoritariamente em quatro momentos na produção bibliográfica do autor: 1) no célebre texto de apresentação das *Linhagens* (Brandão: 2005;2007); 2) na análise sobre o “programa conservador” capítulo do livro das *Linhagens* (Brandão, 2007); 3) no memorial de processo de titularidade para a cadeira de Ciência Política na Universidade de São Paulo (Brandão, 2010a); 4) No texto que estruturaria sua aula de titularidade (Brandão, 2010d). Portanto, estes serão os textos onde iremos concentrar nossa interlocução com o autor para apresentarmos um esboço das famílias intelectuais. A única exceção se dará quando abordarmos a “família anti-aristocrática” onde revisitaremos alguns posicionamentos do autor em seu trabalho de doutoramento sobre o PCB, dado que há ali apontamentos que podem ser úteis no processo de caracterização desta família intelectual.

3.1.2 – Idealistas orgânicos

Brandão em sua proposta de famílias intelectuais recorre ao uso tipologias, tal como em outro momento fez Santos (2002). A inegável influência de Oliveira Vianna¹⁷⁷ se faz presente de onde o autor elabora a tipificação de “idealistas constitucionais”¹⁷⁸, sendo a analogia identificável em Santos (Ibid.) nos seus “liberais doutrinários”. Utilizando ainda Vianna enquanto fonte de inspiração Santos (Ibidem) propõe os “autoritários instrumentais” e Brandão (2005;2007;2010a; 2010b) os “idealistas orgânicos” ainda no flanco conservador do espectro político.

Brandão realiza uma apreensão crítica da produção de Oliveira Vianna com o fito de construir as famílias intelectuais oligárquicas, a quem a família anti-aristocrática irá se opor, da produção intelectual do Brasil e assim trazer a tona elementos heurísticos que tornam esta mesma produção passível de uma nova sistematização e reinterpretação. Cabe notar que idealistas orgânicos e idealistas constitucionais, faces de uma mesma moeda, seriam as famílias hegemônicas dotadas de influência majoritária.

Nos concentrando na corrente de pensamento dos idealistas orgânicos, que tem em Oliveira Vianna a sua imagem prototípica e este se apresenta para nosso autor enquanto “patriarca” da família, Brandão (2005;2007) destaca que para este grupo em seu programa não é possível construir uma política liberal em uma sociedade não liberal. Sintetizando os idealistas orgânicos Brandão apresenta as seguintes questões pautadas pela tensão entre autoridade e liberdade:

“A predominância da autoridade sobre a liberdade resultaria também, e principalmente, da inorgacidade e atomização da sociedade: sem um Estado forte, tecnicamente qualificado, imune à partidocracia e à política dos políticos, capaz de subordinar o interesse privado ao social, controlar os efeitos disruptivos do individualismo possessivo, do mercado, etc., ambas não sobrevivem. Além disso, em um território cuja geografia conspira contra a política, a nação só tem chance sobre os escombros da federação. Liberdade civil, unidade territorial e nacional garantida pela centralização político-administrativa, e Estado autocrático e pedagogo, eis o programa conservador.” (Brandão, 2005: 247)

Na perspectiva dos idealistas orgânicos o Estado seria, antes de ser um inimigo, um garantidor da liberdade *possível* em nossa realidade periférica. Nesta direção, um

¹⁷⁷ A obra de Vianna que irá influenciar Brandão é o *O Idealismo da Constituição* lançado por Vianna em 1927.

¹⁷⁸ Vianna (1927) apresenta os termos “idealistas republicanos”.

Estado autocrático se apresenta enquanto solução e necessidade exercendo um papel negativo, tutor de uma sociedade inarticulada onde boas leis não fazem boa sociedade, crítica esta de Oliveira Vianna aos liberais brasileiros que será retomada adiante. Ainda, o Estado se apresenta enquanto instrumento capaz de combater ou controlar o “inimigo interno” na narrativa dos idealistas orgânicos, sendo o inimigo interno atualizado historicamente em diversos momentos e igualmente todo aquele que não participa do conceito de Nação em seu sentido tradicional.

Brandão, 2007, observa que no projeto de poder de Vianna, que depois obterá continuidade em seus descendentes, a noção de povo é orientada por um ângulo de cima para baixo: o Estado autocrático se faz necessário para proteger a população dela mesma antes de tudo a partir de uma interpretação que se arroga indutiva e empírica pautada tanto por uma dualidade intrínseca da sociedade, a elite culta e o povo-massa (aristocracia ariana X plebe bárbara), quanto por uma narrativa a-histórica. A proposição elitista envolve a construção de um programa que abrange compreender, estudar, conhecer a sociedade em um projeto de reconstrução do povo a partir do Estado retomando o projeto dos “reacionários audazes”¹⁷⁹ do Império. Vianna, neste sentido, mantém uma postura nostálgica na perspectiva de nosso autor. Particularmente os liberais ou os republicanos idealistas (Vianna, 1927), desconectados de sua sociedade, abandonam as “boas práticas” dos “velhos capitães gerais” que conheciam muito bem a gente para a qual trabalhavam (Brandão, 2007: 73). Cabe notar que para o cientista político alagoano, Vianna não construiu uma teoria do Estado e sim uma “concepção de Estado” para o Brasil, algo que deteria força simbólica em nosso senso comum.

Encaminhando para o fim desta seção o ponto de crítica de Vianna sobre os liberais, onde, conforme foi dito, boas leis não produzem sociedade, e sendo que parte de seu projeto justamente faz sentido em um contexto de conflito e oposição aos “republicanos idealistas”, está na recusa do transplante de instituições e soluções forâneas para a realidade brasileira:

“Critizando os liberais por sua cegueira pela tentação de transplantar as instituições de outros países, Oliveira Vianna sugere que nessa sociedade de oligarquias ‘brincas’ – um termo que só usaria mais tarde – a democracia política constituía a grande ilusão. Seu aparato institucional pesado, lento,

¹⁷⁹ Termo utilizado por Brandão.

ineficiente e corrupto, sua subserviência aos mecanismos eletivos e aos partidos que não passavam de agrupamentos irmanados contra o bem público, apenas entregariam o Estado de pés e mãos atados aos interesses particularistas e às curriolas e sumidades de aldeia.” (Brandão, 2007: 101)

Desta linhagem, anti-liberal, Brandão aproxima, utilizando das *afinidades eletivas* Pedro I, Visconde do Uruguay, o próprio Oliveira Vianna, Guerreiro Ramos e Wanderley Guilherme dos Santos (Brandão, 2010b) que apostariam, cada qual com suas especificidades, na “(...) *ação racional de um novo Estado centralizado*” (Brandão, Ibid: 101). Para além disso há a controvérsia, dado que não vemos essa questão particularmente no projeto de Wanderley Guilherme dos Santos, sobretudo em seus trabalhos em nossa conjuntura, onde a “*autonomia da justiça*” (Idem) se apresentaria enquanto solução.

3.1.3 – Idealistas constitucionais

Esta família intelectual proposta por Brandão, que indica enquanto pedra inaugural Tavares Bastos com seu *A província*¹⁸⁰, e nomeia enquanto descendentes Ruy Barbosa, Raymundo Faoro, Simon Schwartzman e os neoliberais da década de 1990, realiza uma inversão valorativa no que tange o Estado e seu significado. Se para idealistas orgânicos o Estado pedagogo, tutor e dirigista se apresentaria enquanto solução, para a variante de idealistas constitucionais o Estado surge enquanto inimigo a ser abatido e, se não for para tanto, ao menos deve ser controlado dado que se apresenta enquanto fonte dos males do presente, aqui parafraseando obra do próprio Tavares Bastos¹⁸¹.

Dando continuidade, particularmente o modelo da “Nova Inglaterra” é utilizado por Tavares Bastos em seu liberalismo para imaginar, contrafactualmente, o Brasil¹⁸².

¹⁸⁰ Consultamos para este trabalho a edição publicada em 1870 por B. L. Garnier Editor.

¹⁸¹ Refiro-me ao texto “Os males do presente e as esperanças do futuro: estudos brasileiros” derivado de panfleto publicado originalmente em 1861.

¹⁸² Maria Rita Kehl, 2018, propõe, em articulação criativa entre teoria social, produção romanesca e psicanálise, o termo “bovarismo” onde se apresenta, de forma insistente, essa vocação brasileira para se imaginar ser “um outro”, que pode ser Inglaterra, França ou EUA em nossa trajetória nacional, sem realizar as mudanças estruturais que permitiram a estas nações serem singularidades próprias e pertencentes aos centro do sistema do capitalismo mundial. Em última instância o bovarismo, mais do que ideologia, seria delírio na síntese da autora.

Aqui a prerrogativa é aliada a um judiciário forte. Cabe discutir é a forma de governo, a suposta questão determinante. A separação de sociedade civil e Estado é o programa dada a percepção de um Estado sufocante e uma sociedade manietada. Nos liberais cabe o mito de fundação com sua narrativa atávica e a transposição *ipsis litteris* do Estado ibérico para terras brasileiras moldando a morfologia da sociedade¹⁸³ (Brandão, 2005: 248).

Entre os idealistas constitucionalistas há um problema identificado nas “formas institucionais”, daí a aposta em reformas no arcabouço jurídico de onde a incipiente e frágil sociedade teria problemas decorrentes. Esta crítica Brandão (2005;2007) toma de empréstimo de Oliveira Vianna que denuncia a crença de que boas leis produzem boa sociedade, fé derivada de uma interpretação da realidade onde as instituições são excessivamente “idealizadas”, decorrendo em inegável sobrecarga e expectativas quanto ao alcance de reformas deste teor. Inclusive sem reformas políticas, para os liberais, reformas econômicas e sociais não redundariam em grande coisa. Retomando texto anterior, Brandão, 2001, detecta este mesmo tipo de elemento programático ao criticar o (neo)institucionalismo da Ciência Política contemporânea: este, embora historicamente recente, não deixaria de ser de alguma maneira herdeiro de uma linha de pensamento do Império¹⁸⁴ que apregoava a necessidade de termos “boas instituições” para termos “boa sociedade” (Ibid: 33). Cria-se, assim, uma leitura por vezes acrítica, que se contenta com mudanças moleculares e elogia o que chama de “transformismo”.

Na mesma toada, retomando a proposta descentralizadora de Bastos (1870), proposições de reformas federalistas enquanto solução de ocasião reencarnam “ciclicamente” como pontua, não sem ironia: “(...) *a bandeira federalista parece condenada a reencarnar ciclicamente, vale dizer, em toda conjuntura crítica que coloque em tela o contrato social, a reformulação do arranjo de poder do país. Talvez por isso mesmo, sua influência, ainda que débil, não tenha se limitado ao campo liberal estrito senso (...)*” (Brandão, 2005: 250).

Por fim, cabe a síntese do projeto identificado por Brandão no que tange a família dos idealistas constitucionais:

¹⁸³ Souza, 2000, já apontou há muito o surrealismo, em termos sociológicos, de proposições que apostam neste argumento da transposição de sociedades em sua crítica a Raymundo Faoro e Roberto Damatta.

¹⁸⁴ Possivelmente Brandão alude ao próprio Tavares Bastos neste texto de 2001.

“Coerente com os seus pressupostos, o liberalismo brasileiro – monarquista ou republicano – toma a questão da representação como decisiva, propõe o federalismo (eventualmente) e o parlamentarismo, reconhece a necessidade de um Executivo forte, defende a independência e o papel de árbitro constitucional do Judiciário, em cuja aristocracia deposita boa parte de suas esperanças de preservação da liberdade, e pensa a ação e a organização da vida política como um espaço cujo centro é o Parlamento, que deveria funcionar como uma espécie de tribunal, no qual a verdade ou o melhor resultado emerge por meio da exposição dos argumentos e réplicas, do choque agônico e não antagônico de interesses, e das prudentes composições entre as partes, todas supostamente livres e autônomas em relação ao mundo exterior, e movidas essencialmente pela preocupação em promover o bem público.” (Brandão, 2005: 249)

3.1.4 – A família anti-aristocrática

O que sintetizamos enquanto “família anti-aristocrática” vinculada ao projeto das *Linhagens*, onde inclusive localizamos o nosso autor, talvez seja a proposta mais rarefeita e por vezes confusa de família intelectual. Dividida entre radicais de classe média, localização apontada por Mello e Souza (1974) em entrevista, e marxistas comunistas, onde a referência seriam os próprios trabalhos do cientista político alagoano sobre o Partido Comunista, não há identificação até mesmo de “paternidade” ou de quem seria o patriarca desta família. No máximo se subentende algo entre a academia e o Partidão, duas entidades.

Diante desta dificuldade nos socorremos no trabalho de memória de João Quartim de Moraes sobre a entrada do marxismo no Brasil. Moraes (2018), nota que há uma particularidade da relação entre materialismo histórico e nosso país se nos situarmos diante da América Latina. O marxismo aqui inicia seu processo de aclimatação no século XX, em contraste com a Argentina que se antecipa a este processo ainda no século XIX por exemplo. Em verdade, mirando o Brasil, Moraes observa que o comunismo se apresenta antes do marxismo em sentido sistemático propriamente, sendo estudado em profundidade somente três décadas depois da

fundação do Partido, onde Caio Prado Júnior e Werneck Sodré seriam os primeiros comunistas notoriamente conhecidos a realizar o trabalho de leitura detida e sistemática do *Capital* (Moraes, *Ibid.*). Ainda, na mesma década de 1950, ocorrem os pioneiros seminários d'O *Capital*, porém a ambiência é outra, já promovida por “*juvens flamantes*” acadêmicos (*Ibidem*), professores e estudantes, com o fito de trazerem a obra de Marx para discutir a realidade brasileira e elaborar teses e trabalhos monográficos (Schwarz, 1995;2018). Até o momento há pistas, sem teste comprovado de DNA sobre o patriarca da família anti-aristocrática, onde um dos termos utilizados por Brandão¹⁸⁵ no texto que estruturaria sua aula de titularidade, o que chamou de grupo dos “materialistas históricos” soa enquanto uma impropriedade, quem diria, histórica. Nem Quartim de Moraes ou Roberto Schwarz, e tampouco o próprio Brandão, assinalam a existência de estudos de fôlego e originais da obra de Marx antes dos anos 1950.

Retomar a entrevista de Antônio Cândido da década de 1970, sendo esta influência e referência confessa de nosso autor, junto a outras referências, se apresenta como uma possível solução para o “batismo” da família enquanto anti-aristocrática. Cândido situa o grupo dotado de uma postura radical, todos de classe média, na Escola de Filosofia da Universidade de São Paulo. A citação literal é fundamental para os argumentos que iremos apresentar daqui por diante:

“Naqueles decênios de 30 e 40, formou-se aqui, além do pensamento de esquerda, que atingiu setores mais restritos, um pensamento radical de classe média, que envolveu mesmo a maior parte dos socialistas e comunistas e a meu ver representou um enorme progresso. De fato, foi a primeira vez que surgiu de modo ponderável uma visão não-aristocrática do Brasil; a última visão aristocrática de peso foi a de Gilberto Freyre, apesar dos elementos que trouxe para a sua superação. Nesse período, nós vimos a expansão dos estudos sociais sobre o negro e em geral sobre as populações pobres; vimos minguar o ufanismo e a ideologia patrioteira dos livros de leitura. Isso favoreceu a formação de um pensamento radical, no qual me desenvolvi na mocidade.” (Mello e Souza, 1974: 05)¹⁸⁶

¹⁸⁵ Brandão, 2010b.

¹⁸⁶ Cabe notar que Brandão, 2005, p. 240, veria nas décadas de 40 e 50 o surgimento deste grupo, embora também se tenha se utilizado da mesma entrevista de Cândido

Embora criticada por parte da esquerda, sustenta Cândido, o objetivo desta matriz era fomentar o pensamento radical e não fazer propriamente a revolução. Para Cândido essa era a maior contribuição em um cenário onde as faculdades ora oscilavam entre um pensamento liberal, ora conservador/tradicionista. Essa tonalidade mais progressista fez da USP até mesmo um celeiro de liberais “radicalizados”, menos afeitos a cantilenas autoritárias em 1964. Cândido demarca que a Faculdade de Filosofia foi das poucas instituições a não assinarem qualquer documento coletivo apoiando o movimento de 1964. Ou seja, a tônica seria progressista mas, não necessariamente marxista. Adiante ele afirma que “pensamento radical” é utilizado em um sentido generalista, sem especificar as matizes.

Retomando Brandão, o pensamento rebelde do século XX, concordando com Cândido, implicaria uma outra postura, um outro posicionamento social, discrepante do tradicionalismo do idealismo orgânico ou do idealismo constitucional. Indica, em sua configuração, uma ruptura. O grupo social em tela praticaria o que denominou de “advocacia gratuita” das classes e grupos marginalizados (Brandão, 2001) agrupando, como apontou Cândido nos argumentos que selecionamos acima, o eclético grupo que envolvia socialistas, comunistas e “liberais radicalizados”. Portanto, a perspectiva, o olhar seria, antes de tudo, *não-aristocrático* como explicita Cândido. Nestes termos as interpretações se encontram e se complementam.

O texto seminal d’as *Linhagens* (Brandão, 2005;2007), corrobora com a questão de que durante o processo de industrialização brasileira “concepções antiaristocráticas” (2005:236) se desenvolvem, desembocando nos “radicais de classe média” e no “marxismo de matriz comunista”. Em outro momento de sua produção, 2010b, Brandão é ainda mais explícito ao vincular o processo de institucionalização da academia brasileira, o marxismo e os comunistas como ponto de contato. Neste sentido, não obstante as diferenças individuais que há entre os intelectuais, acadêmicos ou não, encontráveis também nos idealistas orgânicos e nos idealistas constitucionais, sustentamos a síntese meramente de “família anti-aristocrática” onde o posicionamento interpretativo de ruptura, seja nos radicais de classe média ou no marxismo de matriz comunista, se expressa ao vocalizar demandas que até então, nas vertentes aristocráticas, não se apresentavam.

De todo modo, a corrente anti-aristocrática, devidamente instrumentalizada posteriormente pelo marxismo produziu uma constelação disruptiva em seu

desenvolvimento no processo não linear de formação do estoque do pensamento político brasileiro:

“(...) nenhuma outra corrente conseguiu criar uma ‘cultura’ em sentido sartriano, isto é, uma constelação intelectual que se torna capaz de ‘destilar uma série de problemas, hipóteses, formas de abordagens, controvérsias, resultados ou fracassos analíticos que vão constituir um fundo comum ao qual a comunidade científica é obrigada a se referir no enfrentamento das questões postas pelas circunstâncias históricas” (Brandão, 2010d: 309).

Tendo por agentes concretos os radicais de classe média independentes na Universidade ou os membros do PC¹⁸⁷, que por sinal se posicionaram em situação de disputa, o marxismo enquanto visão-de-mundo e instrumento analítico forneceu bases importantes: inclusive pela vocação prospectiva e cosmopolita deste mesmo marxismo, os partícipes das outras famílias se viram gradativamente obrigados a responderem¹⁸⁸ (ou tentarem responder) no mesmo nível desde então.

Para finalizar, da classe média radicalizada e anti-aristocrática caberia não assumir uma postura revolucionária e sim construir um pensamento radical. Aqui se desenvolve um pensamento radical que não dicotomiza democracia e desenvolvimento, além de manter uma posição “socializante” (Brandão, 2005;2007). Brandão, vê afinidades entre esta matriz e sua “esquerda positiva” do PCB. Contudo, esta posição é empiricamente complexa, mesmo se utilizarmos a interpretação de Cândido presente nesta seção. Afinal, é empiricamente possível encontrar radicais de classe média dotados de ímpeto revolucionário e comunistas, como já dissemos, dispostos a trilhar o longo caminho das instituições. Portanto, dentre os agentes que constituem o grupo social da família anti-aristocrática a questão *reforma, revolução e democracia* talvez jamais tenha sido solucionada, o que indica dificuldades de homogeneização no campo programático, algo menos assinalado por Brandão nas outras duas linhagens anteriores e

¹⁸⁷ Brandão, vide a Parte II deste trabalho, reiterou em diversos momentos o empenho de divulgação e formação de quadros do PC, não desconsiderando suas debilidades, na publicização do marxismo enquanto partícipe do processo de adensamento das análises políticas entre nós.

¹⁸⁸ É evidente que este processo de sofisticação não se dá somente pela intrusão marxista proporcionado pelo grupo social formado pela família anti-aristocrática. Afinal, o projeto das *Linhagens* em sua totalidade envolve considerar também as condições da produção intelectual no Brasil que passam por modificações substantivas desde o século XIX. Conforme o próprio Brandão coloca há de se notar: “(...) mudança nas condições de produção da vida intelectual, formação de um público leitor, financiamento da atividade intelectual, estabelecimento de um mercado de idéias, sedimentação de uma tradição (...)” (Brandão, 2010d: 304).

hegemônicas. Mas, ao mesmo tempo, identificamos uma confluência hermenêutica, interpretativa sobre a realidade social, dotada de ímpeto anti-aristocrático.

Considerações finais

No decorrer de todo este trabalho procuramos apresentar um determinado estilo de pesquisa da Ciência Política contemporânea brasileira que intitulamos provocativamente de “Ciência Política Crítica” em contraposição a um estilo mais tradicional praticado na área entre nós. Decerto a área, concordando com Amorim Neto e Santos, 2015, e Lynch, 2016, acomoda essa pluralidade fática e não poderia ser diferente. Afinal, a despeito da polêmica que idealiza estilos “teóricos ou empíricos” do final dos anos 1990 e início dos 2000, a Ciência Política nesta parte dos trópicos apresentou suas “duas almas”, se traduzindo em uma diversidade de abordagens e objetos, aplicações criativas de métodos e caminhos originais de recepção das teorias forâneas¹⁸⁹.

Na seara da “Ciência Política Crítica”, optamos pela produção do filósofo, jornalista e cientista político Gildo Marçal Brandão¹⁹⁰ que pavimentou uma trajetória profissional e analítica em tudo singular. Seguramente Marco Aurélio Nogueira tinha razão ao lembrar seu velho companheiro de PCB como “*avesso a especializações unilaterais*” (2009:25). Porém, Brandão seguiu além de meramente se recusar em acatar o imperativo das especializações que impera na academia brasileira. Ele optou por uma rebeldia estilística, detectável em sua prosa inconfundível, erudita e por vezes coloquial ao mesmo tempo, se defrontou com diretrizes dotadas da pretensão de hegemonia da área de Ciência Política utilizando críticas, ironias e acusações polêmicas, tornando-se um dos personagens da linha de frente da negação do que chamamos de uma “Ciência Política por subtração”¹⁹¹ em diferentes aspectos. Vamos a eles.

Primeiramente em termos teóricos Brandão foi assumidamente um cientista político na periferia do capitalismo e adotou a inserção subalterna do Estado-Nação no sistema internacional como problema, oportunidade e lugar privilegiado de reflexão. Inspirado por Cândido, 2000, colocou em evidência a produção espiritual acerca do

¹⁸⁹ Sobre a diversidade da nossa Ciência Política, certamente a coletânea organizada por Avritzer et. all (2016) é mais uma prova incontestável.

¹⁹⁰ Destacamos que obviamente Brandão não seria o único praticante dessa vertente que chamamos de Ciência Política Crítica. Porém, para não praticarmos uma injustiça ao omitirmos de forma não intencional outros nomes desta vertente no Brasil, não iremos arriscar uma listagem de cientistas políticos que poderiam ser agregados a este grupo. Que seja em discussões vindouras.

¹⁹¹ Discutimos a Ciência Política por subtração na parte I deste trabalho.

fenômeno do poder, não escondendo suas contradições e fragilidades. Contudo, a despeito da relação nem sempre pacífica do processo de *nation state building*, entre intelectuais, idéias e instituições, caberia justamente descortinar essa constelação como parte constitutiva de nosso processo de auto-compreensão. Desta tensão, evidente no PCB ou esboçada no projeto d'as *Linhagens*, uma relação politicamente interessada entre formulações, narrativas e aspirações se estabelece entre nós desde o século XIX. Nos discursos, nos processos de legitimação, caberia a investigação como parte do trabalho de decifrar nossas opções, o que inclui trazer a tona vencedores e vencidos, sem ocultar as idéias mortas, estas abatidas por combate ou por mera inanição.

Brandão compreendia que este projeto seria o mais adequado ante o enfrentamento das questões estruturais que desafiam tanto a democracia quanto o desenvolvimento, elementos estes que devem ser conjugados por serem complementares diante das singularidades da realidade periférica, o que faz da relação entre História das idéias e o fenômeno político uma proposta não desencarnada e socialmente interessada. A História do pensamento político, sendo o próprio pensamento político uma das *linkages* para compreender a ação política concreta e as instituições nacionais, é apresentada como recurso interpretativo para o caso particular brasileiro, o que não implica que o mesmo caminho teórico/metodológico não poderia ser utilizado para outras realidades nacionais periféricas. A América Latina como um todo especialmente sendo um *global trader* (Brandão, 2003) poderia igualmente mobilizar este recurso heurístico como forma de obter vantagens comparativas provenientes do exercício de auto-compreensão. Não por acaso, conforme explicitamos nas partes I e III, Brandão defendia (Ibid; 2006) a cooperação transnacional entre universidades desta região do mundo como caminho para compartilhamento de conhecimentos que tornassem possível identificar similitudes e diferenças de processos de formação onde, assim podemos depreender, o projeto das *Linhagens* pode ser interpretado como um estudo de caso ante um esboço ambicioso.

Em termos estritamente teóricos e epistemológicos, não por acaso o termo “*freestyle marxism*”, utilizado por Holleran (2017) para se referir ao trabalho do igualmente *sui generis* Marshall Berman (1940-2013), encontra-se no caso de Brandão como mão e luva. Dada a configuração teórica alcançada, sua forma e conteúdo, seria irreconhecível o projeto d'as *Linhagens* em particular e na totalidade de seu trabalho,

desconsiderando a influência de Lukács, em destaque no início de seu percurso¹⁹², e a presença posterior da crítica literária de Cândido e Schwarz ou a postura descontente do militante comunista com o papel secundário adotado pelos intelectuais no PCB, não desconsiderando a inegável resistência dos dirigentes, mais direcionados para uma perspectiva pragmática da ação política do que em alicerçar um legado teórico consistente. Desta “tríade” Lukács, crítica literária e insatisfação intelectual, surge, parafraseando Machado de Assis em seu texto sobre o fazer do folhetinista¹⁹³, o “novo animal”: Gildo Marçal Brandão, o analista da política brasileira em seus aspectos profundos e sutis.

Retomando a síntese de Holleran (*Op. Cit.*) sobre a obra de Marshall Berman, Brandão é tunc “marxista em estilo livre”. Sua relação com a teoria marxista, sendo ele mesmo um dos que praticaram a conexão entre teorias forâneas e realidade particular, fez um uso criativo e heterodoxo do manancial que envolve Marx, Engels, Gramsci, Lukács e a teoria crítica alemã¹⁹⁴ do século XX. No cientista político alagoano, auto-proclamado “um realista”, os conceitos e citações por vezes surgem em um uso *ad hoc*, onde o primado do objeto se impõe ante qualquer convencionalismo teórico. O que não implicou que nos três eixos que identificamos na produção do autor, a proposição de uma Ciência Política aderente aos desafios de nossa realidade, o PCB e sua relação tensa com a formulação e interpretação do real, não obstante os constrangimentos derivados da relação deste ator com o sistema eleitoral, e o pensamento político, vigore uma interpretação totalizante sobre o fenômeno do poder, sendo idéias e ação concreta relacionadas em um fluxo dialético. A armadilha denunciada por Forjaz (1997) do solipsismo das análises que isolam o fenômeno político de outras variáveis ou campos de conhecimento aqui não encontra qualquer ressonância, ao mesmo tempo que Brandão, no que tange a parte da tradição marxista, igualmente não apresenta a política enquanto epifenômeno das relações materiais de existência. Contudo, não obstante considerarmos Brandão um intelectual marxista em seus próprios termos, o qualificamos, antes de qualquer aderência a uma tradição, enquanto um humanista que dialogou com a História, a Filosofia, a Sociologia e a Teoria Social em sentido amplo.

¹⁹² Brandão, 2010^a.

¹⁹³ “O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dous elementos, arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.” In: Assis, Machado de. *Chronicas* - 1 volume (1859-1863). Rio de Janeiro: Jackson, 1944.

¹⁹⁴ Referências a Adorno, Horkheimer e Benjamin, literais ou incidentais, não são infreqüentes em toda obra de Brandão.

Finalizando, acerca do projeto d'as *Linhagens*, para ar de descontinuidade inegável, diante da constatação de um projeto inconcluso que demanda a urgência de sua retomada. Em seu memorial, dentre outras projeções para o futuro, Brandão declarou que tinha enquanto plano “(...) escrever o segundo volume de *Linhagens do pensamento político brasileiro*” (Brandão, 2010a: 88). Junto a este projeto também confessou: “*Quem sabe não consigo também (...) pagar parte da dívida comigo mesmo que contraí ao não completar a dissertação sobre os escritos políticos de Hegel? Mas será isso um projeto ou um sonho?*” (Ibid: 89). Como sabemos, infelizmente dado o destino do autor, seja em uma aspiração ou na outra, tudo se tornou sonho. O que não quer dizer que não poderá ser projeto de muita *virtù* para os que se inspirem criticamente em seu trabalho no presente e daqui por diante.

Referências Bibliográficas

ABENSOUR, Miguel. *A democracia contra o Estado: Marx e o movimento maquiaveliano*. Belo Horizonte: Edufmg, 1998.

ADORNO, Theodor. *Notas de literatura I*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2003.

_____. *Dialética negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2009.

_____. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 02, n. 04, 1986, p.05-08.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

AMORIM NETO, Octavio & SANTOS, Fabiano. La ciência política en Brasil en La última década: la nacionalización y la lenta superación del parroquialismo. In: *Revista de Ciência Política*. Santiago: Vol. 35, n.1, 2015, p.19-31.

ANDRADA, Alexandre F. S., BOIANOVSKY, Mauro & CABELLO, Andrea. O Clube dos Economistas e a revista Econômica Brasileira (1955-1962): um episódio na história do desenvolvimentismo nacionalista no Brasil. *Paper apresentado no 43º Encontro Nacional de Economia*. Costa do Santinho, SC. 2015, 20 pp..

ARAÚJO, Cícero. Wanderley Guilherme dos Santos: ontologia e política. In: DULCI, Otávio Soares (org.). *Leituras críticas sobre Wanderley Guilherme dos Santos*. Belo Horizonte: Editora Ufmg/Fundação Perseu Abramo, 2013, p.121-158.

ARENDT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.

AVRITZER, Leonardo, MILANI, Carlos R. S. & MENEGUELLO, Rachel. *Ciência política no Brasil: história, conceitos e métodos*. (Projeto apresentado pela Associação Brasileira de Ciência Política à Fundação Ford e ao Institute for International

Education). 6 pp. Disponível em: http://www.cienciapolitica.org.br/wp-content/uploads/2013/08/Projeto_Mem%C3%B3riaCP_ABCP201314.pdf (acesso em 23/04/2015).

AVRITZER, Leonardo, MILANI, Carlos R. S. & Maria do Socorro (orgs.). *A ciência política no Brasil: 1960-2015*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

BARBOSA, Gláucia Maria Tinoco. *A produção dos lukacsianos brasileiros: 1960-2000*. Tese de doutorado em Sociologia, PPGS, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011, 295 pp.

BARBOZA FILHO, Rubem. A modernização brasileira e nosso pensamento político. In: *Perspectivas*. São Paulo: v.37, jan./jul. 2010, p.15-65.

BASTOS, Elide Rugai. Gildo Marçal Bezerra Brandão (1949-2010): um analista do pensamento brasileiro. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.53, n.1, 2010, p.05-10.

BASTOS, Tavares. *A província: estudo sobre a descentralização no Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro-Editor, 1870.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.

_____. Cosmopolitanism as imagined communities of global risk. In: *American behavioral scientist*. Sage: n.55, 2011, p.1236-1361.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1997, 7ª Ed.

BERMAN, Marshall. *Aventuras no marxismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BERNARDES, Denis. Gildo Marçal Brandão, A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista - 1920-1964. In: *Caravelle, Nouveaux Brésils – Fin de siècle*. n°75, 2000, p. 232-234.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____, MATEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Edunb, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. *A ilusão biográfica*. In: AMADO, Janaina & FERREIRA, Marieta M. (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 2006, p.183-191.

BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Totalidade e determinação econômica. In: *Temas de ciências humanas*. São Paulo: Editorial Grijalbo, n.1, 1977, p.153-167.

_____. Sobre a fisionomia intelectual do partido comunista. In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n.3, vol. 4, jul/set., 1988, p.133-149.

_____. O PC às vésperas da cisão marighellista: o poder local como tática de acumulação de forças. *Paper apresentado no XIII Encontro Anual da ANPOCS, Grupo de Trabalho "Partidos e Movimentos de Esquerda"*. Caxambu, MG. 1989, 30 pp..

_____. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997a.

_____. A ilegalidade mata: o partido comunista e o sistema partidário (1945/64). In: *Revista brasileira de ciências sociais*. São Paulo: vol. 12, n. 33, 1997b.

_____. A teoria política é possível?. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 1998a, v. 13, n. 36, s/p.

_____. A vitalidade de Antonio Gramsci. In: *Diário do Grande ABC*. São Paulo, 10 nov. 1998b (disponível em "Gramsci e o Brasil": <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=202>, acesso em 07 de abril de 2015)

_____. Prefácio. In: RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: DCP/USP; Fapesp; Ed. 34, 2000, p.9-18.

_____. Idéias e intelectuais: modos de usar. In: *Lua Nova*. n. 54, 2001, p.25-34.

_____. Hegel: o Estado como realização histórica da liberdade. In: WEFFORT, Francisco (org.). *Os clássicos da política Vol. 2*. São Paulo: Ática, 2002, (10ª Ed.) p. 101-114.

_____. Problemas de la teoría política a partir de América Latina. In: BORÓN, Atilio A (org). *Filosofía política contemporánea. Controversias sobre civilización, imperio y ciudadanía*. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p.373-384.

_____. Linhagens do pensamento político brasileiro. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 48, n.2, 2005, p.231-269.

_____. Teoria Política a partir do Sul da América? In: BORÓN, Atilio A (org). *Filosofia Política Contemporânea: Controvérsias sobre Civilização, Império e Cidadania*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Departamento de Ciência Política. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2006, p.407-421.

_____. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

_____. Nosso programa de pesquisa. In: _____, LIMA, Marcos Costa & REIS, Rossana Rocha (orgs). *Regionalismos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Humanitas, 2007a, p.11-25.

_____. Um programa de pesquisa à esquerda. In: _____. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2007b, p.160-181.

_____. Memorial. In: COELHO, Simone de Castro Tavares (org.). *Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010a, p.27-99.

_____. Ideias e argumentos para o estudo das ideias políticas no Brasil. In: COELHO, Simone de Castro Tavares (org.). *Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010b, p.303-312.

_____. O significado do prestígio na vida política brasileira. In: COELHO, Simone de Castro Tavares. *Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010c, p. 165-170.

_____. *Entrevista com Gildo Marçal Brandão sobre o papel da esquerda no Brasil concedida a Ricardo Carvalho*. São Paulo: Fapesp; CEDEC; Instituto Vladimir Herzog, 2010d, 1. DVD (104 min.).

BRANDÃO, Gildo Marçal e NOGUEIRA, Marco Aurélio. Temas, três anos depois: produção teórica, luta ideológica, unidade política. In: COELHO, Simone de Castro Tavares (org). *Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais*. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2010, p.201-216.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A alegria e a fraternidade não foram perdidas. In: *Folha de São Paulo*. 26.fev. 2010. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2602201009.htm>, acesso em 02 de mar. 2015.

CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 2000 (6ª Ed.).

CARONE, Edgard. *O PCB – 1943 A 1964*. São Paulo, DIFEL, vol. 2, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. In: *Topoi – Revista de História*. Rio de Janeiro: Vol. 01, n. 01, dez. 2000, p.123-152.

CEPÊDA, Vera Alves. Dilemas do pensamento político: famílias intelectuais e as interpretações sobre Brasil. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: Edufpr, vol. 16, n. 31, nov. 2008, p.231-238.

CERRONI, Umberto. *Teoria do partido político*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1982.

CHASIN, José. A “politicização” da totalidade: oposição e discurso econômico. In: *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1976.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On war*. Princeton: Princeton University Press, 1989.

CLIFF, Tony. *Lenin 1 – Building the party (1893-1914)*. London: Pluto Press, 1975.

COELHO, Simone de Castro Tavares. *Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais*. São Paulo: Hucitec & Fapesp, 2010.

COSTA, Sérgio. Quase crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. In: *Tempo social: revista de sociologia*. São Paulo: V. 16, n.2, novembro, 2004, p.73-100.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 09, 1979, p.33-47.

DAHL, Robert. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo: Edusp, 1ª Ed., 2ª reimpressão, 2012a.

_____. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

DOMINGUES, José Maurício. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1987 (7ª Ed.).

DULCI, Otávio Soares. (Org.). *Leituras críticas sobre Wanderley Guilherme dos Santos*. Belo Horizonte: UFMG/Perseu Abramo, 2013.

DURKHEIM, Emile & MAUSS, Marcel. Algumas formas primitivas de classificação – contribuição para o estudo das representações coletivas. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981, p.399-455.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Edunesp/ Boitempo, 1997.

ELSTER, Jon. *Peças e engrenagens das ciências sociais*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

FAORO, Raymundo. Existe um pensamento político brasileiro? In: *Estudos avançados*. São Paulo: USP, v.1, n.1, out/dez. 1987, p.09-58.

FELIPE, Kaio. O personagem e seu modelo: a ficcionalização de Lukács por Thomas Mann em *A Montanha Mágica*. In: *Anima – Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História Social*. Rio de Janeiro: Puc/Rio, 2015, p.19-40.

FERNANDES, Florestan. *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo: Editora Anhembi, 1958.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: _____ (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 61-124.

FERRY, Luc. *A revolução do amor: por uma espiritualidade laica*. São Paulo: Objetiva, 2012.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da ciência política no Brasil: aspectos institucionais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 12, n. 35, fev. 1997.

FREITAG, Bárbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

GENTILI, Fabio. As muitas famílias do pensamento político brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 24, n.71, 2009, p.179-181.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, Anthony, BECK, Ulrich & LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 1997, p.73-133.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. *As afinidades eletivas*. São Paulo: Nova Alexandria, 2008.

GRAMSCI, Antonio. A ciência e o príncipe moderno. In: _____. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978, p.147-236.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GUIMARÃES, Juarez. *Democracia e marxismo: crítica à razão liberal*. São Paulo: Xamã, 1998.

HAAG, Carlos. A árvore genealógica do pensamento: estudo examina famílias intelectuais nacionais. In: *Revista Fapesp*. São Paulo: Fapesp, Ed. 143, Jan. 2008, p. 143-143.

HABERMAS, Jürgen. *Para a reconstrução do materialismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1990, (2ª ed. Brasileira – 1ª Ed. Alemã, 1976).

_____. Técnica e ciência como “ideologia”. Lisboa: Edições 70, 1994.

_____. Era das transições. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. A ética da discussão e a questão da verdade. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.

_____. Verdade e justificação: ensaios filosóficos. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.

HALL, Peter & TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. In: *Lua Nova*. N.58, 2003, p.193-223.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1998 (7ª edição).

HELD, David. *Modelos de democracia*. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HELLMANN, Kai-Uwe. Aristoteles y nosotros. In: NAFARRATE, Javier (org.). *Niklas Luhmann: La política como sistema*. Mexico, D.F.: Universidad Iberoamericana, 2009, p.51-80.

HOBBSWAM, Eric J. Prefácio. In: HOBBSWAM, Eric (org.) *História do marxismo. O marxismo no tempo de Marx*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, (3ª Ed.) p. 11-32.

_____. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HOLLERAN, Max. Marshall Berman's freestyle marxism. In: *New Republic*. New York City, 14. Abril, 2017. Disponível em: <https://newrepublic.com/article/141712/marshall-bermans-freestyle-marxism>, acesso em 17 de novembro de 2017.

KEHL, Maria Rita. *Bovarismo brasileiro: ensaios*. São Paulo: Boitempo, 2018.

KONDER, Leandro. *Memórias de um intelectual comunista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In: *Cadernos Arquivo Edgar Leuenroth*. V. 08, n.14/15, 2001, p.57-92.

LAMOUNIER, Bolivar. A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: _____ (org.). *A ciência política nos anos 1980*. Brasília: Edunb, 1982, p.407-433.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2012 (4ª Ed.).

LESSA, Renato. O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista. In: *Revista Estudos Hum(e)anos*. n.2, 2011a, p.03-31.

_____. Da interpretação à ciência: por uma história filosófica do conhecimento do conhecimento político no Brasil. In: *Lua Nova*. São Paulo, n.82, 2011b, p.17-60.

LENIN, Vladimir Ilich. *O imperialismo etapa superior do capitalismo*. Campinas\ FE Unicamp, 2011.

LEITE, Fernando. Posições e divisões na ciência política brasileira contemporânea: explicando sua produção acadêmica. In: *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v.18, n.37, out. 2010, p.149-182.

_____. *O campo da construção da ciência política brasileira contemporânea: uma análise histórico-estrutural de seus princípios de divisão a partir de periódicos, áreas e abordagens*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na UFPR, Curitiba, 2015, 272 pp.

_____. & CODATO, Adriano. Autonomização e institucionalização da ciência política brasileira: o papel do sistema qualis-capes. In: *Agenda política: revista de discentes de Ciência Política da UFSCAR*. Vol. 1, n.1, 2013, p.1-21.

LÖWY, Michael. *A evolução política de Lukács: 1909-1929*. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Sobre o conceito de "afinidade eletiva" em Max Weber. In: *Plural, revista do programa de pós-graduação em sociologia da USP*. São Paulo, v.17, n.2, 2011, p.129-142.

LYNCH, Christian Edward Cyril. A institucionalização da área de pensamento político brasileiro no âmbito das ciências sociais: a pesquisa de Wanderley Guilherme dos Santos revisitada (1963-1978). In: DULCI, Otávio Soares (org.). *Leituras críticas sobre*

Wanderley Guilherme dos Santos. Belo Horizonte: Editora Ufmg/Fundação Perseu Abramo, 2013a, p.11-63.

_____. Porque pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 56, n.04, 2013b, p.727-767.

_____. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história e abordagens. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 19, jan./abr. 2016, p.75-119.

LYOTARD, Jean-Francois. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1993 (4ª ed.).

LUCCA-SILVEIRA, Marcos Paulo. Intelectuais comunistas e a questão da democracia no Brasil: In: *Lua Nova*. São Paulo: CEDEC, n.101, 2017, p.53-87.

LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas: aulas publicadas por Javier Torres Nafarrate*. Petrópolis: Vozes, 2009.

LUKÁCS, Georg. *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Viçosa: Editora UFV, 1999.

_____. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Socialismo e democratização: escritos políticos 1956/1971*. Rio de Janeiro: Edufrj, 2008.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações. In: FORACHI, Marialice Mencarini (org.). *Karl Mannheim (Col. Grandes Cientistas Sociais)*. São Paulo: Ática, 1982, p.67-95.

MARENCO, André. The three Achille's heels of Brazilian political science. In: *Brazilian political science review*. Vol.8, n.3, 2014, p.03-38.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998, p.37-85.

_____. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer, e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MAUÉS, Flamarion. Uma editora de oposição: Livraria e Editora Ciências Humanas. In: *Anais do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, Casa de Rui Barbosa, 08 a 11 de novembro de 2004, 25 pp.

_____. Livros, editoras e oposição à ditadura. In: *Estudos avançados*. São Paulo: Edusp, v. 28, n.80, 2014, p.91-104.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido de. Entrevista. In: *Revista Trans/Form/Ação*. Marília: UNESP, v. 1, 1974, p.9-23.

MERTON, Robert K.. On sociological theories of the middle range. In: CALHOUN, Craig et. al. (ed.). *Classical sociological theory*. Blackwell Publishing: Oxford, 2007, p.448-459.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. Filosofia, ideologia e ciência social: ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

MICHELS, Robert. *Los partidos políticos: un estudio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna* (vol. 1). Buenos Aires: Amorrortu Editores, 2001.

MORAES, João Quartim. Comunismo e Marxismo no Brasil. In: SADER, Emil et. all. *Nós que amávamos tanto o capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018, edição do Kindle.

MOREIRA, Marcelo Sevyabricker. A poliarquia brasileira e a reforma política: análise de uma contribuição de Wanderley Guilherme dos Santos à teoria política. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: vol.57, n.02, 2014, p.293-323.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. A cultura política comunista: alguns apontamentos. NAPOLITANO, Marcos, CZAJKA, Rodrigo & _____(orgs). *Comunistas brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Edufmg, 2013, p.15-37.

MOURA, Milce Ferreira de. *A questão democrática no contexto da crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB): 1979-1987*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista, Marília, 2005, 192 pp.

NEVES, Marcelo. Entre subintegração e sobreintegração: a cidadania inexistente. In: *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 37, n.2, 1994, p.253-276.

_____. *Entre Têmis e leviatã: uma relação difícil: o Estado Democrático de Direito a partir e além de Luhmann e Habermas*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NIERI, Ederaldo Luiz. *Duas formas de recepção de Lukács no Brasil: estética e ontologia*. Dissertação de mestrado em Sociologia, PPGS, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2007, 208 pp.

NIETZSCHE, Friedrich. *Humano, demasiado humano: um livro para espíritos livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NOBRE, Marcos. *Lukács e os limites da reificação: um estudo sobre História e Consciência de Classe*. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Comunistas, comunismo: o desafio da renovação. In: *Presença – Revista de Cultura e Política*. São Paulo: Editora Caetés, nov. 1983.

_____. O valor de uma geração. In: *Lua nova – revista de cultura e política*. São Paulo: CEDEC, n. 78, 2009, p.23-28.

OLIVEIRA, Lilian & NICOLAU, Jairo. A produção da ciência política brasileira: uma análise dos artigos acadêmicos (1966-2013). In: *Paper apresentado no IX Encontro da ABCP*. Brasília, ago. 2014, 21 pp.

OLSON, Mancur. *Poder y Prosperidad: La superación de las dictaduras comunistas y capitalistas*. Madrid, Siglo XXI, 2001.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. San Tiago Dantas e a Frente Progressista. In: *Anais da Segunda Jornada Discente do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010, 13 pp..

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom (orgs.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PINASSI, Maria Orlanda & LESSA, Sérgio (orgs). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

PRESSLER, Gunter Karl. *Benjamin, Brasil: a recepção de Walter Benjamin, de 1960 a 2005: um estudo sobre a formação da intelectualidade brasileira*. São Paulo: Annablume, 2006.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAMOS, Carlos Alexandre. *A democracia no pensamento político dos comunistas brasileiros (1979-1983)*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013, 272pp.

RAGO FILHO, Antônio & VAISMAN, Ester. A trajetória de J. Chasin: teoria e prática a serviço da revolução social – Entrevista realizada por Lucia Ap. Valadares Sartório e Vânia Noeli Ferreira de Assunção. In: *Verinotio – Revista on-line de educação e ciências humanas*. N.9, ano V, Nov. 2008, p.221-298.

REIS, Elisa Pereira, REIS, Fabio Wanderley & VELHO, Gilberto. As ciências sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: vol. 12, n.35, feb. 1997.

REGO, Walquiria Leão. A liberdade como tema: um debate italiano. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.17, n.48, fev.2002, p.49-59.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: DCP/USP; Fapesp; Ed. 34, 2000.

RIDENTI, Marcelo. O Gildo que conheci. In: : *Lua nova – revista de cultura e política*. São Paulo: CEDEC, n. 78, 2009, p.29-35.

_____. Intelectuais e modernidade: Marshall Berman e seu público brasileiro. In: *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília: jan./jul. 2010, p.289-316.

RODRIGUES, Lidiane Soare. Pelas mãos de Penélope: tecer as linhas de nosso pensamento político. *Estudos de sociologia*. Araraquara: UNESP, v.14, n.16, 2009, p.217-223.

RODRIGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SALES, Jean-Ribeiro. História do Partido Comunista do Brasil (PCdoB): um balanço bibliográfico. In: *Revista Tempo e Argumento*. Florianópolis, vol. 09, n.21, maio/ago. 2017, p.290-311.

SALLUM JR., Brasília. Dilemas do Partidão. In: *Jornal de Resenhas*. N. 40, jul. 1998 (disponível em: <http://jornalderesenas.com.br/resenha/dilemas-do-partidao/>, acesso em 16 de maio de 2017).

_____. Trajetória interrompida. In: COELHO, Simone de Castro Tavares (org.). *Gildo Marçal Brandão: itinerários intelectuais*. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2010, p.17-24.

SANTOS, Boaventura de Sousa & AVRITIZER, Leonardo. Democratizar a democracia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Do diário de Sísifo: obstáculos econômicos à democracia sustentável. In: *Novos estudos Cebrap*. São Paulo: Cebrap, mar.1998, p.61-89.

_____. Roteiro bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965). Belo Horizonte: EDUFMG; Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, 2002 (1ª Ed.) .

SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: _____. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.61-92.

_____. Um seminário de Marx. Folha de São Paulo, Caderno Mais!, publicado originalmente em 8 out. 1995. Disponível na Internet via http://fws.uol.com.br/folio.cgi/fsp1995.nfo/query=schwar!7A/doc/{@1}/hit_headings/words=4/hits_only?. Acesso em 09 jul. 2006.

_____. Nacional por subtração. In: _____. *Que horas são? : Ensaios*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p.29-48 (1ª Ed. 1987).

_____. Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1998.

_____. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

_____. Sobre a leitura de Marx no Brasil. In: SADER, Emil et. all. *Nós que amávamos tanto o capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

SECCO, Lincoln. *História do PT (1978-2010)*. Cotia: Ateliê, 2011.

SIGELMAN, Lee. The coevolution of American Political Science and the American Political Science Review. In: *American Political Science Review*. Vol. 100, n. 4, Nov. 2006, p.463-478.

SILVA, Nara Roberta. O enigma da ideologia: as indicações de Marx à luz da análise lukacsiana. In: *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina: "Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro"*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013, p.112-126.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. O calcanhar metodológico da ciência política no Brasil. In: *Sociologia, problemas e práticas*. N. 48, 2005, p.27-52.

SOARES, Luiz Eduardo. A dignidade da ciência política e as interpretações do Brasil. In: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo: Cebrap, Ed.80, vol.27, n.1, mar. 2008, p.223-228.

_____. As duas almas de um homem a altura de seu tempo. In: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, 2010, p.179-185.

SOUSA, Diego Tourino de. Uma imaginação em compasso com o moderno: linhagens do pensamento político brasileiro. In: *Boletim CEDES*. Rio de Janeiro: maio jun. 2008, p.31-39.

SOUZA, Jessé. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Edunb, 2000.

_____. A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paul: LeYa, 2015.

- _____. *A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato*. São Paulo: LeYa, 2017.
- STÁLIN, Josef. *Obras escolhidas*. vol. 06. São Paulo: Editorial Vitória, 1954.
- TEXIER, Jacques. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Edufrj, 2005.
- VALDATI, Nilcéia. Escrita: uma trajetória descontínua. In: *Boletim de Pesquisa NELIC*. Florianópolis, Edufsc, v. 2, n. 3, 1998, p.30-35.
- VIANNA, Luiz Werneck. Entrevista. In: BASTOS, Elide Rugai (et. All.). *Conversas com sociólogos brasileiros*. São Paulo: Ed. 34, 2006, p.161-181.
- _____. Entrevista concedida à Gisele Araújo, Christian Lynch, Joëlle Rouchou e Antônio Herculano. In: *Escritos – Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, ano 4, n.4, 2010, p.343-366.
- VIANNA, Oliveira. *O idealismo da constituição*. Rio de Janeiro: Terra do Sol, 1927.
- WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo, Editora 34, 2000.
- WEBER, Max. A Política como Vocação. In: WEBER, Max. *Ciência e Política, Duas Vocações*. São Paulo: Editora Cultrix, 1996. p. 53-124.
- _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Edunb; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, vol. 2.
- _____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Edunb, 2000, vol. 1.
- _____. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. Cia das Letras: 2004.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003 (5ª Ed.).
- WIGGERHAUS, Rolf. *A escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.
- ZIZEK, Slavoj (org). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ANEXO

CARVALHO, Ricardo. Entrevista com Gildo Marçal Brandão sobre o papel da esquerda no Brasil. São Paulo: Fapesp; CEDEC; Instituto Vladimir Herzog, 2010, 1. DVD (104 min.).

Entrevista Gildo Marçal Brandão

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EF1qw8GpgRM>

Fatos acerca da entrevista:

- Vídeo produzido pelo Instituto Vladimir Herzog e Instituto Astrogildo Pereira.
- Entrevista concedida a Ricardo Carvalho coordenador de conteúdo do projeto “Resistir é preciso...” do Instituto Vladimir Herzog.
- Entrevista realizada em 10 de fevereiro de 2010. Gildo faleceu cinco dias após.
- Gildo foi o primeiro editor do jornal A Voz da Unidade. O jornal existiu entre 1980 e 1991.

Entrevista

RC – Hã... 1979, anistia, o país passa por (inaudível). Em 1980, em que mês que nasce o Voz?

Gildo – Nasce, se a memória não me falha, março.

RC – Logo no começo de 1980 nasce a Voz da Unidade representando o pensamento comunista.

Gildo – Isso.

RC – Como é que foi isso? Como é que se chegou a pensar em lançar esse jornal (inaudível).

Gildo – Olhe Ricardo, a partir de...

RC – Se quiser olhar...

Gildo – A partir de 1976 por aí a gente começa a reorganizar o Partido Comunista em São Paulo e no país. Quem eram, quem começava? Uma geração nova, jovem, e alguns velhos comunistas. Mas, em geral, era uma geração muito jovem, na época na faixa dos

seus 25/30 anos e que começa a reorganizar o Partido num clima já de luta, num momento em que a ditadura começa a fazer água. O projeto de abertura, etc.. E isso tem um crescimento grande, sobre tudo em São Paulo.

RC – Mas isso eram reuniões na época clandestinas imagino eu...

Gildo – Em parte, em parte.

RC – 76 você fala..

Gildo – 76 era, o partido, claro, era clandestino. Mas, por exemplo, eu me lembro que a primeira grande reunião do partido pública de comunistas, embora que não com esse nome, foi o lançamento do livro de memórias do Paulo Cavalcanti, “O caso eu conto como o caso foi”.

RC – no sindicato...

Gildo – Eu acho que não foi no sindicato, foi no Scholem, no Colégio Scholem, que eu organizei. Eu tava doente na época, organizei. Deve ter juntado umas duzentas e tantas pessoas.

RC – Que ano isso, você lembra?

Gildo - Isso deve ter sido em 77, por aí. Então, há um crescimento da ação comunista, da ação da esquerda, da esquerda comunista. Quando chega 79, anistia. Então, já aí a gente se preparava para o retorno dessa gente, sabia que mais cedo ou mais tarde o pessoal que tava no exílio ia voltar. E nós pensamos num jornal, assumi publicamente. A gente queria, tava lutando pela legalidade do partido comunista, entre outras coisas.

RC – O nós é...

Gildo – O nós, o grupo, é o grupo que fazia política em São Paulo. Eu, David Capistrano, Marco Aurélio Nogueira, tinha um fulano dos velhos que era o Eloy, era o nome de guerra dele.. Eloy que era um dirigente da Lapa e foi um dos principais caras aqui. Claudio Guedes, João Guilherme, um grupo razoavelmente grande que foi crescendo e juntando, aglutinando gente. Olha, isso chegou a ponto da Isto É, se a memória não me falha... A Isto é, por volta de 79 fez uma matéria sobre “os homens que tem poder em São Paulo”. Os 10 ou 15 ou 20 nomes que mais tem poder. O David Capistrano está entre esses homens...

RC – Olha só...

Gildo – Bom, e na época, começa a preparar o jornal A Voz da Unidade, queria um jornal legal..

RC – Para São Paulo...

Gildo – Para o país. Para o país. Seria um jornal feito em São Paulo, com a nossa orientação...

RC – Nossa sempre São Paulo (ri)

Gildo – Nossa, São Paulo...Nossa o grupo que era partidário da democracia como valor universal. Agora, a gente sabia que sozinho não poderia manter isso. E então, com o retorno dos caras do exílio, tinha que chegar a um acordo com o Comitê Central, inclusive por conta da grana e da orientação política. Como nós éramos razoavelmente fortes, fomos nós que montamos o jornal. Fornecemos os quadros, as pessoas fizeram as redações, os jornalistas, e o jornal sai na verdade sob a nossa orientação. Mas, com vários problemas que a época nós não tínhamos muita consciência.. Mas, logo, quando a volta das pessoas do exílio trás pro Brasil a famigerada luta interna que tava no exterior né? Essa luta interna aparecia aos poucos no jornal no começo. Aparecia, por exemplo, a figura do Comitê Central, que era a responsável pelo jornal, era o Armenio Guedes, que é a grande figura ligada à intelectualidade comunista..

RC – Ele era o representante do comitê central?

Gildo – os caras não podiam evitar, o velho comitê central, não podia evitar que não fosse ele o responsável. Por outro lado, muita gente sabotava o tempo todo. Então, se você olhar, o nome dele às vezes aparece, às vezes desaparece, às vezes aparece, às vezes desaparece. Porque havia toda uma disputa.

RC – Você foi quem dirigiu um ano e tanto... quer dizer..

Gildo – Um ano e meio.

RC – Você foi o primeiro editor chefe da Voz da Unidade. Como é que foi sua indicação nesse processo comunista?

Gildo – Olha, é, bom, na época eu era jornalista da Folha e tinha começado a ter um certo nome porque eu tinha sido editorialista da Folha, repórter de política, nós trabalhamos juntos (se dirige ao RC) e assinava como “regra três” a Coluna São Paulo. Era regra três do Samuel Wainer. Então, eu já tinha um certo nome.

RC – Do Samuel ou do Claudio?

Gildo – Do Samuel Wainer. O Claudio escrevia de vez em quando, assinava BB, porque as iniciais, Claudio era o Buffalo Bill né? BB era o Buffalo Bill. Mas, era o Samuel Wainer o titular e eu era o regra três dele... Escrevia toda semana uma vez, acho que às segundas e terças... por aí. Então, eu era jornalista, trabalhava já na Folha desde 76/77, já tinha um certo nome e eu tinha editado a Revista Temas de Ciências Humanas, que foi uma revista acadêmica importante na época, com muita influência numa geração jovem. Tinha feito, editado livros, tinha uma experiência editorial. Editei uma revista chamada Escrita/Ensaio, eu e Marco Aurélio, e a gente tinha uma certa presença, uma certa liderança. Acontece, e ainda era dirigente dos jornalistas, dirigente dos jornalistas comunistas, da organização.

RC – Existiu?

Gildo – Existia. Nós estávamos organizados.

RC – Um Comitê?

Gildo – Um comitê. Não era só uma base. Eram várias bases, cada redação, e eu era da direção, da direção geral dos jornalistas. E aí coincide duas coisas. Os jornalistas comunistas de nome não podiam ou não queriam assumir o risco..

RC – De dirigir o jornal

Gildo – De dirigir o jornal. Juca Kfoury. Primeiro, você, eu fui o primeiro, primeiro cara do país que não era do Comitê Central de PC nenhum a assumir a condição de comunista. Aparece nacionalmente na condição de comunista. Cê lembra que na Folha foi um escândalo, as pessoas não sabiam, não é? Eu fui demitido na época. Tinha que ser demitido...

RC – Você ia pro jornal de qualquer forma..

Gildo – É. Eu tinha que ter saído antes da Folha né? E o Boris me demitiu. Ele tinha que me demitir.

RC – Mas, por conta de você ser comunista?

Gildo – Por conta de ser o editor do jornal.

RC – Você ia fazer as duas coisas?

Gildo – Não...Eu ia sair da Folha antes... Mas, aí o tempo, eu tava tentando calibrar o tempo do Jornal da Voz da Unidade ser lançado, eu saia antes e por algum acaso, que não me lembro bem o que que foi, eu retardei nessa coisa. E aí aparece publicamente como editor do jornal. A gente ia fazer uma festa grande de lançamento, festa pública, de lançamento do jornal. E aí, evidentemente, a Folha tinha que me demitir. Tava mais do que certa nisso. Mas, bem..

RC – Mas, como que se deu a sua escolha?

Gildo - Por que eu vou? Os jornalistas conhecidos, comunistas, quer dizer, que a gente sabia que era do partido, Juca Kfourri, Jorge Escorsegue (???¹⁹⁵), Milton Coelho da Graça, Jairo Regis, essa gente não podia ou não queria assumir o ônus. Não era um ônus pequeno, ainda em 79/80, ser comunista.

RC – Aparecer como comunista

Gildo – Aparecer como comunista. Então, tinha muita gente que queria, mas, não tinha.. enfim...Não tinha como, tá certo? E de minha parte, é.... a gente tinha, claro, a luta por uma certa visão do que devia ser a luta política no Brasil, a luta política contra a ditadura, a construção do Partido Comunista, um partido completamente legal, democrático, a ideia era essa. Eu era um dos principais líderes dessa história e também fazia parte da equipe que formulava essas coisas. E tinha uma característica pessoal também, uma situação pessoal. Eu, isso você vai tomando consciência depois, eu achava que eu não teria mais dois anos de vida. Quer dizer, você deve lembrar que 79 eu tive uma embolia pulmonar pesada, né? Eu era doente..

RC – Cardíaco

¹⁹⁵ Não há clareza se o sobrenome pronunciado é exatamente esse. O áudio deixa a desejar em nitidez tanto na versão em DVD quanto no Youtube.

Gildo – Cardíaco.. já vinha de operação em operação.. 79 eu tinha tido uma embolia pulmonar, sobrevivi por acaso. Então, eu olhei pra mim e digo: “Eu to com trinta anos, nada na biografia, não fiz nada! O que que eu tenho a perder? Eu não sobrevivo mais de dois anos”. Então, me meti na aventura. Que foi uma aventura né? Aliás, uma maravilhosa aventura. Aos poucos você vai percebendo que você não morreu.... e continua (risos). Não é? Então, eu me meti, do ponto de vista individual, foi isso, quer dizer...

RC – E do coletivo? Como é que chegaram a seu nome?

Gildo – Do coletivo, aí ao pessoal de São Paulo. Aí Jarbas, Jarbas de Holanda, David Capistrano, Marco Aurélio Nogueira, quer dizer, era uma forma também desse grupo ter o controle do jornal não é? Aí, você pega um jornal desse...

RC – Ter o controle editorial né?

Gildo – Editorial. E eu logo percebi, e também uma coisa curiosa e você também já trabalhou com pequenos jornais, você sabe disso. E sobre tudo naquela época que não tinha internet, não tinha nada disso. Um jornal desse, pequeno, você, ou você controla a redação ou você não controla o jornal, não é? E o que que fiz? Como a montagem do jornal, tanto a administração, a empresa que editava, quanto a redação, a montagem foi de outras pessoas. E eu logo percebi que se eu era o editor do jornal, na verdade eu não controlava o jornal. Então...

RC – Por que?

Gildo – Porque aquilo tinha sido montada por uma série de pessoas que só poderiam obedecer a ordem da pessoa que montou.

RC – A velha e boa cisão

Gildo – A velha e boa cisão... Na verdade não foi por maldade. O cara que montou pegou as pessoas que eram ligadas a ele.

RC – E você não era necessariamente ligado a ele...

Gildo – Que não era necessariamente né? E eu tinha também o problema de, eu, eu era, tinha sido meus trinta anos, era um jornalista razoavelmente jovem porque, jovem na profissão... eu tinha uns quatro anos de jornalismo, apesar de ter tido experiências

anteriores, mas na Folha mesmo eram quatro anos. Tinham outros jornalistas muito mais velhos, muito mais experientes e com muito mais nome. O pessoal que foi preso em 74, 75 com Herzog, estavam no jornal. Então, tinha um problema de autoridade né? Que que eu fiz? Eu digo, eu comecei decidindo controle. Qual é a cara do jornal? Quer dizer, eu não to aqui com a coisa, a cara inicial, a diagramação era outra. Aí eu bolei, inventei um concurso, inventei um concurso dos diagramadores. Um bando de diagramadores do jornalismo que você conhece demais. E peguei meu amigo Gaspar, que nós trabalhamos, Antonio Gaspar, que na época era diagramador...

RC – Ele era do partido?

Gildo – Ele era do partido, eu tinha chamado. Peguei o jornal *Rinasdta*, jornal dos italianos, jornal cultural do partido comunista italiano. “Gaspar, precisamos montar um boneco que seja o mais próximo possível disso”. Mais próximo.. o *Rinasdta* era papel bíblia, papel acetinado, era uma maravilha, uma riqueza! Evidentemente não era isso... Mas, eu sabia que tinha que ser isso. Então eu fiz o cultural, montei toda a diagramação e fiz o concurso e evidentemente o Gaspar ganhou, primeira coisa.

RC – Lógico...O que você queria é que não fugisse do comando...

Gildo – Claro! Excluiu outras pessoas. Segundo, você tinha que controlar a empresa. Porque também, nessa coisa do Gaspar tinha outra coisa. Como era um jornal muito pequeno e você tinha que lidar diretamente com a gráfica, pra evitar qualquer problema..

RC – A gráfica era independente...

Gildo – A gráfica era uma gráfica de gente conhecida mas, nós pagávamos a gráfica.. a gráfica era uma operação comercial.Mas, eu tinha que ter controle da gráfica, porque eu não podia correr riscos. E correr riscos inclusive de mudança de matéria. Então, eu tinha que ter o controle de quem ia, o processo de produção do jornal e o Gaspar me assegurava isso. Nós, eu percebi que sem isso eu não teria controle do jornal. Terceira, terceira, terceira coisa: controle da empresa e aos poucos, a administração, fui metendo a mão, pra ter uma pessoa da administração que eu tivesse muita relação e, sobre tudo, e aí o controle maior. O controle maior é o seguinte: que que era o mundo comunista, o mundo da esquerda naquele momento? Anistia, luta... a ditadura já estava em decadência mas, ainda dava suas patadas. Nós estamos lidando com 1980, quer dizer,

antes da derrota da ditadura nos governos de 82. Naquele momento você tinha toda uma reorganização da esquerda comunista dentro do MDB, mas...

RC – Você chama de esquerda comunista a esquerda do partido comunista.

Gildo – É, a esquerda é.. a esquerda do partido comunista. A gente gostava de usar o termo “a sociedade civil comunista”. Mas, essa, o que havia de organizado no PC, o PCB, era São Paulo. Existia alguma coisa em Pernambuco, alguma coisa no Rio Grande do Sul, alguma coisa no Rio de Janeiro. Mas, o resto do país estava completamente desorganizado.

RC – Estraçalhado né?

Gildo – Estraçalhado. A política... e nós militávamos também dentro e influímos muito na política do MDB.

RC – Ahã.

Gildo – A política de Pernambuco por exemplo, a política geral, o Marcos Freire, era decidida aqui em São Paulo, eu participei de várias reuniões aqui com Marcos Freire discutindo política de Pernambuco. O Rio de Janeiro era outro.... Nós na verdade controlávamos São Paulo e a reorganização do Partido Comunista tinha sido feita em grande parte pela ação de intelectuais de São Paulo. Por exemplo, eu e o Marco Aurélio Nogueira, um pouco David Capistrano também, percorremos o país dando cursos. Cursos de marxismo, curso de filosofia e política. Esses cursos serviram para aglutinar as pessoas, sobre tudo as novas gerações acadêmicas, mas não só elas, universitárias, que se reagrupavam no Partido. Foi...

RC – Foi trabalho voluntário?

Gildo – Trabalho voluntário.

RC - Será que você pode abrir um parênteses para comentar comigo essa força que o ideário ou a ideologia ou o Partido ou a tese do comunismo exerce sobre as pessoas? Vamos abrir esse parênteses?

Gildo – Rapaz.. Sabe o que é? Eu tive essa sensação quando eu tava escrevendo minha tese sobre o Partido Comunista, o “Esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista”. Eu defendi essa tese em 92. Quer dizer, já o comunismo tinha acabado. E

eu escrevi essa tese de 88 a 92. Eu sentia naquela época muito claro o seguinte: eu estava numa situação em relação ao velho comunismo que dali por diante ninguém mais teria. Porque eu tava distante o suficiente pra não, pra ter uma visão mais isenta. E tava próximo o suficiente para perceber ainda porque que as pessoas tinham feito aquelas opções, com tudo que isso tinha gerado. Porque hoje as pessoas não entendem. É difícil para as novas gerações saberem porque nós optamos por isso. E você entrar pro Partido Comunista não era uma coisa como entrar para um partido como o PT, o PSDB. Era uma opção de vida. Era opção de vida. Isso é igual a você ser padre. Isso é igual a você ser padre. É uma opção. Tudo! Tudo fica subordinado a isso! Tua vida é isso! Não é que você milita num partido e tem a tua vida. Não! É tudo! Toda tua vida, toda tua vida e todas tuas relações. Vocês viram com a entrevista com o Marco. Quer dizer, um homem que passou anos na clandestinidade com família.

RC – De onde vêm essa força?

Gildo – A força vem da crença na possibilidade da mudança, na possibilidade da mudança, de construção da nova sociedade.

RC – Mas, é impressionante....

Gildo – É impressionante. Agora, eu, particularmente, entrei no PC, escolhi o PC, quer dizer, eu não fui ganho pro PC. Eu escolhi o PC. É... Porque queria ter uma, um instrumento de ação política. Nunca tive muito drama também, quando acabou, quando saiu.. Nunca tive muito drama não. Ahhh (ironicamente e suspirando). Agora, minha identidade durante muito tempo foi essa. Não posso negar. E não tenho um...

RC - E não tem porque negar né?

Gildo – E não tenho porque negar e não tenho nenhuma visão....

RC – Agora, sua situação era de um tipo. Tem pessoas como Marco Antônio ou outras foram barbaramente torturadas. Foram... quer dizer..... Não tem medalhas no peito, não se trata disso. Mas, se trata de acreditar nessa crença Gildo, é uma coisa... Intelectuais! Pessoas de cabeça boa!

Gildo - Olha, uma coisa até divertida.... Em 82 quando a gente foi preso no Congresso do Partido Comunista, VIII Congresso, que tava se reunindo sempre ilegalmente na praça Dom José Gaspar...

RC – (inaudível)

Gildo – Na praça Dom José Gaspar né... que entrou a polícia federal, que entrou 50 homens armados de metralhadora, o diabo, aquela.... ele.. e...fazendo estardalhaço.

RC -82?

Gildo – 82.

RC – Quando foi isso? Não me lembro....

Gildo – Foi o Congresso do Partido. O VIII Congresso. Né? É.... Eu era delegado e essa..

RC – Onde foi?

Gildo – Foi na praça Dom José Gaspar.

RC – Na praça como? Um prédio...?

Gildo – Um prédio ali e em cima os caras entraram, por cima né, do prédio, a polícia federal, tinham uns 50 homens armados de metralhadoras, armados até os dentes. Porque eles também nem tinham muito medo.. Bom...

RC - A História né?

Gildo – Um estardalhaço vagabundo! Bom.. nós fomos levados para a sede da polícia federal.. Aí você....

RC – Quantas pessoas Gildo você acha?

Gildo – Tinha, da nossa parte, tinha uns 70, 80 delegados. Bom, o que que ocorre? Eu, doente, eu recém operado, cardíaco.. David Capistrano recém operado de leucemia.. Isso nós éramos os mais jovens! E o resto aquela velharada! Toda... E, uma coisa curiosa, minha mulher, a Simone e a mulher do David forçaram a barra e entraram na polícia federal a pretexto de nos levar remédio. E o papagaio de pirata, Eduardo Suplicy, se aproveitou e entrou! (risos) Era um atrapalho de vida! (risos) E naquela tensão e aquele homem enchendo... mas... bem intencionado, mas.... Mas, aí eu ouvi um comentário fantástico dum cara.. Os caras da polícia federal já estavam mais relaxados porque viram que ninguém comia criancinha ali né. E aí um deles se aproxima de mim,

olha pras pessoas, a gente tava manipulando remédio, aí ele disse: “Rapaz, a turma de vocês é baleada hein?”... Porra! Eu ri na hora! Quer dizer, turma curtida, turma que andou, tem história né? Baleada é gente provada! Tinham respeito! Eles também tinham medo e respeito pela velha guarda.

RC – Ok, entrando no...

Gildo – Voltando....

RC – Entrando no Comitê Central, colocou, como é o nome...

Gildo – Teve que colocar o Armênio...

RC – Isso... fala um pouquinho sobre isso...

Gildo – Bom..

RC - Isso foi antes do jornal ir pra banca? Como que foi a negociação com o Comitê Central?

Gildo – A negociação foi, é curiosa... Uma: quem dirige o jornal? Gildo. Decidido que sou eu. Por outro lado eu sou o homem do Comitê Estadual, então... Coisas do seguinte nível: “então vamos, então você vai ser o editor de fato mas vai aparecer como sendo você e o Noé Gertel¹⁹⁶”.

RC – Sei....

Gildo – Que era o homem do Comitê Central. Eu era muito amigo do Noé.. tá.... Mas, é uma situação... Aliás....

RC – Ele pediu

Gildo – Eu até hoje me arrependo.. Eu acabei golpeando Noé né nessa brincadeira porque, tinha um problema de autoridade no meio. Quem decide? Na hora do vamos ver.. Você sabe que jornal é isso. Quem decide? Vai essa matéria ou...

RC – Estrutura tão militar quanto religiosa né?

¹⁹⁶ Nota sobre Noé Gertel <http://23pps.blogspot.com.br/2007/07/notcia-surpreendente-manguari-pistolo.html>.

Gildo – Então não tinha jeito...E mais o seguinte: eu tava te dizendo, o PC estava desorganizado nacionalmente. A única coisa visível do PC era o jornal. Nacionalmente esse jornal...

RC – (inaudível)

Gildo – Resultado: tudo, todas as pressões do mundo convergem para ali. E não era só do mundo comunista. O resto da esquerda, todo mundo lia pra saber porque ainda tinha um mito de que o Partido Comunista era forte, organizado, histórico.. então, todo mundo lia isso. E veja, você vinha de ditadura, de clandestinidade, de ausência de discussão. Cada cabeça era uma sentença! Então, a primeira coisa que tinha que decidir: qual é a cara do jornal? O conteúdo? Não apenas as teses... Como é que ele é feito? Como é que era a linguagem da esquerda? Jargão! Puro jargão! Aquele jargão stalinista, que aliás os jornais até veneráveis como “O movimento” foram. Se você reler hoje, você vai ver que a quantidade..

RC – Chavões...

Gildo – Chavões.. E eu vinha da experiência, eu e a equipe, em São Paulo e no Rio de Janeiro que tinha o pessoal do Rio de Janeiro, era jornalista de primeiro time, e aqui também... Rodolfo, Juca Kfourir, Milton Coelho da Graça, Aluysio Nunes Ferreira, Goldman, é...Noé Gertel e a turma jovem: Marco Antônio Coelho Filho começou aqui (aponta para uma edição da Voz), tem um artigo dele aqui... é... Gaspar, Marco Damiani¹⁹⁷. O Rio era Gazzaneo¹⁹⁸, que era um dos editores do Globo. Era o Mauro Marin (???¹⁹⁹), Antônio Carlos Peixoto, Teresa Otoni²⁰⁰, é... a cúpula do jornalismo no Rio, JB e Globo, boa parte dela era de gente comunista.

RC – o Roberto Marinho dizia que era impossível fazer um bom jornal sem comunista.

Gildo – Claro! Ate porque os comunistas, ao contrário de muitas esquerdas, não contrabandeavam coisas. Não sei se você lembra disso. Não sacaneavam o jornal, o dono do jornal. Não sacaneavam. Tinha um pacto de respeito você.. não....

RC - (inaudível)

¹⁹⁷ Marco Damiani, jornalista, foi editor do jornal Brasil 247.

¹⁹⁸ Sobre Gazzaneo: <https://oglobo.globo.com/brasil/morre-jornalista-luiz-mario-gazzaneo-6388050>.

¹⁹⁹ Mais uma vez transcrevi o que pareceu ser o sobrenome ditpo por Brandão.

²⁰⁰ Esta foi casada com Gazzaneo. Ver a última nota de rodapé.

Gildo – Sabiam os limites, o que que podia dizer e o que não podia. Não tentavam...

RC –Comunistas dirigiam o jornal o Globo anos....

Gildo – É...Há anos...

RC – Evandro....

Gildo – Estadão, toda a linha....

RC – Não, mas dirigiam como editor chefe....

Gildo – Como editor chefe...E você tinha uma geração de jornalistas que se liquida (?)²⁰¹, o último surto, o último grande momento dela, aliás, pior momento, foi na greve de jornalistas de 79. Você tinha uma grande geração de jornalistas que, que não eram só jornalistas. Eram homens políticos provados: Claudio Abramo, Hermínio Sachetta²⁰², Roberto Müller²⁰³... Toda essa gente tinha um passado de militância e de experiência internacional, de experiência nacional... Era uma grande geração, boa parte dela era de esquerda. E boa parte dela era comunista.

RC - Uhum....

Gildo – E que dirigia as redações.. tinha um certo pacto aí na luta contra a censura, na luta contra a ditadura. Enfim.. Mas, aí retomando a coisa. Essa era uma confusão. A primeira coisa: você tem que garantir uma linguagem jornalística. Escrever como um bom jornalista. Tinha que fazer um jornal dessa maneira. Segundo, você tem que assegurar que esse bom jornalismo também seja politicamente bem encaminhado, segundo o que a gente achava que devia ser na luta pela democracia. O tempo todo era luta democrática. Recusava, não falava de revolução socialista, nada! Luta democrática! Luta contra a ditadura, frente democrática...

RC – (inaudível)

Gildo – Essa era nossa orientação de São Paulo. Nós éramos apodados de “euro-comunistas”. Não era muito verdade, mas...

RC – Isso era.. mas..

²⁰¹ Soa como “liquida” no áudio.

²⁰² https://pt.wikipedia.org/wiki/Herminio_Sacchetta.

²⁰³ <http://www.ccmj.org.br/perfil/roberto-muller-filho/545>.

Gildo – Agora, aí o começo do jornal é o caos. Porque cada um, você sabe como é gente de esquerda... Cada um achava-se no direito de dizer qualquer bobagem.. Resultado: ou eu podava ou perdia o controle do jornal. E foi o que eu fiz. Meti a mão no jornal, não publicava....

RC – O número um, como que foi a guerra para sair o número um?

Gildo – Ah essa foi uma guerra...O editorial do jornal foi escrito pelo Severino Melo. É um dos caras.. ele deve ter hoje uns noventa e quatro anos por aí...94! Ele está, ele tem uma, um livro que ainda não foi publicado de memórias.. ele é o único cara vivo que participou da 35.

RC - O único vivo...

Gildo – É, o único cara vivo...

RC – Qual o nome dele?

Gildo – Severino Teodoro Melo. Ele escreveu e eu... A maioria dos editoriais desse tempo fui que escrevi. Mas, eu.. olha...

RC – (inaudível)

Gildo – É. Ele escreveu e eu pus em letra decente né? Linguagem mais decente. Ele, o Severino Teodoro é uma figura calma, tranqüila, mas, é o último. O último cara de 35 viu? Bom, naquele caos, aquele mundo de sandice, de posições...

RC – Volta do exílio...

Gildo – Volta do exílio

RC –Democracia...

Gildo – Tudo!

RC – Sem censura....

Gildo – Sem censura...Tudo podia ser dito. O que que a gente faz? No jornal eu, nós orientamos o jornal numa coisa que até pesou contra a gente. Eu, a um tempo que controlava isso, controlava as matérias e reeditava muita coisa, copydeskava muita coisa, escrevia para outras pessoas... a partir de “carta do leitor” era uma coisa difícil de

se ver na imprensa comunista porque nada era censurado. Então apareciam umas coisas e evidentemente as coisas internas também. Então era uma inteira liberdade...

RC – E a realização do primeiro Gildo? Quer dizer... Você sempre teve completa mão de ferro sobre ele....

Gildo – Mão de ferro. E a mão de ferro, claro, que só me traria problema né? Tanto que aí é coisa menor.. por exemplo... O jornal é lançado numa festa, em uma grande festa... acho que foi...

RC – Foi num circo não foi?

Gildo – Foi num circo.. é...

RC – Eu lembro disso.

Gildo – Foi num circo... No dia seguinte tinha uma reunião montada pra me derrubar.

RC – Quer dizer, era lançamento do jornal...

Gildo - Lançamento do jornal....

RC – O número 1 tava pronto...

Gildo – Tava pronto...E fizemos a festa pra lançar o jornal. Então...

RC – No dia seguinte....

Gildo – Uma pessoa que não vou dizer o nome, não interessa, um jornalista amigo nosso, abriu a fala dele nessa reunião, depois no dia seguinte, dizendo: “Pro que eu esperava, até que o jornal deu pro gasto.”. Porque as pessoas temiam que ia ser um desastre. Eu digo: “não vai ser um desastre”. Tanto que quem segura a barra: David, eu, Marco, nós demos uma direção pro jornal.

RC – E qual era a direção do jornal?

Gildo – A direção política...

RC – Isso! A direção editorial...

Gildo – A direção editorial... Primeiro: nós lutamos a favor de uma frente democrática. Quer dizer, nós recusamos qualquer, qualquer tentativa de luta armada, qualquer coisa

desse tipo, condenamos na esquerda qualquer coisa..Assumimos luta eleitoral, assumimos luta de massa, somos favoráveis a participar de todas as intuições, somos favoráveis a participar do MDB, a oposição real é essa. Nós lutamos dentro do processo de abertura, nós disputamos dentro do processo de abertura porque a esquerda não queria, dizia que aquilo era burguês, que tinha que fazer a revolução. Nós não vamos fazer revolução nenhuma, nós vamos lutar por uma aliança com os liberais pra derrotar o regime militar. Essa é nossa política. E essa política é fundamental. E dentro disso você luta pela ampla liberdade de associação e de pensamento. Então, incluindo a legalidade do Partido Comunista. Ele sim, poder disputar eleição com seu nome próprio, lutar abertamente.

RC – Necessariamente o poder central não concordava com esses parâmetros né...

Gildo – O ... aí..

RC – Aí que deu a guerra?

Gildo - É.. a luta interna que vem de fora pra dentro né, era uma luta que é o seguinte: primeiro, você tem uma divergência que a gente sabia que existia, mas outras pessoas não sabiam, entre Prestes e a maioria do Comitê Central. O.. Prestes.. Há muito que isso existia, desde o último grande momento onde houve união dessa gente foi em 67, como aliás o Marco tava falando, no congresso que expulsou o Marighella de um lado e expulsou o Adão Pereira²⁰⁴ do outro né? A direita, o pessoal que fez a revista Tema expulsou os dois. O... foi o último momento. De lá pra cá sempre essas correntes conviveram com muita tensão. Bom..No exílio essa coisa foi, já era clara que o Prestes uma orientação e que a maioria do Comitê Central era outra e que sobre tudo o Armênio que era a grande figura intelectual do Partido, ele foi o cara que montou a assessoria do Comitê Central no exílio e montou as publicações no exílio e com uma equipe, juntou em torno dele uma equipe de primeira qualidade: Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Milton Temer, Aluysio Nunes Ferreira, Antônio Carlos Peixoto, e.. quem mais Meu Deus... Ivan Ribeiro, que morreu naquele acidente do Marcos Freire.... um time de primeira do ponto de vista intelectual, do ponto de vista político. E o Armênio era a grande cabeça da modernização, sempre tinha sido uma das figuras mais avançadas do Partido Comunista né? Quando eles chegam aqui essa luta já está clara, lembro, eu fui

²⁰⁴ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-adao-pereira-nunes>

receber o Prestes, tive uma conversa com o Prestes, fui parte de um grupo onde já não havia, eles nem se conversavam....

RC – Lembra quando ele voltou?

Gildo – 79.

RC – Foi logo depois.

Gildo – Foi logo depois. Eu fiz o discurso, por exemplo, do Antônio Resting (???)²⁰⁵, que era deputado e do outro deputado.. o....

RC – Rodolfo?

Gildo – Não não.. o cara de Santos...operário.. era o Gato! Marcelo Gato²⁰⁶! Eu escrevi o discurso dos dois saudando Prestes. Prestes ficou puto! Com ódio!

RC – Eu tenho muita curiosidade de entender esse número um do jornal né? Porque, como você disse teve que ter mão de ferro pra sair né, todo mundo opinava, era a primeira publicação comunista a sair pós, depois da Anistia, depois do golpe, pelo menos a luz do dia era a primeira.

Gildo – É como, você tinha, nós fazíamos, nós fizemos uma revista acadêmica, Temas, mas era uma revista acadêmica. Todo mundo sabia que era do pessoal comunista..

RC – O primeiro Voz teve quantos exemplares?

Gildo – Aí.. aí é uma coisa ridícula até... Porque, pelo que eu sei, o primeiro número foi queimado por um motivo muito simples, boa parte: os homens do Comitê Central mandaram fazer 60 mil exemplares.

RC – Ô loco

Gildo – Porque, você ver...Porque 60 mil exemplares era a tiragem do Novos Rumos em abril de 64. Esses homens pensavam que voltando a coisa se retomaria aquilo. O país tinha mudado profundamente e essa gente viveu no exílio não acompanhou. Não sabia. Eu me lembro muito claramente, com todo respeito que eu tinha a essa velha guarda, eu digo: “eu sei mais de marxismo que essa gente, eu conheço mais o país hoje do que essa

²⁰⁵ O sobrenome soou assim no áudio. Mas, não foram encontradas referências deste personagem.

²⁰⁶ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alberto-marcelo-gato>

gente.”. Ué. Mas, não era só eu. Todo o pessoal da minha geração. Primeiras cabeças. E a gente tinha um certo desprezo, aliás uma arrogância idiota da nossa parte né.

RC – Uhum..

Gildo – Tinha um certo desprezo, achava que, que ia tocar. Eles tinham muito mais malícia, muito mais estrada....

RC – Manha.....

Gildo – Estrada e manha e nos arreentaram, evidente!

RC - Mas, como é que foi a história do (inaudível).

Gildo – Mas, então.. eles mandam.. o primeiro número foi isso. Aí, essa ilusão é persistente na cultura de esquerda.

RC - Deixa eu entender.. 60 mil exemplares...

Gildo – É...

RC - Você disse que uma parte foi queimada...

Gildo – Não.. claro! Porque não tinha vendagem pra isso. Não tinha vendagem pra isso! Joga fora! Porque ela foi, o jornal foi pras bancas, certo? Bom, o jornal, veja só, durante pelo menos o tempo que eu....ele deve ter vendido em média cerca de 5 mil exemplares. Meses que vendeu 10, 12.... meses que vendeu 2, 3. Porque nesse meio tempo em 1980, você deve lembrar, que a direita tava queimando banca de jornal. Né? Então os jornalistas tinham medo de expor o jornal e vender o jornal. Então, houve uma “caída” do jornal, aí a gente teve que mobilizar estrutura partidária pra.. Mas, a média era 5 mil jornais. Se você pensar hoje, era muito! Na época isso foi usado contra mim. Contra mim e contra o jornal. Né? Porque? (começa a narrar em tom irônico/jocosos) “Porque nós não estamos fazendo um jornal de massas, vamos fazer um jornal de elite... coisa acadêmica... Nós não somos políticos né..”. Isso foi usado contra. E foi usado, algumas coisas assim, lembra quando o jornalista.. jornalista trabalhava virando noite. E nós fechávamos o jornal de madrugada. Porque nós gostávamos de trabalhar de madrugada. Nós éramos todos uns boêmios. Não é? Desse ponto de vista quem fazia jornalista diário, na imprensa, na Folha, no Estado... Essa gente não entendia isso. Tanto os velhos quanto os que não eram jornalistas chegavam de dia na redação e às vezes não tinha

ninguém. Só tinha o pessoal da burocracia (risos). Então, se escandalizava né? “Esses vagabundos!” (ri). E era um caos o processo de produção do jornal, dos pequenos jornais de esquerda....

RC - (inaudível)

Gildo – Era mensal. O processo de produção de todos os jornais alternativos e de esquerda era isso. Era esse caos mesmo. Era um caos criativo.

RC – É verdade.

Gildo – Era um caos criativo não é... Uma coisa por exemplo muito interessante que a gente fez durante um bom tempo, depois não pode continuar porque a luta era grande.. Como é que se escrevia editorial? Eu em geral escrevia a maior parte dos editoriais que vinham, uma outra novidade, na capa. Isso..

RC - Por exemplo, esse exemplar aí..

Gildo – Esse exemplar....Na capa!

RC – O editorial seria “quem está contra a democracia no país?”.

Gildo – “quem está contra a democracia no país”. Um dos editoriais que eu escrevi que provocou o maior frisson foi um editorial chamado “fazer política”, onde eu defendia que contra a ditadura nós estávamos dispostos a pagar qualquer preço! Se aliar com quem quer que fosse! Puta.. isso deu um rolo!!! “Como?”, “Isso é um absurdo!”, “direita!”.

RC - Nesse exemplar que você tem aí, qual era o editorial?

Gildo – Isso foi no tempo das bancas né?

RC - O que está escrito aí?

Gildo – “Abaixo o terrorismo, abaixo a direita ensandecida”. Quando a direita, CCC e companhia foram queimar bancas de jornal, os jornais de esquerda né? É... esse editorial provocou uma reação imensa.

RC – deixa eu voltar a uma expressão sua...

Gildo – Mas, deixa só eu terminar uma coisa....Foi uma coisa muito interessante no jornal.... é.... como é que eu escrevia os editoriais? Nós juntamos todo um grupo de gente muito capaz, gente intelectualmente muito competente e toda semana havia uma, uma reunião de discussão da conjuntura. E o pau comia! Soltava tudo! Em cima disso eu depois sentava, não necessariamente sobre esse tema, mas tava com toda a análise da situação política do país, toda semana, fazia, acompanhava, sentava e escrevia o editorial. Isso deu muito certo até o momento em que a discussão foi ficando muito violenta e aí ou você parava ou você provocaria uma divisão maior nas nossas.... Mas, era um modo de trabalhar muito interessante porque era muito rico, quer dizer, o que tava acontecendo no país você tava ali discutindo e trabalhando.. e analisando né?

RC – Agora, você usou uma expressão que eu achei interessante, “a velha guarda” quebrou as nossas pernas...

Gildo – É....

RC – Que quer dizer isso?

Gildo – Olha, a velha guarda demorou um ano pra nos arrebrantar. Ela não tinha força mas, ela foi aos poucos nos dividindo, jogando pra nos dividir e conseguiu nos dividir.

RC – Qual era, a reação veio pelo que?

Gildo – Ele mobilizaram o movimento estudantil....

RC – Porque eles não concordaram com a linha editorial....

Gildo – Claro... achavam que era muito de direita...que nós éramos a direita...

RC – Não era a revolução..

Gildo – Não era revolucionária....Era reformista...e de fato era! Nós éramos “euro-comunistas” (faz o gesto “entre aspas”). Portanto era, não era... Eles depois, porque essa história ta mal contada, depois eles aparentemente assumiram essas teses anos depois... E sempre dizem que foi antes.. Mas, não é verdade! Eles sempre eram os caras da..da... pra te dar uma idéia.. Pra te dar um exemplo.. Que é uma coisa que me irritava profundamente da duplicidade da coisa. O Marco Antonio Coelho, eu não conhecia o Marco.. eu já sabia quem era, já tinha visto...Mas, eu não tinha relação com ele.. Marquinho trabalha comigo....Eu não era casado com a Simone....E....o Marco tinha

denunciado o Chibata, Ed Chibata como outro que era, assinava os laudos da tortura, dos torturados. E o processo dele foi pra justiça, o processo de denuncia dele foi pra justiça, do Chibata em 1980....O que que eu fiz? Eu pedi um artigo pro Marco Antônio, via Marquinho, pedi o artigo a Marco Antonio. Publiquei o artigo de Marco Antônio. Mas, o Marco Antonio tinha sido expulso do Partido Comunista.

RC – Ah, ele tinha sido expulso?

Gildo – Tinha sido expulso pelo Prestes.. em... por volta... ainda no exílio....E os caras ficaram putos....

RC – Depois da prisão dele?

Gildo - Sim....Ele tava preso quando foi expulso. Né..E os caras do Comitê Central ficaram “p” da vida....

RC – Por ter publicado...

Gildo – Por ter publicado.. porque... porque ele tava expulso.. Mas, eu sabia que todos eles consultavam o Marco! Eram todos amigos e consultavam o Marco. Eu digo, que hipocrisia é essa? Porque: o medo da reação da, do, mundo comunista. Do resto do comunismo. E tem várias coisas desse tipo, na coisa do...

RC - Era a dificuldade de fazer o jornal.. quer dizer...

Gildo – A dificuldade de fazer o jornal..Então, eles trataram...conseguiram nos golpear, aproveitaram o momento, essa coisa foi degradingolando até o final de 1980 quando nós montamos a festa do jornal e a festa, aí nós cometemos um erro..

RC – Segunda festa....

Gildo – Segunda festa... Aí nós demos uma derrapada. Porque nós avaliamos mal, demos um salto além das próprias pernas. De repente essa festa que ia ser pra 5, 8 mil pessoas vira uma coisa pra 40 mil pessoas. E aí grupos internacionais, grupo da Itália, do Chile, todo canto, começam a vir pro Brasil pra participar da festa. Quer dizer, aquelas festas européias... Vinha aquele tal do Inti-Illimani, os grupos da Itália, o grupo da França... de repente aquela coisa vai crescendo e evidentemente a polícia...

RC – Jura?

Gildo – Se a gente tivesse feito aquela festa em 1980, na prática o Partido Comunista tava legal. E foi isso que a direita militar não deixou. Quer dizer, tinha que, proibiu! Me lembro da coisa toda... essa proibição nos provocou graves problemas. Primeiro: foi em cima da festa. Resultado: 3, 4 mil pessoas já tinham chegado aqui e tá uma massa de gente por São Paulo.. e aí tudo jovem...festa...enchendo a cara...

RC – ô!

Gildo – Como é que você controla essa gente para não sair alguma manifestação. Segundo problema, interno. Com essa proibição o Comitê Central aproveita e corta nossa cabeça! Claro! Nos puniu, eu fui punido pelo Comitê Central. Isso parece coisa de igreja porque isso não é anunciado publicamente. Só você sabe que foi punido.

RC – (inaudível)

Gildo – (inaudível) (ri!).

RC – Gildo, o jornal ainda por cima era semanal...

Gildo – Semanal..

RC – Trabalho triplicado! Meu Deus.. bom.... Quando você diz que o Comitê Central quebrou suas pernas, quebrou, enfim, é, você recebe uma punição (inaudível), você tava explicando isso.. e aí?

Gildo – Não, é... Eu tava mostrando como que eles conseguiram nos dividir, aproveitaram isso daí... E tinha uma divergência entre a gente de São Paulo. A divergência é que eu era favorável, eu era contra a ruptura com o Comitê Central. Eu era favorável ao entendimento com o Comitê Central porque eu sabia que não tinha... Mas, o nosso pessoal tava muito radicalizado. E aí queria ir pra confrontação. Que aliás saiu depois em 82 a ruptura,a expulsão... e o pessoal, David Capistrano, Marco, todos rompem, saem do Partido. Eu ainda fico até 85. Quer dizer, mas, na verdade, aí, ainda na Voz da Unidade quando eu fico no meio do fogo é a pior situação possível.

RC – Dos dois lados...

Gildo – Dos dois lados.

RC – Quem é o tom de Voz da Unidade? Saberla lembrar?

Gildo – Não, não sei...

RC – Bom, a gente tem aqui dois exemplares na sua frente. Queria que você pegasse um de cada.. setembro de 80... folheasse... comentasse a primeira página..vamos fazer uma viagem no jornal..

Gildo – Olha, bom... esse aqui, “basta com o terrorismo! Abaixo a direita ensandecida”, isso é no período em que a direita tá queimando banca de jornal, banca de revista. Agora, mais característico do jornal mesmo é esse talvez, o número 24. Se você olhar primeira característica dele durante todo o período em que eu dirigi o jornal, o editorial era na capa não é? Isso era uma novidade. Isso é uma coisa que eu devo ter copiado do *L'Unita*, algum jornal do Partido Comunista Italiano né. Mas, o editorial era na capa, já ficava nas bancas, mesmo que a pessoa não comprasse o jornal ele podia ler na banca. Se o jornal tivesse exposto...

RC – “Quem está contra a democracia...”

Gildo – (lendo o título do editorial) “Quem está contra a democracia no país?” Já o título, e a democracia... essa é a nossa política... nossa política não é a revolução socialista...Nossa política é luta pela democracia.

RC – ok!

Gildo – E se você olhar, o que que tem a capa? Denúncia do terrorismo da direita, “os terroristas da freguesia”, “CPI da Assembleia legislativa de São Paulo”, Montoro, então Senador Montoro, o congresso para apurar os atentados, CPI, movimento sindical, Chile, UNE, todos os elementos da política geral né? Quer dizer...

RC – A primeira página já dizia né?

Gildo – Já dizia.

RC – Plural...

Gildo – Aí você vem, a primeira coisa é a seguinte, a página 2 era a seção de cartas. E aí se publicava tudo que chegava, não tinha absolutamente censura. O que deu problema, evidente porque, nego abria o verbo e criticava, inclusive criticava as direções do Partido Comunista e.. paciência!

RC – Do lado ali é o expediente?

Gildo – É o expediente.. o expediente foi sempre uma coisa pra inglês ver né? Tinha o nome das pessoas, ora saía, ora entrava, ora mudava...

RC – Usava pseudônimos inclusive né...

Gildo – Alguns... Talvez.. Não.. os pseudônimos eram mais aqui né? Então, vejam, “Menos retórica e mais realismo na luta pela constituinte”.

RC – Quem escreveu?

Gildo – Leonardo Cavalcante. Podia ser um rapaz do Rio.. de Recife! Ligado ao Paulo Cavalcante. Um intelectual, um cara que foi da Fundação Joaquim Nabuco....

RC – Era uma edição moderna né Gildo?

Gildo – Edição moderna.. Eu acho que uma das coisas que tinha nesse jornal, primeiro, ele (inaudível), ele era um jornal claro, não era um jornal escuro. Tem jornais da esquerda que é um jornal muito escuro.

RC – Você pega um jornal como “O movimento”, só pra citar como exemplo, ele tem páginas e páginas de letras pequenas, não tem nenhuma imagem, nada!

Gildo – Nada! Esse era um jornal claro e esse era um jornal que absorvia a tecnologia da época, a linguagem do jornalismo profissional. Evitava a linguagem do velho comunismo, evitava a linguagem doutrinária... o termo é, vou usar o português chulo, “cagação de regra”.

RC – Ok.

Gildo – Então, evitava isso. Como você tinha jornalistas muito bons fazendo, o pessoal que tava, sobretudo o pessoal do Rio né, é...esse pessoal, os textos vinham primorosos, primorosos, porque eram jornalistas de primeira categoria, então, você tinha que ta, eu, eu, tive que fazer copydeskagem de muita matéria e as vezes escrever pra outros assinarem né...Aqui tem algumas. Primeiro, essa menina perdi de vista... Raquel Soares, foi jornalista junto com a gente. Uma entrevista com Montoro, uma matéria com Montoro: “O pior é a violência política” (título da matéria). (Prosegue lendo o jornal) “Para o senador do PMDB de São Paulo a escalada extremista contra os direitos

humanos tem o claro objetivo de impedir o processo de normalização democrática no país e deve ser enfrentada...”

RC – MDB ainda né?

Gildo – PMDB já. Porque a reforma partidária foi em 79 junto com a anistia né?

RC – E ali embaixo, o que é que é?

Gildo – Veja... “Prefeitos não devem prorrogar..” Quer dizer, combate a idéia de prorrogação dos prefeitos. Aí você vê: Célio Borja²⁰⁷, deputado PDS: “admite que os atentados....”...

RC – Matéria?

Gildo – Matéria! Entrevista com os caras! Matéria jornalística. Reportagem. “Borja admite que atentados partem da extrema direita.”. Né? Seabra Fagundes²⁰⁸ “(...) governo deve romper com áreas do regime.”.

RC – Era presidente da OAB? (acho que foi essa a pergunta)

Gildo - Ele era presidente da OAB né? Aqui: “A farsa de Barbacena não deu certo.” Denúncia do ministro Said Faraht que era o ataque à política do...

RC – Você escreveu?

Gildo – do regime... Aqui é reportagem, não é assinada né...Olha só.. “Bahia... Governo da Bahia proíbe manifestações”. “Londrina”...sempre essa coisa.. Aí a parte internacional, aí na Itália “terror vai sendo derrotado com democracia”. Uma entrevista com um cara membro do Partido Comunista Italiano que era na época das Brigadas Vermelhas, “brigade rosse” né. Aqui “justiça italiana prende terroristas fascistas”. Esse Danilo Galletti era um pseudônimo... Não lembro quem era.. era um italiano também.. não era Luis Del Roio.. Não era... Eu não me lembro quem era.. Então, a política italiana né? Aí entra “Política Estudantil”, “UNE: uma diretoria perdida e estreita”, Fred Pessoa...

RC – É o Fred?

²⁰⁷ https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A9lio_Borja

²⁰⁸ <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-seabra-fagundes>

Gildo – Fred Pessoa. “Estudantes e professores...” uma matéria do Marco Antônio Coelho Filho..primeira matéria que ele escreveu, ta aqui! Marco Antonio Coelho Filho né? E aqui uma matéria chamado Zé Carlos, também fez carreira profissional.. Não me lembro não onde é que ta. “Em São Paulo política de tendências esvazia a UEE”. Aqui é a denúncia da estreiteza do movimento estudantil... quer dizer, um movimento estudantil que só juntava a turma que era de partido de esquerda né? E nós éramos contra isso e queremos uma política ampla né? Então.... era... sempre.... o balanço da UNE, o balanço das atividades da UNE é melancólico. Sempre coisa de cúpula, sempre só de grupos....

RC – (inaudível)

Gildo – Isso é o Fred, matéria do Fred. É isso eram matérias muito corajosas. Por exemplo, o Fred mesmo....

RC – É matéria assinada...

Gildo – Assinou e enfrentava a... enfrentava a matilha nas assembléias na ECA. Fred, Sérgio Gomes²⁰⁹, essa gente enfrentava o domínio da esquerda armada que não era brincadeira e composições que eram minoritárias mas, muito corajosas né? Aí vem aqui: Eleições na FIESP... “Eleição de Vidigal adapta FIESP aos tempos da abertura”. Quer dizer, apoiando a mudança...

RC – Um jornal comunista apoiando...

Gildo – Claro! Quer dizer, tudo que fosse se distanciar do regime nós apoiávamos.

RC – Quem assina?

Gildo – Essa matéria.. Mário da Costa.. isso deve ser seguramente...

RC – Pseudônimo.

Gildo – Pseudônimo. “Exportadores”... Matéria sobre os exportadores. Depois a coisa da estrutura sindical, petroquímicos, política rural...

RC – Tinham as editorias..

²⁰⁹ <http://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/sergio-gomes/index.html>

Gildo – As editorias, claro... “Movimento das favelas no Rio de Janeiro promovem encontro pela saúde”... Pernambuco e sindicatos rurais, baixada santista, funcionários de São Paulo...

RC – (aponta para algo no jornal)...

Gildo – Aqui acho que é uma foto de um jornal sindical, dos funcionários públicos...

RC - Ilustração do jornal..

Gildo - Ilustração... Aí depois Chile, “Só acordo entre Unidade Popular e Democracia Cristã é capaz de derrotar Pinochet”...

RC – E coerente com a posição de vocês...

Gildo – Coerente com a posição.. E de gente, a Rute, Rute Degon (???) tinha sido exilada no Chile, era secretária editorial do jornal.. tinha sido exilada. Ela, Aloysio Nunes, toda essa gente passou pelo Chile... Aí vem a parte, vem a internacional: “Polônia...”. A Polônia nessa época, a gente não podia, Polônia era uma situação complicada pra gente. Porque nós éramos a favor da coisa do Solidariedade, queríamos aquela.. Mas, nós não podíamos dizer porque o Comitê Central não permitia...

RC – Era um enfrentamento muito forte né?

Gildo – Era.. aí a gente fazia uma .. Né... México, Angola....

RC – (inaudível)

Gildo – Ivan Ribeiro²¹⁰ , que tinha, Ivan morreu.. Ivan tinha estudado na Polônia, conhecia a Polônia.. você tinha um pessoal de alto, de alto gabarito. Televisão, mercado de filmes de TV, congresso da USP, “Mediocridade do PDS censura curso de marxismo”, o curso seria num canto lá....

RC – O que tem embaixo do texto?

Gildo – Aí, “leia e assine.. “.. Aí é propaganda.

RC – Quanto era a assinatura na época?

²¹⁰ <http://www.acessa.com/gramsci/?id=582&page=visualizar>

Gildo – Olha, não sei mensurar... “3 mil reais...” assinatura de apoio, “1500”, 52 números né... “1500, semestral 750 e assinatura para o exterior 80 dólares.”.

RC – Tá.

Gildo – E no final matéria do Juca Kfourri com pseudônimo...

RC – E ta assinada como?

Gildo – Marcos Claudio sobre o Sócrates. Nós publicamos coisas, aliás, que chocavam a esquerda e chocavam o mundo comunista e chocavam todo mundo.. Por exemplo, nós demos uma entrevista com o Caetano nas páginas centrais, duas páginas.. Caetano Veloso de sunga, sei lá, falando dum, duns discos que ele tinha lançado, foi um escândalo! Caetano, Ferreira Gullar, é...

RC – Tá na cara que é um jornal plural, basta....

Gildo – Claro! Claro! O Montoro publicou artigo aqui, Zé Carlos Dias... quer dizer, buscava..

RC – Isso foi durante sua chefia...

Gildo – Isso na minha chefia..

RC – Quanto tempo cê ficou...

Gildo – Eu fiquei de 1980 até junho, julho de 1981.

RC – Como é que foi sua saída?

Gildo – Dois ou três meses disso foi o Marco Aurélio Nogueira.

RC – Mas, como que foi sua saída?

Gildo – A saída eu já tava.. bom....Primeiro, eu tava muito desgastado né? Porque...

RC – Teve uma gota d’água ou algo assim?

Gildo – Teve... Teve....Eu fiquei ensaduichado né....E depois, e aí o Comitê Central tava expurgando o resto do pessoal de São Paulo e eu percebi que se eu continuasse, é....Como é que eu continuaria? Eu teria que me aliar com os caras do Comitê Central? O pessoal de São Paulo tava sendo expurgado né... Então, no dia que eu decidi, que eu

entreguei, foi coisa curiosa. Eu tinha um encontro, eu fui pra uma conversa com um cara que é o, hoje é da direção do PPS.. eu chamava ele pelo apelido....

RC – Diga o apelido, depois a gente pega o nome.

Gildo – Não me lembro...Lembro depois...O apelido é muito... Eu vou pra lá e ele..... Ele vem, me convida, ele..

RC – Isso foi onde?

Gildo – Eu fui pra um encontro com ele né, isso na sede do Comitê Central aqui....

RC – O partido já tava legalizado?

Gildo – Não, semilegal. É...e aí ele, ele pede, ele me propõe ir para um congresso de jornalismo que vai haver na União Soviética... e o veneno vinha embutido...

RC – Risos.

Gildo – Apesar de eu ser um editor do jornal o chefe da delegação não sou eu. Era outro cara. No momento em que ele me pergunta isso já tava, já tinha me decidido.. Digo, olha.. Givaldo! Givaldo Siqueira²¹¹... “Olha Givaldo, eu.. agradeço seu convite mas, eu não posso aceitá-lo porque eu estou entregando a direção do jornal...” . Fui embora.

RC – Você entregou pra quem?

Gildo – Pra ele, pro Givaldo...

RC – Mas, ele representando o Comitê?

Gildo – É, representando o Comitê Central. E eu fiquei dez meses, é um caso raro esse ô Ricardo.. Eu fiquei dez meses desempregado, nenhum editor de imprensa alternativa ficou dez meses desempregado.. Paulinho Moreira Leite²¹², pessoal do “O Tempo”....

RC – Os editorialistas, eles tinham um jogo duplo...Eles trabalhavam na grande imprensa..

²¹¹ <http://www.robertofreire.org.br/site/noticias/item/2175-morre-givaldo-siqueira-uma-perda-irrepar%C3%A1vel-para-a-esquerda-democr%C3%A1tica?tmpl=component&print=1>

²¹² https://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Moreira_Leite

Gildo – Pois é... Ninguém fez isso com comunista. Ninguém fez isso comigo não. Quando eu tentei voltar com o Frias, o Otavinho, o Otavinho me enrolou durante vários meses... Não me deixou voltar pra Folha.

RC – isso te pegou fundo...

Gildo – Pegou. Pegou... O Otavinho ainda fez outra....Eu só publiquei uma... Não vale a pena dizer isso não.. Não vai pôr isso..depois eu conto.....

RC – Então tudo bem, ta bom....

Gildo – Eu fiquei 10 meses desempregado e era um leproso na verdade porque nenhum jornal me dava....

RC - Porque a influência nas redações era muito grande do Partido...

Gildo – É... e...o....a coisa do PC era um Partidão mito mas, já era um mito porque o Partido já não tinha tanta força assim.... Mas, a imagem que ele tinha era ainda de grande poder né? Por exemplo, nenhum cara de imprensa alternativa, tenho absoluta certeza, que foi discriminado como eu fui. Fui não por mim... Fui porque era....tinha sido o jornal do PC, só isso. Não era pessoal, não era o Gildo. Nesses 10 meses eu não tinha casa, eu dormia cada dia na casa de outro.. A gente já chegou a morar...Não tinha dinheiro, não tinha como. Era um... e não tinha emprego, porque também....

RC – Tava separado né?

Gildo – Tava separado. Também, nem a imprensa me dava emprego, nem meus colegas, meus amigos também davam. Quem me deu emprego? Eu recebi pela primeira vez, aí eu percebo que, se, é... se eu quero sobreviver, aí eu percebo que não tem mais futuro a coisa porque aqui eu fui praticamente um quadro profissional, pago, salário né....sem nenhum aumento, diga-se de passagem....

RC – O salário dava pra levar a vida?

Gildo – Quando eu comecei o salário era o mesmo que eu ganhava na Folha. Mas, durante, nenhum aumento foi dado durante esse tempo todo, num momento de inflação.. Então, quando nesses dez meses, como é que eu começo.. eu percebi que eu teria que fazer o caminho de volta.... e me qualificar novamente para o jornalismo. Voltar a ser um jornalista como eu... e era difícil. Negocieei com Otavinho o tempo todo, não

consegui.. ele me enrolou, me levou, empurrou com a barriga. Não tinha só comigo, tinha a situação antiga com Claudio, enfim...

RC - Qual Claudio....

Gildo – Abramo. E aí, o que é acontece? O Almino Afonso²¹³ que na época prepara a candidatura dele de governador do Estado, ou pra senador, ele queria ser governador....

RC – Mas, ele foi senador...

Gildo - E o Almino me chama pra trabalhar com ele. Eu até hoje devo isso ao Almino... Mas, eu não queria muito... porque eu não queria continuar trabalhando como o assessor político, assessor parlamentar... etc..

RC – Queria resgatar a posição...

Gildo – Queria resgatar a posição do jornalismo, queria voltar pro mundo normal....Pro mundo da normalidade. Coincidiu que na época meu amigo, muito amigo meu até hoje, Alexandre Poleça, que era filho do dono do Diário do Grande ABC, então ele era muito jovem, ele é... vai fazer uma mudança, ele vai tentar renovar o Diário do Grande ABC. Aí ele me propõe pra eu ir pro Diário do Grande ABC como secretário de redação. E eu topei. Fui pro Diário, trabalhei mais um ano, até que fui preso novamente e demitido evidentemente... fui preso no Congresso do Partido, tive que ser demitido. Mas, depois voltei a trabalhar....

RC - Essa prisão durou muito tempo???

Gildo – Não... Não porque houve uma leva geral.. Um dia ou dois, não me lembro bem quanto tempo a gente ficou... aí foi, todo mundo.. escândalo nacional.. Não tinha como né? Não tinha como manter...

RC – (inaudível)

Gildo – Mas, eu voltei então por aí... Voltei pelo Diário do Grande ABC, trabalhei na Assembléia Legislativa, trabalhei no Diário, trabalhei aí na Gazeta Mercantil durante um bom tempo, na Eletropaulo até o momento em que eu decido, aí eu tenho duas coisas... Uma.. é.... meu médico me disse que se eu continuasse vivendo do jeito que eu continuo, eu não sobreviveria. Então eu tinha que mudar de vida. Aí eu decido, aí

²¹³ https://pt.wikipedia.org/wiki/Almino_Monteiro_%C3%81lvares_Afonso

coincide com o fim da minha relação com o PC, já não agüento mais aquilo.... é... tem uma mudança geral.... e eu decido voltar pra Universidade. Eu to na Gazeta Mercantil também...quer dizer, o trabalho na Gazeta Mercantil era muito pesado... eu fui editor, subeditor na verdade, o editor era o Getúlio Bittencourt²¹⁴. Mas, eu na verdade que fazia...

RC – Trabalhava.

Gildo – Trabalhava. Política, trabalho e legislação.

RC – ô loco....

Gildo – Eu entrava uma da tarde e saía uma da manhã. Sem parar! Sem parar! Controlava as redações e na política, na Gazeta, que era milimetricamente medida.. cê sabe que qualquer palavra.....

RC – (inaudível))

Gildo – Pois é.... Então era uma doideira esse treco que.. que....Isso já tava me arrebrandando e eu decidi mudar de vida.. Voltei pra Universidade.

RC – Mas, Gildo.. é.. você tem muita mágoa desse período todo?

Gildo – Mínima... (inaudível)

RC – Pois é, assim, de frustração com o Partido, com seus sonhos socialistas, etc..

Gildo – Olha, primeiro, minha experiência na Voz da Unidade foi uma maravilhosa aventura. A gente faz um bando de bobagem, um jovem, eu era muito jovem, trinta anos, trinta e poucos, intelectualmente arrogante, gozador, sarcástico, ridicularizava, não tinha nenhuma complacência com a burrice, a gente barbarizava. Eu... coisas da juventude....

RC – Essas coisas te pegavam no coração, você se emocionou algumas vezes...

Gildo – Ah sim. Me emocionava.. era uma coisa..

RC - Porque hein?

²¹⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0607200909.htm>

Gildo - Era uma coisa.. é...você acreditava que.. você acreditava.. foi como te disse. Primeiro, ser comunista não era entrar pra um partido. Ser comunista era uma opção de vida. É... você se envolvia por inteiro. Você se envolvia inteiramente. Você era antes de mais nada isso, o resto era consequência....

RC – Sua vida...

Gildo – Tudo, tudo. E mesmo nós que éramos uma geração de gente que lidava e sabia o seguinte: o mundo imaginário do velho comunismo não tem mais futuro, nós sabíamos disso. O mundo velho comunista é um mundo, o Partido Comunista era uma religião e é uma espécie de catedral. O que é uma catedral? Você entra em uma catedral e você tem o altar, você tem as estações, os santos...quer dizer, você conta a historinha, você tem regra pra tudo, você pecar você tem isso, tem aquilo.. você faz assim, confissão, tem sacramento, tudo isso o mundo comunista tinha... Mas, nós éramos de uma geração, os companheiros, quer dizer, não sei se eu estou extrapolando, racionalista. Tínhamos um lado racional do marxismo e não tínhamos, tínhamos uma vinculação maquiavélica com a política, isto é, realista, nós éramos políticos, ou queríamos ser, políticos realistas. E sabendo que o objetivo máximo que a gente tinha era democracia. Nós éramos todos galvanizados pela idéia da democracia né? Então, isso era o que nos movia. Não era tanto a revolução. Claro que idealmente você, eu me lembro quando eu li a história da revolução russa do Trotsky, li garoto, li adolescente, fantástico aquilo né? Era um romance. Você gostaria de fazer uma coisa daquela? Claro que gostaria! Certo? Mas, o que a gente queria mesmo era ser político realista. Analista das coisas, não se enganar, não se iludir, fazer o que... Porque, também nós éramos calibrados por uma avaliação de porque nós tínhamos sido derrotados em 64. E nossa derrota em 64 não era porque nós não távamos preparados pra resistir, pra pegar em armas, pra guerra civil, isso tudo era bobagem! A gente sabia que nós tínhamos sido, nossa contribuição para a derrota de 64 tinha a ver com o infantilismo da política. Tinha a ver com o momento, o primeiro grande momento de avanço democrático no país e de repente as pessoas acham que vão fazer a revolução no dia seguinte e aí radicalizam. Aí rompem, reforma agrária na lei ou na marra! Isto é, dão pretexto pra que todo mundo se junte contra você. E o tema da democracia é um tema forte porque nós tínhamos consciência de que no período pré 64 quando, é, nós deixamos que a bandeira da democracia fosse pega pela direita, foi ali que nós nos liquidamos. Quando a direita vira dona da democracia e a esquerda aparece como anti-democrática, golpista, a esquerda é

derrotada. A esquerda tem que ser campeã da democracia! Tem que ser a mais radical defensora da democracia! E democracia significa pluralismo, abertura, respeito pelo outro, evitar tratar o outro como inimigo. É adversário, tá bom, mas não é inimigo. A nossa política naquele período, a nossa, dessa geração, desse grupo de comunistas “paulistas” é... até hoje isso reflete no único site que a gente faz que é o Gramsci e o Brasil por exemplo... Tem essa visão. É a preocupação de colocar a democracia não apenas como um caminho pro socialismo mas, a democracia levada às últimas conseqüências é socialismo. Se você leva a democracia às últimas conseqüências, democracia política, to falando, democracia política, não to tergiversando com negócio de democracia social, econômica que é bom, que tem que haver, tudo bem... Mas, ou você é favorável à democracia política ou você não é democrata. E aí nós temos a consciência da avaliação do presente do golpe de 64, a avaliação da experiência do comunismo no século XX, quer dizer, o desastre que foi o stalinismo, o destempero que acabou sendo os países socialistas, a ditadura dos países socialistas, que era o que a gente não queria! Quer dizer, nós éramos todos nessa, o grupo que fez a Voz da Unidade, em 1981, era a favor da Tchecoslováquia...

RC - 1980 né?

Gildo – Contra .. 1980! Contra a invasão da Tchecoslováquia, contra a invasão da Hungria e nós tínhamos alguma consciência de que o comunismo estava no fim. Mas, não tínhamos claro, claro, qual era a ilusão? Se existia uma ilusão nossa era tentar criar um Partido Comunista radicalmente democrático. Qual era o modelo? O PCI, o Partido Comunista Italiano. Não porque nós fossemos homens do Partido Comunista Italiano, mas porque era o único Partido no ocidente que tinha base de massa, uma vida intelectual com um fervor enorme, ultra rica, com dirigentes cultos, que era outra coisa que nos fascinava. Dirigentes que eram intelectuais pô! Você pegava um Togliatti, Berlinguer²¹⁵, Amendola²¹⁶.... essa gente não só, aliás, a comparação com o Brasil é uma tristeza, eu sei porque eu escrevi livro pra dirigente comunista assinar tá certo? Quantos dirigentes comunistas escreveram algum livro? Se pega os italianos é um... aliás, nem os franceses chegam aos pés. Soviéticos nem se fala né? Chineses, soviéticos, tudo isso, cubanos, tudo umas bobagens né? O que nos interessava era a Itália, era um pouco o eurocomunismo...

²¹⁵ https://en.wikipedia.org/wiki/Enrico_Berlinguer

²¹⁶ https://it.wikipedia.org/wiki/Giorgio_Amendola

RC - Era o eurocomunismo..

Gildo – Era o eurocomunismo. Não porque nós queríamos copiar o eurocomunismo mas, porque nós....

RC – Concordavam com a tese né....

Gildo – Exatamente. Veja uma experiência que foi marcante pra gente. Eu me lembro, pra mim foi absolutamente fundamental. A Unidade Popular no Chile. A derrota do Allende de 73 foi uma catástrofe pra gente. Porque foi a primeira grande experiência de tentar fazer uma transição pro socialismo em democracia. E não é por acaso que o eurocomunismo nasce a partir de uma reflexão sobre o Chile. O discurso do Berlinguer²¹⁷ é uma análise do Chile, quando Berlinguer lança a tese do compromisso histórico né? Nós éramos partidários do compromisso histórico e isso se refletia no Brasil porque nós olhávamos a ditadura e sabíamos que não derrotaríamos a ditadura com luta armada. Era impossível derrotar o regime militar. Nós poderíamos, nós não usávamos inclusive o termo “derrubar a ditadura”. Nós usávamos o termo “derrotar a ditadura”. Porque a ideia era o que você faria luta de massa e luta de massa, à base de frente democrática, significava o seguinte: você tentar dividir o regime, atrair o máximo possível de gente.. claro que você só conseguiria aumentando força do lado de cá, dividir o regime pra derrotá-lo, pra acuá-lo ta certo? Então nós atuávamos o tempo todo, o que significava que nós tínhamos que disputar em todas as instituições, onde tivesse nós tínhamos que estar presente e não com essa bobageira que a esquerda tinha de “não, isso aqui é burguês, isso é coisa da burguesia”...”Mídia burguesa..”, que mídia burguesa??? Quando eu ouço falar em mídia burguesa eu sei que o cara é anti-democrático. Até hoje! Eu sei que o cara é anti-democrático. Que história é essa de mídia burguesa? Qual é o monolitismo que há na imprensa? Não há! A imprensa, você sabe melhor do que eu que imprensa é também uma peneira, você pode por o que você quiser ali. Nós sabemos disso. Quantas vezes que a gente não fez isso? Né? Então, não tem essa, essa teoria da conspiração não cabe. Na luta política a teoria da conspiração é um desastre.

RC - Com certeza...

²¹⁷ <http://farolpolitico.blogspot.com.br/2007/09/eurocomunismo.html>

Gildo – Tá certo? Então você tem que jogar aberto. Jogar... tem uma frase do... do...Brecht que eu acho fantástica, que diz que a “verdade é revolucionária”. Né? Mas, aí ele, você precisa saber quando dizer a verdade, em que mãos você pode propagar, em que momento.. tudo isso. Essa é a que... Se você olhar em termos de jornalismo, o bom jornalismo, seria isso. E um jornal desse tinha que fazer isso. Foi o que a gente fez.

RC – Agora, Gildo, quando você sai acaba essa experiência? Do jornal..

Gildo – Ahhhhhhhhh... acaba. Acaba. Primeira providência do Comitê Central foi tirar o editorial da capa.

RC – Bom, desfigura né?

Gildo - E depois aí vem o jornal se torna um diário oficial né? Eu confesso que aí o lado traumatizante dessa experiência pra mim.... Eu jamais consegui ler o jornal...

RC - Depois...

Gildo – Depois. Depois que eu sai não li nem um número publicado. Ele demorou o que? 11 anos?

RC - 11 anos.

Gildo – Eu nem sabia...

RC – A primeira coisa que o Comitê Central faz quando você devolve, ou quando você entrega o jornal...

Gildo – É tirar o editorial lá da capa. Era a marca da nossa, da minha e um pouco do Marco Aurélio, também, que o Marco Aurélio por uns dois meses editou o jornal né? Eu fiquei meio fora. E depois o jornal vai virando uma, um..

RC - Órgão oficial...

Gildo – Órgão oficial, um diário oficial, o que não era antes, quer dizer... As pessoas sabiam que era um jornal dos comunistas, mas a idéia é que fosse um jornal da sociedade civil comunista né? Aberto. Não do Comitê Central. Embora no fundo....

RC - Tem momentos em que mais te emocionou, mais que mexeu com você enquanto ser humano, enquanto jornalista, no jornal? Alguma coisa assim que tenha falado mais

profundamente, às vezes essa noção de dever cumprido.. Essas coisas que a gente trás em nosso cotidiano né?

Gildo – Olha Ricardo, eu não sei se o dever cumprido porque...eu não tenho essa sensação porque a coisa ficou inacabada né? Quer dizer, tem um lado de derrota. Essa derrota ficou clara pra mim no final do ano de 1980 quando.. é... quando a festa é proibida.

RC - Tá certo...

Gildo – E quando nós fomos golpeados pelo.. e eu fico isolado. Esse foi um período difícil...

RC - Essa pergunta quando levantei, foi exatamente da proibição da festa..

Gildo – É...

RC – Que tinham 3 mil pessoas andando por São Paulo.. quer dizer... O Comitê Central proibiu a festa...

Gildo – Não!

RC – A polícia!

Gildo – A polícia! Polícia! O Comitê Central aproveitou, é claro que eles vão negar isso, todos vão negar, mas eles aproveitaram esse momento para nos... é.. penalizar....

RC - Isso te tocou profundamente...

Gildo – Ah sim... Sim porque primeiro ali eu vi que a experiência tava no fim. Quer dizer, ali não tinha mais muito futuro. Eu... durante o ano de 81 eu ainda dirigia o jornal, inclusive quando houve o atentado ao Rio-Centro, por exemplo, eu tava lá né, eu fiz um editorial com o título “Nada será como antes”, que me levou, que me criticaram por causa desse título... “Como nada será como antes?”.. eles não entendiam...uns idiotas.. cê tinha a coisa do jornalismo que você tinha que criar um certo impacto razoável....

RC - Lógico..

Gildo – Sem, sem demagogia.. né.... Mas, já aqueles meses de 81 eu já fazia aquilo, eu já fazia o jornal com... com... dureza... já tava.... tinha perdido o gás, então já sabia,

mais cedo ou mais tarde eu tinha que cair fora porque eu me vi na situação do seguinte: o pessoal de São Paulo sendo excluído, eu vou ficando porque eu sou o editor então ninguém toca, não toca em mim, porque, inclusive na tentativa de me cooptar... e eu digo... eu olhei pra mim e digo: “olha, não adianta eu simplesmente, se eu quisesse ter ido pro Comitê Central, eu tinha ido.”. Tinha sido eleito no Comitê Central. Tinha sido cooptado. Mas, eu digo, não me interessa né? Eu não to nisso pra ter posição e coisa... Quer dizer, a vitória individual não é uma vitória, a vitória ou é coletiva ou não é. Eu percebi isso e digo: eu não posso continuar nisso, porque, se eu continuar, eu me vendo. Das duas uma. Ou eu passo... que era esse convite pra ir pra Moscou era uma tentativa de compra. Claro que era. Tinha um veneno, mas, era uma tentativa de compra. “Vem cá meu filhinho, toma aqui que nós vamos te calar a boca.”. Claro! Que foi sempre, isso sempre houve no... os partidos de esquerda, você sabe, não precisa ser comunista pra isso né? Temos experiência enorme no país. Mas, nos partidos ditos comunistas isso se usava, controle de.. controle de salário dos quadros profissionais, premiar o cara, mandar o cara estudar fora, ir pra Cuba... isso funcionava... E eu nunca quis entrar nesse treco, tanto que até hoje eu fui sequer à Cuba. Não conheço nenhum país socialista e me recusava a ir naqueles esquemas.

RC – Agora, vocês na época, antes da anistia, na clandestinidade ou... vocês tentaram fazer o jornal, não?

Gildo – Não. O que nós fizemos foi, aí é que tá... Você vinha, falo de 76 em diante. Nós não tínhamos nenhuma força pra isso.

RC - “Nós” o comitê de São Paulo?

Gildo – Nós de São Paulo. Nós vamos reorganizando o Partido. O grupo que reorganiza o Partido... uma coisa que não tinha a ver com o Partido, mas era feito por comunistas, por exemplo, eu tenho aqui a revista, a “Temas de Ciências Humanas”. Essa revista foi feita por um grupo de intelectuais, acadêmicos, nós éramos, a base era professores, nós fazíamos pós-graduação na USP....

RC – Isso foi quando? Que ano?

Gildo – Isso foi de 77 a 1980, 81...

RC – Ela não era, não era clandestina imagino....

Gildo – Não, não. Ela foi publicada pela editora, primeiro Greenhalg, depois livrarias, editora de Ciências Humanas. Ela, nesse período, era a primeira revista no Brasil que junta intelectuais comunistas. Isso não era nada que ver....

RC – Pós 76 não é isso?

Gildo – Pós 76. Isso não era nada de comunismo, de Partido. Tinha nada disso. Isso o que que era? Eu, Marco Aurélio Nogueira, Chasin²¹⁸, éramos professores na Sociologia e Política e eu e o Marco fazíamos pós-graduação na USP. E nós tínhamos uma enorme resistência, nós queríamos uma coisa do marxismo, do comunismo, teoricamente consistente, analista e coisa... E o comunismo tinha um enorme desprezo pelos intelectuais, era ativista, era conservador, era, era velho! A imagem do PC dos anos 60, 70 era da velharada! Aliás, você pode ver isso no cinema brasileiro. Filme do Cinema Novo dos anos 60 e 70, todos, sem exceção, onde aparece comunista você pode ver que são caras velhos! É Jofre Soares fazendo papel de comunista, era a imagem que a juventude tinha, nós tínhamos essa imagem. Então, nós recusávamos isso, nós queríamos ser marxistas...

RC – E ser velho também não é um defeito né?

Gildo – Não... Mas, na época essa gente não era tão velha. Essa gente tinha o que? 40 anos? Mas, velha de cabeça... Ou, a imagem que se tinha era essa. Então, nós, ao contrário, queríamos fazer uma coisa...E nós então, a idéia disso foi minha, a idéia dessa revista. Ela foi feita pelo Marco, por mim...

RC - Por comunistas!

Gildo - É...

RC – Na direção....

Gildo – Nós éramos mais marxistas do que comunistas e nós, pra ter uma idéia, nós convidamos pra fazer parte do comitê editorial da revista, duas figuras modelares na época. Uma era o Nelson Werneck Sodré²¹⁹, que era mais distante da gente, e outra era Caio Prado Júnior²²⁰. Nós convidamos os dois pra balizar “eis de onde nós somos, de

²¹⁸ http://www.verinotio.org/conteudo/r9_14_entrevista_rago_ester.pdf

²¹⁹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Nelson_Werneck_Sodr%C3%A9

²²⁰ https://en.wikipedia.org/wiki/Caio_Prado_J%C3%BAnior

onde nós viemos”. Era pra dizer, sem dizer, nós éramos dessa tradição. O que tinha na época era o que? O CEBRAP, CEDEC... O Caio Prado não aceita. O Nelson Werneck aceita. Então, a revista foi feita por mim, pelo Marco, que foi quase que um secretário editorial, o Raul²²¹ que era o dono da editora e fazia parte também, embora não aparecia o nome, mas, era o dono da editora...

RC - Ele vendia livro na USP?

Gildo – Vendia livro na USP. Na época foi um grande editor no país não é? Que era o único que importava livro de esquerda.. O único no país inteiro. Ou pelo menos de São Paulo, de Rio de Janeiro. É...Raul...

RC – Ele ta vivo?

Gildo – Tá vivo. Tá lá na USP lá fazendo jornal... Esse jornal aglutinou gente que não acaba mais. Essa revista....

RC – Temas...

Gildo – Temas. Que juntou.. foi aí que todo PC tava destruído mas, aí nós retomamos contato com gente do exílio.. Carlos Nelson, Milton Temer²²², que foi deputado pelo PT, Milton Temer, Aloysio Nunes, Armênio Guedes, toda essa gente foi, é, a gente entra em contato e aqui a gente aglutina uma jovem geração. Uma geração de gente na universidade. Nós começamos a fazer debates.. é... de repente nós estamos liderando 100, 200 pessoas não é?

RC – Então a revista foi o que vocês fizeram...

Gildo – Foi.

RC – Em 76....

Gildo – 77 e 80. E aí, quando você vai fazer, quem vai fazer a Voz da Unidade? Eu e o Marco Aurélio que somos os dois editores disso. E nós dois também tínhamos editado uma revista chamada Escrita Ensaio²²³, quatro números, aquela, Wladyr Nader, que era o dono da Editora Escrita. Então, a gente tinha e nós trabalhávamos de graça,

²²¹ <https://fpabramo.org.br/2010/08/03/um-livreiro-que-nao-sabia-que-era-responsavel-pela-seguranca-nacional/> . Conferir também: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/flamarionmaues.pdf>

²²² https://pt.wikipedia.org/wiki/Milton_Temer

²²³ <https://periodicos.ufsc.br/index.php/nelic/article/view/1059>

voluntariamente e coisa, pro Raul, pra editora, aquilo era um pouco.... O Marco chegou a ser sócio do Raul. Nós editamos vários livros e coisa. Então, nós tínhamos experiência disso. E eu tinha um jornal, a Folha, como eu falei. Então, quando a gente vai pra Voz da Unidade, agora.. eu até lamento depois ter, quando eu vou pra Voz da Unidade eu deixo isso (fala da Revista Temas). O último número que eu preparei foi esse daqui ó, número 08 (prossegue apontando para um exemplar da Revista Temas), que tem até um balanço da experiência... Esse e aí nós entregamos o jornal... essa revista... para um grupo aí já é um grupo de gente organizada no Partido Comunista e aí já não dá certo. Claro. Porque isso só tinha sentido fora do Partido Comunista...

RC - Independente.

Gildo – Independente.

RC – É... que mensagem você daria... Deixe-me ajeitar aqui um pouquinho...Se é...

Gildo – Mensagem é complicado....

RC – Um recado então. É... que e-mail (risos) você mandaria pra jovens jornalistas hein? Olhando pra câmera se possível....

Gildo – Olha...Olhar pra câmera pensar.... é difícil viu Ricardo? Eu acho o seguinte, eu acho que o jornalista, o primeiro compromisso que ele... é.. eu sou meio “positivista” aí na coisa... Eu acho que o jornalista tem que tentar contar os fatos, eu acredito na objetividade... por isso que eu sou positivista. Eu acho que ele é obrigado a tentar contar os fatos da maneira mais próxima possível. Ele não pode contrabandear a matéria, ele não pode contrabandear a sua ideologia... pode ser um pecado mortal. E é um risco sobretudo pra gente de esquerda, que é justamente quem não pode se dar a esse luxo. Ele não pode contrabandear... ele faz melhor se ele conta as coisas, não é? E ele, no caso, por exemplo, eu tive experiência de analista, de comentarista, de coisa...Esses caras tem que ser realistas, tem que ser análises realistas. Análises, eles tem que serem capazes de fazer análises das coisas que não entrem em Fla X Flu. Que não, é curioso dizer isso, tendo sido comunista, mas, ele não pode ser partidário nas análises. Ele não pode subordinar as coisas à visão do seu partido. Porque, se for assim, ele tá mentindo o tempo todo.

RC – Uhum....

Gildo – E ele tá forçando uma coisa que é de uma parte ele tem que ser, tentar... é impossível? É difícil a objetividade? Eu sei que é! Tá bom! Mas, ele deve, deve tentar o máximo possível. No caso do comunismo, quer dizer, eu acho que se o, eu não tenho nenhum problema em ter sido comunista, ele, é que o comunismo acabou. Ser comunista hoje é como ser um Lehrer da Revolução Inglesa, ser um jacobino da Revolução Francesa. Cabou o comunismo, não existe... vai voltar outro tipo de coisa? Vai! Mas, não sob a forma dos Partidos Comunistas. E, olha, quem aprendeu algo com o velho marxismo sabe que é assim mesmo, as coisas são históricas e transitórias, isso não é forma acabada, não é crença, “Creio em Deus Marx todo poderoso, criador do céu e da terra” ta certo? Quer dizer, o marxismo, comunismo, foram formas de análise de ação política. Deram certo? Erraram? Agora pode ser, o momento pode ser outro. Alguma coisa fica? Fica. Alguma coisa ficou disso. Não tenho nenhum problema de, nenhum problema de identidade (inaudível). Nunca tive crise. Quando acabou, a queda do Muro de Berlim, eu digo: já vai tarde! Aquilo já tava podre! A gente sabia que aquilo ali tava podre. A frustração daquilo era: “mas aquilo não foi capaz de um mínimo de auto-renovação?”. Isso que é duro. Quando os soviéticos tentaram se arrebutaram. Tentaram tarde demais com a Perestroyka. Então, desse ponto de vista... Agora, as novas gerações não sabem o que é isso. As novas gerações elas... Primeiro, pra elas talvez seja incompreensível essa coisa de alguém que escolhe um modo de vida. Escolhe uma vocação. Escolhe uma coisa a qual se doa inteiramente, né? É... é muito difícil você escolher uma profissão. É muito diferente de você escolher uma profissão. Então, talvez isso não seja muito distante. O que isso tem de bom pra hoje? A tentativa de colocar em primeiro lugar na política os interesses da democracia. E os interesses da democracia são não apenas os interesses da maioria, são os interesses também das minorias. De um respeito à diversidade. Do respeito à posição do outro. Sem isso é muito difícil. Se é algo que me desgosta é ver a discussão Fla X Flu... Não dá... Eu acho como jornalista não poderia fazer isso. Na universidade, por exemplo, claro que todos nós fazemos algum tipo de política. Mas, em sala de aula, você usar teu poder de professor pra, é, ganhar fulano, a turma X ou Y, é um absurdo isso. Num, num, num, não dá! Você tem que mostrar as coisas, tem que dar os argumentos, os vários possíveis e contraditórios argumentos para que o cara decida. Você não pode induzir. Você não pode induzir. Não significa que você não se posiciona, você se posiciona! Mas, você tem que admitir que você pode estar errado. Eu tenho que admitir que eu posso estar errado. E eu tenho que ser capaz, isso é a coisa da esquerda que eu acho que é o mais

interessante. Esquerda que é incapaz de fazer auto-crítica não é esquerda. Auto-crítica no sentido sério. Quer dizer, pô, eu errei. Eu posso não tá, tá enganado. Isso daqui, eu tô fazendo isso é um ponto de vista. Pode ser que o outro, pode ser que o outro seja mais certo do que eu. Isso eu acho que é uma coisa que o velho comunismo democrático, esse deixou. Eu espero ser fiel a isso (risos). É isso.